

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bruno Mello Souza

Tese de Doutorado

TRANSIÇÕES E DEMOCRACIA: IMPACTOS DA CONFIANÇA NAS FORÇAS
ARMADAS SOBRE A CULTURA POLÍTICA E O CAPITAL SOCIAL DE
BRASILEIROS E ARGENTINOS

Porto Alegre, 2016

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bruno Mello Souza

Tese de Doutorado

TRANSIÇÕES E DEMOCRACIA: IMPACTOS DA CONFIANÇA NAS FORÇAS
ARMADAS SOBRE A CULTURA POLÍTICA E O CAPITAL SOCIAL DE
BRASILEIROS E ARGENTINOS

Tese defendida para obtenção
do título de Doutor em Ciência
Política no PPG de Ciência
Política da UFRGS

Prof. Dr. Marcello Baquero

Orientador

Bruno Mello Souza

Tese de Doutorado

TRANSIÇÕES E DEMOCRACIA: IMPACTOS DA CONFIANÇA NAS FORÇAS
ARMADAS SOBRE A CULTURA POLÍTICA E O CAPITAL SOCIAL DE
BRASILEIROS E ARGENTINOS

Tese defendida para a
obtenção do título de Doutor
em Ciência Política no PPG de
Ciência Política da UFRGS

Aprovado em 27 de maio de 2016

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cesar Marcello Baquero Jacome (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Everton Rodrigo dos Santos
Feevale

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Patrícia Chaves Cunha
Universidade Federal de Pelotas

Dedico esta tese à minha família, em especial à minha mãe, Sonia, ao meu pai, José, e ao meu padrinho Flávio.

Agradecimentos

Agradeço ao PPG de Ciência Política da UFRGS pela oportunidade de desenvolver e defender esta tese. Agradeço ao meu orientador, Marcello Baquero, com quem tenho o prazer de trabalhar desde meados de 2005- há mais de uma década, portanto. Agradeço ao Nupesal, seus bolsistas e pesquisadores. Agradeço aos componentes de minha banca de qualificação, cujos apontamentos foram fundamentais para o fortalecimento desta tese, Dra. Patrícia Cunha, Dr. Romerio Kunrath, Dr. Rodrigo Stumpf González e Dr. Hemerson Pase. Agradeço aos amigos e colegas pelas sugestões e ideias, sempre úteis e instigantes. Agradeço à Capes pelo fomento não só à minha pesquisa, mas de tantos outros que, sem as bolsas fornecidas pela instituição, não poderiam desenvolver seus trabalhos. Agradeço à Universidad de Salamanca e ao Instituto de Iberoamérica pela acolhida para meu Doutorado Sandwich, em especial à Professora Dra. Flávia Freidenberg, minha supervisora no período. Neste período, também, tive a oportunidade de conhecer o Professor Dr. Oswaldo Amaral, que ofereceu contribuições valiosas à minha tese: a ele, também, meus sinceros agradecimentos. Agradeço ainda ao Professor Andrés Malamud, cujos comentários me fizeram reforçar ainda mais minhas convicções a respeito da importância deste estudo. Agradeço à minha família e a todos aqueles que amo- não vou nominá-los, pois eles sabem quem são.

Resumo

Esta tese refere-se à problemática das transições políticas de regimes militares para democracias articulada com a cultura política. Busca-se, com isso, verificar nos contextos de Brasil e Argentina, as diferenças nas percepções dos cidadãos em termos de confiança nos militares, avaliação da situação dos seus governos, interesse por política, preferência pelo regime democrático, satisfação com a democracia, opinião sobre o voto e capital social, plasmado pela confiança interpessoal e institucional. Estas diferenças poderiam ser provenientes de dois o poder de mobilização que os indivíduos possuem em relação a um grupo. É um equívoco individualmente por argentina o processo foi mais abrupto, com um fracasso mais evidente dos militares, que saíram de cena completamente derrotados (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). Busca-se examinar, assim, se uma transição gradual e negociada, como a brasileira, gera vínculos e predisposições mais fracas dos cidadãos em relação à democracia, ou seja, uma menor qualidade democrática de um ponto de vista maximalista (DIAMOND e MORLINO, 2004), além de menores índices de capital social, em contraponto com o caso argentino, em que o apelo democrático tenderia a ser maior pelo fato de a ditadura ter saído de cena com uma imagem mais clara de fracasso político. Para verificar tais impactos na prática, serão utilizados dados do *Latinobarómetro* de 1995, 2000, 2005 e 2010- eventualmente complementados por dados do *World Values Survey* de 1990- analisando as diferenças em termos de cultura política e capital social nos dois países, levando em consideração a diferença entre os seus legados.

Palavras-chave: Transições democráticas; cultura política; capital social; regimes autoritários; democracia.

Abstract

This thesis refers to the matter of political transition of military regimes to democracy combined with political culture. Thus it aims to verify, both in Brazil and in Argentina, the differences in perception of citizens in terms of trust in militaries, evaluation of their governments' situation, interest in politics, preference for democratic regime, satisfaction with democracy, opinion about vote and social capital, represented by interpersonal and institutional trust. These differences could be derived from two distinct models of transition: while in Brazil the transition happened in a slow, gradual and negotiated way, in Argentina the process was more abrupt, presenting a more evident failure of militaries, who left the scene completely defeated (O'DONNELL and SCHMITTER, 1988). Therefore, the thesis aims to examine if a negotiated and gradual transition, like the Brazilian, generates weaker ties and predispositions of citizens in relation to democracy, which means a lower democratic quality from a maximalist point of view (DIAMOND and MORLINO, 2004), in addition to lower levels of social capital, in contrast to the Argentinean case, in which the democratic appeal would tend to be enhanced due to the fact that the dictatorship ended with a clearer image of failure. In order to verify these impacts in practice, data from Latinobarómetro for 1995, 2000, 2005 and 2010 will be used- complemented by data from the World Values Survey for 1990 when necessary- analyzing the differences in terms of political culture and social capital in the two countries, taking into account the differences between their legacies.

Keywords: democratic transitions; political culture; social capital; authoritarian regimes; democracy.

Índice de quadros

Quadro 1- Conceitos e variáveis utilizadas para a análise	30
Quadro 2- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança interpessoal no Brasil e na Argentina.....	137
Quadro 3- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no Judiciário no Brasil e na Argentina.....	157
Quadro 4- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no Congresso no Brasil e na Argentina.....	177
Quadro 5- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no governo no Brasil e na Argentina	197
Quadro 6- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança nos partidos no Brasil e na Argentina	219

Índice de figuras

Figura 1- Modelo de trajetória com efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre o capital social no Brasil e na Argentina.....	31
Figura 2- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil.....	117
Figura 2a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil.....	119
Figura 3- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina	122
Figura 3a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina	123
Figura 4- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil	125
Figura 4a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil.....	126
Figura 5- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina.....	128

Figura 5a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina	129
Figura 6- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil	131
Figura 6a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil.....	132
Figura 7- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina.....	134
Figura 7a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina	135
Figura 8- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil	139
Figura 8a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil.....	140
Figura 9- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	142
Figura 9a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina	143
Figura 10- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil	145
Figura 10a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil	146
Figura 11- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	148
Figura 11a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	149
Figura 12- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil	151
Figura 12a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil.....	152
Figura 13- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	154

Figura 13a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	155
Figura 14- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil.....	159
Figura 14a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil.....	160
Figura 15- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina.....	162
Figura 15a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina	163
Figura 16- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil	165
Figura 16a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil.....	166
Figura 17- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina.....	168
Figura 17a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina	169
Figura 18- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil	171
Figura 18a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil.....	172
Figura 19- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina.....	174
Figura 19a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina	175
Figura 20- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil	179
Figura 20a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil.....	180
Figura 21- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina.....	182

Figura 21a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina.....	183
Figura 22- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil	185
Figura 22a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil	186
Figura 23- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina	188
Figura 23a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina.....	189
Figura 24- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no governo no Brasil	191
Figura 24a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no governo no Brasil	192
Figura 25- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no governo na Argentina	194
Figura 25a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no governo na Argentina.....	195
Figura 26- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	199
Figura 26a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil	200
Figura 27- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina	202
Figura 27a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina	203
Figura 28- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	206
Figura 28a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	207
Figura 29- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina.....	209

Figura 29a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina	210
Figura 30- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	212
Figura 30a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	213
Figura 31- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina	216
Figura 31a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina	217

Índice de gráficos

Gráfico 1- Confiança nas Forças Armadas (%)	83
Gráfico 2- Avaliação da situação política do país (%).....	85
Gráfico 3- Interesse por política (%)	86
Gráfico 4- Preferência pela democracia (%)	88
Gráfico 5- Satisfação com a democracia (%).....	89
Gráfico 6- Opinião sobre o voto (%)	91
Gráfico 7- Confiança interpessoal (%)	92
Gráfico 8- Confiança no Judiciário (%)	94
Gráfico 9- Confiança no Congresso (%)	95
Gráfico 10- Confiança no governo (%)	96
Gráfico 11- Confiança nos partidos (%).....	97
Gráfico 12- Confiança nas Forças Armadas e avaliação da situação política do país (%).....	99
Gráfico 13- Confiança nas Forças Armadas e interesse por política (%)	101
Gráfico 14- Confiança nas Forças Armadas e preferência pela democracia (%)	103

Gráfico 15- Confiança nas Forças Armadas e satisfação com a democracia (%).....	105
Gráfico 16- Confiança nas Forças Armadas e sentimento sobre o voto (%)	106
Gráfico 17- Confiança nas Forças Armadas e confiança interpessoal (%)...	108
Gráfico 18- Confiança nas Forças Armadas e confiança no Judiciário (%) ..	109
Gráfico 19- Confiança nas Forças Armadas e confiança no Congresso (%)	110
Gráfico 20- Confiança nas Forças Armadas e confiança no governo (%)	112
Gráfico 21- Confiança nas Forças Armadas e confiança nos partidos (%)...	113

Índice de tabelas

Tabela 1- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil.....	120
Tabela 2- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina	124
Tabela 3- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil	127
Tabela 4- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina.....	130
Tabela 5- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil	133
Tabela 6- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina.....	136
Tabela 7- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil	141
Tabela 8- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	144
Tabela 9- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil	147

Tabela 10- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	150
Tabela 11- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil	153
Tabela 12- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Judiciário na Argentina.....	156
Tabela 13- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil.....	161
Tabela 14- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina	164
Tabela 15- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil	167
Tabela 16- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina.....	170
Tabela 17- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil	173
Tabela 18- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina.....	176
Tabela 19- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil	181
Tabela 20- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina.....	184
Tabela 21- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil	187
Tabela 22- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina	190
Tabela 23- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no governo no Brasil	193
Tabela 25- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil.....	201
Tabela 26- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina	205

Tabela 27- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil.....208

Tabela 28- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina211

Tabela 29- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil215

Tabela 30- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina.....218

Sumário

1. Introdução.....	17
2. Marco teórico.....	36
2.1. Cultura política.....	36
2.2. Capital social.....	41
2.3. Modelos de transição do Brasil e da Argentina.....	48
2.4. A reconstrução democrática no Brasil e na Argentina.....	59
3. Transições e cultura política no Brasil e na Argentina.....	82
3.1. Padrões longitudinais de cultura política, e capital social nos dois países (1995-2010).....	82
3.2. Impactos da confiança nas Forças Armadas sobre a cultura política e o capital social no Brasil e na Argentina (2010).....	98
4. Análise de trajetória: impactos estatísticos dos modelos de transição sobre confiança interpessoal e institucional nos dois países.....	115
4.1. Impactos estatísticos sobre confiança interpessoal.....	116
4.2. Impactos estatísticos sobre confiança no Judiciário.....	138
4.3. Impactos estatísticos sobre confiança no Congresso.....	158
4.5. Impactos estatísticos sobre confiança nos partidos.....	198
5. Considerações finais.....	222
6. Referências Bibliográficas.....	227
7. Anexos.....	236

1. Introdução

Esta tese examina as transições políticas relacionadas à cultura política em dois contextos diferentes: Brasil e Argentina. O'Donnell e Schmitter (1988) destacam que nesses países, ocorreram transições com modelos bastante distintos: enquanto no contexto brasileiro a transição foi negociada, lenta, gradual, na Argentina a derrota militar foi muito mais marcante e abrupta, com ampla participação da sociedade civil. Com base nesse cenário, esta tese postula que esses modelos apresentam repercussões diferentes nos dois países. Presume-se que no Brasil, uma transição mais negociada tem gerado uma cultura política com maior abertura a ideais autoritários, com menos confiança interpessoal e nas instituições democráticas, e mais confiança na instituição militar, pautada numa no que Castro (2007) chama de maior “nostalgia da ditadura”, enquanto na Argentina tal lógica seria a inversa, ou seja, o fracasso dos incumbentes autoritários aumentaria a repulsa a seus ideais e, conseqüentemente, levaria a uma maior qualidade da democracia, se considerada para além de seus procedimentos formais, de acordo com a perspectiva de Diamond e Morlino (2004).

Assim, busca-se articular aos estudos sobre diferentes modelos de transição um estudo de cultura política, buscando identificar as possíveis relações dos dois modelos com as percepções dos indivíduos acerca de questões de ordem democrática entre 1990 e 2010, no Brasil e na Argentina, culminando nas relações de capital social, ou seja, em última análise, examinando se diferentes modelos de transição desembocam em diferentes padrões de confiança institucional e interpessoal.

A lógica teórica aqui sugerida é de que os modelos transicionais podem gerar uma série de elementos de valorização do regime pós-autoritário, num sentido de que quanto maior a repulsa ao regime anterior, maior a probabilidade de que valores mais democráticos sejam introjetados nas culturas políticas dos países examinados, fazendo, assim, crescer a possibilidade de uma maior confiança nas instituições democráticas. Isso não quer dizer que não haja uma série de outros fatores que possam incidir sobre os valores democráticos de um país.

O funcionamento da democracia em si mesma e seus resultados também tendem a repercutir sobre os valores, sentimentos e avaliações dos cidadãos sobre o regime. No entanto, saber da existência destes outros impactos não deve impedir que se busque examinar o efeito que as transições possuem sobre o tipo de democracia que se materializa. Ainda que os modelos transicionais não se constituam em uma panaceia para explicar tudo- e em Ciência Política nada explica tudo-, torna-se relevante examinar a existência ou não dessas relações porque, a partir da constatação da real dimensão destes impactos, podem surgir possibilidades explicativas e de soluções para o fortalecimento democrático.

A tese está estruturada, além da introdução, com um capítulo de marco teórico sobre cultura política e capital social, além de um segundo contendo uma revisão acerca dos casos mais específicos das transições nos dois países ora estudados, e dois capítulos de natureza empírica, um descritivo e outro inferencial: no primeiro deles, é apresentada uma análise longitudinal das variáveis de confiança nas Forças Armadas, cultura política, e capital social no Brasil e na Argentina e, em seguida, são verificados os resultados dos cruzamentos entre a confiança nos militares e as demais variáveis nos dois países. No segundo capítulo empírico, é testado um modelo de trajetória no qual pretende-se examinar o impacto da confiança nos militares de Brasil e Argentina sobre a cultura política, desembocando no capital social nos dois países. Em resumo, a presente tese problematiza a relação estabelecida entre modelos de transição política e cultura política, tendo como objeto de estudo, para o estabelecimento de tal relação, os casos do Brasil e da Argentina. O problema de pesquisa, nesse sentido, é o seguinte: é possível que modelos de transição mais ou menos radicais ou mais ou menos negociados gerem democracias com padrões diferentes em termos culturais, e, especialmente, de confiança interpessoal e institucional?

O trabalho justifica-se por abrir uma nova margem de discussão acerca da temática das transições para a democracia. Enquanto autores como O'Donnell e Schmitter (1988) realizaram um estudo em perspectiva comparada dos diferentes modelos transicionais pelo prisma dos atores políticos, e outros, examinando os fatores preponderantes para a sobrevivência das democracias na América Latina,

como Pérez-Liñán e Mainwaring (2014), também tenham dado ênfase maior à questão dos atores políticos, seus comportamentos e posturas diante do regime democrático, busca-se, com este estudo, examinar se, do ponto de vista da cultura política, configuram-se também diferenças significativas entre os países, resultantes desses processos. Isso porque este trabalho parte do pressuposto de que as elites, os atores políticos e principalmente as instituições não estão situados em bolhas apartadas da sociedade; estes elementos interagem com os cidadãos e estão eles mesmos imersos em uma cultura política, sendo influenciados e buscando influenciar a opinião pública.

Deste modo, as instituições e ações dos atores refletem, de alguma maneira, a forma como a própria sociedade tende a se comportar. Daí, a importância de se levar em consideração o elemento cultural, acrescentando às análises a reflexão de como os cidadãos se comportam diante das instituições políticas.

Assim, estudar não somente a forma institucional que as democracias pós-transição tomaram, mas também a qualidade das mesmas, torna-se relevante, como afirma Vitullo (2007). O autor destaca em sua tese de 2005 ainda que a literatura a respeito do tema descuidou-se dos componentes sócio-econômicos dos processos políticos transicionais e negligenciaram as características dos regimes subsequentes no que se refere à sua qualidade, ao seu desempenho e à sua legitimidade popular. Por outro lado, Pérez-Liñán e Mainwaring (2014) criticam os estudos que examinam a democracia sem levar em consideração os atores políticos estratégicos. Entretanto, igualmente poderiam ser criticados os estudos que consideram tão somente os atores políticos “relevantes” sem incorporar à análise a sociedade civil e a cultura.

A presente tese de algum modo busca integrar as duas perspectivas, adotando como premissa as transições promovidas de acordo com os atores, adicionando a questão cultural e examinando, a partir disso, o impacto que tais acontecimentos tiveram sobre a legitimidade democrática societal, que pode criar panoramas mais ou menos propícios para que as elites atuem em sentido mais ou menos democrático. Dificilmente se dá um golpe sem que antes haja algum

movimento do tipo “Tradição, Família e Propriedade”. Algum gatilho social, ainda que artificialmente legitimador, geralmente está envolvido nos contextos golpistas para encorajar intervenções antidemocráticas.

Nessa perspectiva, então, a presente tese agrega o elemento da importância cultural da reconstrução e consolidação da democracia, sem descuidar dos fatores econômicos e de níveis educacionais, ao analisar as repercussões que distintas configurações transicionais pela via dos padrões de confiança nas Forças Armadas possuem sobre a cultura política e os padrões de confiança interpessoal e institucional trabalhados por meio do conceito de capital social. Além disso, a sistematização proposta através da análise de trajetória aparece como um componente importante, oferecendo subsídios para análises que busquem estabelecer a relação entre modelos de transição e cultura política.

Assim, se por um lado o estudo das transições possui um número significativo de pesquisas, não se nota a mesma riqueza no que tange à proposta analítica ora apresentada, na medida em que pouco se tem produzido buscando estabelecer as consequências das transições sobre as diversas facetas da cultura política, em especial no que diz respeito ao capital social nos níveis de confiança interpessoal e institucional. Além disso, não se pode incorrer no equívoco de simplesmente aceitar o que está dado em nível teórico sem (re)verificar determinadas premissas na prática. Isso basicamente porque partimos do pressuposto de que os fenômenos políticos e sociais possuem dinâmicas próprias e, assim sendo, atualizar trabalhos com tal temática torna-se útil para que não caiamos numa espécie de “fukuyamismo teórico”, apregoando o fim ou esgotamento de certas teorias e abordagens pelo simples fato de já terem sido utilizados em contextos e temporalidades diferentes.

Dessa forma, se partimos do princípio de que os objetos de pesquisa da Ciência Política não são estáticos e congelados no tempo, parece evidente que novas teorias podem ser formuladas, à medida que a realidade e o contexto mudem no tempo e no espaço. A integração deste componente analítico é fundamental, uma vez que o fortalecimento da democracia pode ser dado, de acordo com Baquero (2011, p. 14), “mediante iniciativas que integrem a moldura formal da democracia

com aspectos substantivos e normativos, em outras palavras, levar em conta a cultura política”. Tal discussão pode ser norteadora para uma análise consistente de como se constituem alguns aspectos da opinião pública no Brasil e na Argentina do ponto de vista da construção democrática, ao permitir a verificação da existência, ou não, de impactos significativos dos modelos de transição sobre as predisposições democráticas dos cidadãos dos dois países. Outro aspecto a considerar quando da elaboração de uma pesquisa refere-se à metagenda. Segundo Baquero (2009), no que concerne à definição da metagenda, os órgãos de fomento à pesquisa priorizam seu apoio àquelas iniciativas que estão enquadradas na metagenda. O lado negativo disso é que tal procedimento tem ocasionado uma situação na qual muitos estudos que poderiam trazer contribuições teóricas importantes, são deixados de lado, uma vez que a eles não é conferida prioridade.

Levando isso em consideração, se por um lado a temática das transições políticas em si já não desperta o interesse da maioria das agências e de pesquisadores que de alguma forma ditam o que importa e o que não importa academicamente, por outro, o presente trabalho lida com um conceito bastante utilizado por agências como o Banco Mundial (ainda que a partir de uma ótica diferente), como o capital social, utilizado pelas mesmas como um potencial fomentador de relações mais democráticas e de desenvolvimento econômico para países e comunidades que se encontram em situação de precariedade social, como demonstra, por exemplo, o estudo de Woolcock e Narayan (2000).

Do ponto de vista social, o presente trabalho possui utilidade potencial à medida que serve não só para que modelos de transição política sejam pensados com cuidado, a partir de reflexões sobre os seus impactos na perspectiva dos cidadãos, mas também para que a própria democracia seja pensada e repensada nos contextos de Brasil e Argentina.

Nesse sentido, verificar os caminhos pelos quais a cultura política é influenciada de acordo com diferentes modelos transicionais pode ajudar os governos a pensarem mecanismos e dispositivos que propiciem sociedades mais participativas, democráticas e colaborativas, dedicando atenção especial àqueles

aspectos que apresentam um impacto potencial maior sobre a qualidade da democracia nos dois países. Tal afirmação encontra respaldo em autores como Morlino (2007), para quem ainda que o regime democrático tenha uma aceitação global, a questão mais séria e importante refere-se ao tipo de democracia, ou seja, o nível de qualidade da mesma vigente nos países. Segundo o autor, a qualidade democrática assenta-se em um tripé formado por procedimentos, conteúdo e resultado. Assim, de acordo com Morlino (2007), uma democracia com qualidade seria antes de qualquer outra coisa um regime com ampla legitimação, estável, e com o qual os cidadãos estariam plenamente satisfeitos. Além disso, considerar a democracia na América Latina como algo dado e acabado pode levar-nos a equívocos uma vez que para autores como Quiroga (2005) a democracia nunca será um regime acabado, se construindo e reconstruindo permanentemente, sempre como uma realidade inacabada.

Some-se a isso o grau de envolvimento dos cidadãos para com a política, isso porque a democracia nos dias atuais teria como requisito uma cidadania ativa na qual os cidadãos estejam incorporados na esfera política por meio de mecanismos como discussões, deliberações, referendos e plebiscitos, isto é, através de mecanismos tanto formais quanto informais, sem que isso signifique um desprestígio ou comprometimento das instituições tradicionais de mediação política.

Existe, assim, um consenso de que sem o envolvimento dos cidadãos no processo de construção da democracia, a mesma perde legitimidade, mantendo meramente seus aspectos formais na ótica de Morlino (2007), ainda que autores como Rennó et al (2012) confirmem um papel mais democrático à participação eleitoral do que ao engajamento em movimentos sociais e protestos, vistos como potenciais desestabilizadores do regime.

Porém, corre-se o risco de, com isso, confundir contentamento com afastamento: tanto os baixos índices de participação em movimentos sociais e protestos não sinalizavam uma situação de tranquilidade democrática no Brasil, que a explosão de manifestações em junho de 2013 trouxe consigo efeitos tais como a permanência de protestos pautados por uma perspectiva anti-institucional e, em

alguns casos, invocando intervenção militar para derrubada do governo do país; em 15 de março de 2015 ocorreu movimento ainda mais incisivo, com demandas mais pontuais marcadas por pedidos de impeachment da presidente Dilma Rousseff (que tramitavam no Congresso Nacional até o momento de fechamento desta tese) e por setores clamando que os militares “salvassem” o país. Tais movimentos visando a derrubada da presidente brasileira continuam ocorrendo sistematicamente. Ou seja, de algum modo, a democracia no Brasil ainda carece de legitimidade social, e o mero ato de votar não sinaliza uma democracia plenamente consolidada. Assim, para autores como Quiroga (2002, p. 9), a consolidação da democracia se assenta na confiança acordada pelos cidadãos a um poder político considerado legítimo, e não somente legal.

De modo geral, não se defende que a cultura por si mesma seja suficiente para resultados de desenvolvimento democrático, mas sim que esta, articulada às instituições democráticas- que, afinal, são compostas por pessoas- pode servir para gerar um contexto mais democrático, que confira maior legitimidade ao regime vigente.

Dessa maneira, entende-se na presente tese uma democracia de qualidade como aquela que combina estabilidade institucional com legitimidade dessas instituições junto à população, gerando um cenário em que haja confiança e valorização do funcionamento democrático. Isso porque um apoio difuso à democracia pode sofrer desgastes com o tempo, e o processo de manutenção exige que o regime democrático, ao longo dos anos, traga resultados práticos relacionados à democracia existente e inspire nos cidadãos sentimentos de adesão e legitimidade, sob pena de que tentações autoritárias ainda perceptíveis principalmente no contexto brasileiro tornem-se mais e mais sedutoras para os cidadãos.

Busca-se nesta tese uma perspectiva de incidência, partindo da ótica de que, numa área como a das ciências humanas, e dado o contexto de desigualdades, pobreza, corrupção e entraves ao processo democrático em uma dimensão mais ampla e substantiva nos países latino-americanos, não se deve apenas pensar a

sociedade e a política, mas também buscar transformá-las para melhor, de acordo, evidentemente, com a ontologia de cada pesquisador. A apreensão do objeto em si é respeitável, legítima do ponto de vista acadêmico, porém, insuficiente. Avanços sociais, de acordo com a ótica que perpassa esta tese, devem andar lado a lado com avanços no conhecimento, ultrapassando o âmbito acadêmico e impactando sobre o mundo no qual se vive.

Dessa forma, se está apresentado um contexto em que a democracia, do ponto de vista formal, possui relativa consolidação na América Latina, não é menos verdade que do ponto de vista substantivo ela ainda enfrenta sérios entraves, plasmados por relações de forte desconfiança sobre a política, a própria democracia e suas instituições, além de um distanciamento das esferas participativas (BAQUERO, 2011; GONZÁLEZ, 2011; MOISÉS, 2005; POWER e JAMISON, 2005).

Deste modo, o objetivo principal desta tese é o de relacionar a confiança nas Forças Armadas com a cultura política e o capital social no Brasil e na Argentina, com vistas a verificar a possibilidade de correspondência de modelos transicionais mais ou menos negociados com a forma com que os cidadãos percebem a democracia e suas instituições. Combinando-se com este propósito, os objetivos específicos são:

(1) Verificar o comportamento dos cidadãos dos dois países em termos de confiança nas Forças Armadas em comparação com as outras instituições;

(2) Examinar longitudinalmente variáveis como avaliação da situação política dos países, interesse por política, predisposições democráticas de brasileiros e argentinos, através da valorização do sufrágio, preferência por regime, satisfação com a democracia, além de confiança interpessoal e institucional;

(3) Verificar os padrões culturais em termos democráticos no Brasil e na Argentina, relacionados à confiança nas Forças Armadas dos dois países;

(4) Oferecer subsídios para estudos comparativos de outros contextos em que são estabelecidas diferenças substanciais de transições à democracia;

(5) Formular um modelo de análise de trajetória para examinar os impactos da confiança nas Forças Armadas de Brasil e Argentina sobre a cultura política e o capital social dos dois países, comparado com o impacto de variáveis relativas a escolaridade e renda.

A hipótese de pesquisa é de que diferentes modelos de transição para a democracia repercutem na cultura política, principalmente no capital social, do Brasil e da Argentina. Nesse sentido, afirma-se que um modelo transicional mais negociado e gradual, como o brasileiro, gera uma democracia de menor qualidade do ponto de vista das percepções e comportamentos dos cidadãos em relação a um modelo de derrota mais enfática dos incumbentes autoritários, como é o caso argentino. Nesse sentido, outros componentes não são desprezados e também serão testados comparativamente com a repercussão da confiança nos militares com fatores como nível socioeconômico (apreciação feita pelos entrevistadores do Latinobarômetro¹) e grau de escolaridade dos entrevistados, uma vez que tais variáveis também são consideradas relevantes para a explicação de normas e valores. Porém, o que se busca verificar através da hipótese formulada é se o fator transicional tem maior peso do que estes outros no momento de se analisar os valores democráticos e os padrões de confiança interpessoal e institucional nos dois países.

A metodologia desta tese segue o protocolo quantitativo. Os procedimentos metodológicos, além da revisão bibliográfica a respeito da temática formulada, principalmente no que tange às diferenças verificadas nas transições à democracia dos dois casos examinados, utilizam dados do *Latinobarómetro*, que apresentam traços da cultura política do Brasil e da Argentina, nos anos de 1995, 2000, 2005 e

¹ O banco do Latinobarômetro não traz uma variável objetiva de renda. Restam, assim, variáveis subjetivas, de auto-avaliação do entrevistado e de apreciação do entrevistador. Partindo-se do princípio de que o entrevistador possui parâmetros mais claros para definir o nível econômico do entrevistado, optou-se pela segunda variável.

2010²- ocasionalmente complementados por dados do *World Values Survey* de 1990.

A partir desses dados, pretende-se verificar longitudinalmente como tem sido constituída a cultura política nos dois países no período de 1990-2010, seus padrões de aproximação com idéias autoritárias e com perspectivas mais democráticas e protagônicas da sociedade civil.

Além da análise longitudinal, a parte descritiva é complementada por cruzamentos da confiança nas Forças Armadas com as demais variáveis, com vistas e examinar relações entre aqueles que confiam mais ou menos nos militares de Brasil e Argentina e seus padrões de percepção sobre a democracia e a confiança interpessoal e nas principais instituições dos países pesquisados.

Em seguida, formula-se um modelo de trajetória (*path analysis*) para verificar no ano de 2010, ainda que com um processo de equivalência funcional, o impacto efetivo das transições sobre a cultura política e o capital social no Brasil e na Argentina, adotando como variável exógena a confiança nas Forças Armadas, passando por variáveis intermediárias de cultura política, para chegar às variáveis dependentes de confiança interpessoal e institucional.

Fazer uma mensuração neste sentido é um desafio que exige a adoção de uma equivalência funcional, uma vez que não há como, por meio de *surveys*, estabelecer diretamente o que é um modelo de transição e o que é outro. Apenas resta, por meio de fundamentação teórica proveniente de autores como Moisés (1995), que relacionam as instituições com resultados verificados na cultura política, tentar conferir consistência teórica à ideia de que, sim, pode existir uma incidência e

² O banco do Latinobarómetro de 2011, o mais recente disponibilizado até o momento de produção e trabalho dos dados desta tese, não trazia a questão de “interesse por política”. Por isso, optou-se por usar o banco anterior, de 2010, para as análises, ainda que este também tenha exigido do autor a escolha de uma equivalência funcional em relação aos anos anteriores, na questão de opinião sobre se o voto faz diferença na prática (que também não havia no banco de 2011). Neste caso, optou-se por usar uma questão sobre o sentimento do entrevistado quando vota- se satisfeito, se considera o cumprimento de um dever, se vota por obrigação, se sente que é um desperdício de tempo, ou se não sente nada. Foi a forma mais aproximada encontrada para avaliar, no ano de 2010, o nível de importância conferido ao ato de votar.

uma relação entre transições e comportamentos e atitudes, e a partir de tal fundamentação, chegar a um modelo de trajetória capaz de englobar esses fatores e, na medida do possível e das limitações inerentes, explicar o impacto das transições e as diferenças concernentes à manutenção de altos índices de confiança nos militares do Brasil contraposta à explícita falta de confiança dos argentinos para com seus ex-incumbentes autoritários.

Cabe ressaltar que não existe, nesta tese, um desprezo a variáveis comprovadamente importantes para explicação da cultura política, como a escolaridade, conforme Almeida (2007) já nos apresentou para o caso brasileiro em seu livro “A Cabeça do Brasileiro”. Modelos substituindo a confiança nas Forças Armadas por variáveis de escolaridade e economia (nível econômico e formação/anos de estudo) também são apresentados e testados no intuito de realizar um contraponto/ comparação em relação à questão das consequências dos modelos transicionais analisados por meio da confiança nos militares. Trata-se de um modelo no qual o objetivo principal é o de examinar o impacto da confiança nas Forças Armadas sobre cultura política e capital social nos dois países, e verificar o alcance dessa explicação, em combinação de trajetória com comportamentos e atitudes dos sujeitos em relação à política, para desembocar nos padrões de confiança interpessoal e institucional no Brasil e na Argentina.

Deste modo, chega-se ao modelo analítico utilizado nesta tese. A análise da trajetória (*path analysis*) é considerada uma forma superior de regressão múltipla, e podendo ser utilizada, de acordo com Babbie (1999), quando se parte do pressuposto de que as respostas relativas a uma variável são causadas pela influência de outras variáveis. A relação entre as variáveis utilizadas é estabelecida através do desenho de um diagrama (*path diagram*) que vincula as variáveis independentes, de maneira direta e através de variáveis intervenientes, à variável endógena, assim, diagramando uma rede de relações cuja estrutura é definida pelo pesquisador, por meio de uma base lógico-teórica previamente estabelecida, conforme afirmam Baquero, Souza e Riquinho (2013).

Pelo fato de os modelos de transição serem um construto teórico, algo estabelecido na história como um elemento factual trabalhado conceitualmente, torna-se um desafio mensurar estatisticamente os seus impactos sobre as variáveis de cultura política. Por isso, em combinação com a análise longitudinal, a análise de trajetória será realizada tendo como base a escolha da confiança nas Forças Armadas como a variável que melhor capta as diferenças entre os modelos transicionais, uma vez que, consequência do modelo de transição, o Brasil apresenta, por meio de pesquisa do Latinobarómetro de 2011, 62,9% de confiança nas Forças Armadas, contra apenas 35,4% dos argentinos.

Segundo Gonzalez e Lentz (2012), o modelo transicional pactuado no Brasil permitiu uma segurança dos militares, preservando importantes espaços políticos e de poder, e permitiu ainda que se mantivessem, já sob a democracia, presentes no cenário político constituído por novos partidos e parâmetros institucionais, enquanto na Argentina ocorreu uma derrota fragorosa, e com isso, uma valorização da democracia e um rechaço ao autoritarismo que estiveram ausentes em um país que, nas palavras de Quiroga (2005), ao longo de meio século teve nas Forças Armadas um dos seus atores políticos mais destacados. Esses componentes levam a crer que tal cenário de confianças e desconfianças vinculando sociedade civil e militares nos dois países refletem, em alguma medida, estes cenários históricos nos quais a imagem das Forças Armadas no Brasil saiu menos arranhada da ditadura do que na Argentina. Para reforçar isso, cabe lembrar, por exemplo, que o deputado de origem militar Jair Bolsonaro, com suas posturas radicalmente opostas aos direitos humanos, é um ícone para parcela não desprezível da sociedade brasileira.

Poder-se-ia problematizar a escolha da variável de confiança nas Forças Armadas afirmando-se que este não seria um bom ponto de ancoramento porque um país democrático e por muitos adotados como modelo, como os Estados Unidos, combina seus valores democráticos com alto índice de confiança em seus militares (na onda do WVS de 2010-2014, 81.6% dos estadunidenses apresentam extrema ou bastante confiança em suas Forças Armadas). Porém, neste caso, há de se considerar que o país norte-americano não teve experiências autoritárias com seus militares. Deste modo, o exército dos Estados Unidos aparece como um elemento

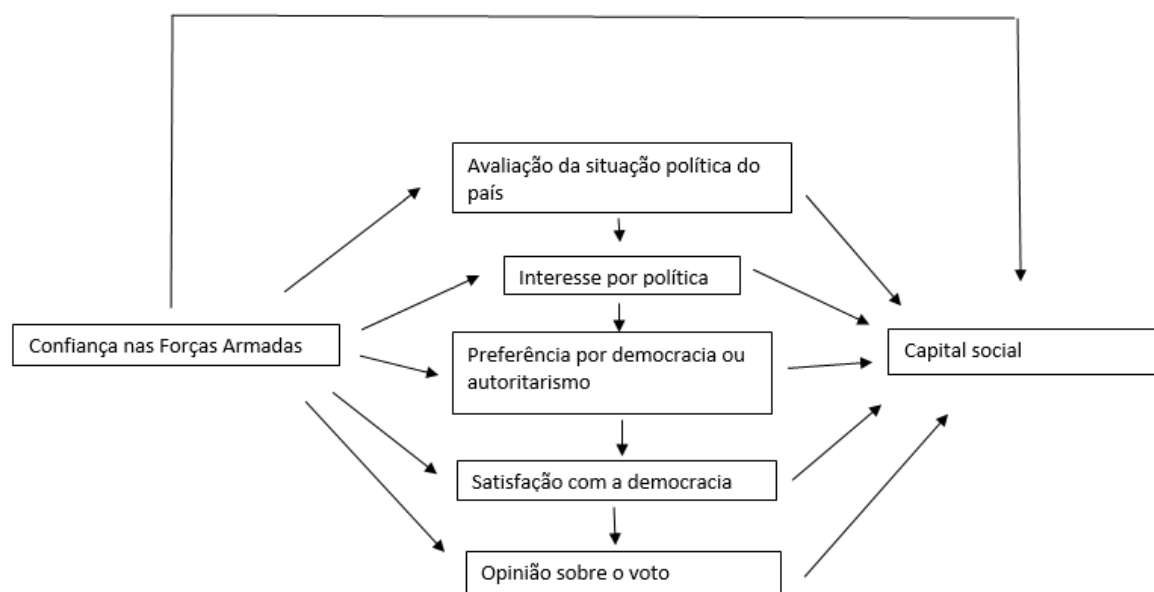
complementar à democracia, inclusive como um defensor de tais valores nas diversas intervenções estadunidenses pelo mundo sob o lema de liberdade e implementação da democracia- por alguma coincidência, geralmente em países ricos em petróleo. Assim, pelo fato de não haver uma experiência da natureza que se verifica no Brasil e na Argentina, a princípio, a confiança nas Forças Armadas não apareceria como algo que de algum modo se atrite com os valores democráticos. Dessa maneira, do ponto de vista desta tese, parte-se de uma análise que relaciona a confiança nas Forças Armadas com cultura política e capital social. No Quadro 1, são apresentadas as variáveis que serão utilizadas no trabalho, e na sequência, a figura que apresentará o modelo de trajetória utilizado.

Quadro 1- Conceitos e variáveis utilizadas para a análise

Equivalente funcional dos modelos de transição	Confiança nas Forças Armadas
Cultura política	Como qualificaria a situação política do país?
	Interesse por política
	Preferência democracia/autoritarismo
	Satisfação com funcionamento da democracia no país
	Opinião sobre a capacidade do voto em mudar situações
Capital social	Confiança interpessoal
	Confiança no Poder Judicial
	Confiança no Congresso Nacional
	Confiança nos partidos
	Confiança no governo

Fonte: Elaboração própria, baseada nos dados disponibilizados pelo Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Figura 1- Modelo de trajetória com efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre o capital social no Brasil e na Argentina



Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 1, a variável exógena é a da confiança nas Forças Armadas no Brasil e na Argentina. As variáveis intervenientes referem-se à cultura política, e correspondem a avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência por democracia ou autoritarismo, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. O capital social é a variável dependente. Serão realizados cinco modelos de trajetória para cada país para o ano de 2010, o mais recente disponibilizado pelo Latinobarómetro que abarcava as variáveis examinadas até o momento de tratamento dos dados, uma vez que o capital social, neste caso, será desmembrado em cinco diferentes variáveis que serão analisadas separadamente, quais sejam: confiança interpessoal, e confiança institucional em quatro níveis diferentes, Judiciário, Congresso Nacional, partidos políticos e governo do país. Estes postulados relacionam-se com estudos como o de Moisés (1995), que buscam verificar como se configura uma cultura política, no caso do autor, a brasileira, após

o processo de transição. Ademais, outros autores como Putnam (1996) e Baquero (2007) têm realizado diversos estudos examinando como a democracia se configura e fortalece através de relações de confiança pautadas pelo capital social. Postula-se na presente tese que padrões mais altos de confiança nas forças militares dos países geram uma cultura política de maior desconfiança para com a democracia, resultando, a partir daí, numa menor capacidade associativa, no nível da (des)confiança interpessoal, e num desempenho institucional mais fraco do ponto de vista da forma como as pessoas percebem as instituições do país.

O efeito direto examinado refere-se à relação entre confiança nas Forças Armadas e capital social, partindo do princípio de que padrões mais altos de confiança nos militares repercutiriam em uma fragilidade institucional em relação à confiança dos indivíduos nos órgãos democráticos ao mesmo tempo que impacta na confiança nos outros indivíduos, uma vez que tal confiança pode guardar relação com padrões autoritários e de repressão pautados principalmente na desconfiança sobre outros seres humanos: sujeitos que veem as Forças Armadas como algo mais confiável poderiam, assim, possuir tal posição por ver na repressão às liberdades dos outros indivíduos um aspecto, pelo menos potencialmente, necessário em nossas sociedades.

Autores como Moisés e Meneghello (2013) afirmam que os sintomas de uma desconfiança da sociedade para com a política podem ser plasmados por aspectos tais como alienação, indiferença em relação à esfera política mas, principalmente, em uma descrença sobre as capacidades das instituições públicas assegurarem seus direitos. Isso sugere a importância de se examinar este elemento da confiança institucional, uma vez que o agravamento de determinados padrões de afastamento poderia paulatinamente minar as bases da democracia.

Além deste efeito direto da confiança nos militares sobre o capital social, há ainda outros efeitos que se pretende observar, e que também podem incidir sobre os níveis de capital social no Brasil e na Argentina. É nesta dimensão que se pode vincular os modelos de transição e a cultura política, partindo de um princípio geral de que uma transição menos controlada e negociada traria consigo uma cultura mais

frágil de valorização democrática e rejeição a receitas autoritárias, ao mesmo tempo em que um modelo transicional pautado por uma derrota mais contundente do regime autoritário traria consigo, além de uma repulsa maior às ditaduras, uma valorização mais consistente da democracia. A confiança nas Forças Armadas, nesse sentido, pode remeter a uma avaliação mais cética, por exemplo, da situação política vivida nos dois países: cidadãos que tenham uma certa nostalgia da ditadura podem tender, assim, a ver com menos otimismo e entusiasmo a situação política de seus países, e esta avaliação teria, deste modo, impactos sobre o capital social no Brasil e na Argentina. Isto se torna especialmente relevante se observamos, por exemplo, as manifestações de junho de 2013 no Brasil, que por meio das redes sociais tomou vulto impressionante e, com seu crescimento, trouxe à tona alguns setores com sentimento fortemente nacionalista adotando discursos anti-institucionais- principalmente antipartido- e de derrubada da presidente Dilma Rousseff do poder. Algumas das manifestações que pediam impeachment da presidente logo após sua reeleição, acompanhadas de pedidos de intervenção militar por parte de alguns setores da sociedade também vão nessa direção.

Do mesmo modo, o interesse que os sujeitos têm pela política pode ser impactado pelo modelo de transição examinado pela confiança nos militares: cidadãos mais adeptos de valores das Forças Armadas poderiam tender a interessar-se menos pela política vigente precisamente pelo fato dela ser direcionada a uma percepção mais plural e menos coesa de sociedade; já cidadãos que confiam menos nos militares seriam potencialmente mais adeptos da democracia e, assim, se interessariam mais pelas questões políticas nos dois países, e esse interesse também pode desembocar em padrões mais elevados de capital social.

Na mesma direção, os efeitos da confiança nas Forças Armadas podem incidir na preferência pela democracia ou pelo autoritarismo: os sujeitos mais adeptos da lógica militar podem tender, até com alguma força, a terem uma percepção da política como terreno em que intervenções autoritárias se façam necessárias. Autores como González e Lentz (2012) enfatizam, por exemplo, que o autoritarismo ainda se faz presente na cultura política brasileira, com uma certa

desconfiança e apatia em relação à defesa dos direitos humanos. Isso se plasma na velha máxima adorada por apresentadores de programas de tv estilo “mundo cão”: “direitos humanos para humanos direitos”.

Nesse sentido, a preferência entre democracia e autoritarismo também pode impactar sobre o capital social, principalmente em termos de desconfiança sobre as instituições democráticas vigentes, mas também em termos de confiança interpessoal: aqueles que preferem um governo autoritário tenderiam a confiar menos nas outras pessoas e na capacidade de organizar-se coletivamente; neste terreno, surgiria como esperança a possibilidade de um governo que, com pulso firme, exerça controle sobre a sociedade civil e “coloque as coisas em ordem”.

Outro efeito indireto examinado refere-se à satisfação com a democracia: novamente, sujeitos que confiem mais nas Forças Armadas podem fazer disso um reflexo saudosista dos tempos autoritários, e assim, estabelecer uma relação de ceticismo junto à democracia, e esta variável de satisfação também incidiria sobre padrões de confiança interpessoal e institucional no Brasil e na Argentina.

Por fim, a confiança nos militares pode também apresentar impacto sobre a opinião acerca do voto, mecanismo visto como o principal instrumento de uma democracia em parâmetros mínimos: quando se respeita demais a autoridade militar, isso pode implicar numa desvalorização do voto e da democracia, e tal desvalorização pode ter impactos nefastos sobre os padrões de capital social nos dois países. Evidentemente, este trabalho não traz em seu escopo a análise das motivações mais complexas, mesmo do ponto de vista psicológico, de tal confiança nas Forças Armadas. Parte, isso sim, do argumento de que tal confiança reflete os modelos de transição verificados no Brasil e na Argentina: o controle dos incumbentes autoritários brasileiros em sua retirada do poder proporcionou uma saída de cena menos constrangedora e derrotada do que no caso argentino, e isso acaba por refletir um maior prestígio, até os dias de hoje, dos militares brasileiros em comparação com os argentinos.

Ademais, existem também os efeitos endógenos que podem repercutir no modelo proposto. O primeiro deles é o de que a avaliação da situação política de um

país potencialmente afeta o interesse que os cidadãos têm a respeito da política. Uma melhor avaliação, nesse sentido, pode servir como incentivo para que os sujeitos se interessem mais por esta arena; o contrário também poderia ocorrer: um panorama em que os indivíduos estejam extremamente inconformados com seu governo pode redundar num maior interesse e engajamento para mudar a situação do país. Esse interesse, por sua vez, pode servir como propulsor de uma perspectiva mais democrática e humana sobre a política, por meio de maior conhecimento acerca do mundo político, e das repercussões que democracias e ditaduras podem ter em uma dada sociedade, incidindo deste modo, na preferência por um regime mais aberto em relação a um regime ditatorial baseado na repressão. Tal tipo de preferência também parece repercutir na própria satisfação e boa vontade que se desenvolve para com a democracia, uma vez vinculada às experiências anteriores, e esta satisfação, por fim, pode impactar em uma maior valorização do ato de votar enquanto ferramenta democrática, se não suficiente (e aqui acreditamos que não é), pelo menos necessária.

2. Marco teórico

2.1. Cultura política

Um conceito teórico central que sustenta esta tese é o de cultura política, que trata das perspectivas e enfoques que os sujeitos desenvolvem com relação à política, como eles se vêem inseridos nos contextos de assuntos políticos. Este conceito possui sua origem em um cenário em que estava configurada uma crise na crença a respeito do triunfo da racionalidade humana e na liberdade, em muito vinculada ao desenvolvimento do Fascismo e do Comunismo após a I Guerra Mundial. Tais fatos colocaram em dúvida a crença na inevitabilidade da democracia no Ocidente, e colocaram sob questionamento o futuro da democracia em nível mundial, com o advento, por exemplo, de explosões nacionalistas ocorridas na Ásia e na África (ALMOND e VERBA, 1965).

Almond e Verba (1965) são os autores do trabalho que serviu como pilar principal para as análises de cultura política na Ciência Política, *The civic culture*, no qual definem cultura política, de maneira geral, como sendo o processo pelo qual as orientações e atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político e às suas instituições. Os autores postulam o surgimento de uma “nova cultura política”, baseada na participação política do cidadão comum, que pode ser configurada de duas maneiras: democrática ou autoritária (ALMOND e VERBA, 1965). Dentro dessa dicotomia, o Estado democrático tem o papel de oferecer ao cidadão comum a oportunidade de se colocar como parte do processo decisório, ao passo que um regime totalitário coloca o mesmo num papel de “sujeito participante”. Nesse sentido, o modelo democrático necessita de mais do que a simples existência de instituições formais, uma vez que as mesmas também podem ser encontradas em muitos regimes totalitários. O aspecto diferenciador, e a necessidade para a configuração de uma democracia efetiva, diz respeito a uma cultura política democrática (IDEM, 1965). Os autores salientam que a cultura política possui relação com fatores que remetem à formação histórica de um país, que geram características referentes às predisposições atitudinais dos cidadãos em relação à política.

Almond e Verba elaboram, assim, uma classificação das orientações políticas dos sujeitos, dividindo-as, para efeitos analíticos, em três tipos: (a) cognitivas; (b) afetivas, e (c) avaliativas. As orientações cognitivas são aquelas que dizem respeito aos conhecimentos e às crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações de cunho afetivo remetem aos sentimentos de ligação e envolvimento que os agentes partilham em relação a tais objetos. Já as orientações avaliativas são uma combinação dos dois tipos anteriores, desembocando em julgamentos e opiniões em relação à política (ALMOND e VERBA, 1965). Além disso, os autores enfatizam que a auto-estima política, ou seja, uma auto-avaliação sobre a relevância que os sujeitos acreditam ter no cenário político, interfere nas predisposições sobre a política: quanto maior tal auto-estima, mais os cidadãos apresentam interesse e vontade de participar da política (IDEM, 1965). Tal ideia remete à noção de eficácia política subjetiva, na qual os sujeitos apresentam a percepção de que sua participação e engajamento no âmbito político efetivamente geram impactos em termos de resultados e soluções de suas demandas por parte do governo. Dessa forma, os indivíduos sentem-se “ouvidos” pelas esferas governamentais, e importantes, entes capazes de, por via da inserção política, mudarem os seus destinos.

Com o intuito de examinar e entender com maior profundidade a cultura política, Almond e Verba elaboram uma tipologia deste conceito. Classificam a cultura política em três diferentes tipos que podem ser considerados “ideais” na acepção weberiana deste termo: (1) paroquial; (2) sujeita e (3) participante. No primeiro, os cidadãos apresentariam pouco ou nenhum conhecimento em relação aos objetos políticos, fato que coloca-se como entrave para a formação de sentimentos ou julgamentos com relação aos mesmos. No segundo tipo, os indivíduos possuem uma consciência relativamente elaborada a respeito dos mecanismos de satisfação de demandas, ao passo que não possuem o mesmo nível de conhecimento e interesse sobre os instrumentos de encaminhamento das demandas, ficando, dessa forma sujeitos ao poder instituído, entendido, assim, como soberano ou absoluto. O terceiro tipo remete aos casos em que os cidadãos compartilham uma cultura política em que são dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo, adotando,

com isso, posturas ativas pelo fato de possuírem um bom nível de eficácia política subjetiva (IDEM, 1965). Uma cultura política que balanceie os três tipos ideais seria, para Almond e Verba, a mais favorável e desejável, configurando uma cultura cívica. Para que tal intento seja alcançado, é necessário que haja uma redução das disparidades sociais e uma participação moderada dos sujeitos, estando estes capacitados a inibir possíveis desmandos do governo por possuírem um alto conhecimento dos mecanismos institucionais e um considerável senso de eficácia política subjetiva (IDEM, 1965).

Com base nos postulados de Almond e Verba, Moisés (1995) examina a consolidação democrática no Brasil, num contexto de transição. De acordo com o autor, esse tipo de contexto geralmente é caracterizado pela incerteza, ou seja, trata-se da mudança de um regime autoritário para “alguma outra coisa” não muito clara, e que pode ser de natureza democrática, ou não. O autor trata a cultura política como variável “interveniente” que se articula com maior ou menor intensidade tanto com variáveis estruturais e instrumentais como com aquelas especificamente políticas. Desse modo, a cultura política é utilizada para compreender por que um regime político se consolida, ganha continuidade ao longo do tempo e se estabiliza (MOISÉS, 1995).

José Álvaro Moisés ressalta que os comportamentos e atitudes não são fenômenos isolados dos padrões de interação encontrados na base do funcionamento das instituições políticas. Os padrões comportamentais e atitudinais relacionam-se com o âmbito das instituições, entrando em sintonia com o funcionamento das molduras formais da democracia (MOISÉS, 1995). No caso do Brasil, o autor chama a atenção para a existência de um “paradoxo da legitimidade democrática”, que consiste no fato de que vícios políticos herdados do período autoritário ainda persistem com força na cultura política brasileira, configurando-se como uma ameaça para a democracia no país (MOISÉS, 1995).

Essa relação forte entre a cultura política e o funcionamento das instituições é deveras útil na construção da presente tese, uma vez que é essa a ideia que permeia as análises realizadas, ou seja, existe uma interferência considerável de

aspectos culturais para o funcionamento de alguns braços da democracia, desembocando na confiança que os sujeitos estabelecem, ou não, em relação a estas instituições. Essa perspectiva ganha força também na origem causal ora defendida, ou seja, o manejo institucional negociado das transições também pode ter servido para modelar uma cultura política menos democrática no caso brasileiro, e a falta desse poder de manuseio por parte dos incumbentes autoritários argentinos, por sua vez, pode ter servido para uma maior rejeição ao autoritarismo e à valorização de elementos mais democráticos no que tange à esfera política.

Outro estudo de fundamental importância na análise da cultura política é o de Ronald Inglehart (1990), que definiu este conceito como tratando-se das atitudes básicas, valores e habilidades existentes em diferentes culturas. A principal contribuição do autor é a de acrescentar o elemento temporal e intergeracional aos estudos sobre cultura política. Ele constata mudanças importantes nas culturas das sociedades industriais, provenientes de mudanças econômicas, tecnológicas e sócio-políticas nestas sociedades (INGLEHART, 1990). O autor postula que tais mudanças acontecem de forma gradativa, refletindo mudanças nas experiências formativas que moldam as diferentes gerações. Nesse sentido, os valores tradicionais e as normas permanecem presentes em gerações antigas, contudo novas orientações têm começado a penetrar nas novas gerações, constituindo uma substituição ou realocação das tradições (IDEM, 1990). Nas sociedades que obtêm satisfação das necessidades materiais básicas, modificam-se, por consequência, os direcionamentos das preocupações dos sujeitos, configurando um contexto pós-materialista, no qual as prioridades passam a dizer respeito a questões como auto-expressão, qualidade de vida e preservação do meio ambiente (IDEM, 1990).

Alguns dos indicadores que permitiriam examinar a cultura política de uma localidade seriam o interesse pelas questões políticas, as formas como as pessoas decodificam as instituições, e as predisposições democráticas dos sujeitos. A base do conceito de cultura política que norteia esta tese é fornecida por Almond e Verba (1965), em sua definição da mesma como as orientações e atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político e às suas instituições. Neste cenário, aparecem como fundamentais características como a sofisticação política, refletida pelo interesse e

conhecimento dos cidadãos sobre o funcionamento dos mecanismos institucionais dos governos, e o nível de orientações de ordem avaliativa, uma vez que, quando se avalia bem um governo, quando se configura uma relação de confiança nesse sentido, os cidadãos sentiriam-se mais satisfeitos e capazes de agirem e serem ouvidos no processo político, aumentando sua eficácia política subjetiva. Cabe destacar também destes autores a diferenciação entre culturas políticas, sendo que determinadas configurações seriam mais afeitas a uma democracia, e portanto, à sua condição mais maximalista, de participação dos cidadãos (ALMOND e VERBA, 1965).

Também é importante enfatizar, enquanto linha a ser seguida, que existe uma relação intrínseca que não pode ser desconsiderada entre a esfera institucional e a maneira como os sujeitos se posicionam em relação a ela. O traçado institucional tem importância significativa, mas necessita de complementações oferecidas por padrões comportamentais e atitudinais capazes de promover a consolidação da democracia, com um maior apego da população a valores caros à mesma (MOISÉS, 1995). A contribuição de Inglehart (1990), a despeito das diferenças em termos de relação causal estabelecida, que para o referido autor trata-se dos impactos das mudanças sócio-econômicas sobre a cultura política, é complementar à proposta do presente estudo, principalmente por incorporar em suas análises a dimensão temporal e intergeracional. Tal dimensão é abarcada, nesta tese, por meio de análise longitudinal.

No caso da América Latina, é possível perceber que estes países possuem uma democracia em sua dimensão poliárquica relativamente consolidada, com eleições competitivas, respeito a direitos políticos, existência de canais de comunicação alternativos e liberdade para votar e ser votado (FREIDENBERG, 2007). Entretanto, persiste uma incongruência entre a dimensão institucional e o comportamento dos cidadãos, em virtude da presença de gritantes desigualdades sociais. A população padece com problemas tais como a pobreza, as desigualdades na distribuição de renda, o desemprego, a falta de acesso à saúde, e a violência. A existência destes conflitos dá indícios de que meros procedimentos não resolvem os problemas dos cidadãos, que se veem cada vez mais distantes das esferas

decisórias, que por sua vez não dão uma resposta eficaz na resolução destes problemas, a despeito dos avanços em termos de moldura formal (BAQUERO, 2006).

Isso não implica que as normas e os procedimentos sejam de menor importância. As instituições são indispensáveis para o funcionamento democrático, no entanto, devem ser complementadas por uma cultura política propícia ao funcionamento destas estruturas procedurais. Dessa forma, faz-se necessário pensar dispositivos alternativos e mais eficientes de engajamento político. Cabe enfatizar que uma cultura política com orientação para a participação é capaz de gerar estoques de capital social (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1988), ou seja, tem o potencial de aumentar a confiança tanto entre as pessoas, como entre as mesmas e as instituições políticas. Assim, se existe uma cultura política de interesse e engajamento, voltada à valorização da democracia, é de se esperar que os laços estabelecidos entre os membros de uma sociedade se fortaleçam, através da noção de bem comum, e que também aumente a confiança nas instituições, desde que essas ações encontrem correspondências eficazes de parte dos governos. Por isso, este conceito ocupa destacado papel neste trabalho, e é abordado a seguir.

2.2. Capital social

No que concerne aos conceitos utilizados nesta tese, o capital social também é relevante como elemento substantivo numa democracia que ultrapasse o nível minimalista. No campo da Ciência Política, o capital social é uma categoria analítica utilizada por Robert Putnam (1996), em seu estudo que compara as regiões norte e sul da Itália. O autor verifica, assim, as formas alternativas que podem ser construídas pelos sujeitos para a organização e a realização de suas demandas. As relações de confiança interpessoal e institucional são os fatores centrais que estabelecem a categoria de capital social. Além disso, essas relações são dadas em diferentes dimensões, sejam formais, sejam informais, ou na organização das demandas, tendo ponto de contato com as esferas governamentais, ou na

construção de redes de solidariedade comunitárias, buscando a consecução de objetivos comuns, com base na cooperação.

Os principais autores que postulam o capital social como elemento positivo, além de Putnam (1996), são Coleman (1988) e Fukuyama (2001). Durlauf e Faichamps (2004) ressaltam que estes autores desenvolvem seus estudos tomando por base três princípios subjacentes: (1) o capital social produz externalidades positivas para os componentes de um grupo; (2) estas externalidades são alcançadas por meio de confiança, normas e valores recíprocos e suas consequências sobre as expectativas e comportamentos; (3) os valores, as normas e a confiança mútua emergem a partir de mecanismos informais de organizações que se baseiam em redes sociais e associações.

A primeira definição do conceito foi feita por Lyda Hanifan (1916), que estabeleceu o capital social como sendo um conjunto de elementos que permeiam a vida cotidiana dos sujeitos, como boa vontade, simpatia, camaradagem, plasmados nas relações sociais destes indivíduos. Hanifan vislumbra o capital social como um tipo de “bem” que pode ser “economicizado”, acumulado como um capital capaz de ajudar a melhorar as condições de vida dos membros de uma comunidade. Posteriormente, o conceito foi abordado por Pierre Bourdieu (1980), que o define em termos gerais como sendo o poder de mobilização que os indivíduos possuem em relação a um grupo. É um bem perseguido individualmente por cada sujeito, aprimorando e expandindo suas relações, ao estabelecer laços estratégicos em busca de seus objetivos. Dentro dessa ótica, as redes sociais não são dadas naturalmente, e precisam ser construídas por meio de investimentos racionais pautados por distintas estratégias, tendo como finalidade a obtenção de outros benefícios (PORTES, 1998).

Mark Granovetter (1973; 1984 *apud* MILANI, 2003), em outra perspectiva, define o capital social partindo do princípio de que as ações econômicas dos agentes encontram-se inseridas nas relações sociais. Com isso, as redes estabelecidas teriam potencial para gerar capital social, contribuindo para reduzir comportamentos oportunistas e promovendo uma confiança mútua entre tais

agentes. Por sua vez, John Durston (2001) afirma que o capital social seria correspondente ao conteúdo de determinadas relações estabelecidas socialmente, quais sejam, aquelas que combinam atitudes de confiança com posturas de cooperação e reciprocidade, propiciando, deste modo, maiores benefícios a seus possuidores. Já Robinson (2002 *apud* MILANI, 2003) destaca que o capital social diz respeito a uma série de recursos acessíveis a indivíduos ou grupos, uma vez que constituam uma rede de conhecimento mútuo. Tal rede configura-se como uma estrutura social dotada de aspectos tais como relações, normas e confiança, que ajudam no desenvolvimento de coordenação e cooperação, produzindo benefícios comuns. Nesta perspectiva, o capital social aparece como algo cumulativo, podendo aumentar em função de aspectos como o ambiente político e legal, os termos do compromisso- referentes aos valores predominantes no sistema social-, as regras do compromisso- estabelecidas pelas formas que assumem as relações sociais e a transparência de informações-, e os processos de interação (ROBINSON, 2002 *apud* MILANI, 2003).

Coleman (1988), por seu turno, aborda o capital social do ponto de vista da criação de capital humano. Ele define o capital social por sua função como uma variedade de entidades detentoras de dois elementos em comum: o primeiro deles é que todas consistem de alguns aspectos que remetem às estruturas sociais; o segundo é que, por meio destes mecanismos, encontram-se facilitadas certas ações por parte dos atores sociais dentro da estrutura. Esta abordagem abriu caminho para a redefinição de uma gama de processos diferentes e até mesmo contraditórios de capital social: (1) inclui mecanismos, como reciprocidade e aplicação das normas pelo grupo, que geram capital social; (2) as consequências de sua posse, tal como o acesso privilegiado à informação; e (3) a organização social “apropriável” que fornece o contexto para fontes e efeito para materialização. Nesse cenário, os recursos obtidos por meio de capital social têm, do ponto de vista do sujeito que os recebe, o caráter de “presente”.

Ao criticar Coleman, Portes (1998) enfatiza que o autor não conseguiu distinguir entre os possuidores de capital social, as fontes de capital social e os recursos políticos em si, inerentes a estas relações. Torna-se importante, assim,

fazer uma distinção entre as motivações daqueles que recebem e aqueles que doam nas trocas mediadas pelo capital social, e é nesse ponto que o referido autor consegue fazer a articulação e diferenciação entre os diferentes papéis estabelecidos por meio dos atores nos mecanismos do capital social. Os “recebedores” almejam, em seu papel, obter acesso a bens valiosos facilmente compreensíveis; já os doadores, por seu turno, possuem motivações muito mais complexas, uma vez que eles fornecem estes bens sem obter um retorno imediato (PORTES, 1998). Além disso, Portes sugere que os teóricos do capital social devem ter algumas preocupações de ordem analítica, como separar a definição do conceito dos seus efeitos, estabelecer controles de direcionalidade para que a presença de capital social possa ser verificável antes de produzir os seus efeitos, controlar outros fatores capazes de interferir e explicar o capital social, e também identificar as origens históricas do capital social nas diferentes sociedades de forma sistemática.

Fukuyama (2001) define capital social como uma norma informal capaz de promover a cooperação entre os indivíduos, baseada em relações de reciprocidade. Enquanto na dimensão econômica estes laços servem para reduzir custos de transação, na esfera política promovem um tipo de vida associativa necessário para o sucesso de governos limitados, no contexto democrático moderno. Ao mesmo tempo em que o capital social é proveniente, diversas vezes, de jogos baseados no já bastante conhecido “dilema do prisioneiro”, ele também possui sua origem em aspectos tais como religião, experiências históricas compartilhadas e outros tipos de normas culturalmente estabelecidas (FUKUYAMA, 2001).

Contudo, o autor chama atenção para um aspecto de fundamental importância, e que se coloca como uma problemática bastante relevante para a análise de alguns processos institucionais: dificilmente estes laços podem ser produzidos por meio de políticas públicas, dada a complexidade de fatores que englobam a “criação” de capital social, considerando também que suas fundações culturais são elementos que dificultam este intento. Por outro lado, se existe tal dificuldade de impactos de políticas públicas sobre o capital social, isso não significa a impossibilidade de tal relação, seja de um ponto de vista negativo, seja de um ponto de vista positivo.

Riedl e Vogt (2003), examinando o caso de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, colonizada por alemães- Santa Cruz do Sul- trataram de examinar os motivos para uma diminuição do capital social na cidade, que possui tradição associativa gerada pela colonização. Dentre outros motivos, os autores destacam que a intervenção estatal foi responsável por tal diminuição, devido a políticas tais como proibição de associações no Estado Novo; impedimento das escolas comunitárias de ensinarem o idioma alemão; limitações e fortes restrições à atuação financeira das cooperativas e os estímulos às multinacionais, inviabilizando as cooperativas de produção (RIEDL e VOGT, 2003).

Pelo lado positivo de geração de maior cooperação proporcionada pelas políticas públicas, estudo de Rech e Pase (2010) mostra que a implantação de uma política denominada Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PDSTR) impactou positivamente na democratização do espaço público e combate às desigualdades, permitindo maior participação de distintos segmentos da agricultura familiar, que historicamente encontraram-se excluídos e marginalizados dos processos decisórios e de implementação de políticas públicas. Em suma, as dificuldades de que as políticas públicas incidam sobre o capital social, postuladas por Fukuyama, não significam impossibilidades. Ações governamentais também podem impactar na cooperação comunitária, sendo fomentando o associativismo- impacto positivo- ou minando as bases do mesmo- impacto negativo.

Fukuyama também sublinha a existência de uma certa oposição dos laços de capital social em culturas tradicionais e organizações sociais em relação à modernização econômica. O referido autor afirma que os grupos constituídos nesses cenários possuem laços de confiança extremamente estreitos, que dificultam a cooperação entre os membros de tais grupos e sujeitos que se encontram fora do círculo, gerando, assim, externalidades negativas de exclusão e fechamento (FUKUYAMA, 2001). Por outro lado, a modernização permite a existência de um amplo número de grupos sociais sobrepostos, permitindo, por consequência, múltiplas relações de pertencimento e identidades (FUKUYAMA, 2001). Neste panorama, a partir do momento em que as sociedades tornam-se mais complexas e modernas, os laços de confiança acabam constituindo elemento positivo na esfera

social e econômica, considerando também as relações de livre mercado verificadas no âmbito global.

Woolcock e Narayan (2000), por sua vez, definem capital social como sendo as normas e redes que possibilitam a ação coletiva por parte das pessoas. Os autores definem quatro perspectivas principais que têm sido encontradas nos estudos de capital social: (1) comunitária; (2) redes; (3) institucional; (4) sinérgica. A perspectiva comunitária considera o capital social como elemento positivo pela sua própria natureza; a perspectiva de redes enfatiza a importância tanto das associações na dimensão vertical quanto na dimensão horizontal, entre as pessoas, e também as relações internas e entre entidades organizacionais; a perspectiva institucional coloca o capital social como um elemento que pode ser alavancado pelo ambiente político, legal e institucional; já a perspectiva sinérgica integra as dimensões das redes comunitárias com as instituições públicas e o setor privado, colocadas numa relação de complementaridade (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000).

Como foi mencionado, o autor mais proeminente e cuja perspectiva é utilizada nesta tese é Robert Putnam (1996), que trata ao mesmo tempo da dimensão interpessoal e da dimensão institucional das relações de confiança estabelecidas na sociedade, e sua vinculação com o funcionamento das instituições democráticas. Ao examinar as discrepâncias existentes entre o norte e o sul da Itália, a despeito de uma mesma moldura institucional, o autor chegou à conclusão de que, aliado a um histórico comunitarista do norte, surge como aspecto explicativo para o que ele denominou “comunidade cívica” o capital social, definido pelo mesmo como os níveis de confiança interpessoal e institucional estabelecidos entre os sujeitos. Estes laços de confiança seriam importantes para fomentar uma cultura política mais democrática, afeita à participação e à tolerância. Coleman (1988) surge complementando essa ideia, ao ressaltar que o capital social serve como facilitador das ações dos atores, embora não estabeleça a diferenciação entre doadores e recebedores postulada por Portes (1998).

Não obstante, tal diferenciação também depende muito da concepção do que está inserido na lógica do capital social. O referido autor parte do pressuposto de

uma relação desigual, assimétrica, com doadores e recebedores de benefícios. Entretanto, a lógica de capital social utilizada por Putnam (1996), Coleman (1988) e Fukuyama (2001), é de uma relação de reciprocidade: os papéis, assim, não são fixos, e são dinâmicos, ou seja, em um ou outro momento, todos se constituem como doadores e recebedores de benefícios. Os atores são, mais do que isso e acima de tudo, compartilhadores dos bens.

É precisamente esse o prisma do capital social ao qual se filia o presente trabalho, qual seja, uma visão de que por meio de relações de confiança estabelecidas entre as pessoas, e também com as instituições, pode-se fomentar uma sociedade mais democrática, por via de cooperação, busca de um bem comum, estreitamento de laços com as instituições e, por consequência, uma otimização dos resultados apresentados pelos governos.

Os laços de confiança estabelecidos por meio do capital social se constituem, assim, como um elemento capaz de “lubrificar” as relações políticas e o regime democrático, com tais laços cimentando aspectos tais como a participação política e um maior engajamento junto às esferas decisórias, à medida que os atores venham a compartilhar interesses e adquiram ferramentas simbólicas que permitem a ação coletiva.

Em novas democracias, esse tipo de conceito ganha destaque por representar uma possibilidade de solução para superar a pobreza e a desigualdade social características destes cenários. A hipótese básica da qual partem os entusiastas do capital social é a de que quanto mais uma pessoa participa de redes e associações, maiores as chances dela desenvolver virtudes cívicas capazes de tangibilizar o bem coletivo (BAQUERO, 2008). Deste modo, parte-se do princípio de que o capital social seria capaz de incidir na promoção de instituições mais confiáveis, ainda que isso não signifique que o contrário não seja possível, com ações governamentais e instituições eficientes e eficazes contribuindo para a promoção de capital social. Além disso, não se deve perder de vista que também de acordo com a tese aqui verificada, os modelos transicionais, por meio da confiança nas Forças Armadas de Brasil e Argentina, poderiam impactar sobre o capital social,

no sentido de que mais confiança em uma instituição que historicamente desempenhou um papel não-democrático nestes países pode servir para enfraquecer a confiança que os cidadãos têm sobre as instituições mais características da democracia, e mesmo no nível interpessoal, uma vez que, se tal confiança configure alguma simpatia com um modelo militar de organização política, isso refletiria uma sociedade desconfiada e que necessitaria de um poder regulador autoritário para ordenar o convívio social. Dado o panorama conceitual que orienta esta tese, o próximo tópico destina-se a discutir e contextualizar os modelos de transição à democracia dos casos ora estudados, de Brasil e Argentina.

2.3. Modelos de transição do Brasil e da Argentina

Dankwart Rustow (1970), definiu basicamente três fases de uma transição política à democracia. A primeira seria a fase de preparação, que se caracteriza por uma luta prolongada e sem solução no âmbito político, na qual se destacaria uma polarização protagonizada por um movimento de massas oriundo das classes baixas e liderado por dissidentes oriundos da classe alta. A segunda fase refere-se à decisão, quando uma determinada facção de dirigentes políticos aceita um acordo de natureza pluralista e democrática por meio do consenso, abrindo mão da mobilização de massas. A terceira fase seria a da habituação, que corresponde ao momento de consolidação da democracia (RUSTOW, 1970).

Numa perspectiva ampla, as teorias sobre transição política apresentam cinco postulados principais (CAROTHERS, 2002). O primeiro deles é que um país que está saindo de uma ditadura está necessariamente se direcionando à democracia. O segundo prevê uma série de estágios seguidos neste processo, quais sejam, abertura, avanço e consolidação. O terceiro postulado refere-se à crença na importância determinante da existência de eleições para a geração do desenvolvimento democrático, aumentando a participação e a responsabilidade por parte dos governos. O quarto remete à importância secundária de pré-condições estruturais em termos de transição, dentro de uma perspectiva que considera muito mais o papel das elites políticas no âmbito deste processo. Por fim, o quinto

postulado é o de que as transições da terceira onda (HUNTINGTON, 1991) são constituídas em Estados coerentes e funcionais, o que se reflete numa confusão entre a construção dos mesmos e a construção da democracia *per se* (CAROTHERS, 2002).

Thomas Carothers (2002) questiona estas teorias exatamente por considerá-las um tanto teleológicas, uma vez que estas desconsiderariam diferenças fundamentais no processo de desvencilhamento de regimes autoritários, que não necessariamente levariam à construção de democracias. Embora se concorde com Carothers quando este destaca a importância de elementos culturais e sociais neste processo, e inclusive se dialogue diretamente com esta idéia ao examinar as transições do ponto de vista da cultura política, no trabalho ora proposto procuramos lidar com dois casos em que a transição parece ter terminado, pelo menos no nível institucional: Brasil e Argentina.

No início da década de 1980, dois terços da população latino-americana encontravam-se em países dominados por militares ou sob regimes militares. Com aquela que seria a 2ª onda reversa de democratização (HUNTINGTON, 1991), encontramos os casos de Brasil e Argentina, nos quais, por meio de golpes civis-militares, foram instalados nas suas estruturas de poder regimes burocrático-autoritários (O'DONNELL, 1986). Para Guillermo O'Donnell (1986), um Estado burocrático-autoritário possui as seguintes características: 1) coloca-se como organizador da dominação de uma classe sobre as demais; 2) tenta normalizar a economia estabelecendo novos padrões de produção-acumulação; 3) configura um sistema no qual são excluídos da política setores populares outrora ativos; 4) suprime direitos de cidadania; 5) exclui os setores populares economicamente ao mesmo tempo em que possibilita um padrão de acumulação de capital às classes oligopólicas; 6) promove um incremento no processo de internacionalização da estrutura produtiva; 7) trata de institucionalizar uma racionalidade técnica instrumental visando à despolitização de questões sociais; 8) fecha mecanismos democráticos de acesso ao governo, limitando a sua ocupação aos membros das Forças Armadas e/ou representantes de grandes empresas.

O governo militar foi instaurado no Brasil entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, e este fato esteve relacionado, além das motivações de ordem econômica e de temor pelo comunismo (MOTTA, 2001), à desestabilização política vigente no país desde agosto de 1961, quando da renúncia do então presidente Jânio Quadros. Os militares, por meio de sua Escola Superior de Guerra, buscavam suavizar o golpe caracterizando-o como “revolução”, e buscaram legitimar-se tratando os interesses particulares das Forças Armadas como se estes fossem universais (SANTOS, 2007; 2010). Nesse sentido,

O argumento é de que as Forças Armadas agiram movidas pelos anseios e interesses da “família brasileira”, do “povo”, e nunca pelo interesse próprio. Este argumento negligencia o fato de que a luta política numa sociedade se dá entre grupos políticos minoritários, em relação ao conjunto da sociedade, buscando seus interesses para a ocupação do Estado (SANTOS, 2007, p. 166).

Segundo Liliana de Riz (1986), a polarização e a radicalização política que serviram como prólogo ao golpe podem ser encaradas não apenas como desencadeadoras da ruptura do sistema político, mas também como reflexos de uma redefinição que estava em curso e que o golpe veio a impedir. Nesse sentido, o golpe ocorrido em 1964 poderia ser lido como a tentativa de afirmar o predomínio do Estado sobre a sociedade brasileira, domesticando a sociedade política, redefinindo os canais autorizados e patrocinados da representação política (DE RIZ, 1986).

Desse modo, os traços de formação do país no que concerne ao Estado e à cidadania foram historicamente caracterizados por afastamento e apatia da população no que diz respeito às esferas governamentais, fortalecendo, de acordo com Carvalho (1996) uma Estadania, ou seja, um predomínio do Estado na estruturação da vida da sociedade civil, formatando uma cidadania “de cima para baixo”, simultaneamente a uma também histórica indiferenciação entre as esferas pública e privada, gerando um contexto de subjugação à autoridade e descaso no que se refere aos assuntos de âmbito público (BUARQUE DE HOLANDA, 1969).

Weffort (1984) chama a atenção para uma perspectiva na qual as atitudes dos atores sociais envolvidos no jogo político em relação à ditadura e à democracia, e o papel desempenhado pela sociedade civil são elementos chave para compreender a sobrevivência e a derrocada das democracias.

Deste modo, as relações estabelecidas entre os detentores do poder e os sujeitos, ao longo do tempo, têm se caracterizado por uma constante subordinação da sociedade civil e pelo excesso de autoritarismo estatal, e este contexto também teria repercussões no modo como a ditadura militar se estabeleceu no país, além do posterior estabelecimento de um Estado que do ponto de vista formal é democrático, porém simultaneamente convive com uma estagnação social frutificada pela persistência de práticas patrimonialistas, paternalistas e clientelistas da política brasileira (BAQUERO, SOUZA e RIQUINHO, 2013).

O regime que se instalou possuía características singulares, como a combinação de mecanismos de natureza flagrantemente autoritária, voltados à repressão e à desmobilização, com outros típicos de uma estrutura democrático-representativa (SANTOS, 2007; BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Em 1965, os partidos então existentes foram extintos, devido a uma crise política ocorrida após eleições para governador. Foi então que se determinou uma reorganização do sistema partidário, criando partidos cujo pré-requisito formal de existência era o apoio de 1/3 dos deputados e 1/3 dos senadores. Desse modo, foi configurado um sistema bipartidário dividido entre ARENA (Aliança da Renovação Nacional, partido governista) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro, de oposição), com eleições periódicas e regulares para os cargos dos poderes legislativos municipal, estadual e federal (IDEM, 2012).

Tais eleições periódicas levaram, no ano de 1974, a uma disputa que plasmou-se num momento de inflexão: neste pleito, o MDB conquistou 16 das 22 vagas no senado e elevou de 28 para 44% a sua representação na câmara dos deputados (IDEM, 2012). Com isso, as disputas eleitorais adquiriram um caráter de plebiscito, pautado pela rejeição ou aprovação do governo dos militares. Neste cenário, criou-se uma tendência eleitoral de contínua queda arenista e crescimento

do MDB, principalmente nas regiões mais urbanizadas do país, o que configurou uma diferenciação das bases de apoio social dos dois partidos, com os opositores apresentando uma força proporcionalmente maior junto ao segmento dos trabalhadores (IDEM, 2012). No que concerne à questão econômica, Luciano Martins (1988) enfatiza que o sucesso do golpe se deveu, parcialmente, à necessidade de realinhamento da economia nacional aos novos padrões internacionais de expansão do capitalismo. Em tal panorama, o apoio das elites econômicas aos setores golpistas foi importante, fornecendo subsídios à formação de uma coalizão civil-militar que durou quase 21 anos.

Em 1974, quando o regime ainda colhia os frutos do crescimento econômico e com o auge da neutralização dos opositores que atuavam fora do sistema partidário, Ernesto Geisel (presidente entre 1974-1979) elabora e inicia, de dentro do próprio governo, um projeto de transição política “lenta, gradual e segura” para a democracia que se estenderia até 1985 e seria altamente pactuado em seu transcorrer (GALLO e SOUZA, 2013). Nesta esteira, surgiu a Lei de Anistia, que

[...] estava longe de ser “ampla, geral e irrestrita”, como queria a maioria das oposições ao regime. Tampouco foi resultado de um “acordo político” em igualdade de condições entre as partes, pois foi criada ainda sob um regime de força. Porém, o dispositivo garantiu um marco legal e político para uma retomada definitiva do processo de democratização do país [...]. De um lado, quem estava no e com o governo assegurou sua impunidade jurídica durante a transição e o futuro regime. Além disso, preservou importantes espaços políticos e de poder. Por outro, a oposição moderada pôde trazer seus quadros eleitorais de volta do exílio para participar da reestruturação política do país (GONZÁLEZ e LENTZ, 2012, p. 133-134).

Num panorama de redemocratização bastante avançado, em 1979 ocorre a diluição, por parte do governo militar, de ARENA e MDB, moderando as exigências para a criação de novos agrupamentos partidários (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Com isso, além de avançar na descompressão do regime, a estratégia dos militares passava por gerar uma divisão no partido opositor, com a intenção de evitar que o governo se deslegitimasse nos pleitos seguintes. A ampliação do

sistema se deu com a Emenda Constitucional de 1985, na qual foi estabelecida a total liberdade de organização partidária, mantendo-se, contudo, uma hegemonia bipartidária entre PDS (Partido Democrático Social) e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), versões atualizada dos dois partidos que se contrapunham durante o regime ditatorial (IDEM, 2012). No que tange ao tratamento da questão da memória da repressão e averiguação dos crimes cometidos pela ditadura, os grupos de familiares, ex-perseguidos e movimentos defensores dos direitos humanos, lutaram ao longo de muito tempo em uma espécie de “limbo político”, no qual não conseguiam dialogar nem sequer repercutir junto à elite política e tampouco em relação à maior parte da população (GONZÁLEZ e LENTZ, 2012). Tal repercussão só passou a ocorrer mais efetivamente a partir de 2007, quando esses grupos passaram a repercutir de maneira mais contundente no espaço político brasileiro e deram impulso à criação da Comissão Nacional da Verdade, estabelecendo, após longos anos, uma política de averiguação dos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura (IDEM, 2012).

No caso argentino, entre 1930 e 1976, o exército por seis vezes demonstrou sua capacidade de imposição, derrubando as autoridades eleitas constitucionalmente e estabelecendo regimes militares (ARGENTINA, 2011).

O cenário sócio-político que tornou possível o golpe militar ocorrido em 1976, possui íntimas ligações com o contexto político vivenciado pelo país a partir de 1955, período este no qual, até 1972, os militares impediam que políticos peronistas fossem eleitos para cargos importantes (ACUÑA e SMULOVITZ, 2006; CAVAROZZI, 1996; FERNÁNDEZ, 2006).

Em 1972, em um cenário caracterizado por forte pressão popular pela realização de eleições livres, os militares cederam, e foi eleito para a presidência da República Héctor José Cámpora, candidato peronista, que assumiu o cargo em 1973, e em pouco tempo renunciou com o intuito de forçar nova eleição, que reconduziria Juan Domingo Perón, que já havia sido o primeiro mandatário do país entre 1946 e 1955, à presidência com 62% dos votos (ARGENTINA, 2011). Com a morte de Domingo Perón, assumiu seu lugar Isabel Perón, que encabeçou um

governo caracterizado por perseguições e violência principalmente por meio de um grupo parapolicial conhecido como Triple A (Alianza Anticomunista Argentina) (IDEM, 2011). Aproveitando-se de dilemas tais como as tensões da Guerra Fria, a existência das guerrilhas, a falta de controle estatal sobre os sindicatos e uma economia semifechada, no ano de 1976 os militares concretizaram o sexto golpe de Estado da história argentina somente no século XX, no autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, que começou em 24 de março daquele ano com a derrubada da então presidente Isabel Perón (IDEM, 2011).

Por possuir uma inclinação liberal, o chamado *Proceso* buscava implantar um modelo econômico de abertura que acabou por dismantlar a indústria nacional argentina e marcou o auge da especulação financeira no país. Os objetivos dos ideólogos deste processo passavam não somente pela esfera econômica, mas também pela implementação de um modelo de nação congruente com os valores ocidentais e cristãos (IDEM, 2011). Na busca da concretização deste modelo, tiveram que silenciar toda e qualquer forma de oposição e resistência. Tal plano foi previsto e estrategicamente apoiado pelas forças econômicas, pela igreja católica, pelos poderes judicial e político e também por numerosos meios de comunicação (ARGENTINA, 2011). Ancorados na Doutrina de Segurança Nacional e utilizando como mote o temor do avanço comunista, os militares instauram um regime de terrorismo de Estado com o saldo de milhares de mortos e desaparecidos (IDEM, 2011).

No início dos anos 1980, o apoio civil que facilitava a continuidade dos militares no poder iniciou um processo de desgaste e degradação, com mostras de insatisfação que se somaram à contínua luta dos organismos de direitos humanos, e a outros setores de resistência da sociedade argentina como aqueles que se reuniram dias antes do desembarque das forças argentinas nas Malvinas, e que seriam duramente reprimidos (IDEM, 2011). Essa insatisfação desenhou-se devido à combinação de uma série de fatores, como: 1) o mau desempenho das políticas econômicas postas em prática pelo regime; 2) a intensidade da repressão aos opositores; 3) a derrota argentina para os britânicos na Guerra das Malvinas. Esta

última serviu para acabar de vez com o prestígio militar argentino, evidenciando a inaptidão das Forças Armadas para cumprir suas funções mais específicas.

Neste cenário, a população argentina viu-se dramaticamente abalada, principalmente com o fracasso nas Malvinas, e com isso, a grande e crescente tensão existente junto à sociedade civil tomou grandes proporções, o que fez com que a autoridade dos militares fosse cada vez mais rapidamente reduzida, e, entre o final de 1982 e outubro de 1983, ocorresse uma rápida transição, encerrada com a eleição de Raúl Alfonsín para presidência da República (GALLO e SOUZA, 2013).

Evidentemente, é difícil mensurar se as altas taxas de desconfiança dos argentinos para com seus militares que persistem até hoje, são de natureza política ou de guerra, originada pelo fracasso das Malvinas. Também o fator econômico teve peso decisivo na queda do regime militar argentino. Porém, alguns fatos remetem à convicção de que tal desconfiança não é meramente de guerra ou econômica, mas sim é muito mais ampla, com uma repulsa societal muito forte para com as práticas dos incumbentes autoritários. O grau de coerção possivelmente também influi para uma maior taxa de desconfiança, mas ao mesmo tempo, ele se relaciona com o tipo de transição que se teve: maior violência é reflexo de menor margem de negociação, e conseqüentemente, de controle sobre a transição ocorrida.

As políticas de memória e julgamento dos crimes dos militares no país, abrindo os arquivos do governo autoritário, além dos movimentos como os das *abuelas* em busca de entes queridos desaparecidos testemunham a amplitude do tratamento que é dado à questão dos rescaldos da ditadura argentina. Tivéssemos apenas uma questão de insatisfação com um resultado de guerra ou um fracasso econômico, tal apelo à memória sobre os crimes cometidos pelos incumbentes autoritários não teria a repercussão social que têm.

Baseados na aplicação da DSN e na defesa da Segurança Nacional, partindo de uma estrutura racional e burocratizada de organização social, os regimes autoritários de Argentina e Brasil promoveram sistemáticas e deliberadas violações aos direitos humanos, resultando em saldo da repressão argentina, por exemplo, cerca de 30 mil desaparecidos políticos (GALLO e SOUZA, 2013).

O desenvolvimento das ditaduras militares nos casos supracitados é marcado por semelhanças no que diz respeito, a título de exemplo, ao contexto internacional em que se dá o Golpe de Estado (auge da Guerra Fria) e também no que se refere ao uso sistemático e deliberado da repressão nestes países, mas, também, por diferenças importantes, principalmente no que concerne ao conteúdo da transição neles realizada, como bem demonstram autores como O'Donnell e Schmitter (1988) e Stepan (1986). Quiroga (2005) sublinha isso quando afirma que a comparação do caso argentino com outros como os de Chile, Uruguai e Brasil mostra com nitidez as diferenças nas soluções de tratamento do passado autoritário pelos governos democráticos, como uma repercussão do tipo de transição estabelecido, pactuado ou não pactuado com as Forças Armadas.

No mesmo sentido, González e Lentz (2012) também estabelecem tal separação, apresentando de um lado as transições ocorridas como resultado de um processo de negociação, dos três mesmos países supracitados por Quiroga (2005), e de outro as que foram dadas por meio da derrota dos governantes e substituição pelas forças oposicionistas, casos de Argentina e México.

O caso de transição do regime autoritário no Brasil teve sua principal característica na longa duração, e no grande controle que os militares tiveram sobre o processo, obtendo sucesso no intento de promover uma liberalização gradual, mantendo, durante o período, poder de veto em relação à vida política no país (ARTURI, 2001), por meio do que se pode chamar de uma transição por transação (MARENCO DOS SANTOS, 2007). Já na Argentina, o controle por parte dos incumbentes sobre o processo de transição foi bastante reduzido (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

O'Donnell e Schmitter (1988), em amplo estudo sobre transições para a democracia pelo mundo, fizeram uma série de caracterizações e contextualizações em relação ao papel dos atores políticos e suas escolhas. Suas análises incluíam os casos do Brasil e da Argentina, e são de grande valor para compreendermos algumas diferenças substanciais entre os dois modelos de transição verificados.

No caso brasileiro, a decisão de promover uma liberalização partiu do alto escalão do regime, em caso semelhante ao espanhol, no qual houve um movimento consensual controlado pela chefia do Estado após a morte de Franco, em que tanto franquistas como as forças democráticas chegaram a um acordo de transição pacífica (DE LA CRUZ, 2010), num pacto entre elites que tiveram ampla margem de negociação facilitada por uma sociedade politicamente desmobilizada (GARCÍA, 1997).

Assim, nota-se alguma semelhança com o caso espanhol pelo fato de que a oposição brasileira era fraca e desorganizada, sem um poder efetivo de mobilização da sociedade³. Tal processo transicional formulado do alto contribuiu para preservar as Forças Armadas do Brasil de um julgamento mais rigoroso por parte da sociedade civil, ao mesmo tempo em que garantiu certa legitimidade institucional às mesmas (SANTOS, 2007). Já no que diz respeito à Argentina, tal decisão foi fortemente influenciada pela existência de forças opositoristas bastante poderosas na sociedade civil. O padrão de controle exercido pelo regime, portanto, era bastante reduzido em relação ao caso brasileiro (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

Uma outra diferença importante entre os dois casos é que, enquanto no Brasil o regime alcançou relativo sucesso em termos econômicos, na Argentina o cenário foi mais difícil, com uma espécie de consenso acerca do fracasso do governo (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; WEFFORT, 1989). Essa diferença foi fundamental, uma vez que os militares do Brasil puderam promover a transição com muito mais auto-confiança (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988). Tal cenário de auto-confiança do regime, segundo os referidos autores, difere do cenário de regime reconhecidamente fracassado por dois fatores fundamentais: (1) a sequência, o ritmo e o alcance da transição ficam mais submetidos ao controle dos incumbentes autoritários; (2) as forças sociais e políticas que apoiaram o regime autoritário contam com melhores oportunidades de manterem importantes papéis políticos no regime vindouro (IDEM, 1988).

³ Para maiores detalhes sobre o processo de democratização e seus desdobramentos na Espanha, ver Montero, Torcal e Gunther (1998), Benedicto(2004) e Torcal (2008).

Além disso, houve consideráveis diferenças no que diz respeito à origem, por assim dizer, na repressão nos dois países. Enquanto no Brasil, alguns grupos especializados tiveram tal incumbência, inclusive adquirindo certa autonomia (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988; STEPAN, 1986), na Argentina, a repressão se configurou como “responsabilidade institucional” das Forças Armadas (O'DONNELL e SCHMITTER, 1988).

Considerando aspectos como os supracitados, O'Donnell e Schmitter (1988), afirmam que em casos como o argentino, em que o regime autoritário tenha sido notoriamente fracassado, é muito mais provável que haja uma vontade mais sólida de resistir à tentação de uma volta a tal cenário, enquanto que em casos como o brasileiro, onde a experiência foi menos traumática, pode haver uma “nostalgia dos bons tempos autoritários”. O que talvez reforce esta linha de argumentação é que os próprios atores-chave do processo político na Argentina passaram a aceitar a via democrática para a competição por cargos públicos, direcionando-se a uma adesão normativa à democracia que, segundo Pérez-Liñán e Mainwaring (2014), permitiu ao regime democrático sobreviver a distintas intempéries econômicas tais como as fortes turbulências na década de 1980 e início dos anos 2000, hiperinflação verificada entre 1989 e 1991, substantivo aumento das desigualdades sócio-econômicas e desempenho débil da economia.

Reforçando tal diferença, Moisés (1995) salienta a questão propriamente cultural, e mostra como os brasileiros ainda apresentavam, na década de 1990, apego significativo a alguns valores de natureza autoritária. Zaverucha (2005), por sua vez, chama a atenção para a questão de que a democracia formal se expanda e se constitua, dessa maneira, numa democracia substantiva, ligada ao contexto sócio-econômico dos indivíduos, e considerando os direitos civis em sua plenitude, com respeito à vida e à integridade física dos sujeitos. No âmbito institucional, Marengo dos Santos (2007) mostra como houve uma consistente sobrevivência de forças políticas do antigo regime, que até hoje marcam presença, mesmo num governo teoricamente de esquerda, como o do Partido dos Trabalhadores.

Em outro sentido, para além das análises acerca dos processos transicionais em si, a partir do contexto das transições foram desenvolvidos estudos a respeito das heranças ou legados do autoritarismo presentes nas novas democracias, podendo-se, nesse sentido, apontar Alfred Stepan (1988) como um dos primeiros autores a chamar a atenção para o tema, ao tratar das prerrogativas militares preservadas após a transição na Argentina, no Brasil, na Espanha e no Uruguai.

Os estudos de Jorge Zaverucha (1992; 1994) tratam de aprofundar essa linha de análise, examinando especificamente os casos de Brasil, Argentina e Espanha em perspectiva comparada. Dentre as suas observações, o autor sustenta, em linhas gerais, que a forte presença de prerrogativas militares fragiliza a democracia, e diagnostica as diferenças entre estes países no que se refere ao número de prerrogativas existentes. Segundo o levantamento do referido autor, enquanto na Espanha nenhuma prerrogativa fora mantida após o final do franquismo, no Brasil todas eram mantidas nos primeiros anos da Nova República, ao mesmo tempo em que, na Argentina, caracterizava-se uma situação intermediária.

É dentro dessa moldura contextual que a presente tese se situa, abordando, do ponto de vista de uma linha analítica culturalista, de que maneira diferentes modelos de transição, como os verificados no Brasil e na Argentina, impactam sobre as opiniões e predisposições dos cidadãos destes países, e de que forma incidem sobre a confiança que os sujeitos, nestes casos, estabelecem em termos interpessoais e também institucionais.

A próxima seção destina-se a apresentar uma interpretação dos períodos de reconstrução da democracia nos dois países e seus desdobramentos.

2.4. A reconstrução democrática no Brasil e na Argentina

Além dos processos transicionais encontrados no Brasil e na Argentina, é importante fazer também uma revisão histórica do período de reconstrução da democracia nos dois países, ou seja, como na prática estes processos têm se configurado na busca de consolidação democrática em termos formais, para que

depois seja possível complementar isto com a análise comportamentalista proposta por esta tese.

No caso do Brasil, em 1985 a reinstauração de um governo civil iniciou-se com a comoção provocada pela morte de Tancredo Neves, que seria o primeiro presidente do período pós-ditadura. Com isso, quem assumiu a presidência foi José Sarney, um dos mais destacados políticos civis do grupo que apoiava a ditadura militar, apoiado pela Aliança Democrática (SANTOS, 2007). Avalizado pelos militares e por um cenário de “confiança entre governantes e governados” no início de seu governo, o presidente enviou ao Congresso Nacional um pacote de medidas democráticas, dentre as quais se encontravam o restabelecimento da legislação que garantia a eleição direta para presidência da República e prefeituras de capitais e áreas de segurança nacional, liberalização de atividades dos sindicatos, sufrágio dos analfabetos e liberdade de organização de partidos outrora jogados à clandestinidade, tais como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) (IDEM, 2007). Sarney precisou contar fortemente com o apoio dos militares, uma vez que em 1986, lançou um plano destinado a controlar a inflação e mudar a moeda- o Cruzado- que fracassou rotundamente. De acordo com Everton Rodrigo Santos (2007), neste cenário, agravado pela fragilidade do apoio oferecido pela Aliança Democrática, o então presidente socorreu-se cada vez mais nas Forças Armadas, configurando aquilo que Przeworski (1984 *apud* SANTOS, 2007) conceitua como “democracia tutelada”, na qual os militares afastam-se do exercício direto do governo mas permanecem com ascendência sobre o mesmo, distanciando-se ordeiramente e a postos para, em casos de “emergência”, entrarem em ação para combater a “desordem” provocada por situações sociais que ponham em xeque seus interesses, valores e ideais (SANTOS, 2007).

Neste panorama, o governo de Sarney, mergulhado em profunda crise econômica, trouxe em sua esteira um grande desgaste do PMDB, devido à falta de habilidade em manejar tal crise, refletida em decisões contraditórias e ineficientes do presidente no que concerne à política econômica do país (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Este cenário propiciou as condições para que ocorressem mudanças importantes na correlação de forças partidárias: no pleito presidencial de

1989, o PT (Partido dos Trabalhadores), por meio da primeira candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, começou a trilhar seu caminho para chegar a um posto hegemônico na esquerda nacional (IDEM, 2012). Segundo Braga, Ribeiro e Amaral (2012), a chegada de Lula ao segundo turno desta eleição e a vitória de Fernando Collor de Mello, de um partido praticamente inexistente, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional), foram os acontecimentos que marcaram as etapas finais do processo de ruptura da dinâmica bipartidária entre PMDB e PDS, que ainda persistia ao longo dos anos 1980.

Após uma estridente crise de corrupção, no ano de 1992 ocorreu um processo de impeachment e renúncia de Collor. Com Itamar Franco assumindo o poder, foram lançadas as bases para a solução da hiperinflação, que à época se constituía no principal problema da economia brasileira (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012). Foi criada uma nova moeda, o Real, que logrou êxito na estabilização econômica, catapultando o então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), à condição de candidato preferencial do eixo centro-direitista brasileiro para contrapor-se às candidaturas esquerdistas, principalmente a de Lula (IDEM, 2012). A partir de então, a dinâmica eleitoral no Brasil passaria a estar polarizada em torno de dois grandes blocos: um de centro-direita, liderado pelo PSDB e apoiado pelo PFL (Partido da Frente Liberal), que posteriormente mudaria seu nome para Democratas (DEM), e um de centro-esquerda liderado pelo PT e apoiado principalmente por PSB (Partido Socialista Brasileiro), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil) (BRAGA, RIBEIRO e AMARAL, 2012).

O contexto eleitoral de 1994 trazia, em um primeiro momento, um cenário de favoritismo de Lula, fortalecido pela organização da Caravana da Cidadania pelo PT, na qual o candidato percorreu o país e ganhou adesão por parte do eleitorado (GUGLIANO e JEREZ, 1996). Entretanto, o rumo daquele pleito começou a mudar em julho de 1995, com a entrada em circulação do Real, em plano elaborado por Fernando Henrique Cardoso. FHC colocou-se, assim, no papel de “pai do Real”, contando, para isto, com um posto privilegiado institucionalmente (ALMEIDA, 1999). Assim, criou-se um movimento de aglutinação das diferentes elites políticas e

econômicas em torno da candidatura de FHC, e contra Lula (GUGLIANO e JEREZ, 1996).

Assim que a campanha iniciou oficialmente, FHC tratou de vincular diretamente sua candidatura ao Plano Real, assumindo o posto de criador do mesmo e, assim, colocando-se como o postulante mais adequado para dar continuidade bem-sucedida e segura à nova moeda. Nesse sentido, a conquista da estabilidade econômica seria o primeiro passo em direção à resolução dos demais problemas do país durante seu governo (PORTO e GUAZINA, 1999). O diagnóstico corrente neste cenário era o de que o Real conseguiu derrubar a inflação, baixar os preços e elevar o nível de emprego no país, gerando um ambiente de otimismo e apoio da população (IDEM, 1999). Nesta esteira da campanha, cabe sublinhar também que, em meio a este apelo, FHC buscou também ocultar sua aliança com partidos conservadores como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PFL (GUGLIANO e JEREZ, 1996).

Lula, por seu turno, buscou rotular FHC como sendo o candidato que representava os latifundiários, banqueiros e o próprio governo, comparando-o a Collor. A principal estratégia do candidato petista era a de tentar desmoralizar o adversário tucano (PORTO e GUAZINA, 1999). No que concerne ao Plano Real, Lula adotou uma postura bastante crítica em alguns momentos, taxando-o como um plano de caráter eleitoreiro, passageiro, e que não trazia benefícios à maior parte da população. Essa postura foi alternada com críticas mais cautelosas, quando o candidato afirmava que daria continuidade ao Real em seu mandato (PORTO e GUAZINA, 1999; ALMEIDA, 1999). Ao fim e ao cabo, prevaleceu o pensamento de que o continuador ideal para o novo plano econômico, elevando os salários e combatendo a miséria, era mesmo o seu criador, Fernando Henrique Cardoso, o que repercutiu no resultado das urnas, com vitória do candidato do PSDB ainda no primeiro turno.

Já as eleições de 1998 foram marcadas como as primeiras do novo período democrático brasileiro em que estava colocada a possibilidade de reeleição do presidente. E assim que obteve do Congresso Nacional o direito de concorrer à

reeleição, o governo buscou desinflar o processo sucessório, transformando-o numa espécie de ritual de recondução de FHC ao cargo, uma simples formalidade permeada pelas eleições (MIGUEL, 1999). O postulante tucano gozava de índices razoáveis de aprovação popular e, para ele, localizado como estava neste ponto, não algo interessante debater alternativas à sua gestão ou prioridades políticas divergentes. Na busca de diminuição dos debates, os sustentadores da candidatura situacionista aprovaram no parlamento uma legislação eleitoral que reduzia o espaço para o debate eleitoral, conseguindo, entre outras coisas, a diminuição do tempo de campanha no rádio e na televisão, reduzindo de quatro vezes por semana durante dois meses para três vezes por semana durante 45 dias (IDEM, 1999).

Por sua vez, os principais candidatos oposicionistas destacavam em seus programas principalmente a questão do desemprego, apresentando-o como sendo o principal problema social do Brasil (IDEM, 1999). Lula também tratou de destacar a questão da seca e da fome no nordeste do país, apresentando o desemprego como resultado da política econômica do governo FHC e a fome do nordeste como consequência da falta de sensibilidade dos governantes para com as causas sociais (IDEM, 1999).

O contexto econômico era dado num panorama no qual se destacava o agravamento da crise financeira russa, repercutindo fortemente em bolsas ao redor do globo, inclusive no Brasil. A estratégia de FHC nesse sentido foi a de conferir um enquadramento a tal crise de um modo que lhe beneficiasse, identificando como fonte do problema uma questão externa, alheia às responsabilidades do governo brasileiro; nessa esteira, o mote utilizado foi de que ao país somente caberia proteger-se da melhor forma possível, e assim, era fundamental contar com uma equipe experiente e com profundo conhecimento dos meandros do Estado brasileiro e dos movimentos relativos ao jogo financeiro internacional (IDEM, 1999).

A campanha oposicionista, por seu turno, buscou utilizar um outro ângulo para abordar a crise. Principalmente o programa de Lula responsabilizou a política econômica adotada pelo governo de FHC pela debilidade do país diante das oscilações dos mercados em nível mundial. O PT não negava a existência da crise

externa, mas tratava de questionar o porquê de o Brasil encontrar-se tão exposto e suscetível a ela. Pode-se resumir a ópera, segundo Miguel (1999) da seguinte maneira: enquanto o enquadramento da situação era o de que havia uma única origem dos males, qual seja, a crise financeira mundial, a oposição trabalhava com uma abordagem diferente: o cenário preocupante era resultado de uma fórmula que combinava a crise internacional com a política econômica adotada pelo governo federal. Mais uma vez, a estratégia vencedora, ainda em primeiro turno, foi a do PSDB, pautando sua campanha no *know how* de FHC e sua equipe, que, uma vez tendo estabilizado uma moeda no país, também seria capaz de superar a crise econômica posta em tela (MIGUEL, 1999).

O segundo governo de Fernando Henrique foi marcado pelo agravamento da crise internacional, e pela dificuldade de governo para lidar com a mesma. Desenhava-se, enfim, um cenário favorável à candidatura do PT e de Lula. A campanha de 2002 teve permeando sua pauta o contraste da esperança, vinda da possibilidade mais real do que nunca de uma vitória de um partido com origens nas classes populares e trabalhadoras, com a insegurança propagada por aqueles que, na voz da atriz global Regina Duarte, “sentiam medo”.

Segundo Baquero (2007), foram cinco os principais fatores que conduziram o PT à vitória no pleito de 2002: (1) a mudança programática do partido, que paulatinamente se afastou das teses mais radicais de uma esquerda socialista para apregoar práticas reformistas, aproximando-se, assim, do eleitor de centro; (2) o papel fundamental do marketing político, trabalhando a imagem de um Lula mais leve, conciliador, definido à época como um “Lula paz e amor”; (3) o desgaste dos partidos que governaram com FHC, e o esgotamento das teses neoliberais; (4) a combinação de alianças do PT, aliando-se, por um lado, com outros partidos de esquerda e, por outro, com setores mais conservadores da sociedade, como banqueiros e empresários; (5) a “Carta aos Brasileiros”, por meio da qual Lula tratava de acalmar os credores nacionais e internacionais, afirmando que em caso de vitória petista, o governo cumpriria os contratos assumidos e pagaria em dia os juros provenientes da dívida externa e dos contratos com o Estado.

Esta postura mais agregadora de Lula e do PT era provavelmente o último elemento que faltava para a conquista do poder no executivo federal. O sentimento de mudança se via refletido, agora, num caminho que parecia mais seguro. Essa estratégia levou a que as tentativas de infligir medo à população, vindas da campanha do adversário José Serra e do PSDB, terminassem por ser até os dias de hoje, motivo de galhofa quando são recordados fatos ocorridos em pleitos presidenciais disputados no país. Preponderou a esperança e o anseio daqueles cidadãos que então, por meio do voto, viam a possibilidade concreta de depositar sua confiança num governo de esquerda, esperança esta refletida com rara precisão e felicidade no refrão do *jingle* da campanha petista: “É só você querer, e amanhã assim será. Agora é Lula, agora é Lula, é Lula”.

Depois de quatro anos de governo, com amplo apoio popular, Lula voltaria ao pleito para buscar sua reeleição tendo agora como principal adversário Geraldo Alckmin, do PSDB. E, nesta eleição, Baquero (2007) constata uma substantiva alteração no panorama. Um dos elementos para os quais o autor chama a atenção é para a mudança do eixo de relação Lula/PT. A figura do presidente, neste contexto, assume centralidade no processo de negociação política, relegando seu partido a segundo plano (BAQUERO, 2007).

A campanha de reeleição de Lula utilizou como principal âncora a defesa das políticas sociais implementadas/ampliadas pelo governo, entre as quais pode-se destacar o Bolsa Família, principalmente nas regiões mais pobres do país (POWER e HUNTER, 2007 *apud* BAQUERO, 2007), onde o presidente passou a ser conhecido como uma espécie de “pai dos pobres”. Tal centralidade, força e carisma de Lula propiciaram que o candidato deixasse de lado o partido, que em 2002 havia desempenhado papel fundamental em seu triunfo⁴. Este panorama, no qual a figura do presidente torna-se maior e mais representativa do que o próprio partido caracteriza, segundo Baquero (2007) uma velha tradição personalista no Brasil, que para Martins (2002) foi preservada ao longo do tempo.

⁴ Maiores detalhes sobre o fenômeno verificado em 2006, trazendo detalhes acerca do perfil do eleitorado de Lula neste pleito e das raízes de formação do “lulismo” podem ser encontrados em Singer (2009).

A postura de Lula, mantendo sua imagem descolada da do PT, foi estratégica uma vez que o partido, com algumas de suas principais lideranças, estava envolvido em escândalo de corrupção conhecido como mensalão, que consistia em um suborno para que os parlamentares apoiassem as iniciativas do executivo, e tomou os noticiários em 2005. Tal crise provocou estragos não só no governo, mas também atingiu o PT, que historicamente havia se colocado como detentor das bandeiras da ética e da transparência (FREIDENBERG, 2007). Com a estratégia de afastamento adotada, enquanto o partido saía bastante enfraquecido do processo junto à opinião pública, a imagem do presidente se mantinha intacta, e mais do que isso, fortalecida, contando com altos índices de aprovação por parte da população (BAQUERO, 2007). Isso não significa, segundo Baquero (2007), que outros fatores também não tenham contribuído para o êxito do presidente, como por exemplo, a habilidade em colocar o opositor Alckmin como um defensor das privatizações e representante do governo de FHC, o que levou o candidato tucano a uma rejeição por grande parte do eleitorado (BAQUERO, 2007; FREIDENBERG, 2007), chegando a inclusive perder votos entre o primeiro e o segundo turno do pleito. Deste modo, Lula colocou-se em posição privilegiada, relegando ao esquecimento o escândalo de corrupção em seu governo, e enfraquecendo seu opositor (FREIDENBERG, 2007).

Além disso, o contexto de 2006 também foi propício para o intento de reeleição de Lula porque existia um otimismo moderado dos cidadãos, principalmente das classes populares, resultante do bom momento macroeconômico, com moderado crescimento, e o avanço em algumas áreas sociais, além da continuidade do processo democrático formal como forma legítima de representação (BAQUERO, 2007). Todos estes elementos combinados levaram Lula a manter-se como presidente brasileiro por mais quatro anos.

Depois de dois mandatos de Lula, precedidos por dois mandatos de FHC, chegava a hora de PT e PSDB disputarem a “negra”, cada qual com seus candidatos que jamais haviam sido presidentes, Dilma Rousseff, pelo lado petista, e José Serra, pelo lado tucano. Martins (2012) salienta também que este pleito era o primeiro que, desde a redemocratização, ocorreria sem Lula como candidato, mas estava, por outro lado, repleto da imagem do presidente.

Desde o ano de 2008, o então presidente Lula tratava de apresentar Dilma como a “mãe do PAC” (Programa de Aceleração do Crescimento), e nas entrelinhas, já colocava a então ministra-chefe da Casa Civil como potencial candidata ao seu posto. Neste panorama, Dilma Rousseff surgia como uma possível nova eleição de Lula, como uma figura que ensejaria uma reeleição virtual do presidente (MARTINS, 2012). Martins sublinha que na campanha, se já havia no imaginário popular o sentimento de dois tempos distintos (de FHC e de Lula), o presidente direcionaria seus esforços para reforçá-lo e enfatizar as conquistas de seu governo (IDEM, 2012).

Pelo lado do PSDB, o partido trazia consigo alguns aprendizados do pleito anterior. A estratégia de Lula de contrapor seu mandato ao de FHC, tornando Alckmin um mero reflexo de seu colega de partido e ex-presidente, havia sido extremamente bem-sucedida. Tendo isso em mente, José Serra buscou distanciar-se do embate Lula e FHC, tentando não se colocar como opositor direto do presidente, evitando, desse modo, ataques diretos a Lula. Em sua campanha, o candidato tucano buscava mostrar que os avanços do país não iniciaram com o PT, mas sim com o Plano Real, que fora formulado e consolidado por seu companheiro de PSDB, Fernando Henrique Cardoso (IDEM, 2012).

Dentro dessa lógica, os opositoristas acreditaram que não atacar o presidente e mostrar Serra como o mais preparado, seria a chave de um possível triunfo. O horário eleitoral do PSDB não apenas poupou Lula, como ainda tentou surfar no êxito do presidente, apresentando Serra como o mais capacitado para seguir o governo Lula. O problema encontrado pelos tucanos foi a declaração explícita do apoio do presidente à candidatura de Dilma Rousseff, no próprio horário eleitoral gratuito. Esvaziou-se, dessa forma, o lugar de divergências e críticas que há anos o PSDB ocupava em relação ao PT, abrindo caminho para o crescimento da candidatura petista (IDEM, 2012). No segundo turno, nem a invocação maniqueísta de temas polêmicos como o aborto, crenças religiosas, e nem mesmo a tentativa de emplacar a ideia de que teria ocorrido uma agressão a Serra por parte de militantes petistas com uma pedra, que depois se constatou ser uma bolinha de papel, desmentida por sua vez por um perito chamado pelo Jornal Nacional como não

sendo uma bolinha de papel, mas sim um mortífero rolo de fita adesiva, não foram suficientes para Serra vencer o pleito. No fim das contas, contou para o triunfo de Dilma a boa avaliação que os eleitores faziam de Lula e de seu partido (PEIXOTO e RENNÓ, 2011). Critério fundamental de escolha nesse sentido foi a auto-percepção de situação econômica dos eleitores: de acordo com Peixoto e Rennó (2011), os indivíduos que sentiram sua situação econômica melhorar nos anos de governo Lula optaram por recompensar o PT por sua ascensão social pessoal. Desse modo, o partido se mantinha no governo pela terceira eleição consecutiva.

Após o primeiro mandato de Dilma Rousseff, era chegado o momento de uma eleição extremamente disputada, com candidaturas oposicionistas depondo com força. O cenário eleitoral de 2014 sofreu um forte impacto quando, no dia 13 de agosto, caía na cidade de Santos o avião do candidato Eduardo Campos, do PSB, vitimando fatalmente o ex-governador do estado de Pernambuco. Com isso, a vice Marina Silva assumiu a ponta da chapa, ganhando mais uma oportunidade de concorrer à presidência da República (ela já havia disputado o posto em 2010, ficando em terceiro lugar; à época, Marina estava no PV- Partido Verde).

Sua candidatura, embalada pela comoção com a morte de Campos, decolou, e Marina Silva surgiu como favorita a disputar, com vantagens, o segundo turno diante da candidata à reeleição, Dilma Rousseff. Todavia, a candidata do PSB enredou-se em suas próprias contradições e na esquizofrenia de uma campanha que dizia querer “o que há de bom em todos os lados” e apostava numa “nova política” que até hoje não se sabe ao certo o que é.

Aécio Neves, do PSDB, cresceu com sua candidatura, posições e propostas um tanto mais claras, e tomou o espaço ocupado por Marina Silva, chegando ao segundo lugar no primeiro turno e emplacando com força a sua campanha no segundo. Confirmou-se, desse modo, pela sexta eleição consecutiva, abarcando um espaço temporal de 20 anos, a tendência à polarização entre tucanos e petistas, com os dois partidos ocupando invariavelmente as duas primeiras posições nas disputas presidenciais deste período. Ao final do pleito, em disputa acirradíssima,

Dilma Rousseff venceu Aécio Neves no segundo turno e confirmou a hegemonia⁵ eleitoral petista verificada nas últimas disputas presidenciais, sempre no embate direto com os candidatos indicados pelos tucanos. Neste cenário, a vitória petista apontou mais uma vez um caráter retrospectivo do comportamento do eleitorado, uma vez que segundo Amaral e Peixoto (2015) salientam, a avaliação sobre a gestão de Dilma apresentou-se como importante preditor do voto nos dois turnos. Após a eleição, o cenário de crise política e questionamento sobre a política e seus partidos no Brasil- que já começara a tomar forma em junho de 2013, quando a população se mobilizou e saiu às ruas para protestar durante a Copa das Confederações organizada pela FIFA- se agravou com o ganho de força dos escândalos de corrupção no governo petista, e com a possibilidade de impeachment da presidente Dilma Rousseff, num processo cuja admissibilidade já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e se encontrava em fase de avaliação por parte do Senado, até o fechamento desta tese. Cabe sublinhar que durante praticamente todos os anos de reconstrução da democracia no Brasil, a questão do passado autoritário e dos abusos cometidos pelo regime militar ficaram relegados a segundo plano, só vindo a ganhar destaque a partir de 2007, quando os grupos de familiares, ex-perseguidos e movimentos defensores dos direitos humanos passaram a repercutir de maneira mais contundente na arena política brasileira, impulsionando a criação da Comissão Nacional da Verdade, e estabelecendo, após longos anos, uma política de averiguação dos crimes cometidos pelo Estado durante o período autoritário (GONZÁLEZ E LENTZ, 2012).

Já na Argentina, as primeiras eleições que ocorreram após a derrota do regime autoritário deram-se em 1983, com os dois maiores partidos nacionais- Partido Justicialista (PJ) e União Cívica Radical (UCR)- competindo com a finalidade de estabelecer suas aspirações políticas em um marco de regras institucionais compartilhadas: deste modo, o formato bipartidário de disputa eleitoral se reatualizava num ambiente político consideravelmente diferente a linha divisória que

⁵ Hegemonia, quando aqui mencionada, não possui qualquer relação com a discussão conceitual que gira em torno dos postulados de Gramsci (1978), de dominação de uma classe social sobre outra, e discutida por autores como Laclau e Mouffe (2004). Trata-se apenas do uso da palavra como sinônimo de supremacia num sentido estritamente eleitoral.

desde o ano de 1945 separava em dois blocos o mapa político do país, quais sejam, o polo peronista e o polo não-peronista (TORRE, 2003; QUIROGA, 2005; MALAMUD, 2008). As mudanças de ordem política que foram iniciadas com a transição à democracia apresentavam como protagonistas as mesmas e tradicionais forças políticas que dominavam o cenário político argentino há praticamente quarenta anos: peronismo e radicalismo (QUIROGA, 2005).

Desde suas origens, o peronismo buscou alimentar-se da pobreza, conquistando o apoio dos setores mais desprovidos da sociedade argentina (MALAMUD, 2008). Deste modo, os peronistas contavam ao longo do tempo com os votos da base da pirâmide social argentina, ao passo que os não-peronistas não eram capazes de formar coalizões capazes de unir o conjunto do eleitorado não-peronista, além de não conseguir captar votos da base da pirâmide (TORRE, 2003). Trata-se de um traço distintivo do chamado *caudillismo*, ou seja, uma liderança forte e carismática que consegue mobilizar os setores menos abonados da sociedade, imagem esta incorporada pela figura fundadora do peronismo, Domingo Perón (GUINAND, 2008).

No entanto, o pleito de 1983 serviu para alterar o panorama com um resultado que trouxe consigo uma inovação política, com a quebra da “lei de ferro” da política argentina, que postulava o peronismo como uma força imbatível em eleições livres (TORRE, 2003). Por meio da liderança de Raúl Alfonsín e conquistando 51,7% dos votos, a União Cívica Radical chegou à presidência superando o peronismo que se colocou sob a sigla de Partido Justicialista, e recebeu 40,1% dos votos. A vitória da UCR nesta eleição se deveu primeiramente à emigração em seu favor de um percentual pequeno porém decisivo de votos que tradicionalmente se dirigiam ao peronismo, conseguidos junto aos setores altos da população assalariada, operários especializados e empregados “de terno e gravata” (TORRE, 2003). Tal transferência de votos de baixo para cima também articulou-se com um segundo fenômeno, que foi a superação das dificuldades de coesão do voto não-peronista através de um respaldo conquistado pela candidatura de Alfonsín junto às classes médias e altas com simpatias de centro-direita e de esquerda (IDEM, 2003). O candidato radical conseguiu, desde a campanha eleitoral, somar adesões ao seu projeto, baseado em

um discurso que estabelecia oposições entre democracia e ditadura e justiça e impunidade diante da violação de direitos humanos (QUIROGA, 2005).

Contudo, o padrão de disputa bipartidária verificado em 1983 não se manteve ao longo dos anos, caracterizando um debilitamento desta dinâmica que, por outro lado, não impactou as duas direções igualmente: a progressiva perda de votos da UCR surge em contraste com a maior fidelidade do PJ, o que segundo Torre (2003) denota uma maior consistência do voto peronista e uma natureza mais plural e diferenciada dos sufrágios dentro do polo não-peronista. Desse modo, ocorre uma reconstrução do Partido Justicialista como força política competitiva, após a crise interna deflagrada pelo insucesso de 1983. Com novo elenco dirigente e características mais pluralistas, o peronismo conseguiu atrair novamente seus eleitores tradicionais e ao mesmo tempo captar novos apoiadores, vencendo o pleito de 1987.

Com a proximidade das eleições presidenciais de 1989, o cenário que indicava a tendência de vitória de Carlos Menem, com suas marcas populistas, serviu para que os partidos provinciais apoiassem a candidatura da UCR, representada por Eduardo Angelot. A UCEDÉ (União de Centro Democrática) optou, por sua vez, a apresentar-se com candidatura independente, o que dividiu o voto do eixo centro-direitista do eleitorado: seu candidato Álvaro Alsogaray conquistou 7,2% dos votos, e a lista de deputados da Aliança de Centro, que fora articulada pela UCEDÉ, conseguindo 9,9% dos votos, chegou ao seu melhor desempenho eleitoral (TORRE, 2003).

Diante de grandes dificuldades encontradas pelos radicais na gestão das duas principais questões do primeiro momento da transição, quais sejam, (1) o tratamento do ajuste de contas da ditadura e suas violações dos direitos humanos e (2) a condução da economia, atribulada pela crise da dívida externa, a eleição de Menem não se configurou como algo surpreendente (TORRE, 2003; QUIROGA, 2005). O que constituiu uma surpresa neste cenário foram as ações deste após assumir o poder, com uma guinada político-ideológica no que concerne à abertura do mercado e as políticas neoliberais, que, de acordo com Iazzetta (2013), serviu

como componente de enfraquecimento do Estado e da democracia na Argentina, do ponto de vista institucional:

La democracia prosiguió su marcha con altibajos pero fue el Estado que pronto sería sometido a una brusca reducción que debilitó aún más, sus magras capacidades disponibles y desertó de sus responsabilidades básicas provocando un proceso de des-ciudadanización que extendería sus efectos más allá de los gobiernos que lo iniciaron. Esas reformas no sólo privaron a la democracia del soporte que debe brindarle el Estado sino también, fueron implementadas con un estilo que empobreció su calidad institucional, rodeadas de una fuerte concentración de recursos decisórios en el Ejecutivo y de un severo debilitamiento de las instancias de control público (IAZZETTA, 2013, p. 259).

Isso ocorreu em um cenário no qual, ao mesmo tempo em que a democracia passava a constituir-se como um valor compartilhado pela sociedade, o Estado parou no “banco dos réus”, ou seja, a memória do passado imediato vinda da experiência autoritária não só favoreceu uma revalorização dos ideais democráticos como também colocou o Estado sob suspeita, confluindo numa ampla corrente anti-estatista que se espalhava pela Argentina e pelo restante da região, impulsionando o neoliberalismo (IAZZETTA, 2013). Os objetivos do programa neoliberal implantado por Carlos Menem foram projetados em três horizontes simultâneos, instalando uma economia de mercado: (1) liberalização da economia, com abertura comercial e livre circulação de capitais; (2) reforma do Estado, dada com o impulso das privatizações de empresas públicas, e (3) desregulação dos mercados, com mínima intervenção econômica estatal (QUIROGA, 2005).

Do ponto de vista do tratamento dispensado aos militares, Menem conseguiu controlar os levantes que persistiam ainda no governo de Alfonsín e no princípio de seu próprio governo por meio de uma política de indultos, completando a transição política antes de terminar a transição econômica (IDEM, 2005).

Uma consequência política deste panorama foi que a postura menemista, pautada principalmente por sua virada ideológica, serviu para recompor os alinhamentos de centro-direita e centro-esquerda. O primeiro aproximou-se do PJ, com Álvaro Alsogaray, líder da UCEDÉ, sendo convidado a ser assessor da presidência, incorporando-se à nova coalizão governamental junto de outros quadros partidários (TORRE, 2003). O passar do tempo fez com que o eleitorado de centro-direita seguisse o mesmo caminho, cruzando a linha divisória da pirâmide social argentina agora de cima a baixo, e reorientando as listas eleitorais peronistas (IDEM, 2003).

Desse modo, enquanto o eixo de centro-direita do eleitorado rumava ao peronismo, o de centro-esquerda tomava outro rumo, em direção contrária. A virada ideológica de Carlos Menem provocou a dissidência, em 1991, de um pequeno número de deputados do PJ que passou para a oposição e criou um agrupamento chamado Frente Grande (TORRE, 2003). Entretanto, a esperança de que ocorresse uma deserção das bases populares do PJ não se confirmou na prática, e a Frente Grande acabou por encontrar maior ressonância entre as camadas médias identificadas com a esquerda democrática, que já não possuía empatia com as novas formas tomadas pelo peronismo (IDEM, 2003).

O grande salto do referido movimento se deu quando Menem e Alfonsín entraram em acordo, por via do Pacto de Olivos, para reformar a Constituição no intuito de permitir a reeleição do líder justicialista (TORRE, 2003), quando o radicalismo encontrava-se em uma situação de debilidade política (QUIROGA, 2005). Esse fato provocou entre os simpatizantes do radicalismo um grande mal-estar, uma vez que representava uma espécie de capitulação, uma abdicação do papel oposicionista da UCR (TORRE, 2003). Isso se refletiu em forte fluxo de eleitores para a Frente Grande nas eleições constituintes do ano de 1994: naquele momento, o grupo conquistou 12,7% dos votos em nível nacional e chegou a 37,6% na capital federal, constituindo-se como primeira força ali (IDEM, 2003).

O ápice do crescimento próprio do eixo centro-esquerdista deu-se nas eleições presidenciais de 1995, já sob a sigla de FREPASO (Frente País Solidário),

devido à soma com novos grupos: promovendo uma campanha focada em questões de forte apelo moral e institucional, sua candidatura representada nas figuras de Octavio Bordón e Carlos “Chacho” Alvarez recebeu significativos 28,2% dos votos, relegando ao terceiro lugar os candidatos da UCR, com 16,4% dos sufrágios. Mesmo assim, Carlos Menem conseguiu reeleger-se ao conquistar 47,7% dos votos (TORRE, 2003).

De acordo com Torre (2003), foram dois os corolários das flutuações do eleitorado neste segundo momento da democracia de partidos: (1) a transformação da FREPASO em uma ascendente força de oposição; (2) a mudança no modo como se compunha a coalizão justicialista que tornou possível a reeleição de Menem (GERVASONI, 1998 *apud* TORRE, 2003). Esse cenário para a manutenção do poder do líder justicialista deu-se porque além de Menem ter conseguido manter a maioria dos votos leais ao peronismo, logrou compensar com seus ganhos no eleitorado de centro-direita os votos perdidos no eixo de centro-esquerda (TORRE, 2003).

O panorama de competição interpartidária que até então predominava, caracterizado pela fragmentação oposicionista e a hegemonia do PJ, viria a sofrer uma modificação em 1997, quando pouco tempo antes das eleições legislativas do referido ano, UCR e FREPASO optaram por unir forças e formar a Aliança (IDEM, 2003). O desempenho da Aliança serviu para mostrar seu potencial competitivo diante do cenário de um governo desgastado por oito anos de poder e pelos níveis de desemprego, desigualdade de distribuição de renda e corrupção, elementos estes que relegavam a segundo plano as conquistas em termos de estabilidade e modernização da economia argentina; neste contexto, a nova aliança eleitoral chegou a 45,6% dos sufrágios, superando em nove pontos percentuais o PJ (TORRE, 2003).

Um outro elemento que contribuiu neste panorama foi o debilitamento da coalizão eleitoral de Carlos Menem: no ano de 1996, devido a um conflito de interesses políticos, o então ministro da economia, Domingo Cavallo, deixou o governo e em seguida tratou de ocupar o espaço de centro-direita outrora ocupado

pela UCEDÉ, formando um novo partido, Ação pela República (APR) (IDEM, 2003). Assim, as tendências verificadas em 1997 se confirmaram, de fato, em 1999, quando os candidatos da Aliança Fernando de la Rúa (UCR) e Carlos “Chacho” Álvarez (FREPASO) venceram a eleição presidencial com 48,4% dos sufrágios, deixando para trás o PJ, com 38,3% dos votos, e a APR, com a candidatura de Cavallo, com 10,2% (TORRE, 2003). Assim, pela primeira vez na história da Argentina, o peronismo perdia o poder por meio de uma disputa eleitoral (QUIROGA, 2005). Juan Carlos Torre (2003) também assinala o fato de que neste ano os justicialistas concorreram à eleição presidencial sem apoios externos consideráveis, a exemplo do que ocorrera em 1983. Do mesmo modo que em 1983, perdeu fatias do seu eleitorado, o que acabou por refletir em seu pior resultado eleitoral desde então, a despeito de seu candidato, Eduardo Duhalde, ter voltado com as tradicionais bandeiras do peronismo, criticando as políticas liberalizantes do governo Menem. Tal postura não facilitou a união com o eixo de centro-direita que havia sido bastante útil para o predomínio dos justicialistas (IDEM, 2003).

As eleições legislativas de 2001 se caracterizaram pela manifestação mais forte da crise de representação partidária no país, configurando-se como prólogo da queda de Fernando de la Rúa, dois meses após, isolado e em meio a uma série de manifestações (CHERESKY, 2003; QUIROGA, 2005). Este cenário caracterizou-se por comportamentos eleitorais não-convencionais, de rechaço aos dirigentes e partidos que se apresentavam. Para Gabriel Vitullo (2005), este fenômeno trouxe consigo uma resignificação do voto, expressando um descompasso entre os anseios da população e a política partidária vigente. Para o autor, tal fenômeno serviu para reforçar a perspectiva democrática dos argentinos, que, através de importantes setores, manifestavam um processo de maior autonomia e alargavam os horizontes democráticos, tensionando os limites estreitos de uma visão procedimental da democracia (VITULLO, 2005).

Essa ebulição social foi ainda reforçada pelo fato de que de la Rúa chegou à presidência com um programa focado na correção de legados do governo Menem tais como os custos sociais das reformas de mercado, os persistentes abusos de poder e as práticas de corrupção; porém, após dois anos de governo, o que se notou

foi um balanço bastante insatisfatório diante das expectativas oferecidas por seu programa: os níveis de pobreza e desemprego permaneciam altos, a reativação da economia não se deu na prática, a busca de superar a emergência deu ensejo a novos ajustes fiscais e, por fim, outro episódio gritante de corrupção apareceu e não foi resolvido (NOVARO, 2002 *apud* TORRE, 2003). Tal cenário agravou-se ainda mais com os conflitos internos do governo, que levaram o vice-presidente Carlos “Chacho” Alvarez, a renunciar, e também levaram a um distanciamento do presidente em relação ao seu partido, a UCR. Tudo isso completou-se com a presença de Domingo Cavallo, da APR, no ministério da economia, após os insucessos iniciais da equipe econômica originária da coalizão eleitoral formada em 1999 (TORRE, 2003; QUIROGA, 2005). Vitullo (2005) estabelece uma relação entre o agravamento da crise econômica e uma acentuada queda dos níveis de confiança institucional na democracia, assim como com uma crescente rejeição aos partidos políticos e seus principais dirigentes. Para o referido autor, os ajustes neoliberais dos anos 1990 acabaram por comprometer a consistência interna do regime democrático-representativo, desestruturando as bases de suporte societal às suas principais instituições (VITULLO, 2005). Ocorria, desse modo, uma combinação de recessão econômica de larga gestação e prolongada duração com uma forte deterioração de todas as formas de sociabilidade, aliada a uma extraordinária crise política (BORON, 2006). Assim, engolido por este panorama crítico, potencializado pelos fortes e crescentes protestos nas ruas, marcados por pannels, revolta e insatisfação plasmados pelo lema “*Que se vayan todos*” (QUIROGA, 2002; 2005), que manifestavam uma poderosa deslegitimação da classe política tradicional (BORON, 2006), o presidente Fernando de la Rúa não suportou e caiu, o que ensejou a proclamação pela Assembleia Legislativa de Adolfo Rodríguez Saá para seu lugar (OLLIER, 2008). Neste cenário, após a enxurrada anti-estatal verificada nos anos 1990 e principalmente com a referida crise, ocorre no país um gradativo redescobrimto do Estado que se via refletido na demanda advinda da sociedade por maior presença e efetividade estatal que viriam a devolver-lhe o protagonismo perdido na década anterior (IAZZETTA, 2013).

Durante os poucos dias em que durou o seu governo, Saá lançou mão de recursos outorgados à presidência com a finalidade de neutralizar a fragmentação

social e conter os protestos que tomavam conta das ruas (OLLIER, 2008). Na composição de seu gabinete, tratou de tentar superar a oposição interna do partido distribuindo cargos no poder executivo para distintos dirigentes (OLLIER, 2004 *apud* OLLIER, 2008). Além disso, buscou diminuir o movimento revoltoso ao abrir diálogo junto aos setores mais mobilizados, quais sejam, as mães da Plaza de Mayo, os *piqueteros* e os sindicalistas “combativos” (OLLIER, 2008). Porém, quando a Corte Suprema decidiu anular a decisão de uma juíza federal, que autorizava aos poupadores retirarem seu dinheiro mesmo com a existência do *corralito*⁶, uma grande e heterogênea mobilização social se disparou contra o presidente (IDEM, 2008). Neste cenário, Saá convocou os governadores justicialistas que, por sua vez, se dividiram de acordo com a conveniência da manutenção do então presidente no poder. Assim, obteve apoio dos governantes das pequenas províncias comandados por Carlos Menem, a quem interessava o cumprimento, por parte de Saá, dos dois anos de governo, o que permitiria ao antigo mandatário concorrer novamente ao cargo; já os aspirantes presidenciais que não possuíam restrição semelhante a de Menem abandonaram o então presidente (IDEM, 2008). Assim, os recursos utilizados por Saá não surtiram efeitos nem para minimizar a fragmentação intraperonista, nem para amainar as manifestações sociais. Neste contexto, foi formada uma coalizão entre peronistas, radicais de Buenos Aires e alguns frepasistas, liderando na Assembleia Legislativa a designação de Eduardo Duhalde como novo presidente (IDEM, 2008). Segundo Ollier (2008), os recursos do novo mandatário mostraram-se superiores aos de seu antecessor, uma vez que Duhalde ocupava a chefia do peronismo na poderosa província de Buenos Aires, e, ao campo

⁶ “*El Poder Ejecutivo Nacional en Acuerdo General de Ministros, dictó con fecha 1 de diciembre de 2001 el Decreto de Necesidad y Urgencia N° 1570, -que fuera publicado el 3 de diciembre- y que estableció una nueva operatoria a las entidades sujetas a la Superintendencia de Entidades Financieras y Cambiarias del Banco Central de la República Argentina.*

En el art. 2° del instrumento se prohibieron los retiros en efectivo que superen los doscientos cincuenta pesos o dólares por semana, por parte del titular de las cuentas que posea en cada entidad financiera y las transferencias al exterior, con excepción de las que correspondan a operaciones de comercio exterior, al pago de gastos o retiros que se realicen en el exterior a través de tarjetas de crédito o débito emitidas en el país, o a la cancelación de operaciones financieras o por otros conceptos, en este último caso sujeto a que las autorice el Banco Central” (HERNÁNDEZ, 2002, s/p).

objetivo, o presidente provisório acrescentou recursos subjetivos que lhe permitiram, ainda que com antecipação, convocar eleições presidenciais e reestabilizar o regime. Entre estes recursos, a autora destaca a transferência da coalizão parlamentar ao governo (nomeando ministros da UCR), o apelo ao consenso como instrumento para superação da crise e obtenção do apoio circunstancial do peronismo, plasmando em Carlos Menem seu único adversário efetivo (OLLIER, 2008).

Com a proximidade do momento de nomear candidato a presidente, Eduardo Duhalde enfrentava o desafio de impedir Menem de postular o cargo. Diante do poder que o ex-presidente possuía como chefe de uma das facções nacionais do PJ e da convicção acerca de sua vitória em uma disputa partidária, Duhalde tratou de reformular as regras do jogo com a intenção de prejudicá-lo (IDEM, 2008). Desse modo, de uma vez só, cada partido recorreria ao método que melhor se enquadrasse em suas conveniências na seleção de seu aspirante. O cenário inóspito de candidaturas fez com que Eduardo Duhalde, com a finalidade de impedir de todos os modos o retorno de seu arquirrival Carlos Menem, escolhesse Néstor Kirchner- que até aquele momento era um nome inexpressivo e sem poder de competitividade- como seu representante (BORON, 2006). Assim, os justicialistas reuniram-se em congresso partidário que determinou a eliminação, nessa ocasião, da disputa interna, habilitando seus três postulantes- Carlos Menem, Néstor Kirchner e Adolfo Rodríguez Saá- para os comícios presidenciais (QUIROGA, 2005; OLLIER, 2008). Dessa maneira, Duhalde conseguiu ao mesmo tempo lançar seu próprio candidato (Kirchner), satisfazer os anseios das distintas facções subnacionais e evitar que Menem fosse o único candidato do PJ (OLLIER, 2008).

No mês de junho de 2002, a morte de dois *piqueteros* durante uma manifestação que ocorria na Ponte Avellaneda levou o então presidente a antecipar o cronograma eleitoral para março do ano seguinte, assim como queriam os governadores peronistas (QUIROGA, 2005; OLLIER, 2008). Ainda que não tenha conseguido neutralizar os protestos, a definição do horizonte eleitoral serviu para acalmar os ânimos e impedir a retirada de apoio dos chefes peronistas, com possível queda do governo sem ter conseguido convocar o pleito. A disputa foi vencida por

Néstor Kirchner, com pouca margem de votos (22% conquistados no primeiro turno), baseado principalmente nos sufrágios do peronismo de Buenos Aires, mas colocando fim à disputa sucessória (QUIROGA, 2005; OLLIER, 2008). Isso ocorreu porque, chegado o momento do segundo turno entre Kirchner e Menem, as intenções de voto favoráveis a Kirchner flutuavam entre os 60 e os 70%- o que expressava muito mais contundentemente o rechaço à volta do antigo presidente do que o apoio ao quase desconhecido candidato rival: para evitar uma vexaminosa derrota nas urnas, Menem retirou sua candidatura a poucos dias do pleito, deixando a presidência a seu opositor (BORON, 2006).

O novo presidente, segundo Ollier (2008), carecia da dupla legitimidade de origem que Carlos Menem obteve em 1989 (disputa intrapartidária e eleição nacional), e deveu seu triunfo ao Partido Justicialista de Buenos Aires comandado por Eduardo Duhalde. Néstor Kirchner chegava ao poder como um presidente bastante debilitado (BORON, 2006) e desse modo, os recursos institucionais dos quais os peronistas dispunham (maioria dos governos e primeira minoria em ambas as câmaras) surgiam como uma ameaça de torná-lo refém de seu antecessor (OLLIER, 2008). Com isso, Kirchner tratou de buscar autonomizar-se dos possíveis condicionantes peronistas da mesma maneira que Menem já havia feito: alavancou junto à opinião pública a legitimidade negada pelas urnas (IDEM, 2008). Uma série de fatores- associados ao melhor impacto do fator externo- lhe permitiu tornar-se um presidente popular: (1) movimentos a favor dos direitos humanos; (2) renovação da corte; (3) confrontação discursiva com a velha corporação política; (4) tentativa de formar uma coalizão capaz de incluir dirigentes não-peronistas; (5) bem-sucedidas negociações com o Fundo Monetário Internacional; e (6) esforço para localizar seu mandato no eixo de centro-esquerda do espectro político, adotando como grande contraponto a seu governo a década menemista (OLLIER, 2008). Somado a isso, Néstor Kirchner conseguiu aumentar seu poder junto ao parlamento e aos governadores, além de reconquistar o apoio da maior parte do sindicalismo- uma marca histórica do Partido Justicialista-, graças à saída da crise econômica iniciada por Eduardo Duhalde (IDEM, 2008).

Por outro lado, a oposição em uma parte fragmentada e em outra cooptada pelo governo encontrou-se privada dos recursos para obstaculizar a estabilidade do governo Kirchner, ainda acoplando-se à sucessão exitosa representada pela esposa de Néstor, Cristina Kirchner, no pleito de 2007 (IDEM, 2008). A candidata justicialista, de forma distinta a seu marido em 2003, conseguiu aglutinar praticamente todo o conglomerado peronista e ainda adicionar cinco governadores radicais, fragmentos do socialismo e do frepasmismo e os grêmios (IDEM, 2008).

Entre o primeiro semestre de 2008 e o final de 2011, o governo de Cristina Kirchner caracterizou-se pela maior recuperação política pela qual um presidente tenha passado desde o retorno da democracia ao cenário argentino (CATTERBERG e PALANZA, 2012).

A partir da crise política iniciada na primeira metade de 2008, até o final de 2009, todos os indicadores de opinião relativos a avaliação, apoio e confiança em relação ao governo chegaram aos índices mais baixos da gestão kirchnerista (IDEM, 2012). Tal tendência permaneceu sendo notada durante 2009 e agravada pelos impactos da crise mundial sobre o crescimento da economia argentina (IDEM, 2012). Um dado trazido por Catterberg e Palanza (2012), bastante significativo para corroborar tal recuperação, mostra que enquanto no final do ano de 2009 57% dos entrevistados em pesquisa de opinião pública diziam ter uma imagem negativa da presidente e somente 21% manifestava ter uma imagem boa ou muito boa, um ano depois, tais percentuais se reverteram na mesma proporção.

A partir da inesperada morte do ex-presidente Néstor Kirchner, fortaleceu-se o apoio à figura e à gestão de Cristina Kirchner, e um fator importante neste cenário foi a generalização da popularidade da presidente argentina, afirmando-se principalmente nas camadas médias e entre os jovens, setores que até então não haviam demonstrado apoio ao oficialismo (CATTERBERG e PALANZA, 2012). A forte empatia conquistada desde novembro de 2010 manteve-se durante todo o ano de 2011, caracterizado por forte crescimento da economia, e se refletiu na vitória que permitiu a Kirchner reeleger-se, diante de uma oposição fragmentada e enfraquecida (IDEM, 2012).

Entretanto, o cenário do novo mandato apresentou na Argentina o reflexo de um desgaste do governo de Cristina Kirchner, agravado por grandes dificuldades do ponto de vista econômico, com forte desvalorização do Peso, aumento da inflação e redução bastante drástica das reservas internacionais (ALVARENGA e CARDILLI, 2014)⁷. Isso desembocou, em 2015, na eleição em segundo turno do líder conservador Maurício Macri, da coalizão *Cambiamos*, diante do representante da continuidade kirschnerista, Daniel Scioli, da *Frente Para la Victoria* (LA NACIÓN, 22/11/2015)⁸. Cabe sublinhar que, ao contrário do caso brasileiro, dentro do processo de reconstrução democrática na Argentina existiu, especialmente nos últimos anos, um debate muito mais substantivo acerca das questões relativas à memória e à verdade dos crimes cometidos pela ditadura com a abertura dos arquivos do governo autoritário, e o julgamento pelos atos levados a cabo naquela época. Esse é um traço importante, também, para demarcar as diferenças entre Brasil e Argentina no que concerne aos efeitos de suas distintas transições.

⁷ Matéria publicada em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/01/entenda-cri-se-economica-e-politica-na-argentina.html>.

⁸ Matéria publicada em <http://www.lanacion.com.ar/1847870-mauricio-macri-presidente-elecciones-2015>.

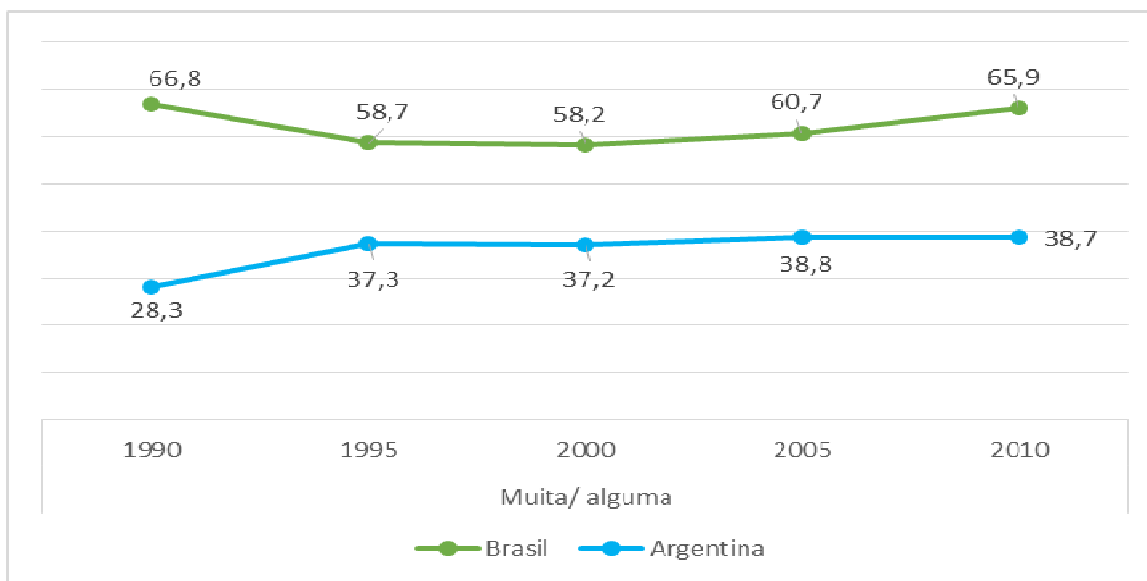
3. Transições e cultura política no Brasil e na Argentina

Apresentadas as premissas teóricas e os cenários dos casos sob análise na presente tese, este capítulo destina-se a verificar descritivamente como está dado o panorama democrático de Brasil e Argentina do ponto de vista da opinião pública, examinando primeiro longitudinalmente alguns padrões relativos à confiança nas instituições e democracia, para depois analisar os cruzamentos da confiança nos militares com essas mesmas questões para o ano de 2010. Inicia-se, assim, com a seção referente às análises longitudinais e descritivas das variáveis em tela para os dois países.

3.1. Padrões longitudinais de cultura política, e capital social nos dois países (1995-2010)

Nesta seção, busca-se examinar ao longo do tempo as semelhanças e diferenças entre brasileiros e argentinos no que concerne a alguns parâmetros importantes para verificar a legitimidade democrática nos dois países, sempre tendo em vista os modelos transicionais neles verificados. A primeira variável, que posteriormente será utilizada do ponto de vista causal como variável independente, é a da confiança nas Forças Armadas.

Gráfico 1- Confiança nas Forças Armadas (%)



n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

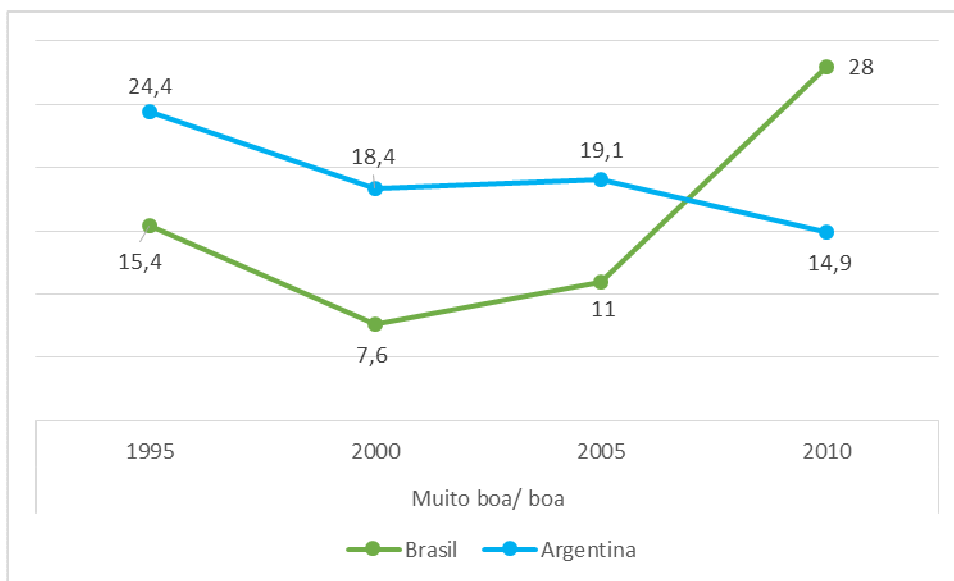
Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Os dados do Gráfico 1 indicam que no Brasil os padrões de confiança nos militares são significativamente maiores do que o caso argentino, no período pós-transição. Enquanto cerca de 60% dos entrevistados brasileiros afirmam, ao longo do tempo, que têm muita ou alguma confiança em suas Forças Armadas, esse percentual sequer chega a 40% entre os argentinos, durante todo o período. Ainda que não se possa estabelecer uma relação causal direta com as transições, esses dados corroboram a ideia de que a abrupta e traumática transição argentina serviu para desgastar a imagem dos militares no país, enquanto no Brasil, uma mudança mais *soft* parece ter contribuído para que a imagem das Forças Armadas saísse bem menos arranhada da ditadura.

Nesse caso, também é importante considerar que os processos transicionais trazem em seu pacote outros elementos, como o nível de repressão e violência, maior ou menor êxito das políticas econômicas e, no caso da Argentina, o fracasso nas Malvinas. Na perspectiva desta tese, não se vê a transição como um processo

descolado dos respectivos contextos; pelo contrário, tais cenários trouxeram consigo aspectos que foram decisivos para menores ou maiores índices de insatisfação e participação societal interferindo, portanto, no próprio modelo de transição nos dois países. Analisados os níveis de confiança nos militares, o Gráfico 2 apresenta a opinião de brasileiros e argentinos a respeito da situação política do país nos respectivos anos. Essa variável é importante à medida que maiores índices de confiança nos militares podem tornar os cidadãos mais ou menos satisfeitos com a situação política em que vivem, comparando os respectivos momentos com aqueles em que eram governados pelos militares. Mais do que isso, cenários de avaliação desfavorável do panorama político combinados com altos índices de confiança nas Forças Armadas podem representar uma maior abertura a chamamentos das mesmas para interceder em situações de instabilidade política, econômica e institucional. O 15 de março de 2015 no Brasil torna isso palpável, quando uma minoria não tão insignificante dos manifestantes clamava por intervenção militar contra a “ameaça comunista” representada pelo governo de Dilma Rousseff e do PT.

Gráfico 2- Avaliação da situação política do país (%)



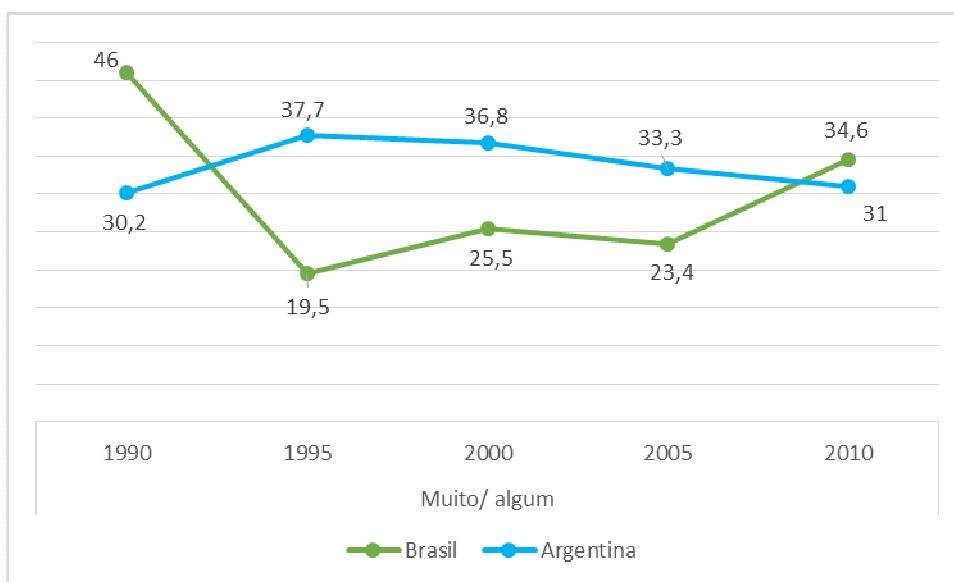
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Como é possível observar, desde meados da década de 1990 até meados da década de 2000, os argentinos sistematicamente apresentaram maiores índices de satisfação com a situação política- e isso considerando que no meio deste caminho ocorreu a gravíssima crise institucional do início dos anos 2000, que pode ter repercutido naquele momento específico mas não provocou grandes comprometimentos para os anos seguintes. O panorama, porém, reverte-se em 2010, quando no Brasil, possivelmente por um contexto econômico mais favorável, no qual a crise mundial dos anos anteriores havia tido apenas pequeno impacto, e também considerando uma situação de estabilização de uma classe média emergente, combinado com o arrefecimento do turbulento cenário de denúncias de corrupção originado pelo mensalão em 2005, se nota um crescimento significativo- de quase 20 pontos percentuais- da avaliação positiva do momento político do país, enquanto na Argentina ocorre uma queda.

Outra variável relevante para a análise proposta refere-se ao interesse por política, que poderia ser influenciado, por um lado, pela confiança nos militares, supondo-se que maiores níveis de apoio às Forças Armadas poderiam representar um afastamento da esfera política, e por outro, pela satisfação/insatisfação com o panorama político, uma vez que uma visão mais pessimista dessa esfera teria potencial para diminuir o interesse e a proximidade em relação à mesma. O Gráfico 3 apresenta a evolução dos percentuais desta variável.

Gráfico 3- Interesse por política (%)



n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

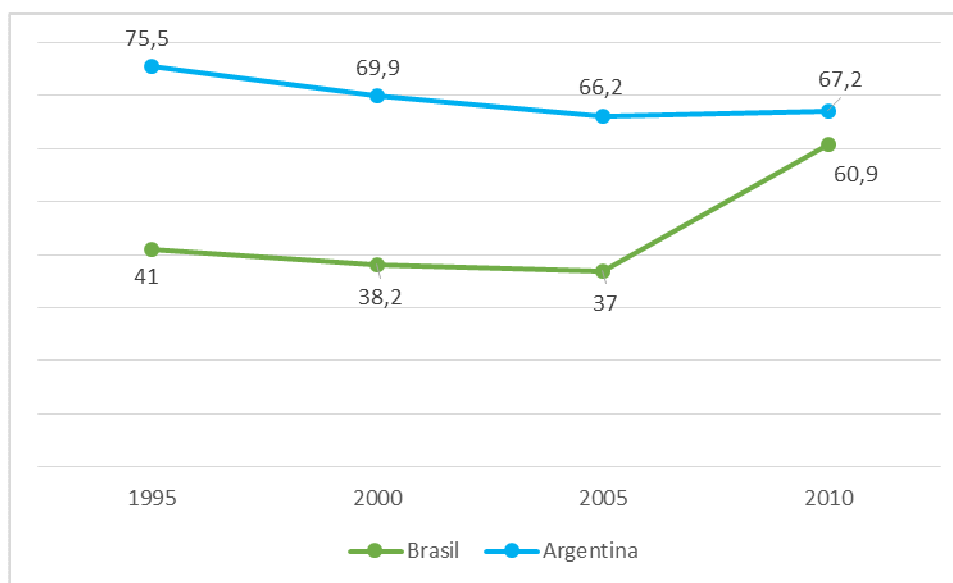
Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Nota-se no primeiro ponto temporal um interesse por política substancialmente maior dos brasileiros em relação aos argentinos. Entretanto, já a partir de 1995, tal manifestação de interesse sofre uma queda contundente, com este percentual somente voltando a equilibrar-se com o da Argentina no último ponto temporal examinado. Tal interesse parece ser mais volátil no Brasil do que no país

vizinho, onde o número de entrevistados interessados pela política obedece uma certa regularidade ao longo dos anos, sempre na casa dos 30%.

A variável seguinte guarda relação com o interesse por política na medida em que pode-se presumir que sujeitos mais interessados pela política buscariam maior informação e estariam mais engajados de forma a manifestar mais fortemente uma preferência pelo regime democrático. De algum modo, o interesse pela política remete à inserção do sujeito nos assuntos dessa esfera- o que, pelo menos em tese, é muito mais imaginável num regime democrático-, ao passo que um sujeito desinteressado poderia manifestar um cinismo político maior, considerando seu interesse e engajamento de menor valor em relação a um governo autoritário que pudesse “resolver” determinados problemas. Dentro do escopo proposto pela tese, essa variável também poderia ver-se relacionada com a confiança nas Forças Armadas na medida em que manifestar tal confiança em uma instituição caracterizada por regimes autoritários nos dois países poderia refletir-se em um apego menor à democracia. O Gráfico 4 apresenta os percentuais longitudinais de preferência pela democracia entre brasileiros e argentinos ao longo do período democrático nos dois países.

Gráfico 4- Preferência pela democracia (%)*



*Democracia é preferível a qualquer tipo de governo.

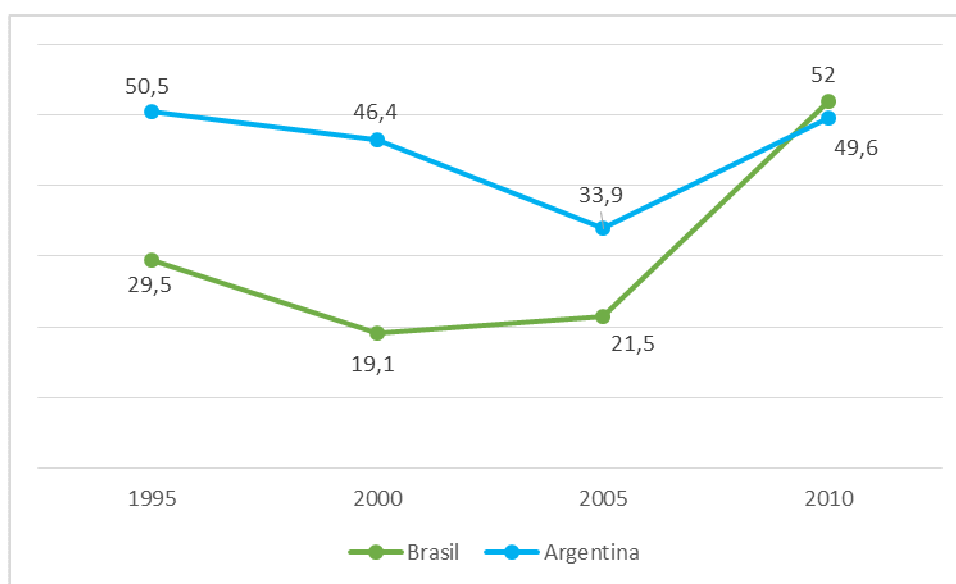
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Desde meados da década de 1990, os percentuais de preferência pela democracia apresentam-se consideravelmente maiores na Argentina, acima dos 65 pontos. Já no caso do Brasil, tal adesão manifesta-se de modo muito mais frágil, girando em torno dos 40% e alcançando uma melhora importante em 2010, quando praticamente 61% dos entrevistados afirmaram preferir a democracia em comparação a qualquer outro regime governamental. Ainda assim, este maior percentual brasileiro é menor do que o menor percentual de apoio dos argentinos no período examinado, o que demonstra que os argentinos manifestam maior convicção sobre a democracia em nível difuso. Relacionada a isso, surge a variável de satisfação com a democracia. Isso porque sujeitos com maiores predisposições democráticas poderiam manifestar-se mais satisfeitos com esse tipo de regime, enquanto os demais, por apoiarem menos o regime, possivelmente seriam mais exigentes e céticos em relação à democracia. No modelo causal que será

examinado adiante na tese, postula-se que a satisfação com a democracia também pode ver-se impactada pela confiança nos militares. Isso porque, se a confiança/desconfiança apresenta ligações com as percepções do regime anterior, tais padrões poderiam repercutir na satisfação com o regime atual: de acordo com esse pressuposto, cidadãos que confiem em suas Forças Armadas teriam um potencial maior para manifestar-se insatisfeitos com a democracia. O Gráfico 5 mostra as variações desta satisfação.

Gráfico 5- Satisfação com a democracia (%)*



*Muito satisfeito/satisfeito.

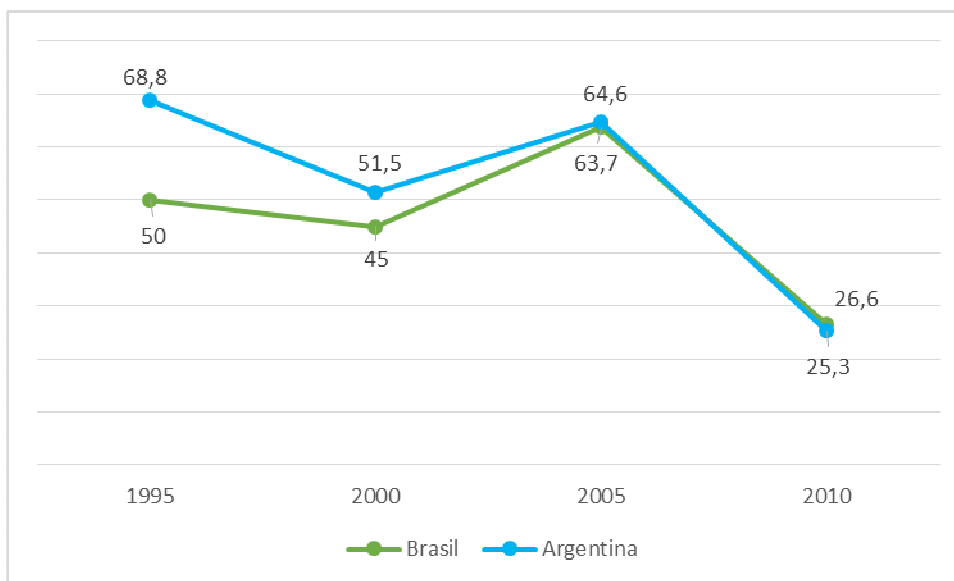
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

O Gráfico 5 indica uma repetição de tendência: entre 1995 e 2005 os argentinos demonstram substancialmente maior satisfação com o regime democrático. Isso leva a crer que no caso do Brasil especialmente, meros procedimentos não têm bastado para consolidar a democracia no país: existe a

necessidade de que este regime ofereça respostas eficientes e eficazes para as demandas da população. O gráfico mostra ainda que, apesar do declínio verificado em 2005- após a grave crise do início do século-, a diferença percentual em relação aos brasileiros não baixou de 10%, com uma importante alteração no ano de 2010, quando o percentual de entrevistados satisfeitos com a democracia no Brasil equilibrou-se e ultrapassou este mesmo índice para a Argentina, superando os 50%. O índice de satisfação ou insatisfação com a democracia é outro importante indicador para examinar os padrões que os cidadãos apresentam diante daquela que simbolicamente seria a manifestação institucional mais clássica da democracia: o voto. A premissa é de que maiores índices de satisfação com o regime conduziram a uma maior valorização do voto. Tal variável também poderia ser impactada pela confiança nas Forças Armadas se partirmos da premissa que estes padrões poderiam refletir uma tendência mais ou menos autoritária dos cidadãos dos países sob análise. O Gráfico 6 apresenta a evolução temporal da opinião de brasileiros e argentinos a respeito do sufrágio em seus países.

Gráfico 6- Opinião sobre o voto (%)*



*Voto faz diferença.

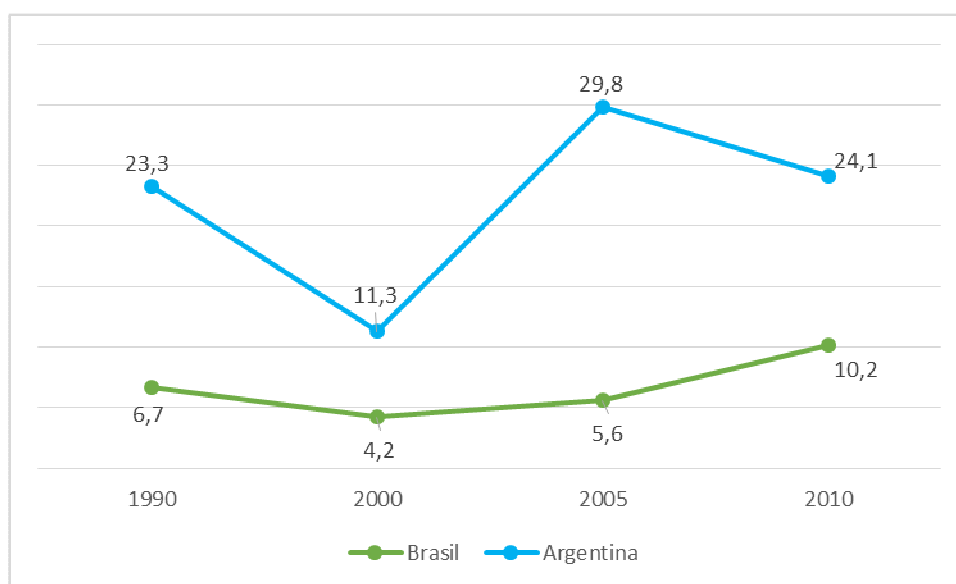
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

No ano de 1995, nota-se uma maior valorização do voto por parte dos argentinos, e estes percentuais vão se emparelhando com os do Brasil quando chegamos aos anos 2000. A partir de 2005, os percentuais são praticamente os mesmos nos dois países. Porém, se em 2005 mais de 60% de brasileiros e argentinos demonstravam certa valorização do ato de votar, em 2010 nota-se uma queda brusca nos dois países. Dos 60%, chega-se à casa de apenas 25% e o voto, aparentemente, passa a ser visto com certa desconfiança. Em cenários como os latino-americanos, nos quais a desconfiança política historicamente serve como ingrediente para colocar em risco os regimes democráticos, uma queda deste nível na percepção que os cidadãos possuem em relação ao voto configura-se como elemento preocupante, podendo, a longo prazo, minar as bases da democracia nestes países.

Deste modo, se esta dimensão institucional merece alguma atenção, não é menos verdade que os laços interpessoais que permeiam as sociedades também são importantes. É através deles que os sujeitos podem associar-se em busca de um bem comum, pois através dessa confiança torna-se possível estabelecer o diálogo, a combinação de diferentes interesses e uma agenda capaz de incidir na arena pública, contribuindo ainda para o desenvolvimento de virtudes cívicas e tangibilizando o bem comum (BAQUERO, 2008). Uma sociedade pautada por relações recíprocas de alta desconfiança, por outro lado, tende a dificultar a inserção organizada dos cidadãos na esfera política. Por isso, o Gráfico 7 apresenta a evolução dos padrões de confiança interpessoal no Brasil e na Argentina entre 1990 e 2010.

Gráfico 7- Confiança interpessoal (%)*



*Pode-se confiar na maioria das pessoas.

**Questão não incluída no Latinobarómetro de 1995.

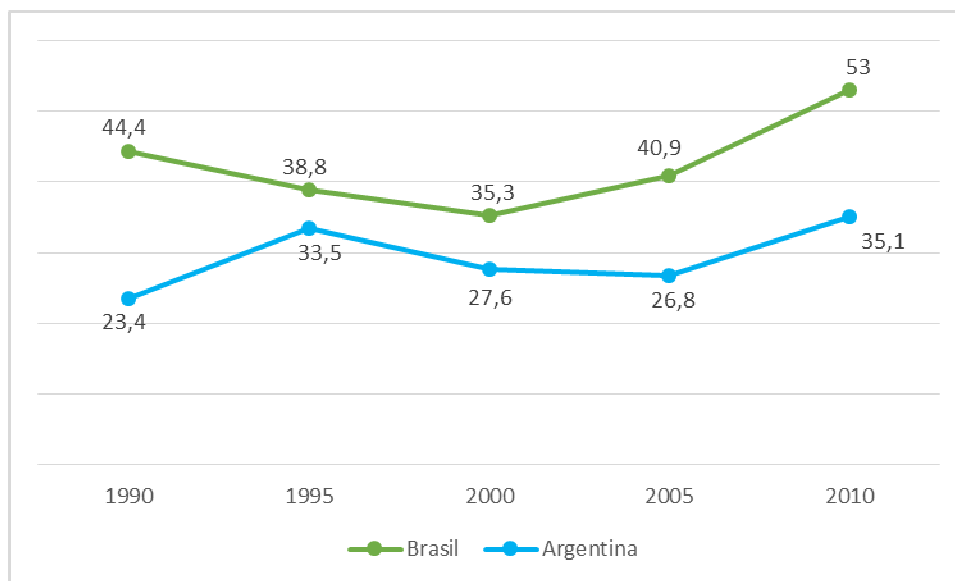
n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Em relação à confiança interpessoal, é possível notar uma porcentagem maior da Argentina em relação ao Brasil, sempre superando em no mínimo o dobro os brasileiros. O ano em que se pode verificar a menor diferença é o de 2000, e, ainda assim, se deve mais a uma queda da confiança dos entrevistados do país vizinho do que por uma elevação em nosso país. Os percentuais da Argentina, geralmente na casa dos 20%, não podem ser considerados altos; o que ocorre é que no Brasil eles são ínfimos, de modo geral abaixo dos 10%, o que significa que o cenário brasileiro apresenta maiores barreiras para que os cidadãos se associem entre si e possam a partir disso inserir-se nas esferas políticas e elaborar demandas junto às instituições do país, minando o potencial de desenvolvimento de virtudes cívicas e da promoção do bem comum por essa via.

Se do ponto de vista da confiança nas outras pessoas o cenário argentino parece mais promissor, cabe a partir de agora verificar se tal diferença também pode ser vista quando tratamos da confiança nas principais instituições dos dois países. O Gráfico 8 apresenta a confiança no Judiciário de Brasil e Argentina.

Gráfico 8- Confiança no Judiciário (%)*



*Muita/alguma.

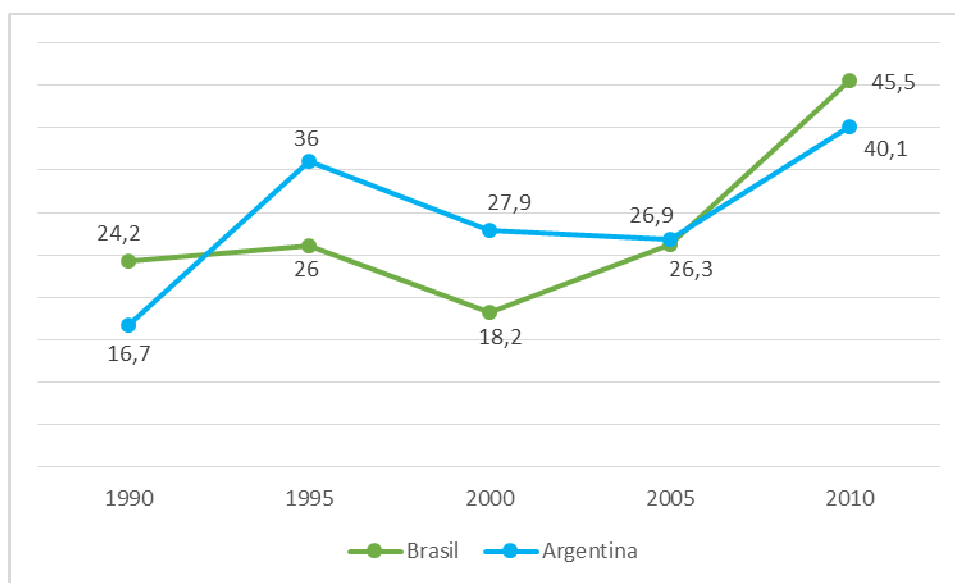
n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

No Gráfico 8, pode-se notar uma inversão de tendência. No que concerne à confiança no Judiciário, os brasileiros apresentam percentuais mais elevados que os argentinos ao longo dos anos. O momento de maior proximidade dos valores é o de meados da década de 1990, mas volta a ocorrer relativo distanciamento ao longo dos anos 2000. Ainda que muito se fale da ineficiência e lentidão da justiça brasileira (FALCÃO, 2009), seus percentuais de confiança apresentam-se no mínimo razoáveis, sempre partindo dos 35%- percentual este que foi o maior verificado entre os argentinos, no ano de 2010. Assim, o poder para o qual os brasileiros não votam, e que talvez por isso apresente um caráter mais impessoal, técnico e menos político junto ao senso comum, reflete-se em um padrão de confiança crescente. Em vista disso, torna-se importante examinar também os demais poderes institucionalizados, para os quais os cidadãos possuem poder de decisão através do voto. Por consequência, outra instituição de fundamental importância para as democracias do

continente é o Congresso Nacional. Deste modo, o Gráfico 9 apresenta a confiança de brasileiros e argentinos em seus legisladores.

Gráfico 9- Confiança no Congresso (%)*



* Muita/alguma.

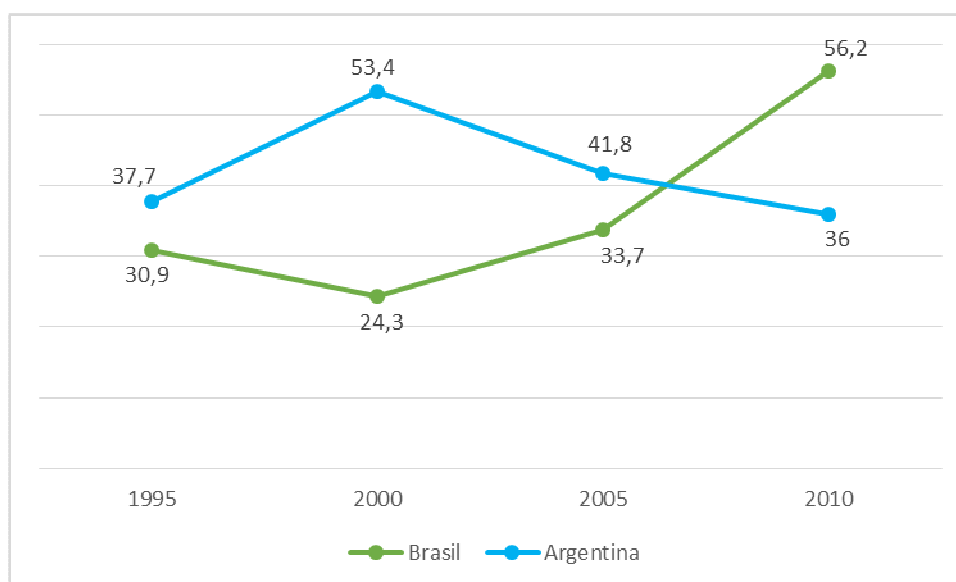
n 1990: Argentina= 1002; Brasil= 1782; n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fontes: World ValuesSurvey (1990) e Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

No que concerne à confiança no Congresso Nacional dos dois países, Brasil e Argentina apresentam uma situação de consideráveis mudanças de panorama ao longo do tempo. Em 1990, os brasileiros manifestavam maior confiança em seus legisladores do que os argentinos. Porém, ao longo dos anos 1990 tal tendência se inverte, e o contexto argentino passa a apresentar percentuais de confiança mais altos em seus parlamentares. As porcentagens aproximam-se fortemente a partir de meados dos anos 2000 e finalmente em 2010 os brasileiros apresentam cerca de 5 pontos percentuais a mais de confiança no Congresso do que os argentinos. Até este ponto, portanto, é possível afirmar-se que existia um cenário institucionalmente

promissor do ponto de vista das percepções dos entrevistados dos dois países em relação ao poder legislativo, com estes crescente índices de confiança. Entretanto, a instabilidade política desencadeada no Brasil a partir de 2013 pode ter comprometido tal panorama nos últimos anos, o que significa a possibilidade de um retrocesso preocupante no modo como os cidadãos se relacionam com as instituições democráticas. Se em relação ao legislativo existe uma flutuação percentual, será que em relação ao executivo a realidade é diferente? É o que se verifica no Gráfico 10.

Gráfico 10- Confiança no governo (%)



* Muita/alguma.

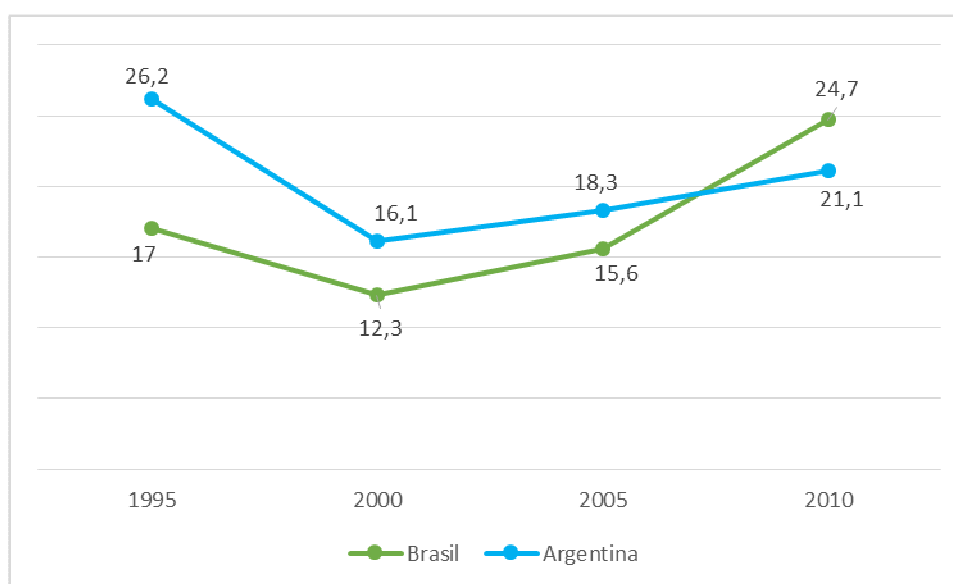
n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

No que diz respeito ao governo, até o início dos anos 2000, os argentinos manifestavam maior confiança em seu governo nacional, com a diferença percentual chegando a praticamente 30% em 2000. Tal realidade passa a mudar a partir de

2005, já com Lula à frente do governo brasileiro, culminando em 2010, ano eleitoral no Brasil, quando a confiança dos brasileiros em seu governo superou a dos argentinos em praticamente 20 pontos percentuais. Este nível de confiança, próximo dos 60%, pode ter contribuído para a eleição de Dilma Rousseff, sem maior experiência em eleições, mantendo o PT à frente do executivo federal ao final daquele ano. Além da confiança em instituições como parlamento, judiciário e governo, é importante verificar como brasileiros e argentinos encaram seus partidos políticos, que são, pelo menos em tese, as instituições responsáveis por representar os cidadãos nas esferas de poder. O Gráfico 11 traz os valores de confiança partidária no Brasil e na Argentina ao longo dos últimos anos.

Gráfico 11- Confiança nos partidos (%)



* Muita/alguma.

n 1995: Argentina= 1200; Brasil= 1200; n 2000: Argentina= 1200; Brasil= 1000; n 2005: Argentina= 1200; Brasil= 1204; n 2010: Argentina= 1200; Brasil= 1204.

Fonte:Latinobarómetro (1995, 2000, 2005 e 2010).

Em meados dos anos 1990, o contexto argentino apresentava níveis de confiança nos partidos políticos superiores aos do Brasil em quase 10%. Entretanto, a partir dos anos 2000, tais percentuais foram se aproximando, até que no ano de 2010 chegamos a um cenário em que os brasileiros manifestam maior confiança em seus partidos do que os argentinos. De modo geral, ao longo dos últimos anos a Argentina apresenta percentuais mais “democráticos” se consideramos avaliação da situação política, satisfação e preferência pela democracia e valorização do voto. Em termos institucionais, só em relação ao Judiciário os brasileiros apresentam percentuais constantemente maiores de confiança. Cabe destacar ainda a discrepância entre confiança em duas dimensões: no que tange às Forças Armadas, o Brasil apresenta percentuais marcadamente superiores; já no que diz respeito à confiança nas outras pessoas, os brasileiros são muito mais desconfiados do que os argentinos. A partir desta combinação, não é de se estranhar a existência de grupos defendendo apaixonadamente a intervenção militar e mostrando-se nostálgicos com os “áureos tempos de ordem” estabelecida pelas Forças Armadas no país.

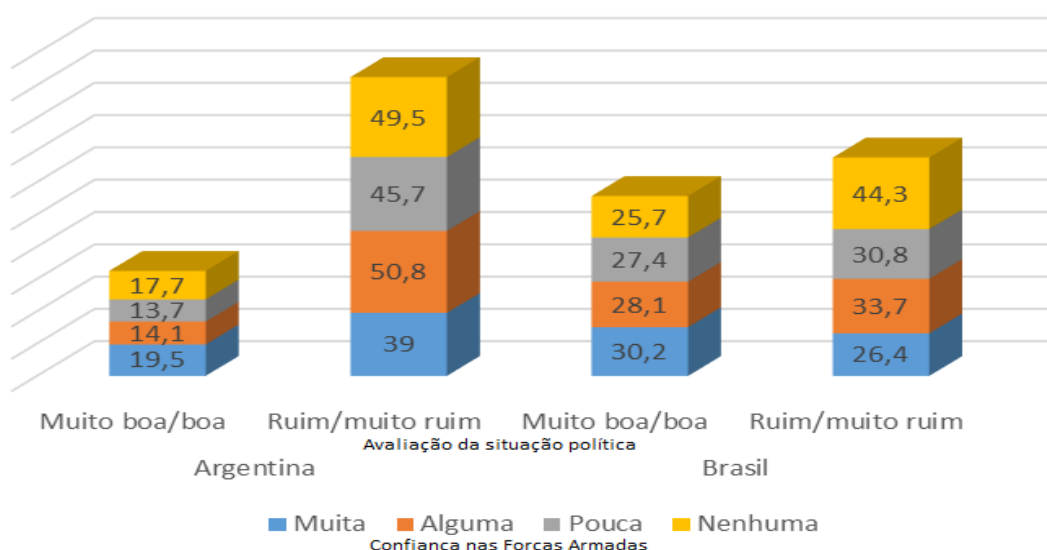
Após esta análise longitudinal, a próxima seção desta tese destina-se a examinar, através de cruzamentos entre as variáveis, como a confiança nos militares incide, ou não, sobre a cultura política e o capital dos dois países. Afinal, será que aqueles indivíduos que manifestam maior confiança nas Forças Armadas apresentam opiniões e padrões de confiança diferentes quando perguntados sobre a democracia, as instituições, e mesmo sobre as outras pessoas? É o que se busca verificar na sequência.

3.2. Impactos da confiança nas Forças Armadas sobre a cultura política e o capital social no Brasil e na Argentina (2010)

A partir deste ponto, passa-se a verificar se a confiança nas Forças Armadas repercute na opinião de brasileiros e argentinos no que diz respeito à cultura política e o capital social nos dois países. Busca-se, com isso, examinar se estes grupos se diferenciam em relação à forma como encaram a democracia, às relações de confiança/desconfiança estabelecidas, tanto no âmbito interpessoal quanto no

institucional, analisando os percentuais e também os resultados dos testes do qui quadrado dos cruzamentos, que apontam a existência de associação estatística entre as variáveis. Tais valores de qui quadrado calculados são comparados com os valores de qui quadrado tabelados (BARBETTA, 2010)⁹, e sendo maiores ou iguais aos segundos, indicam existência de significância estatística da associação examinada. Nesse sentido, começa-se analisando o cruzamento entre a confiança nos militares de Brasil e Argentina e a avaliação dos entrevistados sobre a situação política nestes países.

Gráfico 12- Confiança nas Forças Armadas e avaliação da situação política do país (%)



n Argentina: 1136; n Brasil: 1117.

Qui quadrado Argentina= 14,611; Qui quadrado Brasil= 23,486; Qui quadrado tabelado= 21,03.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

⁹ Os resultados de qui quadrado calculados fornecidos pelo software SPSS podem ser encontrados no Anexo III. A tabela de distribuição do qui quadrado, retirada da obra de Barbeta (2010) está no Anexo IV desta tese.

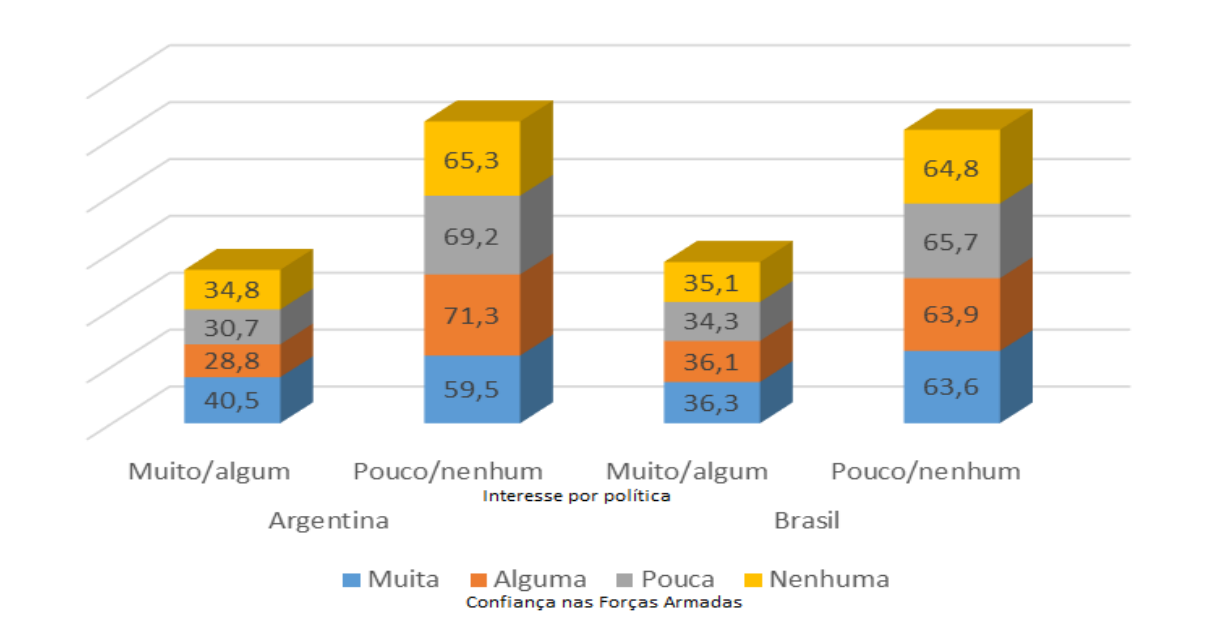
O Gráfico 12 mostra que não há uma tendência muito clara para estabelecer uma relação entre a confiança nas Forças Armadas e a avaliação da situação política dos dois países. No caso argentino, quando se observam as respostas positivas, percebemos que, mesmo com diferenças percentuais muito pequenas, os entrevistados que possuem maior confiança nos militares são os que apresentam maior satisfação percentual (19,5%). O que mostra a “falta de tendência” é que seguidos destes estão aqueles que não manifestam nenhuma confiança nas Forças Armadas de seu país (17,7%).

Entre os argentinos que fazem uma má avaliação de sua situação política, a maioria é composta por aqueles que têm alguma confiança nos seus militares (50,8%), seguidos por aqueles que não possuem confiança alguma (49,5%). E o menor percentual de má avaliação está justamente entre os que confiam muito na instituição militar argentina (39%). O qui quadrado para o caso argentino indica ausência de associação entre as variáveis, ou seja, a avaliação que os argentinos fazem da situação política do país não está estatisticamente associada a uma menor ou maior confiança nas Forças Armadas.

No que tange ao Brasil, na dimensão da avaliação positiva, também com diferenças percentuais ínfimas, nota-se que quanto maior a confiança nas Forças Armadas, melhor avaliada é a situação política do país, o que contraria a hipótese que se assumiu testar no sentido de que se presumia que maior confiança nos militares poderia levar a maior insatisfação com a situação política do país. O teste do qui quadrado para o Brasil indica a existência de associação entre as variáveis, diferente do verificado na Argentina. No eixo da avaliação negativa, os que menos demonstram insatisfação são os que confiam muito nos militares, assim como no caso argentino, e os que manifestam maior insatisfação são os que menos confiam nos militares, o que pode começar a indicar uma síndrome de desconfianças e má avaliações, ou seja: a apatia e o afastamento, quando ocorrem, se dão em relação a tudo, inclusive aos militares; e quando há maiores níveis de confiança, estes podem aparecer abarcando tudo, ou quase tudo no contexto, estabelecendo, assim, não uma contraposição entre confiança nos militares e demais variáveis, mas sim um panorama que inclui estas variáveis num “mesmo pacote”. Evidentemente,

necessitamos examinar mais gráficos e cruzamentos para ter uma constatação mais consistente acerca disto. Por isso, na sequência examinamos outras possíveis relações. Neste sentido, o Gráfico 13 apresenta o cruzamento entre a confiança nas Forças Armadas e o interesse por política no Brasil e na Argentina.

Gráfico 13- Confiança nas Forças Armadas e interesse por política (%)



n Argentina: 1158; n Brasil: 1153.

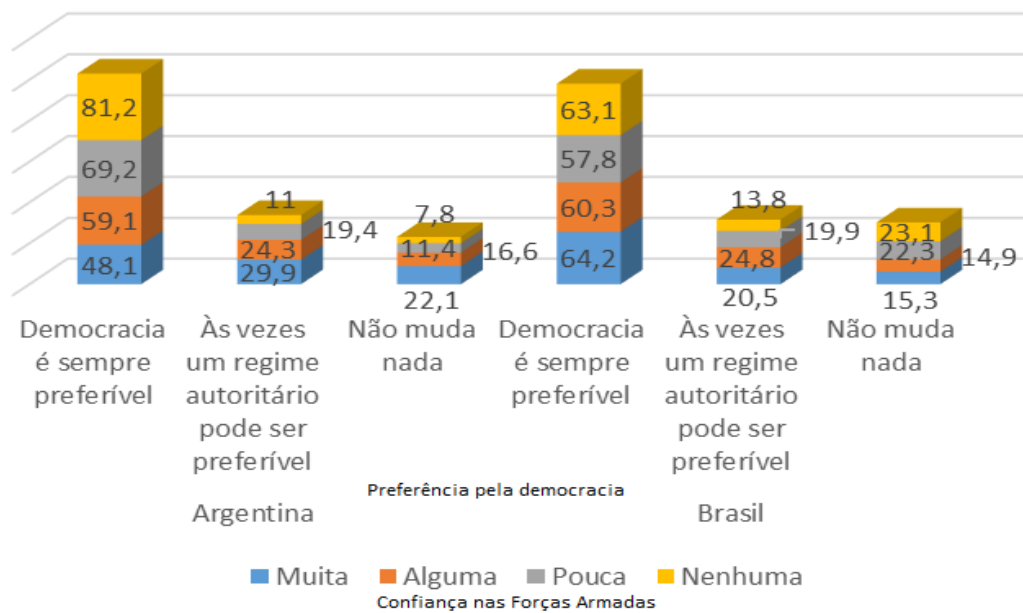
Qui quadrado Argentina= 14,080; Qui quadrado Brasil= 35,457; Qui quadrado tabelado= 16,92.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

No Gráfico 13, pode-se notar que na Argentina a maioria dos sujeitos que afirmam ter muito ou algum interesse por política são justamente os que mais confiam nos militares do país, com 40,5%. Em seguida, aparece o extremo oposto, os que não possuem nenhuma confiança nas Forças Armadas, com praticamente 35%. Na dimensão negativa, as respostas intermediárias destacam-se para a falta de interesse por política; já os que menos se desinteressam são os cidadãos que manifestam muita confiança nos militares argentinos. No caso brasileiro, os

percentuais são mais equilibrados, com diferenças muito pequenas. De todo modo, a exemplo da Argentina, o maior percentual de interesse é o daqueles que afirmam confiar muito nos militares, mas apenas 0,2% à frente dos sujeitos que manifestaram alguma confiança. Na dimensão negativa, de desinteresse, os percentuais também são muito próximos; novamente, os cidadãos com maior confiança nas Forças Armadas surgem com o menor percentual de desinteresse. Desse modo, no caso argentino, as posições extremas de confiança e desconfiança apresentam um maior interesse por política, enquanto no Brasil isso não indica uma tendência clara: confiar mais ou menos nos militares parece não fazer com que os cidadãos apresentem maior ou menor interesse por política, de acordo com os percentuais examinados. Entretanto, apesar de os percentuais acusarem maior clareza para a Argentina, o teste do qui quadrado remete à tendência oposta: no caso argentino, não existe associação estatística entre as duas variáveis, enquanto no Brasil verifica-se que confiança nas Forças Armadas e interesse político estão estatisticamente associados. O Gráfico 14 mostra a distribuição percentual de preferência pela democracia relacionada à confiança nas Forças Armadas:

Gráfico 14- Confiança nas Forças Armadas e preferência pela democracia (%)



n Argentina: 1139; n Brasil: 1045.

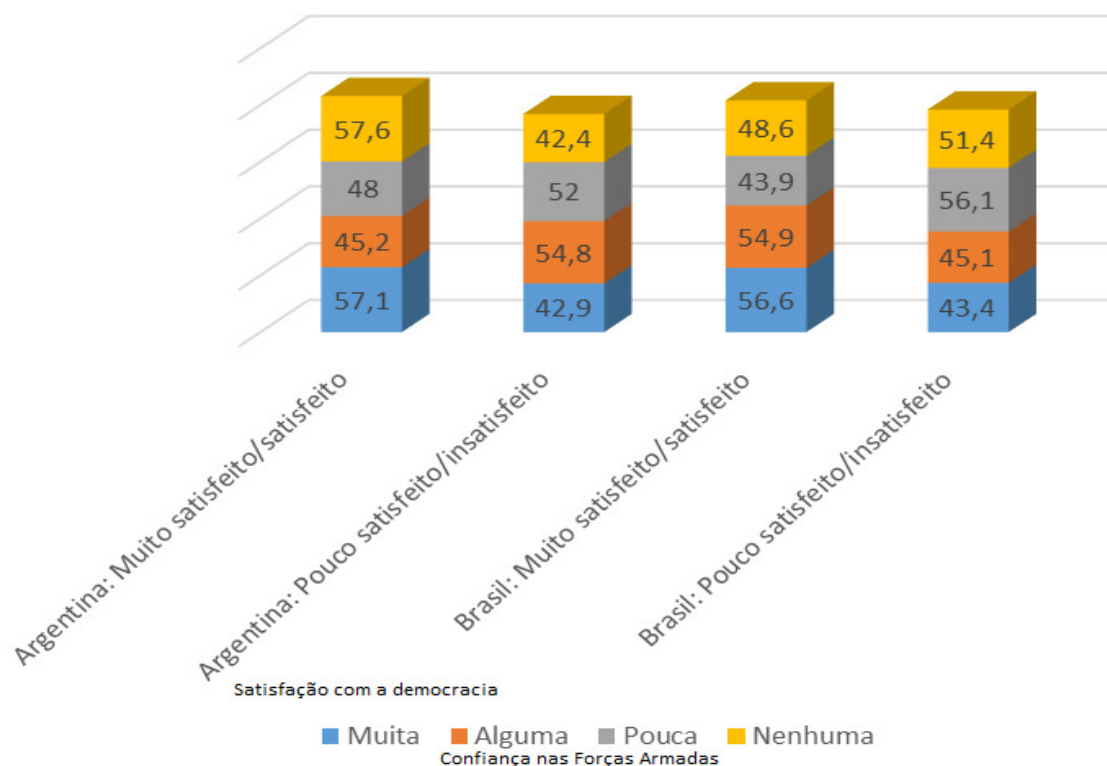
Qui quadrado Argentina= 50,423; Qui quadrado Brasil= 14,496; Qui quadrado tabelado= 12,59.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

No caso argentino, o Gráfico 14 segue a lógica inferencial proposta pela tese: 81,2% dos cidadãos que não possuem nenhuma confiança nas Forças Armadas do país consideram a democracia sempre preferível a qualquer tipo de regime autoritário, e o percentual vai regredindo de acordo com o nível de confiança, até chegar aos 48% de sujeitos que confiam muito nos militares e consideram a democracia o seu regime político de preferência. Entre aqueles que dizem que um regime autoritário em determinadas circunstâncias pode ser preferível-significativamente menos em todos os segmentos, cabe enfatizar, os sujeitos que mais confiam nos militares demonstram maior “flexibilidade” para a hipótese de um governo autoritário, flexibilidade esta que diminui conforme diminui a confiança nas Forças Armadas argentinas.

Já no caso brasileiro, tal tendência não se repete, e se vê diluída. Os maiores percentuais de preferência pela democracia pertencem aos sujeitos que confiam muito ou não confiam nada nas Forças Armadas, pela ordem, e com índices muito aproximados (64,2 contra 63,1%, respectivamente). Entre os indivíduos que consideram aceitável a volta de um regime ditatorial em determinadas circunstâncias, o maior percentual é o daqueles que têm alguma confiança (24,8%) seguido pelos que apresentam muita confiança nos militares (20,5%). Os que menos afirmaram ser a opção de um regime autoritário uma possibilidade aceitável foram os entrevistados que não manifestaram qualquer confiança nas Forças Armadas no país, ou seja, mesmo que timidamente, a dimensão de preferência pelo regime autoritário é um pouco mais reveladora do que a de escolha pela democracia, na qual as respostas extremas se destacam. Tanto no Brasil quanto na Argentina, o teste do qui quadrado indicou a existência de associação estatística entre as variáveis. O Gráfico 15 analisa a relação dos cidadãos dos dois países com o regime democrático.

Gráfico 15- Confiança nas Forças Armadas e satisfação com a democracia (%)



n Argentina: 1151; n Brasil: 1104.

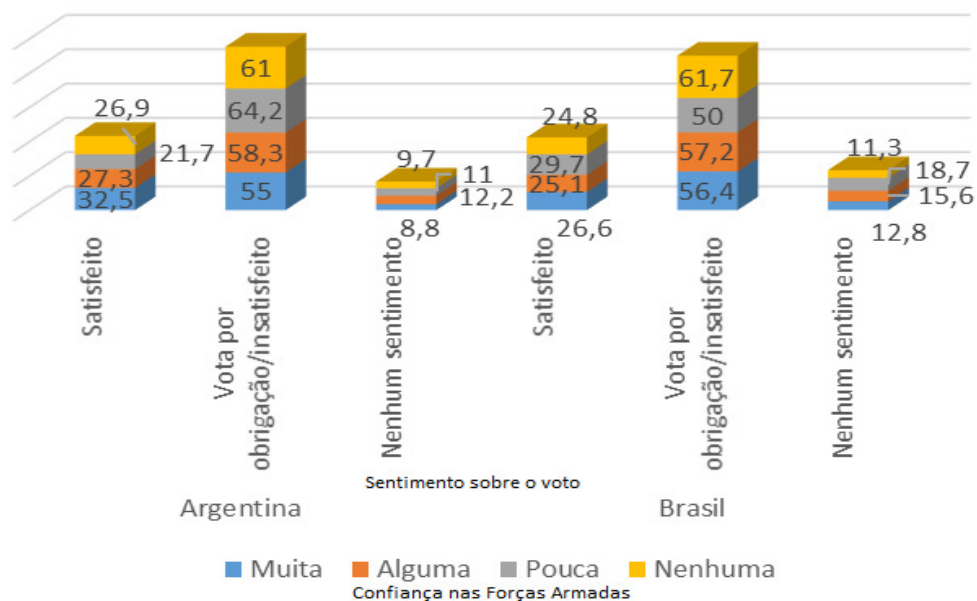
Qui quadrado Argentina= 31,375; Qui quadrado Brasil= 31,048; Qui quadrado tabelado= 16,92.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

Quando examinamos a satisfação com a democracia no Gráfico 15, na Argentina é possível notar que os maiores percentuais de satisfeitos encontram-se nos extremos da confiança nos militares do país. Esses percentuais somente se diferenciam nos décimos. Um pouco abaixo surgem os sujeitos que manifestam pouca ou alguma confiança nas Forças Armadas argentinas. Na dimensão de insatisfação, repete-se a lógica, com os menos insatisfeitos estando nos extremos da confiança e da desconfiança. Já no Brasil, percebe-se uma tendência curiosa: os mais satisfeitos com a democracia são justamente os indivíduos que manifestam muita ou alguma confiança nas Forças Armadas. Temos aqui um dado intrigante,

uma vez que a confiança nas Forças Armadas poderia remeter a ideais mais autoritários. Entretanto, esse dado fomenta a ideia de que o fortalecimento da democracia como um todo, com todas as suas instituições, pode trazer num mesmo pacote um fortalecimento também da confiança nos militares, vistos assim como mais uma instituição, e não como um necessário contraponto à ordem democrática. A associação entre confiança nas Forças Armadas e a satisfação com a democracia apresenta-se estatisticamente existente nos dois países. No Gráfico 16, após a análise de aspectos mais genéricos relativos à democracia, examina-se a relação da confiança nos militares de Brasil e Argentina com um aspecto mais pontual e específico da democracia, porém crucial: o voto.

Gráfico 16- Confiança nas Forças Armadas e sentimento sobre o voto (%)



n Argentina: 1151; n Brasil: 1143.

* Categoria "não voto" ficou fora do gráfico.

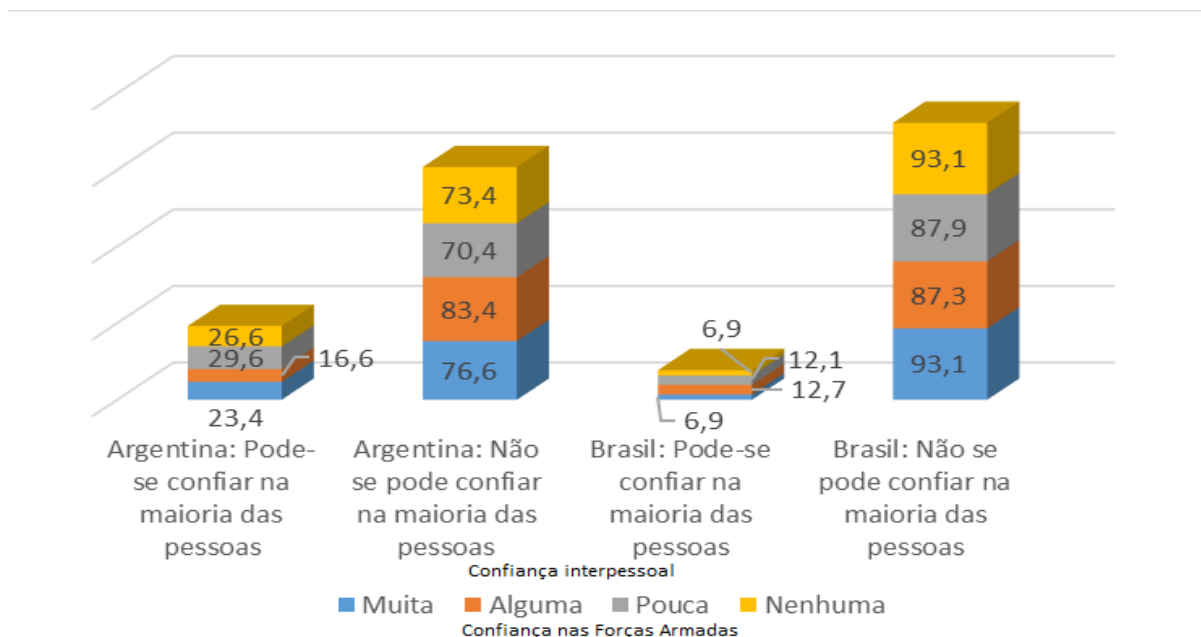
Qui quadrado Argentina= 13,088; Qui quadrado Brasil= 33,640; Qui quadrado tabelado= 21,03.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

O Gráfico 16 indica que na Argentina, o maior percentual de satisfação com o ato de votar pertence justamente aos sujeitos que possuem muita confiança nas Forças Armadas, seguidos por aqueles que afirmam possuir alguma confiança. Já entre aqueles que só votam por obrigação, ou estão insatisfeitos com a situação referente ao voto, predominam os sujeitos que possuem pouca ou nenhuma confiança nos militares, o que parece indicar um importante paradoxo, no qual sujeitos que não manifestam confiança naqueles que protagonizaram a ditadura no país surgem como insatisfeitos também com esta dimensão procedimental do regime democrático. Entretanto, cabe salientar que o teste de qui quadrado apontou ausência de associação entre as variáveis para o país.

No Brasil, a dimensão dos satisfeitos apresenta equilíbrio percentual com leve predomínio daqueles cidadãos que manifestam pouca confiança nos militares, seguidos por aqueles que confiam muito, pelos que confiam algo e pelos que não possuem confiança alguma, sempre com números muito próximos. A dimensão da insatisfação, que assim como na Argentina também predomina no Brasil, nos mostra o maior percentual entre os que não possuem qualquer confiança nos militares, do mesmo modo como pudemos notar no país vizinho. Contudo, uma diferença analítica que deve ser destacada é que se no caso argentino o teste do qui quadrado não apresenta associação entre as variáveis, no que tange ao Brasil tal associação mostra-se estatisticamente considerável. Após verificar estes aspectos mais gerais da cultura política relacionada com a confiança nos militares, os gráficos a seguir nos trazem os cruzamentos desta confiança com outras variáveis, de ordem interpessoal e institucional. Começamos pela confiança nas outras pessoas.

Gráfico 17- Confiança nas Forças Armadas e confiança interpessoal (%)



n Argentina: 1149; n Brasil: 1147.

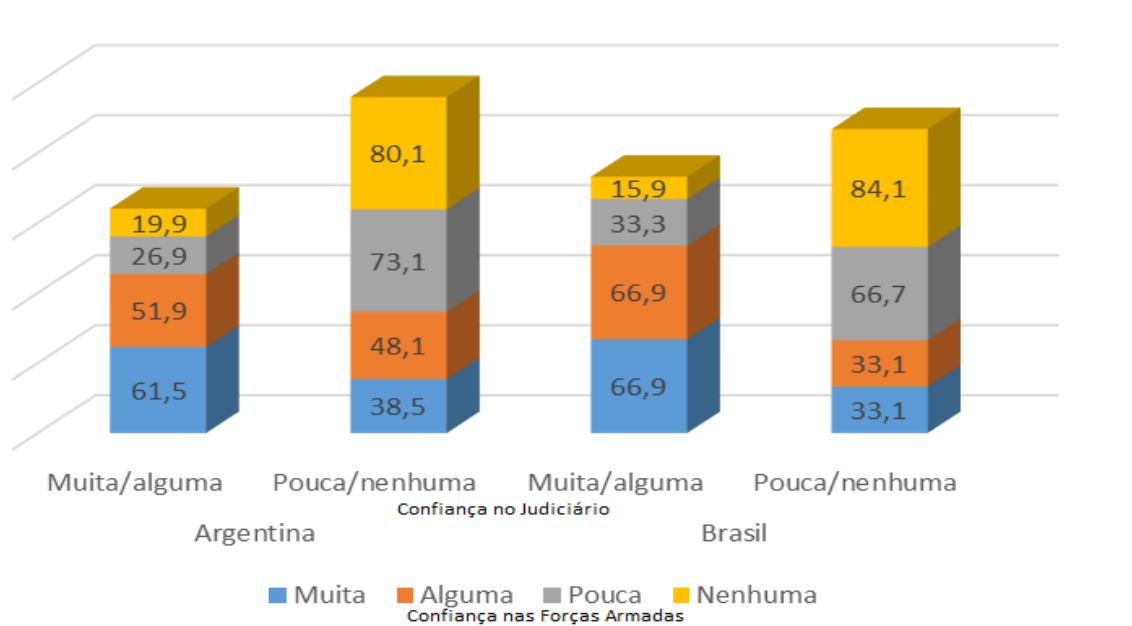
Qui quadrado Argentina= 18,946; Qui quadrado Brasil= 9,048; Qui quadrado tabelado= 7,81.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

Na Argentina, os percentuais são equilibrados, mas apresentam uma levíssima tendência de os sujeitos que confiam pouco ou não confiam nada nas Forças Armadas confiarem mais nas outras pessoas, cabendo ressaltar ainda os baixos índices de confiança interpessoal, em qualquer dos grupos, não ultrapassando os 30%. Já entre os brasileiros, os que apresentam menor confiança são os opostos, sujeitos que confiam muito ou não confiam nada nos militares do país, com percentuais idênticos. Novamente, é importante ressaltar os níveis baixos de confiança interpessoal, mais baixos que os do país vizinho, não ultrapassando a casa dos 12%. Em ambos os países, o teste do qui quadrado indica a existência de associação entre a confiança nas Forças Armadas e a confiança dos sujeitos uns nos outros. Após a dimensão interpessoal do capital social, os gráficos seguintes trazem dados referentes ao cruzamento da confiança nos militares com a dimensão

institucional da democracia nos dois países. Começamos com o Poder Judiciário, no Gráfico 18.

Gráfico 18- Confiança nas Forças Armadas e confiança no Judiciário (%)



n Argentina: 1147; n Brasil: 1146.

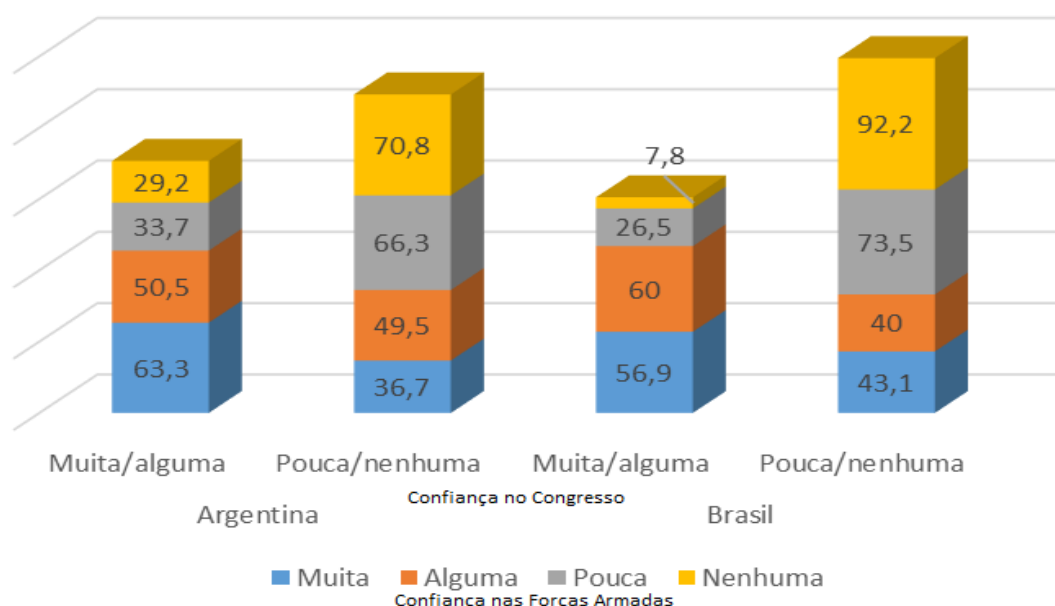
Qui quadrado Argentina= 213,307; Qui quadrado Brasil= 424,454; Qui quadrado tabelado= 16,92.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

O Gráfico 18 apresenta uma tendência clara para os dois países: a confiança nas Forças Armadas parece impactar positivamente sobre a confiança no Judiciário, e a associação se vê estatisticamente confirmada pelos testes do qui quadrado. Na Argentina, há um claro aumento da confiança no Judiciário conforme aumenta a confiança nas Forças Armadas; já no Brasil, aqueles cidadãos que manifestam muita ou alguma confiança nos militares apresentam percentuais similares de confiança na justiça do país, o que não invalida a lógica de que maior confiança em uma instituição parece incidir em maior confiança na outra. Talvez o Judiciário tenha para os cidadãos a imagem de um poder superior, quase neutro, ainda que tenha

profundas implicações políticas. Então o gráfico seguinte parte para a análise de um poder mais claramente “político”, o Congresso Nacional. Será que neste caso a tendência se repete, e a confiança nas Forças Armadas continua sendo refletida nos parlamentares dos dois países? Ou o fato de o Congresso ser aos olhos da população um poder “politicamente mais interessado” faz com que os cidadãos que confiam mais nos militares apresentem maior repulsa a este poder? É o que se examina na sequência.

Gráfico 19- Confiança nas Forças Armadas e confiança no Congresso (%)



n Argentina: 1144; n Brasil: 1141.

Qui quadrado Argentina= 193,140; Qui quadrado Brasil= 368,054; Qui quadrado tabelado= 16,92.

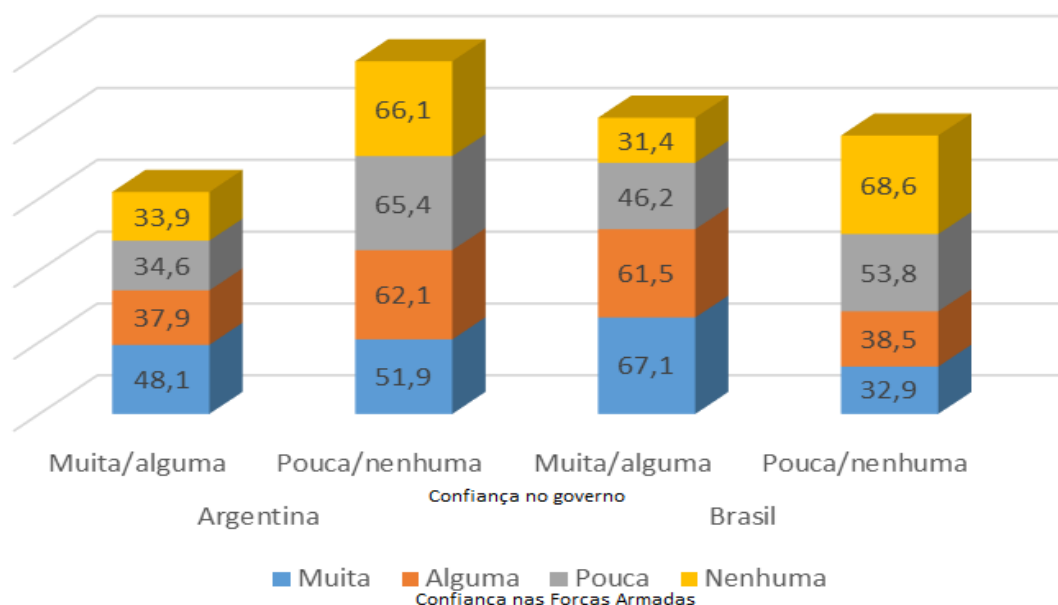
Fonte: Latinobarómetro (2010).

Pois sim, a tendência se repete no Gráfico 19, e os valores do qui quadrado confirmam a existência de associação entre as variáveis para os dois países. No caso argentino, pode-se perceber com clareza que quanto maior é a confiança nas

Forças Armadas, maior é a confiança no Congresso, variando dos 63% dos que confiam muito nos militares aos 29% que nada confiam nos mesmos. No Brasil, há uma pequena variação que não chega a comprometer a lógica do fenômeno: os que confiam em maior percentual no Congresso são aqueles que possuem alguma confiança nas Forças Armadas, seguidos por aqueles sujeitos que afirmam confiar muito. Estes percentuais, de 60 e 57%, distam bastante dos 26,5 e 8% de cidadãos que confiam no Congresso mas ao mesmo tempo confiam pouco ou nada nos militares, respectivamente.

Estes dados começam a remeter a uma possível tendência não prevista pelas hipóteses da tese: a de que haja alguma espécie de “síndrome generalizada de confiança”, na qual aqueles cidadãos que confiam em uma instituição geralmente confiem em todas, independentemente de aspectos históricos que possam remeter uma ou outra a um passado autoritário. Assim, as Forças Armadas poderiam ser encaradas como “mais uma instituição do regime atual”, e não como algo que esteja vinculado ao passado ditatorial. No Brasil isso até não chega a causar tanto espanto, quando notamos ainda nos dias de hoje a permanência de sujeitos oriundos do período ditatorial, e até mesmo defensores do mesmo, dentro das instituições democráticas vigentes. Mas na Argentina, onde notamos uma maior repulsa aos militares, onde ocorreu uma saída traumática do regime liderado pelos mesmos, e onde há diversas políticas de memória e julgamentos de crimes políticos da ditadura, sim, este dado gera alguma surpresa. Assim, o modo como foi feita a transição e como as Forças Armadas são vistas não parece incidir para que se separe a confiança nas instituições militares das demais instituições democráticas na percepção daqueles sujeitos que possuem maiores índices de confiança. Desse modo, os dados até aqui apresentados indicam que o fenômeno da confiança institucional se dá de forma indistinta, sem separar os militares do contexto. Confiar nas instituições significa confiar *também* nas Forças Armadas, e não encará-las necessariamente como um contraponto ou ameaça ao regime democrático. O Gráfico 20 apresenta o cruzamento entre a confiança nas Forças Armadas e a confiança no governo no Brasil e na Argentina.

Gráfico 20- Confiança nas Forças Armadas e confiança no governo (%)



n Argentina: 1157; n Brasil: 1143.

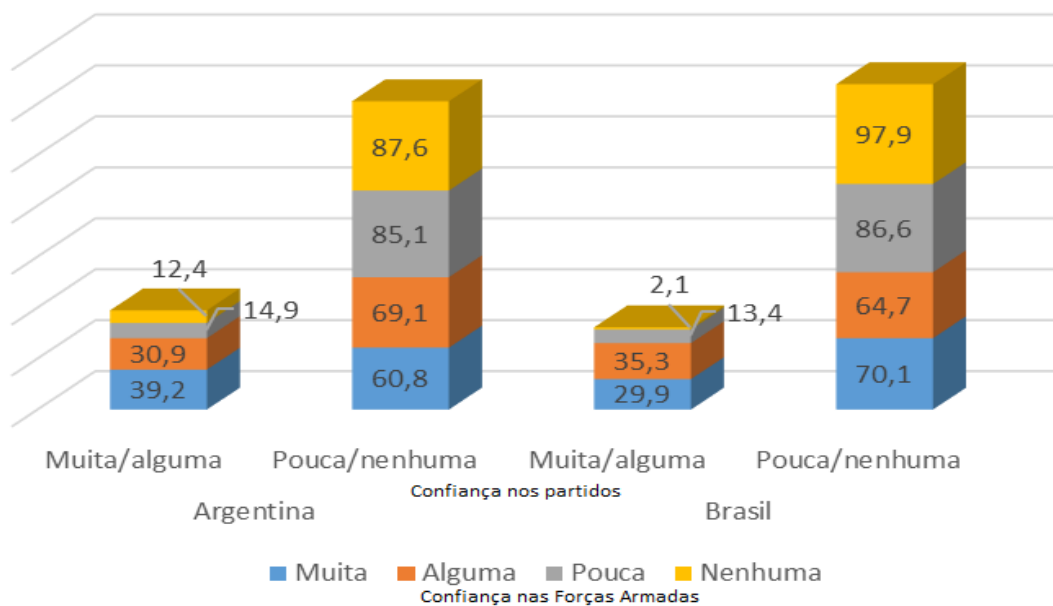
Qui quadrado Argentina= 37,240; Qui quadrado Brasil= 126,806; Qui quadrado tabelado= 16,92.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

É possível notar novamente um predomínio da confiança no governo justamente daqueles cidadãos que manifestam maior confiança nas Forças Armadas argentinas, seguidos por aqueles que manifestam alguma confiança. Os valores do qui quadrado, confirmando a associação entre as variáveis nos dois países, serve para reforçar a ideia. No caso da Argentina, nota-se que quanto maior a confiança nos militares, maior a confiança no governo do país, o que mais uma vez coloca em xeque o tipo de hipótese estabelecido nessa tese. No caso brasileiro, no contexto de 2010, em que a maioria da população manifestava confiança no governo, a tendência se repete, ou seja, parece que as “confianças institucionais” andam de mãos dadas, como que num mesmo bloco. Confiar nos militares, pelo menos no que concerne aos cruzamentos até aqui expostos, não parece ser um contraponto a possíveis desconfianças em outras instituições pertencentes à democracia no Brasil e na Argentina. Para finalizar este capítulo, o Gráfico 21 apresenta o cruzamento da

confiança nos militares com a confiança nos partidos políticos dos dois países estudados.

Gráfico 21- Confiança nas Forças Armadas e confiança nos partidos (%)



n Argentina: 1155; n Brasil: 1152.

Qui quadrado Argentina= 121,141; Qui quadrado Brasil= 162,297; Qui quadrado tabelado= 16,92.

Fonte: Latinobarómetro (2010).

Na Argentina, a tendência mais uma vez se repete: os sujeitos que mais confiam nos militares são também os que mais confiam nas demais instituições. Os que afirmam confiar muito nas Forças Armadas surgem com um percentual de quase 40% dizendo confiar ou muito ou algo nos partidos. O percentual diminui para cerca de 30% entre aqueles que manifestam alguma confiança nos militares, e regride mais ainda entre os que confiam pouco ou nada nas Forças Armadas argentinas (14,9 e 12,4%, respectivamente). No Brasil, se separássemos em dois blocos, de muita e alguma e pouca e nenhuma confiança, a tendência se

apresentaria mais claramente. Porém, destrinchada entre as quatro categorias, ela apresenta uma pequena variação. Nesse sentido, o maior percentual de confiança nos partidos está entre os cidadãos que manifestam alguma confiança nos militares (35,3%) seguidos pelos que confiam muito (29,9%). Com percentuais bem inferiores aparecem os cidadãos que confiam pouco ou não confiam nas Forças Armadas brasileiras (13,4 e 2,1%, respectivamente). Cabe salientar que novamente o teste do qui quadrado apresenta a existência de associação entre as variáveis em ambos os países. De um modo geral, se nos cruzamentos mais gerais de cultura política e apego à democracia os dados não apresentam clareza para os dois países, ora com extremos se destacando, ora com variações entre brasileiros e argentinos, no capital social, principalmente no que diz respeito à confiança institucional, apresenta-se uma tendência clara para os dois países: os que mais manifestam confiança nos militares são também os que mais confiam nas demais instituições, indo de encontro ao que as hipóteses desta tese propunham. Os testes estatísticos do qui quadrado apontam a existência de significância da associação nos dois países entre confiança nas Forças Armadas e todas as demais confianças examinadas, tanto em nível interpessoal quanto, principalmente, institucional. Parece haver, a partir desses dados, uma síndrome generalizada de confiança e desconfiança institucional no Brasil e na Argentina. Deste modo, as Forças Armadas talvez sejam encaradas apenas como mais uma instituição no contexto, e não necessariamente um contraponto potencial às democracias vigentes nos dois países. Para o caso brasileiro, futuramente será interessante analisar se houve variação desse tipo de tendência com dados a partir de 2013, quando fortes manifestações anti-institucionais explodiram, e algumas parcelas da população chegaram a pedir intervenção militar. Infelizmente, pelo menos até o fechamento destas análises, o último banco disponibilizado pelo Latinobarómetro pertencia ao ano de 2011, anterior, portanto, a estes eventos.

4. Análise de trajetória: impactos estatísticos dos modelos de transição sobre confiança interpessoal e institucional nos dois países

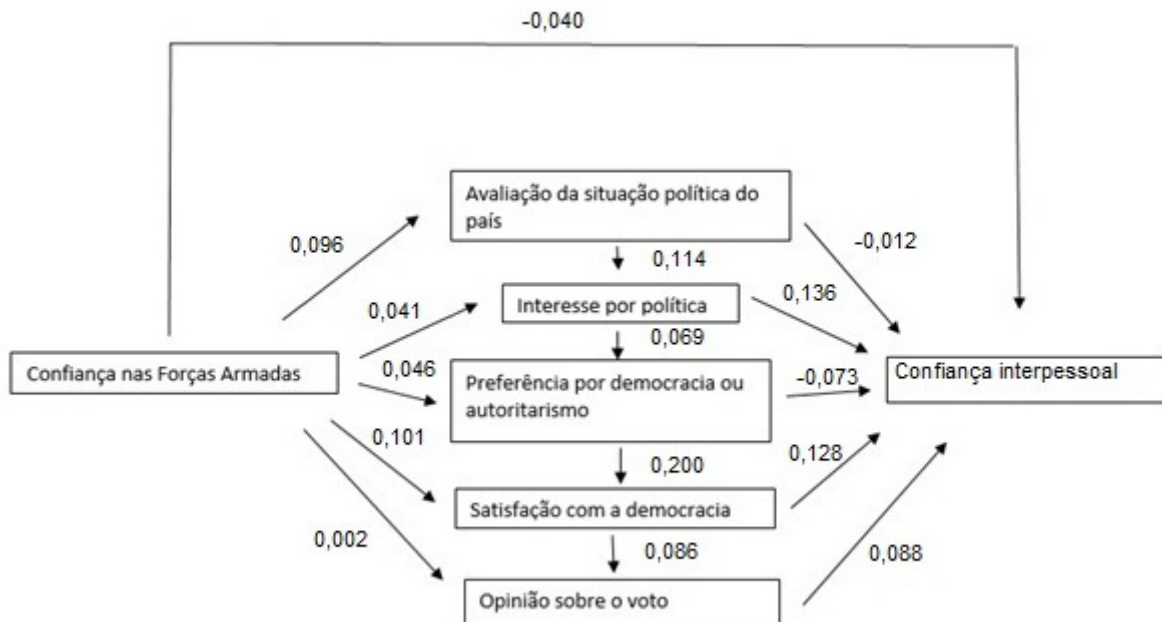
Neste capítulo apresenta-se o modelo de trajetória proposto na tese, considerando os impactos estatísticos da confiança nos militares sobre a cultura política pelo prisma de percepções democráticas e da confiança nos níveis interpessoal e institucional. Através de regressões multivariadas, são encontrados os coeficientes padronizados Beta, que preenchem os mapas de trajetória. Estes coeficientes configurarão os caminhos das trajetórias. Tais caminhos são somados, e os coeficientes que se encontram em um mesmo caminho são multiplicados. Quanto mais próximo de 1 está o coeficiente, mais forte é a relação existente entre as variáveis. No caso aqui estudado, a fórmula de trajetória é composta pelo impacto direto da variável exógena (que nos modelos constituirá três possibilidades, confiança nas Forças Armadas, renda e escolaridade) sobre a variável dependente (que será avaliada em cinco dimensões: confiança interpessoal, no Judiciário, no Congresso, no governo nacional e nos partidos), somado a outros quinze caminhos, quais sejam: (1) variável exógena- avaliação da situação política do país- variável dependente; (2) variável exógena- avaliação da situação política do país- interesse por política- variável dependente; (3) variável exógena- avaliação da situação política do país- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- variável dependente; (4) variável exógena- avaliação da situação política do país- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com a democracia- variável dependente; (5) variável exógena- avaliação da situação política do país- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com a democracia- opinião sobre o voto- variável dependente; (6) variável exógena- interesse por política- variável dependente; (7) variável exógena- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- variável dependente; (8) variável exógena- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com a democracia- variável dependente; (9) variável exógena- interesse por política- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com a democracia- opinião sobre o voto- variável dependente; (10) variável exógena- preferência por democracia ou autoritarismo- variável dependente; (11) variável exógena- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com

a democracia- variável dependente; (12) variável exógena- preferência por democracia ou autoritarismo- satisfação com a democracia- opinião sobre o voto- variável dependente; (13) variável exógena- satisfação com a democracia- variável dependente; (14) variável exógena- satisfação com a democracia- opinião sobre o voto- variável dependente; (15) variável exógena- opinião sobre o voto- variável dependente. Deste modo, considerando três possibilidades de variáveis exógenas examinadas em seus impactos sobre cinco variáveis dependentes, temos quinze modelos de trajetória, que, levados a cabo para os dois países em estudo, totalizarão trinta modelos de trajetória a serem examinados na sequência. Os primeiros impactos estatísticos a serem examinados referem-se àqueles sobre a confiança interpessoal no Brasil e na Argentina.

4.1. Impactos estatísticos sobre confiança interpessoal

Começa-se a análise examinando o impacto estatístico da confiança dos sujeitos nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal. Ou seja, até que ponto realmente pode-se verificar uma relação estatística entre confiar nos militares e os laços de confiança de uns sujeitos para com os outros. Inicialmente, verifica-se essa trajetória para o caso brasileiro.

Figura 2- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O efeito direto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil é de -0,040. Para a verificação do efeito total, somando-se o efeito direto com os efeitos indiretos, temos:

$$\begin{aligned}
 & -0,040 + (0,096 \times -0,012) + (0,096 \times 0,114 \times 0,136) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times -0,073) \\
 & + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,128) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,088) \\
 & + (0,041 \times 0,136) + (0,041 \times 0,069 \times -0,073) + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,128) \\
 & + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,088) + (0,046 \times -0,073) + (0,046 \times 0,200 \times 0,128) \\
 & + (0,046 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,088) + (0,101 \times 0,128) + (0,101 \times 0,086 \times 0,088) + (0,002 \\
 & \times 0,088)
 \end{aligned}$$

Disso, temos:

$$\begin{aligned}
 & -0,040 + (-0,001) + (0,001) + (0,000) + (0,000) + (0,000) + (0,005) + (0,000) + (0,000) \\
 & + (0,000) + (-0,003) + (0,001) + (0,000) + (0,013) + (0,001) + (0,000)
 \end{aligned}$$

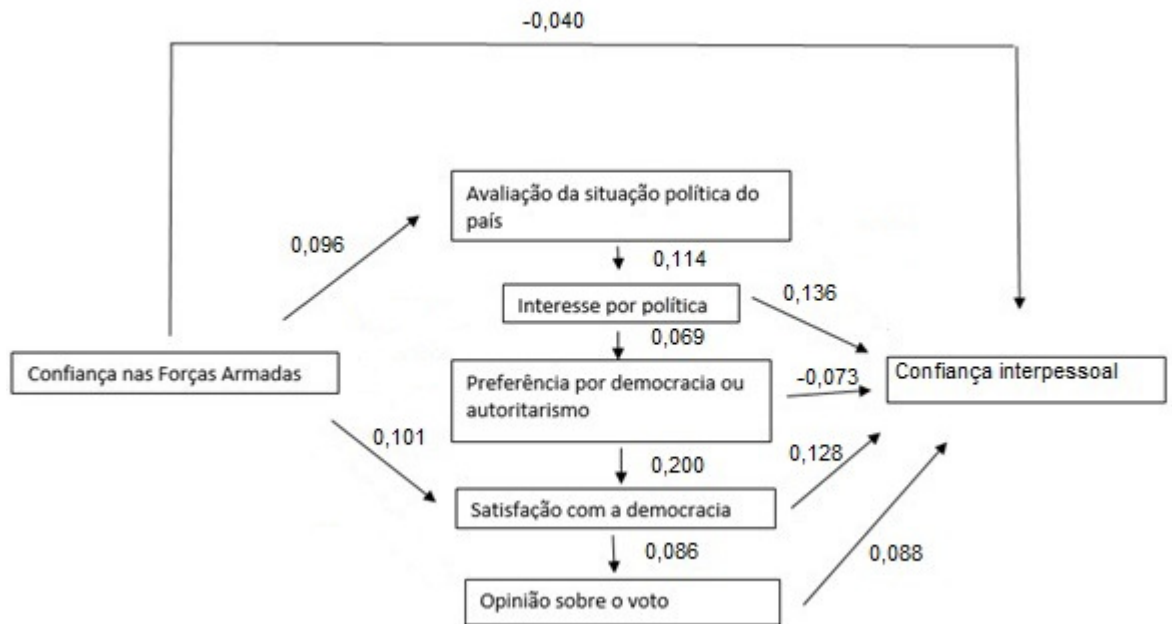
Decorre desta soma:

-0,040 -0,001 +0,001 +0 +0 +0 +0,005 +0 +0 +0 -0,003 +0,001 +0 +0,013 +0,001
+0= -0,023 (efeito total)

A literatura de modo geral considera significativos coeficientes desse tipo quando são superiores a $0,05^{10}$. Neste caso, nem em termos de efeito direto, nem em termos de efeito total, os coeficientes Beta alcançam tal valor. O efeito direto, de -0,04, ainda apresenta mais força do que o efeito total da trajetória, de -0,023, e de modo geral pode-se dizer que do ponto de vista do modelo explicativo aqui sugerido, não existe relação estatística entre confiança nos militares e confiança interpessoal no Brasil. Parte-se então para a apresentação de um modelo reduzido, excluindo os efeitos sem significância estatística.

¹⁰ Além disso, quanto mais próximas de 1, mais fortes são as relações, independentemente do sinal positivo ou negativo.

Figura 2a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O modelo de trajetória reduzido apresentado pela Figura 2a, considerando, além do efeito direto, apenas os efeitos indiretos estatisticamente significativos, passa a apresentar um valor de 0,247, e passa a ser ele mesmo explicativo para a confiança interpessoal no Brasil. Este modelo empírico indica que, sob essas condições, a confiança nas Forças Armadas passa a ser um elemento que pode ser considerado quando se busca entender o quanto os brasileiros confiam uns nos outros. A Tabela 1 apresenta o resumo dos efeitos diretos e indiretos do modelo para a explicação da confiança de uns sujeitos nos outros para o caso brasileiro.

Tabela 1- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal no Brasil

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	-0,040	Avaliação da situação política	0,096	-0,023	0,247
		Interesse por política	0,041		
		Preferência pela democracia	0,046		
		Satisfação com a democracia	0,101		
		Opinião sobre o voto	0,002		
Avaliação da situação política	-0,012	Interesse por política	0,114		
		Interesse por política	0,136		
Preferência pela democracia	-0,073	Satisfação com a democracia	0,200		
Satisfação com a democracia	0,128	Opinião sobre o voto	0,086		
Opinião sobre o voto	0,088				

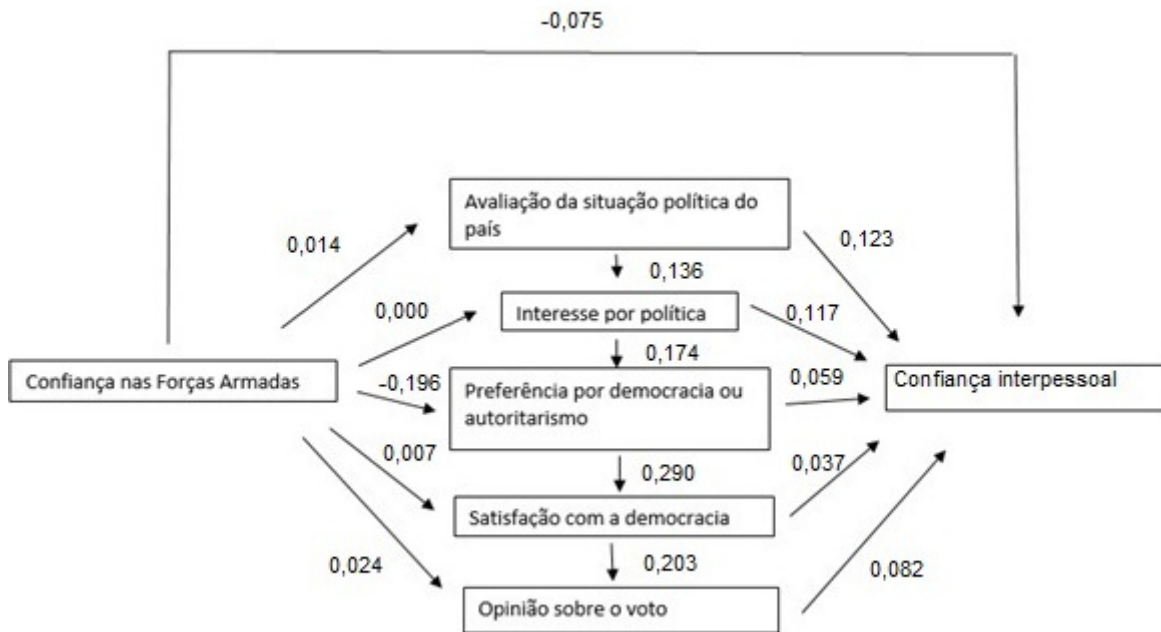
Fonte: elaboração própria.

O modelo de explicação teórico da confiança interpessoal via confiança nas Forças Armadas não possui significância estatística para o Brasil. Entretanto, o modelo empírico, considerando apenas os efeitos com estatisticamente

significativos, apresenta capacidade explicativa moderada para a confiança que os brasileiros possuem uns nos outros. Cabe ressaltar que especialmente os efeitos das variáveis de interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto, combinados com a confiança nas Forças Armadas, podem ajudar a explicar a confiança interpessoal no Brasil. Ou seja, elementos culturais de como os cidadãos se relacionam com o regime democrático auxiliam na compreensão de como estabelecem laços de confiança entre si, ainda que globalmente o modelo teórico não apareça com um valor de efeito significativo. Fica agora a pergunta: e no caso argentino, existe esse tipo de relação entre confiança nas Forças Armadas e confiança entre as pessoas? É o que se examina a partir da Figura 3. Deste ponto em diante, não será mais apresentado todo o desenvolvimento dos cálculos¹¹, que seguirão precisamente os mesmos passos que logo acima foram apresentados com vistas a ilustrar como os cálculos foram realizados na prática.

¹¹ Os demais cálculos podem ser consultados nos Anexos II (para os modelos completos) e V (para os modelos reduzidos).

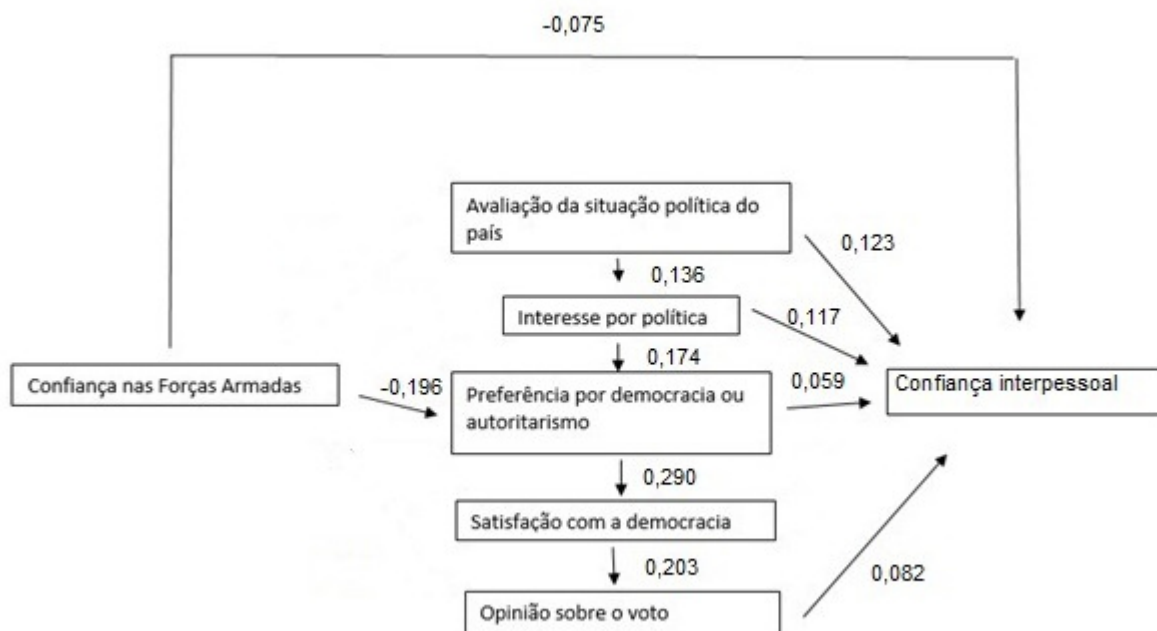
Figura 3- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Na relação entre confiança nas Forças Armadas e confiança interpessoal na Argentina, temos um valor de efeito direto de $-0,075$. Já o cálculo do efeito total resulta em $-0,086$. Em ambos os casos, os valores numéricos superam $0,05$ e possuem, portanto, significância estatística. Trata-se de uma relação negativa, ou seja, quanto maior a confiança que os argentinos possuem nos militares, menor a confiança em relação ao restante das pessoas. A Figura 3a apresenta o modelo reduzido dos impactos da confiança nos militares sobre a confiança interpessoal na Argentina.

Figura 3a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido do impacto da confiança nos militares sobre a confiança interpessoal na Argentina apresenta um efeito moderado, de $0,279$, que é estatisticamente significativo. Assim, quando consideramos apenas os efeitos que possuem valores estatisticamente significativos no cálculo da trajetória, o modelo ganha força para explicar como os argentinos estabelecem a confiança entre si. Na Tabela 2 são apresentados os coeficientes dos valores dos efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina.

Tabela 2- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança interpessoal na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	-0,075	Avaliação da situação política	0,014	-0,086	0,279
		Interesse por política	0,000		
		Preferência pela democracia	-0,196		
		Satisfação com a democracia	0,007		
		Opinião sobre o voto	0,024		
Avaliação da situação política	0,123	Interesse por política	0,136		
Interesse por política	0,117	Preferência pela democracia	0,174		
Preferência pela democracia	0,059	Satisfação com a democracia	0,290		
Satisfação com a democracia	0,037	Opinião sobre o voto	0,203		
Opinião sobre o voto	0,082				

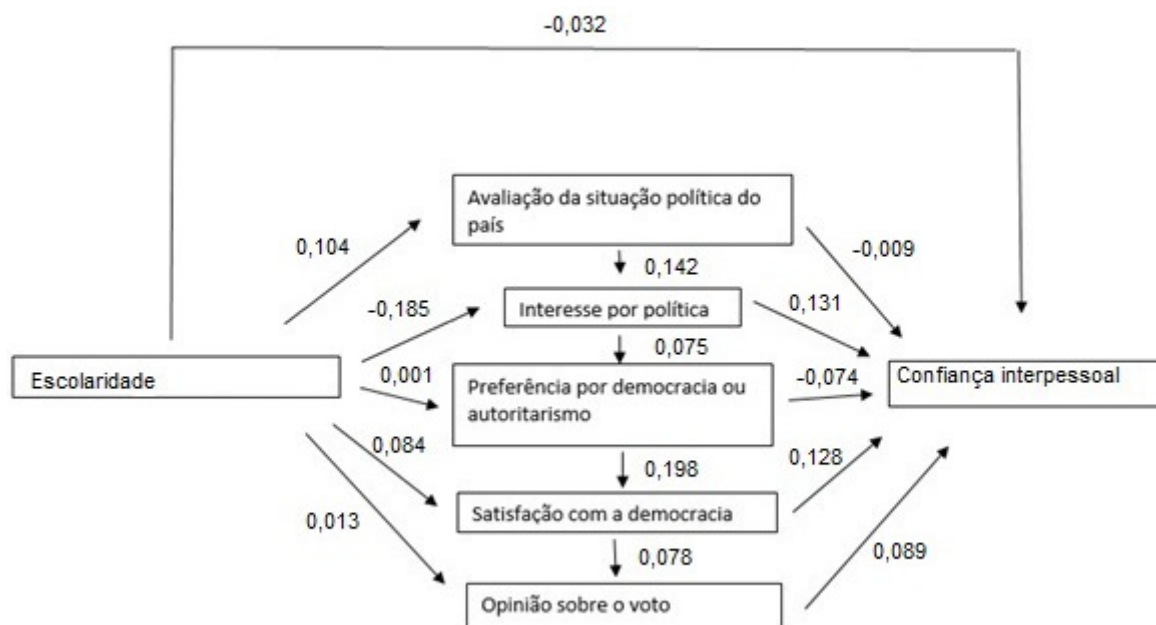
Fonte: elaboração própria.

A Tabela 2 mostra que, se por si só a variável de confiança nas Forças Armadas já possui significância para explicar a confiança interpessoal na Argentina, este efeito torna-se mais consistente combinado especialmente com as variáveis de avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência pela

democracia e opinião sobre o voto. Desse modo, a confiança nas instituições militares do país, junto com um arcabouço proporcionado pela relação cultural estabelecida entre os indivíduos e a democracia na Argentina, proporciona uma possibilidade explicativa moderada para o tanto que os cidadãos argentinos confiam uns nos outros.

Uma forma de fazer uma observação em perspectiva dessas variáveis é examinar, também, o impacto de elementos como renda e escolaridade sobre a variável resposta. Para isso, a variável explicativa de confiança nas Forças Armadas foi substituída no modelo por estas outras variáveis, permitindo assim uma comparação dos impactos. Primeiramente, verifica-se o modelo de trajetória que relaciona escolaridade com confiança interpessoal no Brasil.

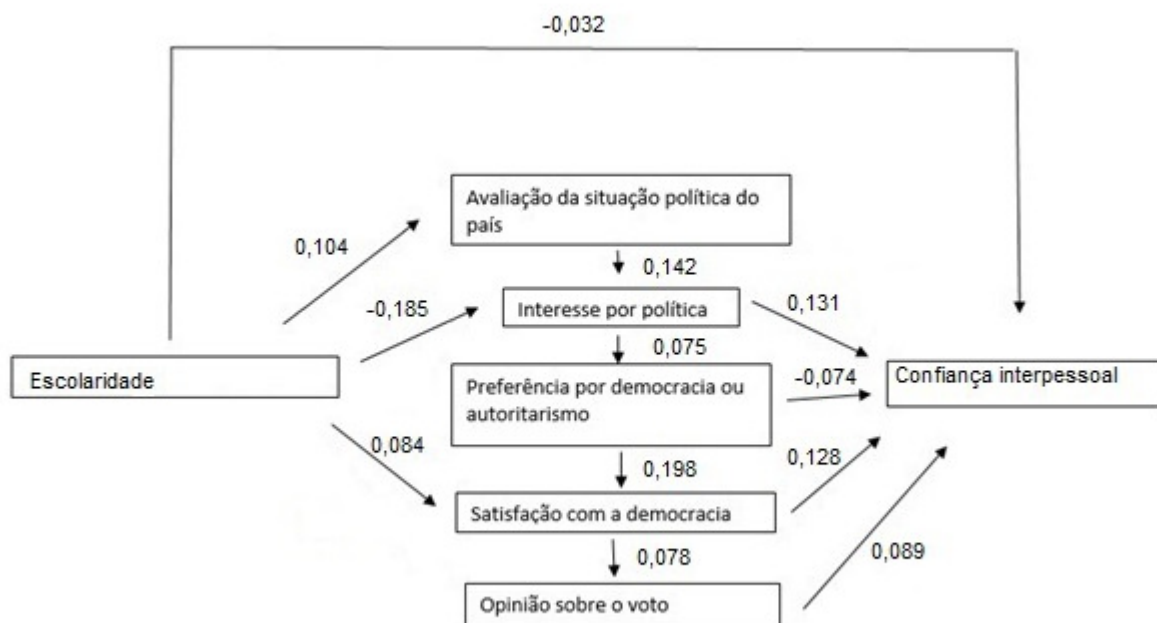
Figura 4- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Enquanto o efeito direto da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil apresenta um coeficiente de -0,032, o efeito total do modelo alcança -0,041. Ou seja, para o caso brasileiro, não existe relação estatística da escolaridade, dentro do modelo de trajetória apresentado, sobre o estabelecimento de confiança entre os cidadãos. Porém, é importante passar para o modelo reduzido, considerando somente os efeitos significativos estatisticamente, para observar se, sob tais condições, o modelo ganha poder explicativo.

Figura 4a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O efeito do modelo reduzido ganha poder de explicação moderado da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil, de 0,104. Se nem o efeito direto, nem o efeito do modelo total apresentavam significância estatística, esta

passa a existir quando o modelo leva em consideração apenas os coeficientes significativos. A Tabela 3 apresenta os efeitos diretos e indiretos do modelo de escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil.

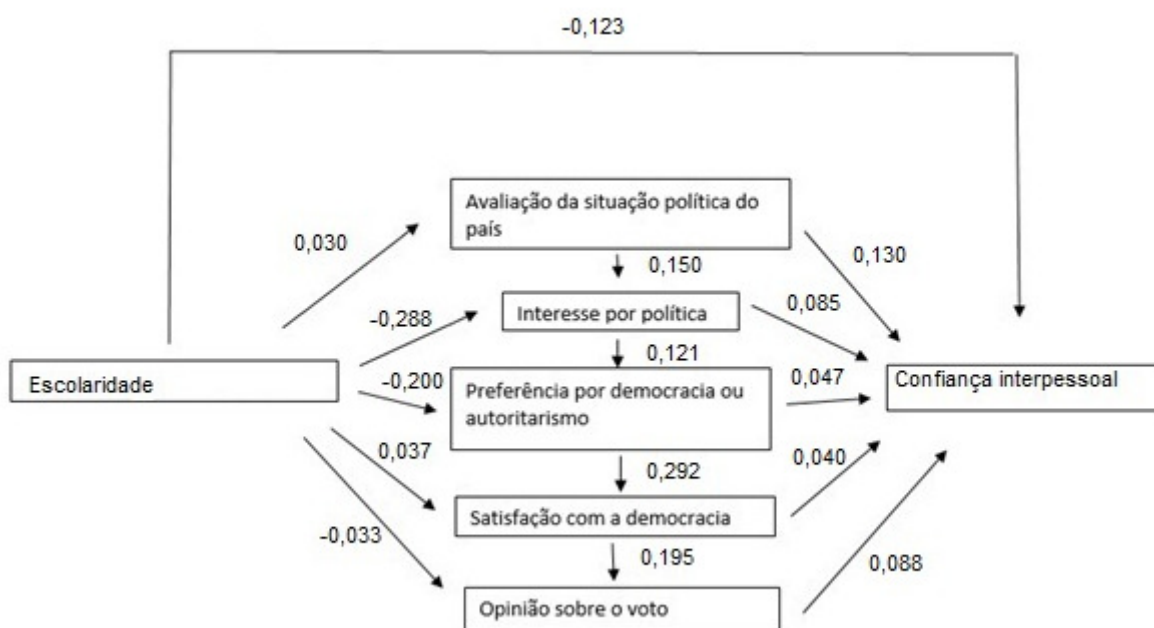
Tabela 3- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança interpessoal no Brasil

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	-0,032	Avaliação da situação política	0,104	-0,041	0,104
		Interesse por política	-0,185		
		Preferência pela democracia	0,001		
		Satisfação com a democracia	0,084		
		Opinião sobre o voto	0,013		
Avaliação da situação política	-0,009	Interesse por política	0,142		
Interesse por política	0,131	Preferência pela democracia	0,075		
Preferência pela democracia	-0,074	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,128	Opinião sobre o voto	0,078		
Opinião sobre o voto	0,089				

Fonte: elaboração própria.

A escolaridade, para o caso brasileiro, somente ganha capacidade explicativa moderada do ponto de vista do modelo estatístico, quando combinada com as variáveis de interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. Assim, considerar isoladamente a escolaridade para buscar compreender se os brasileiros confiam uns nos outros pode levar a erro. É importante, nesse sentido, considerar elementos culturais que ajudem a entender esse contexto. A próxima figura trata de ilustrar a mesma relação, escolaridade e confiança interpessoal, para o caso da Argentina.

Figura 5- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina

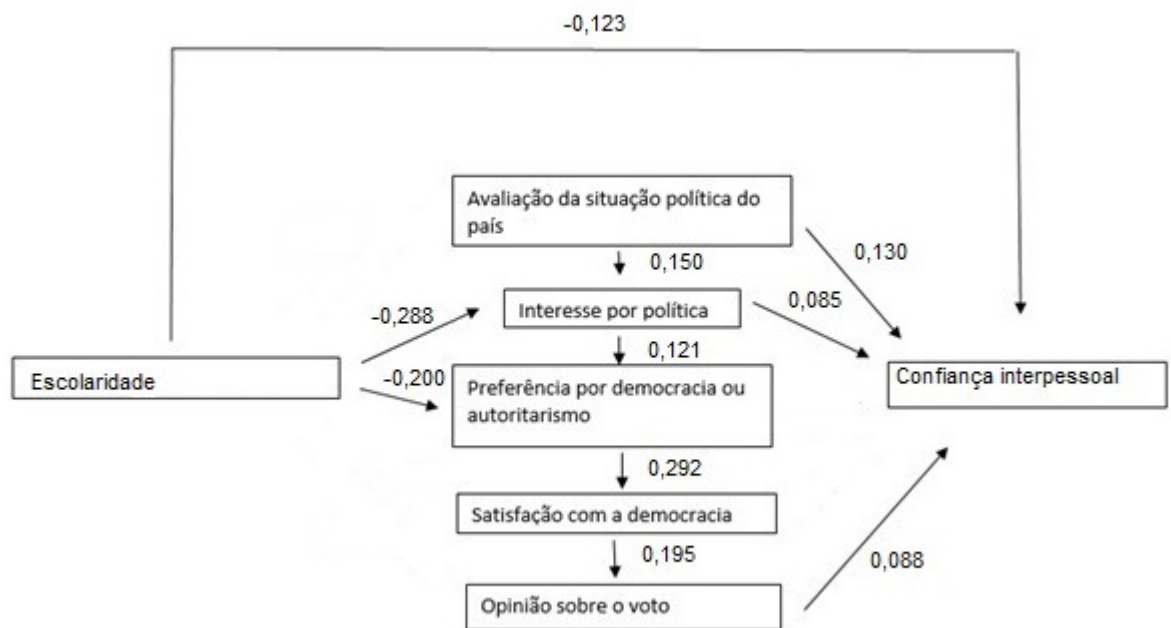


Fonte: elaboração própria.

No que concerne ao caso argentino, a escolaridade apresenta um efeito direto de -0,123 sobre a confiança interpessoal. O efeito total, considerando o modelo, é de -0,158. Existe, portanto, significância estatística na relação, porém ela é moderada, uma vez que lembremos que quanto mais próximo de 1 for o valor, maior força

possui a causalidade proposta. E se reduzimos o modelo aos efeitos com significância estatística, que tipo de impacto passamos a observar? A Figura 5a traz o modelo empírico da relação entre escolaridade e confiança interpessoal na Argentina.

Figura 5a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido segue a tendência, e com ele a escolaridade passa a ter um efeito de -0,18 sobre a confiança interpessoal dos argentinos. Trata-se, uma vez mais, de efeito moderado. A Tabela 4 detalha os coeficientes dos efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança que os argentinos possuem entre si.

Tabela 4- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina

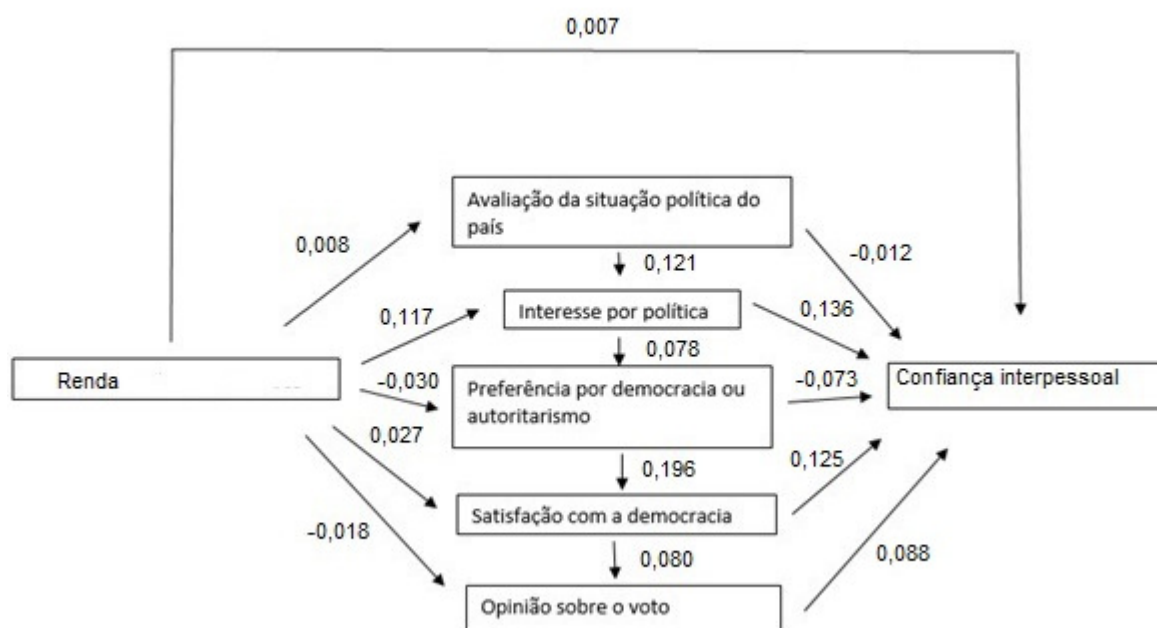
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	-0,123	Avaliação da situação política	0,030	-0,158	-0,18
		Interesse por política	-0,288		
		Preferência pela democracia	-0,200		
		Satisfação com a democracia	0,037		
		Opinião sobre o voto	-0,033		
Avaliação da situação política	0,130	Interesse por política	0,150		
Interesse por política	0,085	Preferência pela democracia	0,121		
Preferência pela democracia	0,047	Satisfação com a democracia	0,292		
Satisfação com a democracia	0,040	Opinião sobre o voto	0,195		
Opinião sobre o voto	0,088				

Fonte: elaboração própria.

É possível verificar que as variáveis que ajudam na explicação da escolaridade sobre a confiança interpessoal na Argentina, considerando os coeficientes estatisticamente significativos sobre a variável dependente, são a avaliação da situação política, o interesse por política e a opinião sobre o voto. Se

no Brasil e na Argentina a escolaridade parece incidir tão somente de maneira moderada sobre a confiança interpessoal, na sequência examina-se se o mesmo ocorre com a renda ou se, por sua vez, esta variável possui maior poder explicativo para ambos os países.

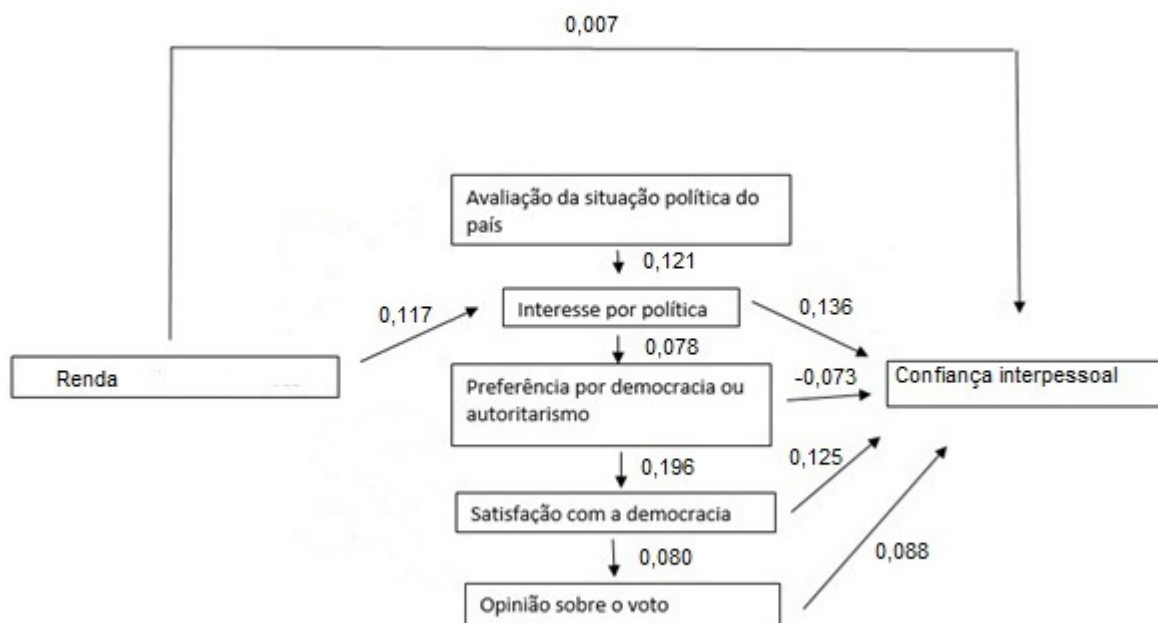
Figura 6- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No caso brasileiro, o efeito direto da renda sobre a confiança interpessoal possui valor de 0,007. O cálculo dos efeitos totais do modelo, por seu turno, resulta em 0,024. Em ambos os casos, não há significância estatística do modelo, ou seja, não há uma relação que se possa considerar entre a renda dos cidadãos e a confiança que estes estabelecem com as outras pessoas. A Figura 6a apresenta o modelo apenas com os efeitos estatisticamente significativos.

Figura 6a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando considerados somente os efeitos que possuem significância do ponto de vista estatístico, o modelo alcança um efeito de 0,21, tornando-se ele mesmo significativo num nível moderado. Com este modelo empírico, portanto, torna-se possível compreender a confiança interpessoal no Brasil por meio da variável renda. A Tabela 5 detalha os efeitos diretos e indiretos da renda para a explicação da confiança interpessoal no caso brasileiro.

Tabela 5- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança interpessoal no Brasil

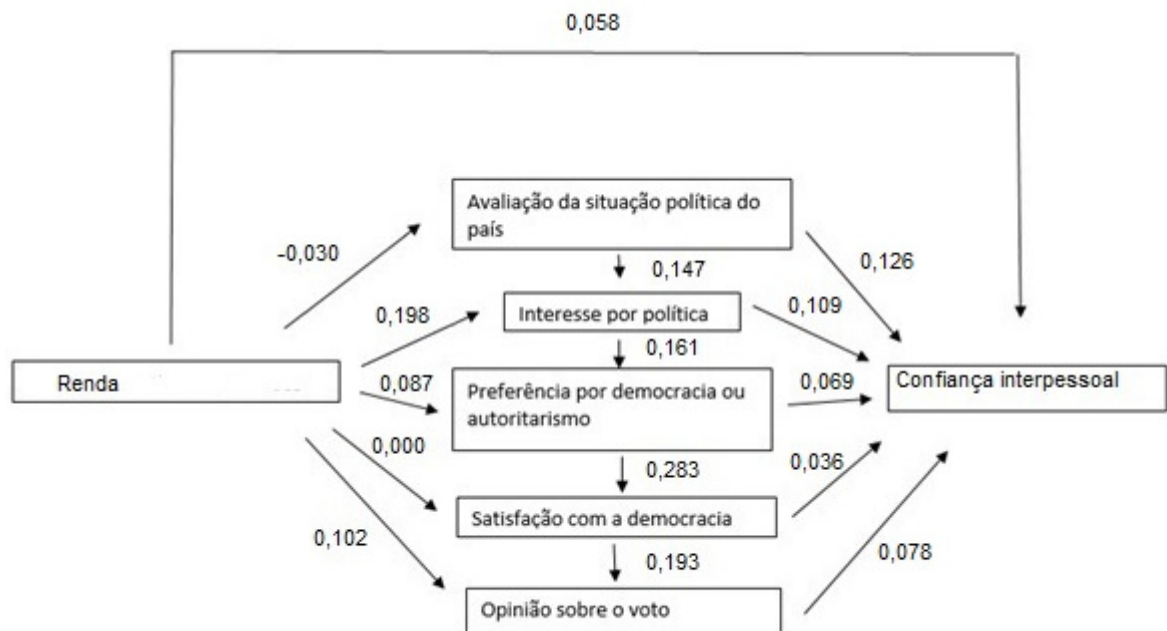
Variável causal	Efeito direto	Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,007	Avaliação da situação política	0,008	0,024
		Interesse por política	0,117	0,21
		Preferência pela democracia	-0,030	
		Satisfação com a democracia	0,027	
		Opinião sobre o voto	-0,018	
Avaliação da situação política	-0,012	Interesse por política	0,121	
Interesse por política	0,136	Preferência pela democracia	0,078	
Preferência pela democracia	-0,073	Satisfação com a democracia	0,196	
Satisfação com a democracia	0,125	Opinião sobre o voto	0,080	
Opinião sobre o voto	0,088			

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 5 mostra que as variáveis inseridas no modelo que mais ajudam a explicar a confiança interpessoal dos brasileiros quando combinadas com a renda são as de interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a

democracia e opinião sobre o voto. A renda, nem isoladamente, nem dentro do modelo teórico total, auxilia na compreensão da variável dependente. Ela só ganha força quando inserida no modelo reduzido, contendo somente os efeitos estatisticamente significativos. A figura abaixo traz os impactos da trajetória com a renda como variável exógena sobre a confiança interpessoal na Argentina.

Figura 7- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina

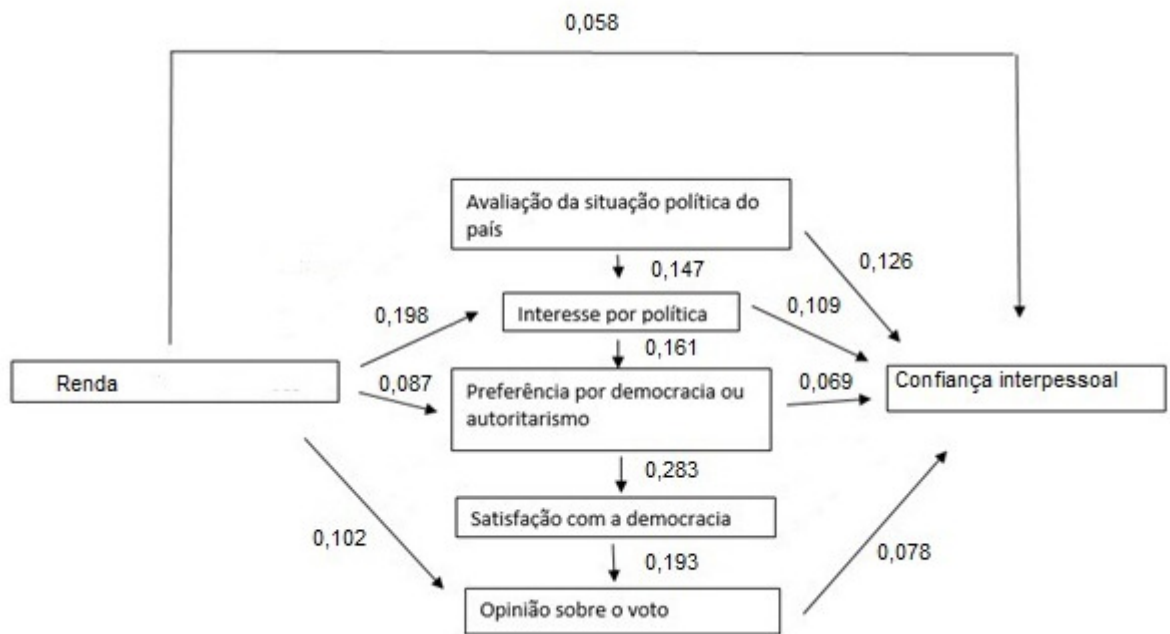


Fonte: elaboração própria.

Em relação à Argentina, o efeito direto da renda sobre a confiança interpessoal é estatisticamente significativo, tendo o valor de 0,058. O efeito total é maior, e também significativo, possuindo um valor de 0,093. Ou seja, ainda que reduzido, a renda possui poder explicativo relevante do ponto de vista estatístico no que diz respeito à confiança entre os cidadãos. A Figura 7a apresenta o desenho

deste mesmo modelo em sua versão reduzida, apenas com os efeitos com significância estatística.

Figura 7a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido que relaciona renda à confiança interpessoal na Argentina possui um efeito moderado, de 0,296, ou seja, o potencial de explicação aumenta quando considerados somente os efeitos com significância estatística na trajetória analisada. A Tabela 6 nos mostra os efeitos diretos e indiretos relativos a este modelo.

Tabela 6- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança interpessoal na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,058	Avaliação da situação política	-0,030	0,093	0,296
		Interesse por política	0,198		
		Preferência pela democracia	0,087		
		Satisfação com a democracia	0,000		
		Opinião sobre o voto	0,102		
Avaliação da situação política	0,126	Interesse por política	0,147		
Interesse por política	0,109	Preferência pela democracia	0,161		
Preferência pela democracia	0,069	Satisfação com a democracia	0,283		
Satisfação com a democracia	0,036	Opinião sobre o voto	0,193		
Opinião sobre o voto	0,078				

Fonte: elaboração própria.

As variáveis que mais contribuem para a explicação da confiança interpessoal argentina, combinadas à variável de renda, são as de avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência pela democracia e opinião sobre o voto. A

renda, juntamente com variáveis dessa natureza cultural, contribui moderadamente para a compreensão da confiança que os argentinos possuem uns nos outros, especialmente no modelo empírico verificado. Abaixo, apresenta-se um quadro que sintetiza os resultados do modelo de trajetória sobre confiança interpessoal no Brasil e na Argentina:

Quadro 2- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança interpessoal no Brasil e na Argentina

	Brasil			Argentina		
	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	-0,04	-0,023	0,247	-0,075	-0,086	0,279
Escolaridade	-0,032	-0,041	0,104	-0,123	-0,158	-0,18
Renda	0,007	0,024	0,21	0,058	0,093	0,296

Fonte: elaboração própria.

Enquanto na Argentina todos os efeitos, diretos e totais, do modelo sobre confiança interpessoal apresentaram significância estatística, no Brasil isso só ocorreu quando os modelos foram reduzidos, levando em consideração somente os coeficientes significativos estatisticamente. No caso brasileiro, entre os efeitos diretos, o que mais se aproximou de apresentar algum impacto estatístico foi o da

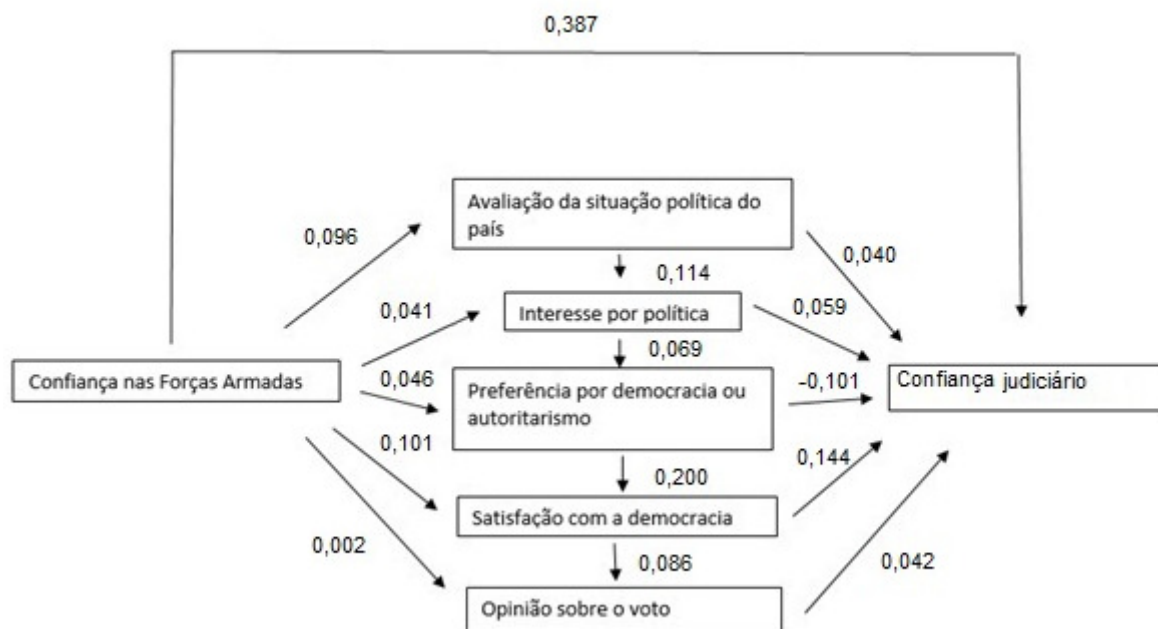
confiança nas Forças Armadas, com um coeficiente de -0,04; e entre os efeitos totais, o mais forte foi o do modelo reduzido de confiança nas Forças Armadas, com valor 0,247. No caso argentino, por sua vez, confiança nos militares, escolaridade e renda apresentam significância estatística, sendo que o maior efeito encontrado foi o da renda no modelo empírico, seguida de perto pela confiança nos militares, também em sua versão reduzida, ambas com efeitos que podem ser considerados moderados sobre a confiança interpessoal argentina. A escolaridade também apresenta relação estatisticamente aceitável, não podendo, desse modo, ser menosprezada para a explicação da confiança de uns argentinos nos outros.

Em resumo, as variáveis que para a Argentina servem para explicar em maior ou menor medida a confiança interpessoal, no Brasil apresentam um potencial explicativo somente quando considerados os modelos reduzidos. Nos efeitos diretos e dos modelos totais, nenhum coeficiente alcança o valor de 0,05, que indica existência de significância estatística. Desse modo, visto o aspecto interpessoal do capital social, a próxima seção trata de apresentar a aplicação do modelo de trajetória sobre a confiança que os sujeitos de Brasil e Argentina têm no Poder Judiciário dos dois países.

4.2. Impactos estatísticos sobre confiança no Judiciário

Nesta seção, inicia-se o exame do impacto da confiança nas Forças Armadas- e também da escolaridade e da renda- sobre a confiança nas instituições de Brasil e Argentina. Ou seja, se do ponto de vista do modelo de trajetória aqui adotado, essas variáveis possuem significância estatística para a explicação da confiança ou não dos cidadãos em relação às instituições que permeiam suas vidas. Inicialmente, verifica-se o impacto da confiança nos militares sobre a confiança no Judiciário dos dois países para o caso brasileiro.

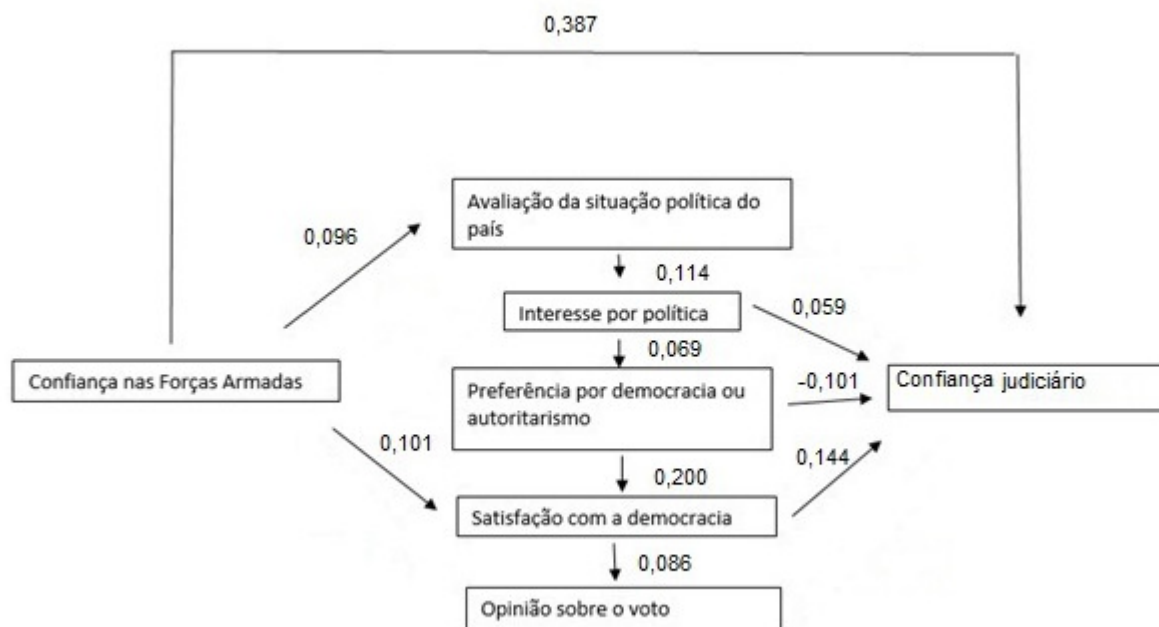
Figura 8- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito ao impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Poder Judiciário no Brasil, os efeitos são estatisticamente significativos, e num nível importante. O efeito direto é de 0,387, enquanto o efeito total do modelo alcança 0,405 de capacidade explicativa. Trata-se de uma relação positiva, quanto mais os cidadãos brasileiros confiam nos militares do país, mais eles tendem a também confiar no Judiciário, o que reforça a ideia anteriormente abordada nos dados descritivos, de uma espécie de “massa de confiança institucional”, na qual os militares não são um contraponto, mas sim uma instituição a mais no pacote. A Figura 8a traz este mesmo modelo em sua versão empírica, apenas com os coeficientes estatisticamente significativos.

Figura 8a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido dos impactos da confiança nos militares sobre a confiança no Judiciário brasileiro apresenta um efeito total robusto, de 0,508. Desse modo, maior confiança nas Forças Armadas parece repercutir substantivamente sobre os níveis de confiança que os brasileiros apresentam em relação ao Poder Judiciário. A Tabela 7 apresenta os efeitos diretos e indiretos relativos a este modelo.

Tabela 7- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário no Brasil

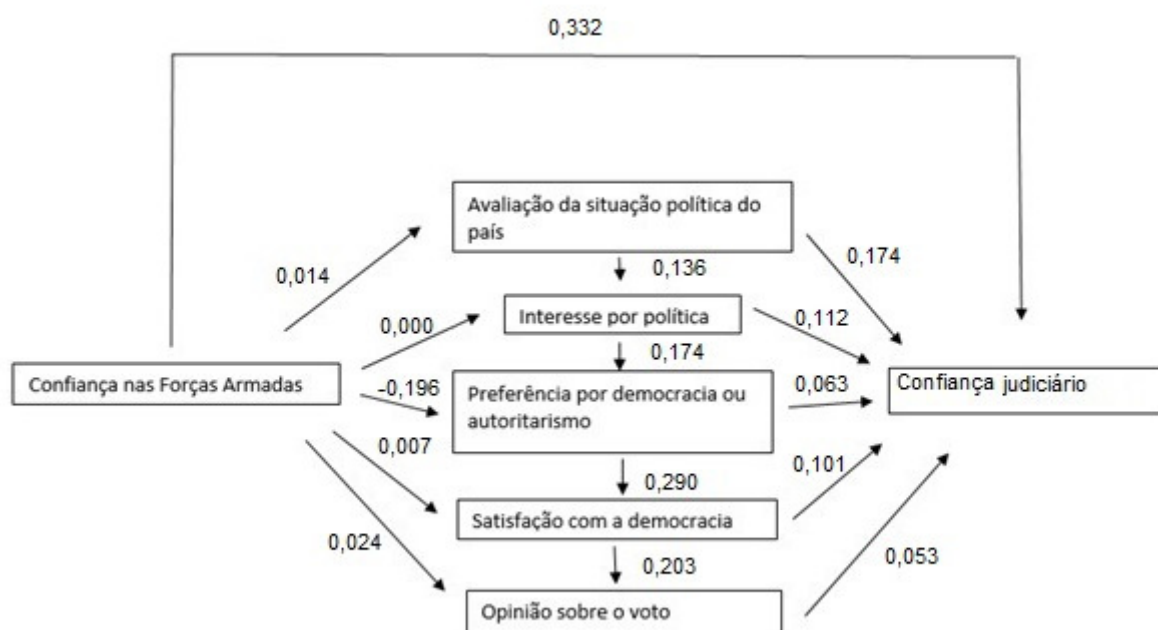
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,387	Avaliação da situação política	0,096	0,405	0,508
		Interesse por política	0,041		
		Preferência pela democracia	0,046		
		Satisfação com a democracia	0,101		
		Opinião sobre o voto	0,002		
Avaliação da situação política	0,040	Interesse por política	0,114		
Interesse por política	0,059	Preferência pela democracia	0,069		
Preferência pela democracia	-0,101	Satisfação com a democracia	0,200		
Satisfação com a democracia	0,144	Opinião sobre o voto	0,086		
Opinião sobre o voto	0,042				

Fonte: elaboração própria.

É possível observar que as variáveis que apresentam efeitos significativos sobre a confiança no Judiciário do Brasil, contribuindo para a explicação quando combinadas com a confiança nas Forças Armadas, são interesse por política,

preferência pela democracia e satisfação com a democracia. Desse modo, as confianças institucionais andam numa mesma direção, relacionadas positivamente, e ganham robustez em sua relação quando combinadas a questões relacionadas aos engajamento político e também de preferência e avaliação da democracia. A Figura 9 apresenta o impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Poder Judiciário da Argentina.

Figura 9- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina

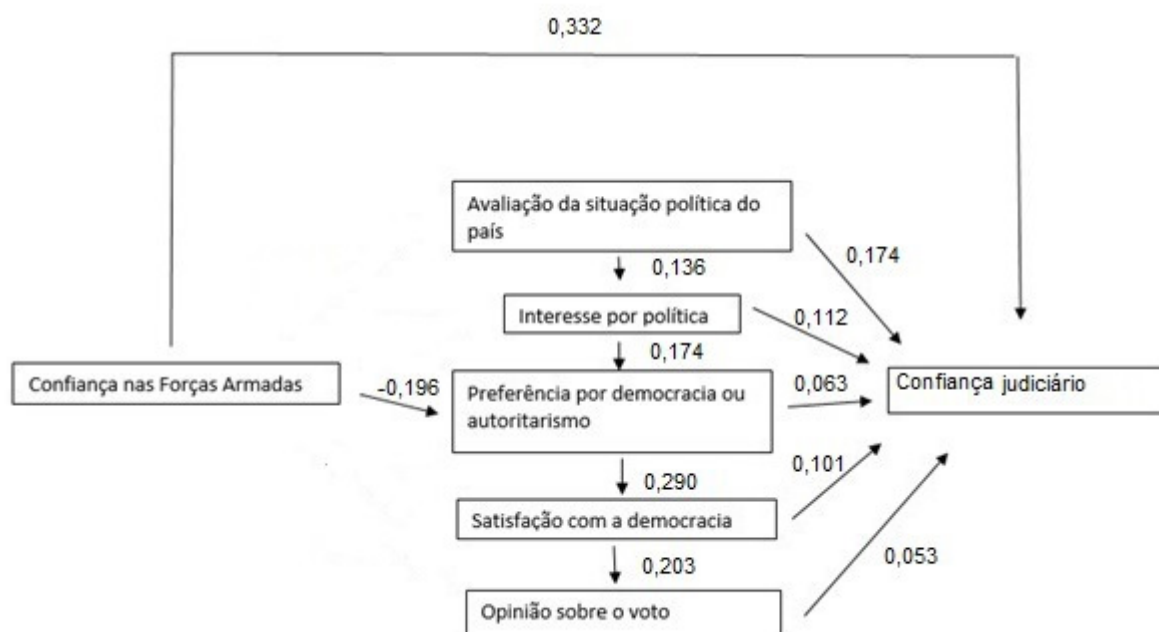


Fonte: elaboração própria.

Em relação à Argentina, a confiança nas Forças Armadas, a exemplo do Brasil, também possui importante incidência positiva sobre a confiança no Judiciário. O efeito direto é de 0,332, estatisticamente significativo, assim como o efeito total, de 0,372. Estes valores possuem certa robustez, indicando que confiar nos militares tanto no Brasil como na Argentina, é um preditor relativamente consistente na explicação que os sujeitos possuem em relação às instituições destinadas a fazer a

justiça nos dois países. Em seguida, verifica-se o modelo reduzido da relação entre confiança nos militares e confiança no Judiciário argentino.

Figura 9a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Quando reduzimos o modelo, mantendo somente os valores estatisticamente significativos, a confiança nas Forças Armadas aparece como uma explicação robusta para a confiança no Judiciário na Argentina. O valor do efeito total do modelo reduzido fica em 0,798, e pode ser considerado bastante consistente. Na Tabela 8, os efeitos diretos e indiretos do modelo aparecem mais detalhados.

Tabela 8- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Judiciário na Argentina

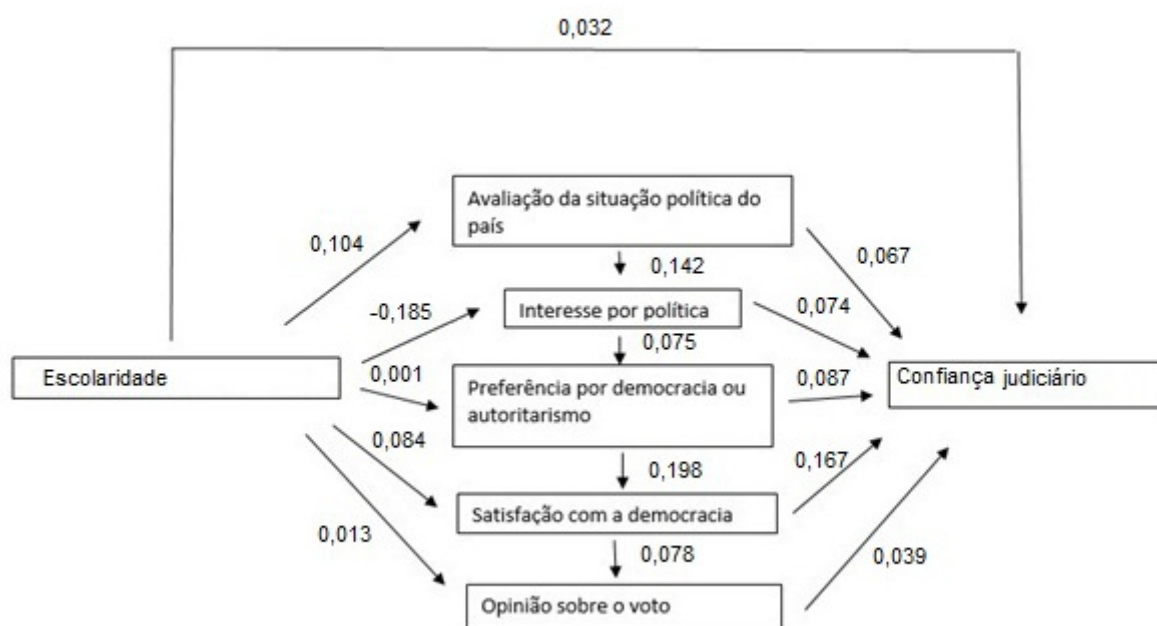
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,332	Avaliação da situação política	0,014	0,372	0,798
		Interesse por política	0,000		
		Preferência pela democracia	-0,196		
		Satisfação com a democracia	0,007		
		Opinião sobre o voto	0,024		
Avaliação da situação política	0,174	Interesse por política	0,136		
Interesse por política	0,113	Preferência pela democracia	0,174		
Preferência pela democracia	0,063	Satisfação com a democracia	0,290		
Satisfação com a democracia	0,101	Opinião sobre o voto	0,203		
Opinião sobre o voto	0,053				

Fonte: elaboração própria.

Todas as variáveis intervenientes do modelo contribuem de forma significativa para a melhor compreensão dos impactos da confiança nas Forças Armadas argentinas sobre o Poder Judiciário do país. Não parece haver conflito entre as

confianças: reforça-se a ideia de que maior confiança nos militares contribui para maior confiança nas instituições judiciais da Argentina, confirmando a tendência já verificada para o caso brasileiro. É importante, para fins comparativos, e de colocar tais efeitos em perspectiva, verificar este mesmo modelo fazendo a substituição da variável de confiança nas Forças Armadas pelas de educação e renda. A Figura 10 apresenta a relação da escolaridade com a confiança no Poder Judiciário para o caso brasileiro.

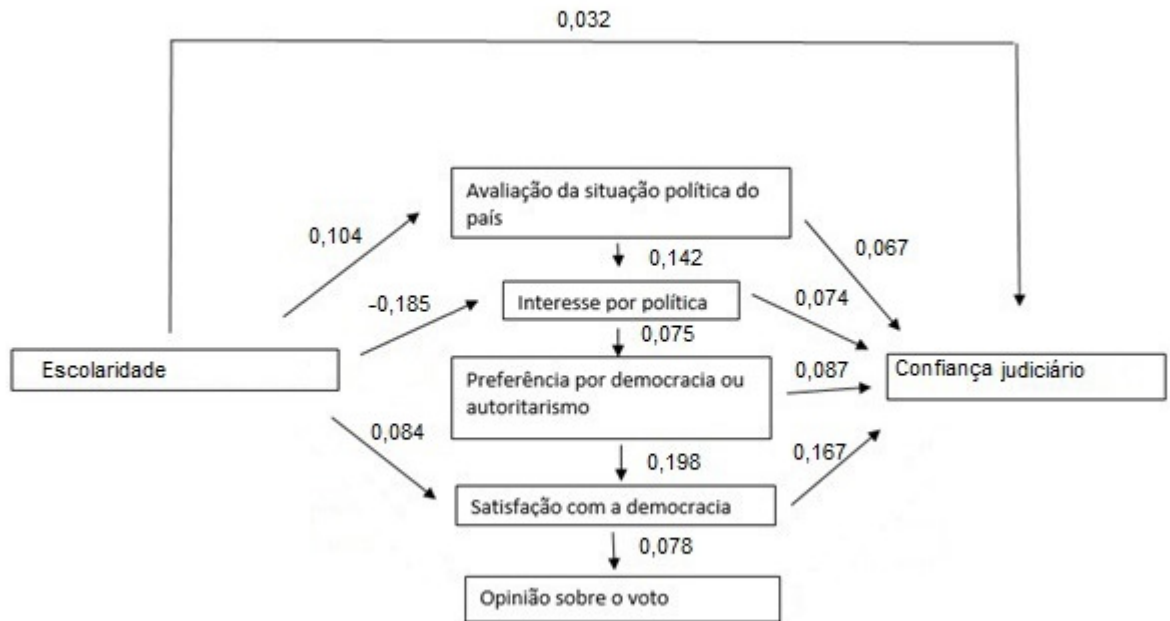
Figura 10- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No que concerne à escolaridade como explicação para a confiança no Judiciário do Brasil, ambos os efeitos, direto e total, não possuem significância estatística. O primeiro apresenta um coeficiente de 0,032, ao passo que o segundo possui valor 0,04. Examina-se, em seguida, o modelo reduzido dos impactos da escolaridade sobre a confiança no Poder Judiciário Brasileiro.

Figura 10a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando considerados somente os valores acima de 0,05, o modelo de trajetória da escolaridade sobre a confiança no Judiciário brasileiro adquire significância estatística num nível moderado, de valor 0,181. A Tabela 9 traz os efeitos diretos e indiretos relativos a este modelo.

Tabela 9- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário no Brasil

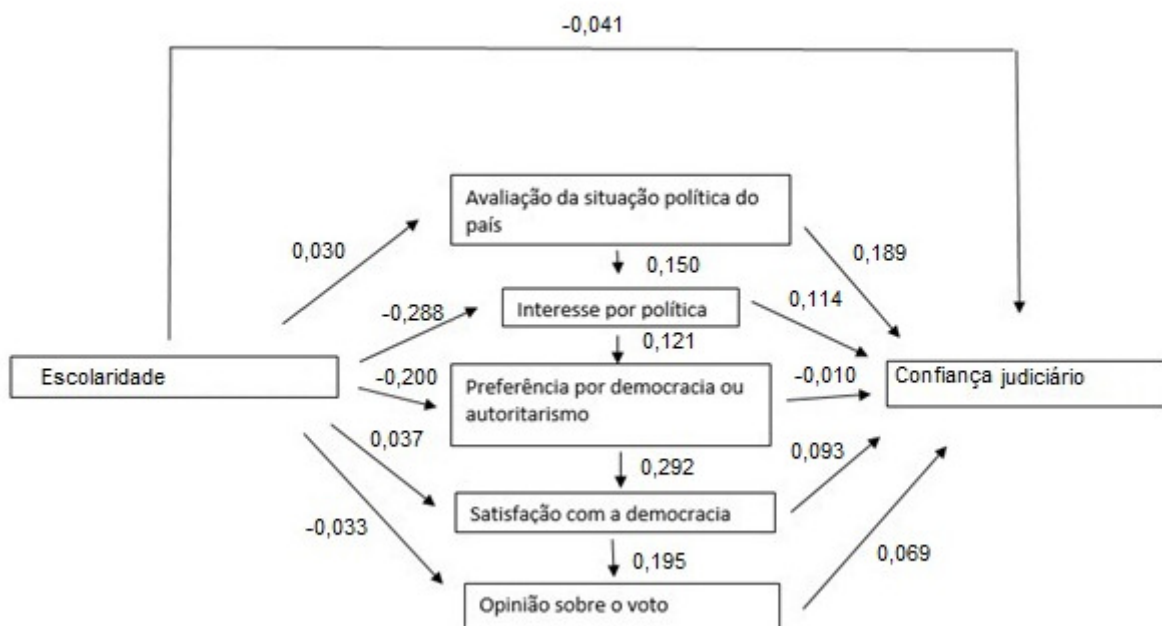
Variável causal	Efeito direto	Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	0,032	Avaliação da situação política	0,104	0,04
		Interesse por política	-0,185	
		Preferência pela democracia	0,001	
		Satisfação com a democracia	0,084	
		Opinião sobre o voto	0,013	
Avaliação da situação política	0,067	Interesse por política	0,142	
Interesse por política	0,074	Preferência pela democracia	0,075	
Preferência pela democracia	0,087	Satisfação com a democracia	0,198	
Satisfação com a democracia	0,167	Opinião sobre o voto	0,078	
Opinião sobre o voto	0,039			

Fonte: elaboração própria.

As variáveis que mais colaboram na explicação dos impactos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário brasileiro são as de avaliação da situação política, interesse por política, preferência pela democracia e satisfação com a democracia. Cabe sublinhar que é apenas no modelo reduzido que variável de escolaridade

apresenta efeito estatisticamente significativo sobre a variável dependente. E na Argentina? Será que existe relação entre a escolaridade e a confiança no Judiciário? É o que será observado a partir da Figura 11.

Figura 11- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Na Argentina, a escolaridade não possui significância estatística na relação direta com a confiança no Judiciário: o coeficiente encontrado é de -0,041. Entretanto, quando consideramos o efeito total do modelo, encontramos uma incidência, ainda que diminuta: o valor do somatório dos caminhos totaliza -0,071, acima, porém próximo, do coeficiente parâmetro de 0,05. A seguir, apresenta-se o modelo reduzidos dos impactos da escolaridade sobre a confiança no Poder Judiciário argentino.

Figura 11a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No modelo reduzido, a relação entre escolaridade e confiança no Poder Judiciário da Argentina possui um impacto moderado, de valor $0,083$. Assim, tanto no Brasil quanto na Argentina, a escolaridade apresenta impactos reduzidos sobre a confiança nas respectivas instituições judiciais se comparada com os valores apresentados pela confiança nas Forças Armadas. A tabela a seguir apresenta os coeficientes do modelo entre escolaridade e confiança no Judiciário da Argentina.

Tabela 10- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário na Argentina

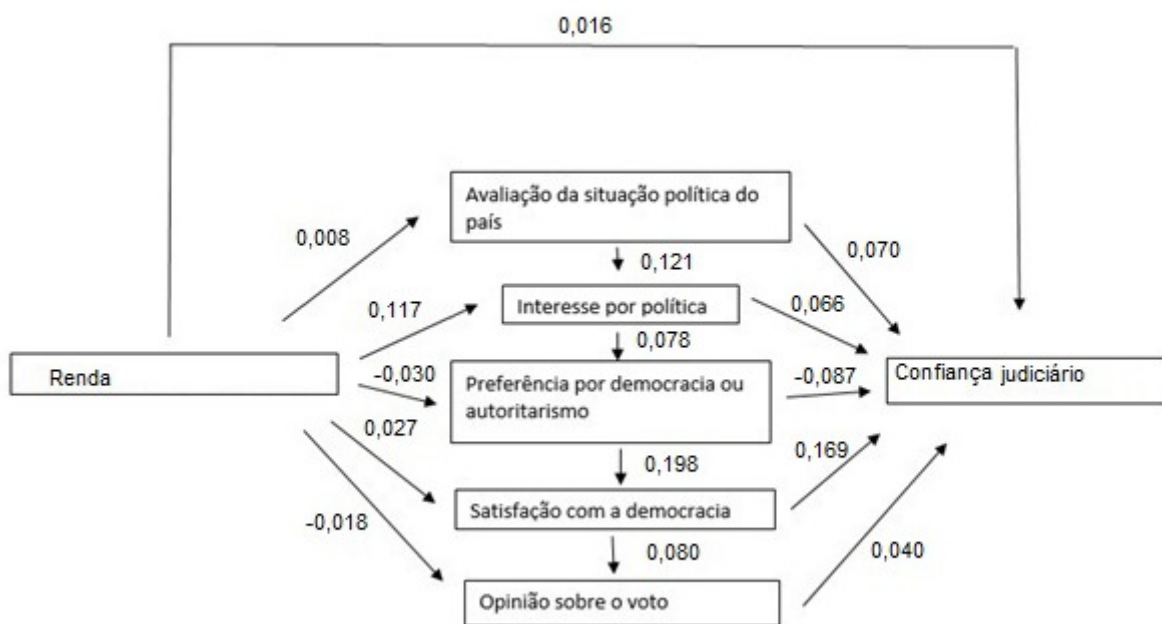
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	-0,041	Avaliação da situação política	0,030	-0,071	0,083
		Interesse por política	-0,288		
		Preferência pela democracia	-0,200		
		Satisfação com a democracia	0,037		
		Opinião sobre o voto	-0,033		
Avaliação da situação política	0,189	Interesse por política	0,150		
Interesse por política	0,114	Preferência pela democracia	0,121		
Preferência pela democracia	-0,010	Satisfação com a democracia	0,292		
Satisfação com a democracia	0,093	Opinião sobre o voto	0,195		
Opinião sobre o voto	0,069				

Fonte: elaboração própria.

Os valores detalhados mostram que para o caso argentino, os impactos da escolaridade sobre a confiança no Judiciário do país tornam-se mais fortes à medida que se considerem conjuntamente os efeitos da avaliação da situação política do país, do interesse por política e da satisfação com a democracia, que também

apresentam valores significativos de suas relações com a variável dependente. Se a escolaridade possui efeitos diminutos- quando possui- sobre confiança no Judiciário dos dois países, cabe na sequência verificar como se estabelece a relação com a variável de renda. Inicia-se com o caso brasileiro.

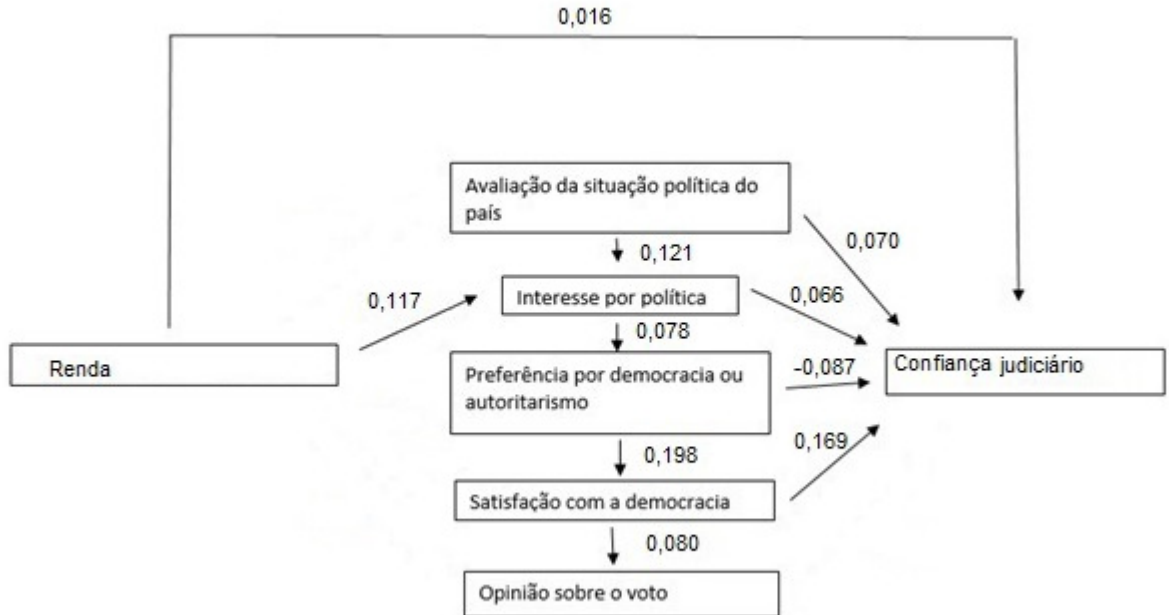
Figura 12- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito ao Brasil, a renda não aparece como preditor estatisticamente significativo nem no efeito direto, nem no efeito total, sobre a confiança no Judiciário. Enquanto o primeiro valor é de 0,016, o segundo corresponde a 0,03, abaixo, portanto, dos 0,05 que conferem peso estatístico a uma variável. Na Figura 12a, verifica-se este modelo de trajetória somente com os efeitos que possuem significância estatística.

Figura 12a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido da trajetória dos impactos da renda sobre a confiança no Judiciário no Brasil ganha força em comparação com o modelo total, apresentando valor estatisticamente significativo, de 0,311, um efeito moderado. Considerando somente os efeitos superiores a 0,05 dos efeitos indiretos, portanto, a renda adquire poder explicativo para esse tipo de confiança. A tabela a seguir apresenta os efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Poder Judiciário brasileiro.

**Tabela 11- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no
Judiciário no Brasil**

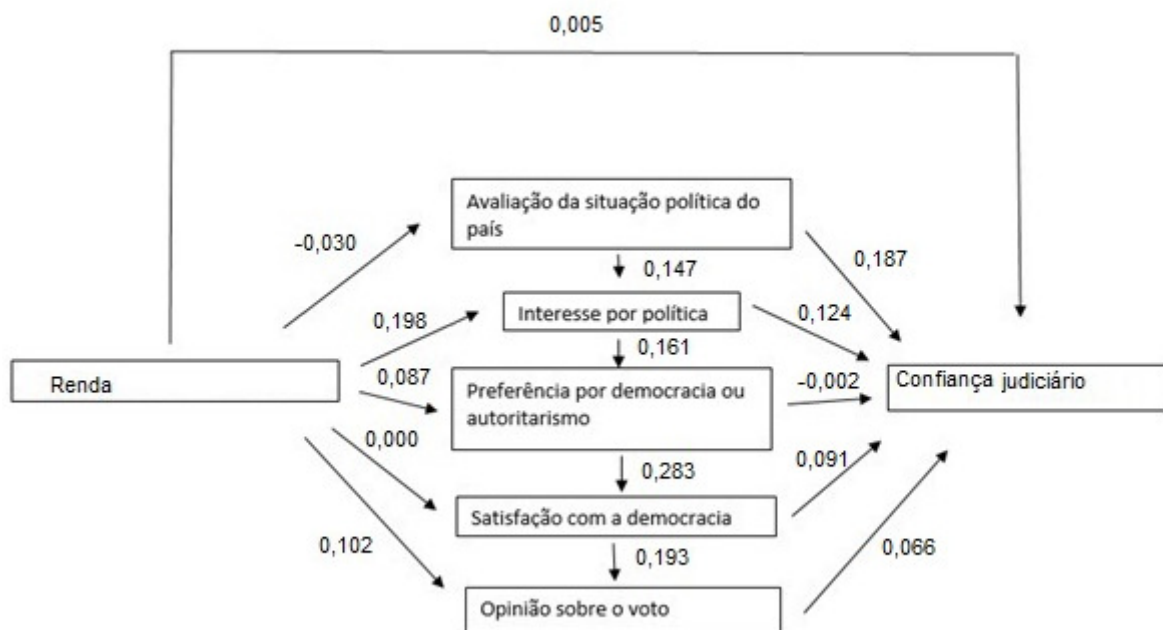
Variável causal	Efeito direto	Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,016	Avaliação da situação política	0,008	0,03
		Interesse por política	0,117	
		Preferência pela democracia	-0,030	
		Satisfação com a democracia	0,027	
		Opinião sobre o voto	-0,018	
Avaliação da situação política	0,070	Interesse por política	0,121	
Interesse por política	0,066	Preferência pela democracia	0,078	
Preferência pela democracia	-0,087	Satisfação com a democracia	0,198	
Satisfação com a democracia	0,169	Opinião sobre o voto	0,080	
Opinião sobre o voto	0,040			

Fonte: elaboração própria.

O resumo dos efeitos diretos e indiretos mostrado pela Tabela 11 indica que, combinadas com a renda, as variáveis intervenientes que possuem impactos estatisticamente significativos sobre a confiança no Judiciário brasileiro,

colaborando, assim, para sua compreensão, são as referentes a avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência pela democracia e satisfação com a mesma. Entre os brasileiros, em resumo, a confiança nos militares aparece com muito mais força do que educação e renda para explicar a confiança que os sujeitos possuem sobre o Poder Judiciário do país. A seguir, examina-se se no caso argentino existem impactos estatísticos do mesmo modelo, partindo da renda para se chegar à confiança da instituição responsável por promover a justiça no país.

Figura 13- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário na Argentina

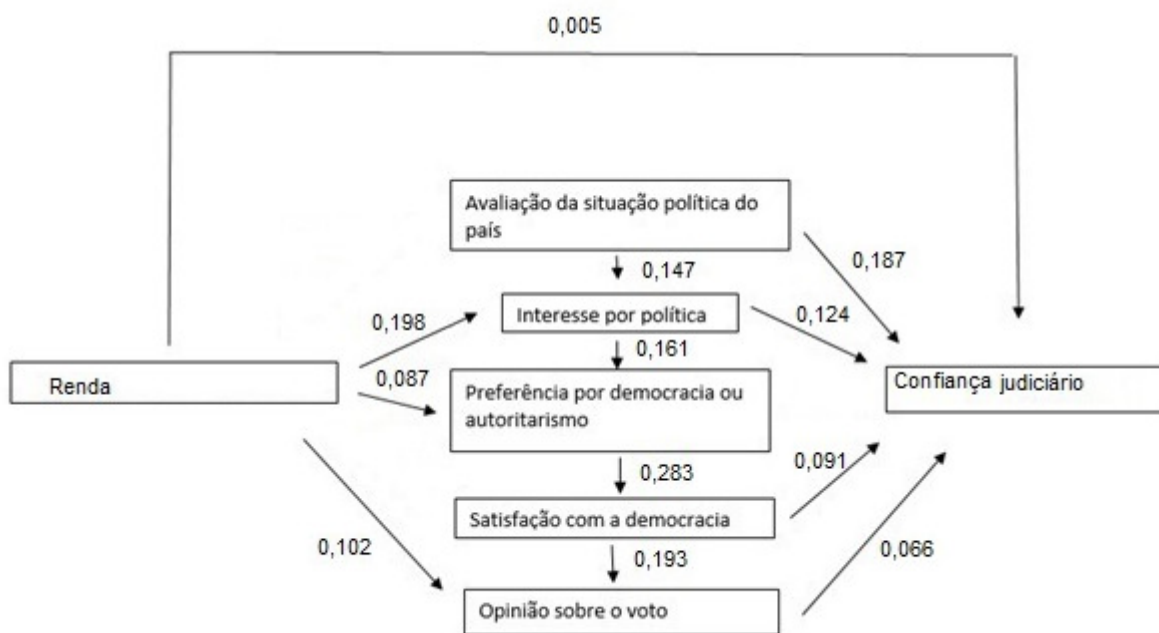


Fonte: elaboração própria.

No que concerne à Argentina, a renda tampouco apresenta impactos com significância do ponto de vista estatístico sobre a confiança no Judiciário. O efeito direto é de 0,005, enquanto o efeito total apresenta um valor de 0,033. Assim, renda não aparece como um preditor importante para explicar a confiança no Poder

Judiciário também para o caso argentino quando considerado o modelo teórico. A seguir, apresenta-se este mesmo modelo em sua versão reduzida.

Figura 13a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Judiciário na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido dos efeitos da renda sobre a confiança no Judiciário argentino, ao contrário do modelo total, apresenta significância estatística com um valor que pode ser considerado robusto, de 0,493. Considerando-se, portanto, apenas os coeficientes estatisticamente significativos, é possível explicar a confiança nas instituições judiciais da Argentina a partir da variável renda. A Tabela 12 detalha os coeficientes envolvidos no modelo.

**Tabela 12- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no
Judiciário na Argentina**

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,005	Avaliação da situação política	-0,030	0,033	0,493
		Interesse por política	0,198		
		Preferência pela democracia	0,087		
		Satisfação com a democracia	0,000		
		Opinião sobre o voto	0,102		
Avaliação da situação política	0,187	Interesse por política	0,147		
Interesse por política	0,124	Preferência pela democracia	0,161		
Preferência pela democracia	-0,002	Satisfação com a democracia	0,283		
Satisfação com a democracia	0,091	Opinião sobre o voto	0,193		
Opinião sobre o voto	0,066				

Fonte: elaboração própria.

No modelo proposto, as variáveis que possuem impactos estatisticamente significativos sobre a confiança no Poder Judiciário argentino, e que assim podem combinar-se com a renda para a explicação desta relação, são as referentes a

avaliação da situação política, interesse por política, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. Na sequência, o Quadro 3 trata de mostrar o resumo dos impactos estatísticos sobre a confiança nas instituições responsáveis pela promoção da justiça no Brasil e na Argentina.

Quadro 3- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no Judiciário no Brasil e na Argentina

	Brasil			Argentina		
	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,387	0,405	0,508	0,332	0,372	0,798
Escolaridade	0,032	0,04	0,181	-0,041	-0,071	0,083
Renda	0,016	0,03	0,311	0,005	0,033	0,493

Fonte: elaboração própria.

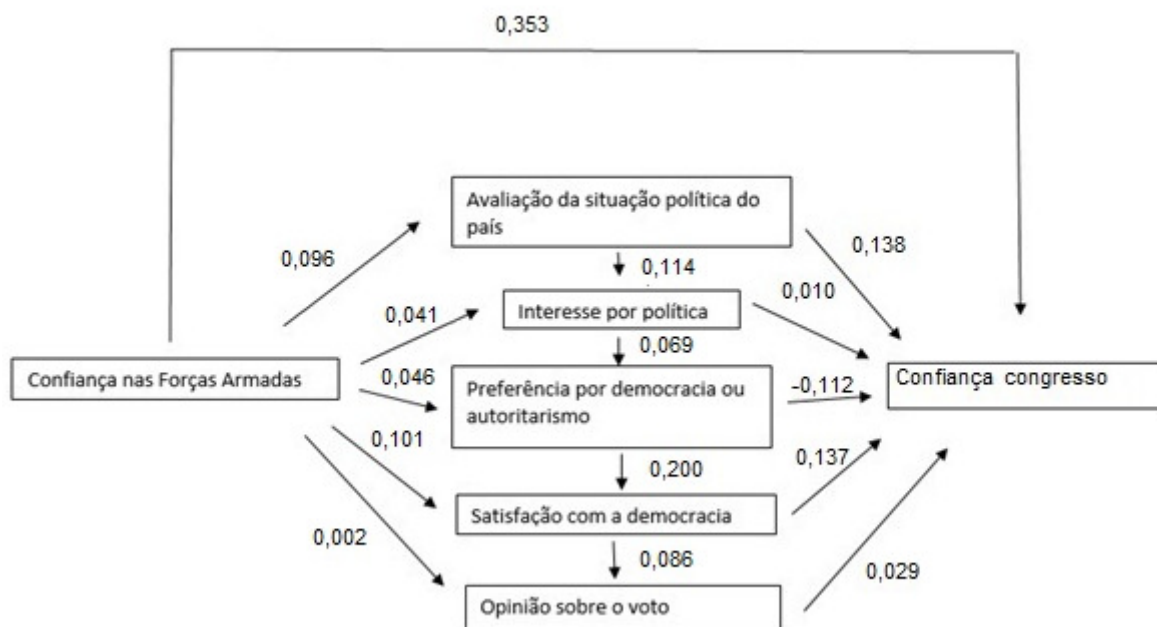
O quadro acima permite visualizar que os efeitos da confiança nas Forças Armadas são muito maiores, do ponto de vista da significância estatística, do que da renda e da escolaridade quando colocadas no mesmo modelo. No Brasil, inclusive, as duas últimas somente apresentam impacto estatístico no modelo reduzido. Na Argentina, a escolaridade ainda apresentou significância estatística no seu efeito total (-0,071), além do modelo empírico. Entretanto, também na Argentina os valores

para a confiança nas Forças Armadas mostram-se mais fortes do que os de renda e escolaridade. Assim, a confiança nas instituições militares mostra-se como elemento explicativo importante da confiança no Poder Judiciário nos dois países. É fundamental enfatizar ainda que tal relação é positiva, ou seja, elas seguem uma mesma tendência: quanto mais os sujeitos confiam nos seus militares, mais também eles confiam nas instâncias judiciárias de Brasil e Argentina. A próxima seção busca apresentar o modelo de trajetória proposto aplicado à variável de confiança no Congresso. Com isso, será possível verificar se existe também impacto estatístico da confiança nas Forças Armadas sobre o Poder Legislativo nos países estudados.

4.3. Impactos estatísticos sobre confiança no Congresso

Neste ponto, serão verificados os impactos estatísticos que a confiança nas Forças Armadas (além de renda e escolaridade) possui sobre a confiança de brasileiros e argentinos nos legisladores dos dois países, de acordo com o modelo aqui proposto. Inicialmente, verifica-se o que ocorre na relação entre confiança nos militares e confiança no Congresso para o caso do Brasil.

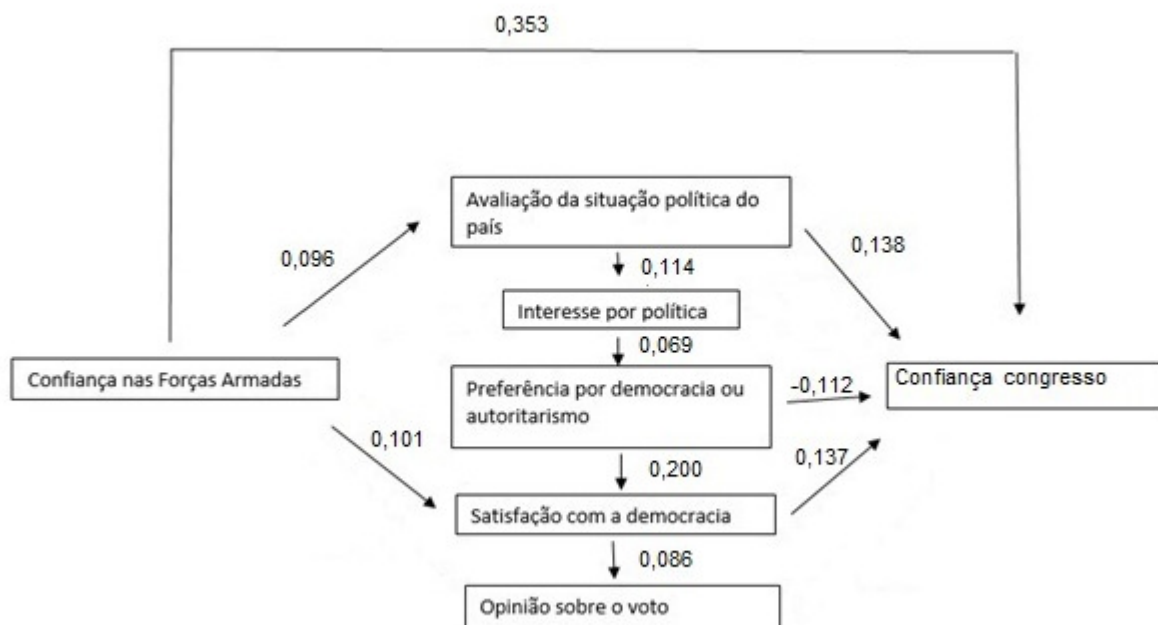
Figura 14- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil



Fonte: elaboração própria.

A confiança nas Forças Armadas possui significância estatística tanto direta quanto no total do modelo para explicar a confiança no Congresso brasileiro. O efeito direto é de 0,353, ao passo que o efeito total do modelo apresenta um valor de 0,376. Em ambos os casos, a confiança que os brasileiros possuem sobre os militares impacta positivamente sobre a confiança que têm sobre o Poder Legislativo. Novamente, a confiança nos militares não se apresenta como um contraponto, um enfraquecedor das instituições democráticas, mas sim como mais uma variável dentro de uma “síndrome de confiança institucional”. A Figura 14a apresenta este modelo em sua versão reduzida, levando em consideração apenas os efeitos com significância estatística.

Figura 14a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido dos impactos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso brasileiro possui um valor total de $0,327$, que pode ser considerado moderado. Em todas dimensões, de efeito direto e de efeitos totais de ambos os modelos, teórico e empírico, o fato de confiar nos militares brasileiros impacta positivamente sobre a confiança no poder legislativo do país. A tabela na sequência mostra os coeficientes dos efeitos diretos e indiretos do modelo proposto para a explicação da confiança no Congresso brasileiro a partir da confiança nas Forças Armadas.

Tabela 13- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso no Brasil

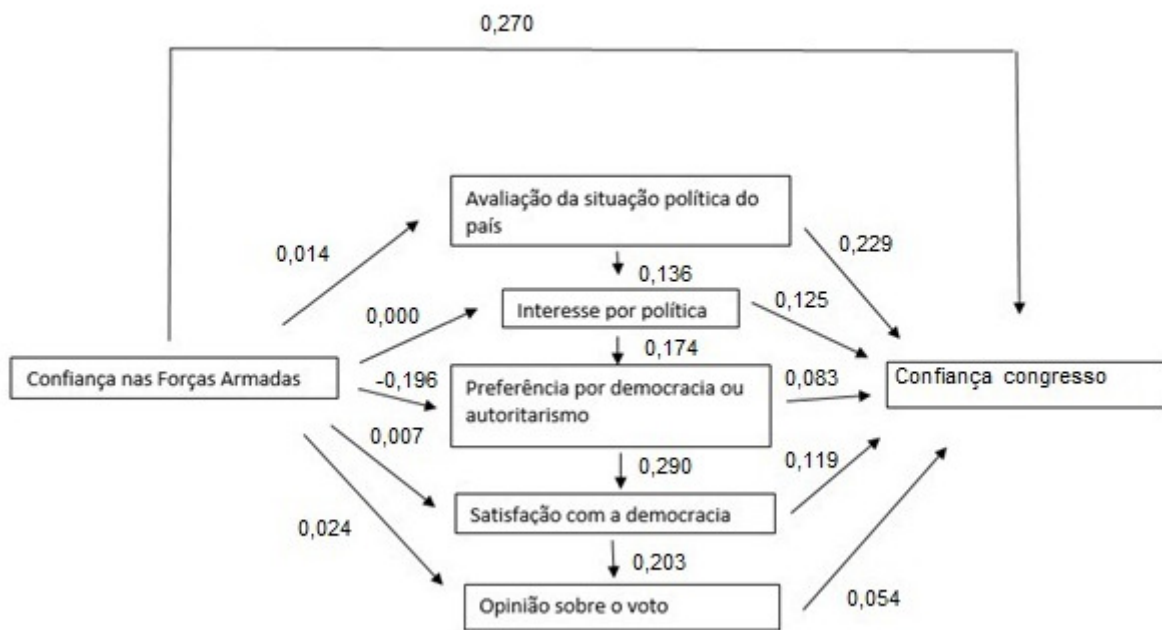
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,353	Avaliação da situação política	0,096	0,376	0,327
		Interesse por política	0,041		
		Preferência pela democracia	0,046		
		Satisfação com a democracia	0,101		
		Opinião sobre o voto	0,002		
Avaliação da situação política	0,138	Interesse por política	0,114		
Interesse por política	0,010	Preferência pela democracia	0,069		
Preferência pela democracia	-0,112	Satisfação com a democracia	0,200		
Satisfação com a democracia	0,137	Opinião sobre o voto	0,086		
Opinião sobre o voto	0,029				

Fonte: elaboração própria.

Em combinação com a confiança nas Forças Armadas as variáveis do modelo que melhor ajudam a explicar a confiança no legislativo brasileiro são as de avaliação da situação política, preferência pela democracia, e satisfação com o

regime. Assim, parece ser importante para a consolidação dessa confiança institucional um fortalecimento da democracia, conferindo uma boa resposta às demandas dos cidadãos brasileiros. A seguir, verifica-se o mesmo modelo aplicado à confiança nos legisladores argentinos.

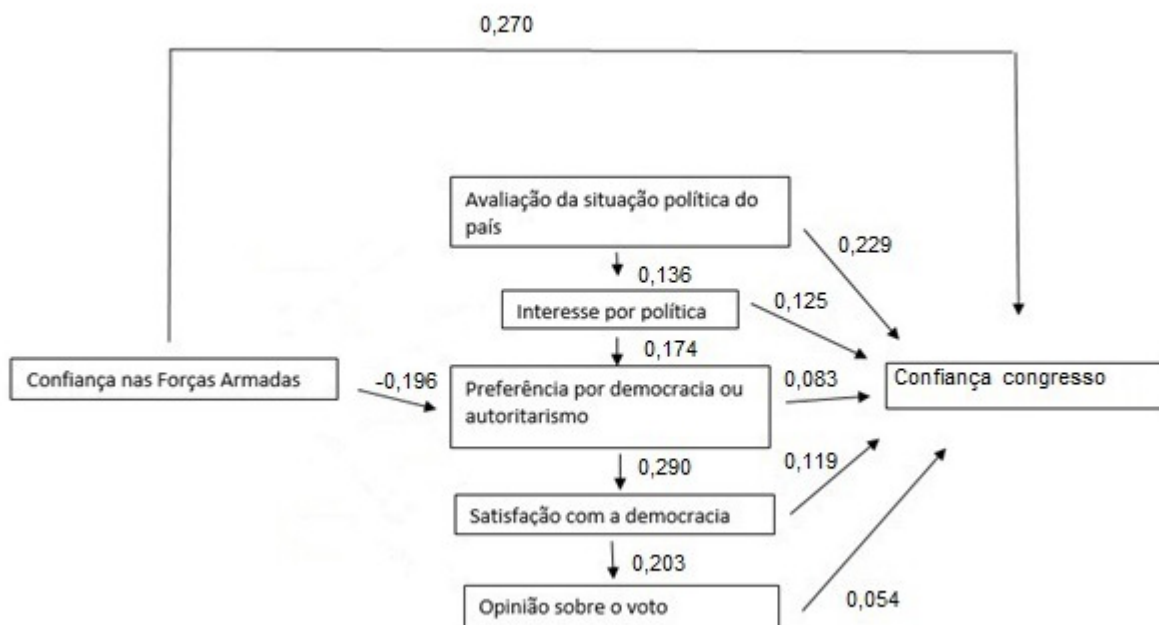
Figura 15- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Em relação à Argentina, a confiança nas Forças Armadas também apresenta importante significância estatística para explicar a confiança no parlamento, de acordo com o modelo adotado. O efeito direto é de 0,270, enquanto o efeito total possui valor de 0,253. Assim como no Brasil, as duas confianças andam de mãos dadas, e não se estabelecem como conflitantes. Quanto mais os argentinos confiam nos militares, mais eles também confiam nos legisladores do país. A Figura 15a traz o modelo reduzido da confiança nas Forças Armadas relacionada à confiança no parlamento argentino, apenas com os efeitos estatisticamente significativos.

Figura 15a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Quando considerados apenas os efeitos significativos estatisticamente, o modelo alcança um poder explicativo alto, com valor $0,81$. Ou seja, no modelo empírico a confiança nas Forças Armadas é ainda mais poderosa para compreender a confiança que os argentinos possuem nos seus parlamentares, e de forma positiva, indicando novamente que as diferentes instituições estão incluídas numa mesma síndrome de confiança e desconfiança institucional. A Tabela 14 detalha os efeitos diretos e indiretos da confiança nos militares sobre a confiança no Congresso da Argentina.

Tabela 14- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no Congresso na Argentina

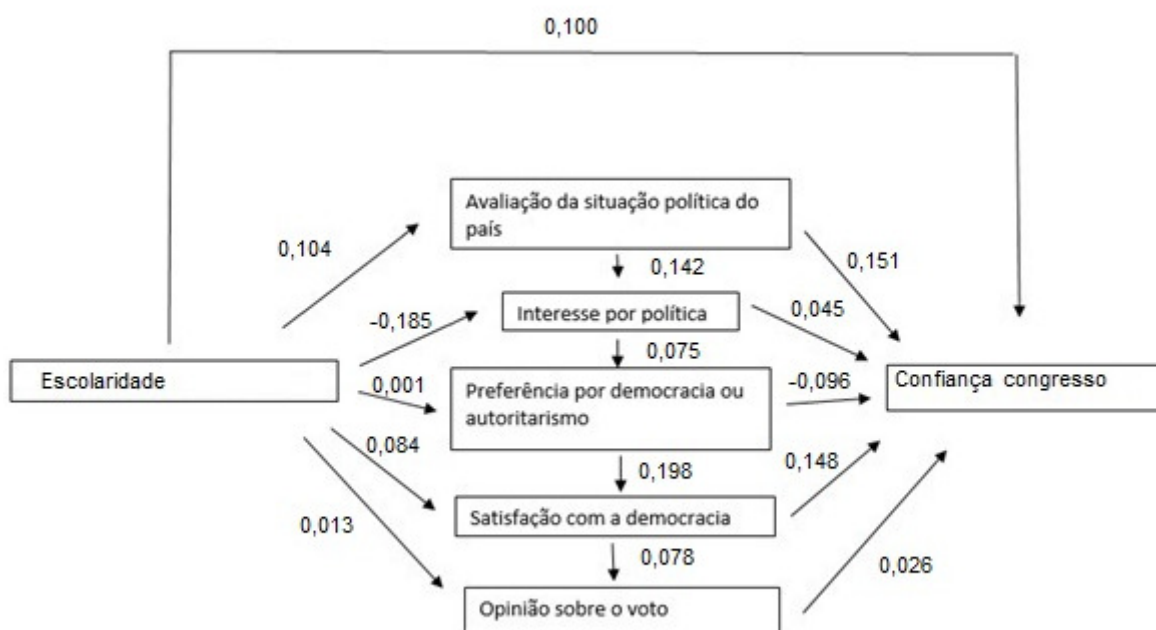
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,270	Avaliação da situação política	0,014	0,253	0,81
		Interesse por política	0,000		
		Preferência pela democracia	-0,196		
		Satisfação com a democracia	0,007		
		Opinião sobre o voto	0,024		
Avaliação da situação política	0,229	Interesse por política	0,136		
Interesse por política	0,125	Preferência pela democracia	0,174		
Preferência pela democracia	0,083	Satisfação com a democracia	0,290		
Satisfação com a democracia	0,119	Opinião sobre o voto	0,203		
Opinião sobre o voto	0,054				

Fonte: elaboração própria.

Nesse modelo relacionando confiança nos militares e confiança no parlamento na Argentina, todas as variáveis intervenientes possuem significância estatística dos seus impactos sobre a forma como os cidadãos vislumbram seus

congressistas. Assim, avaliação da situação política, interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto auxiliam na compreensão da confiança dos argentinos em seu Congresso. Na sequência, a Figura 16 mostra se a escolaridade possui incidência importante sobre a confiança no Congresso do Brasil.

Figura 16- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil

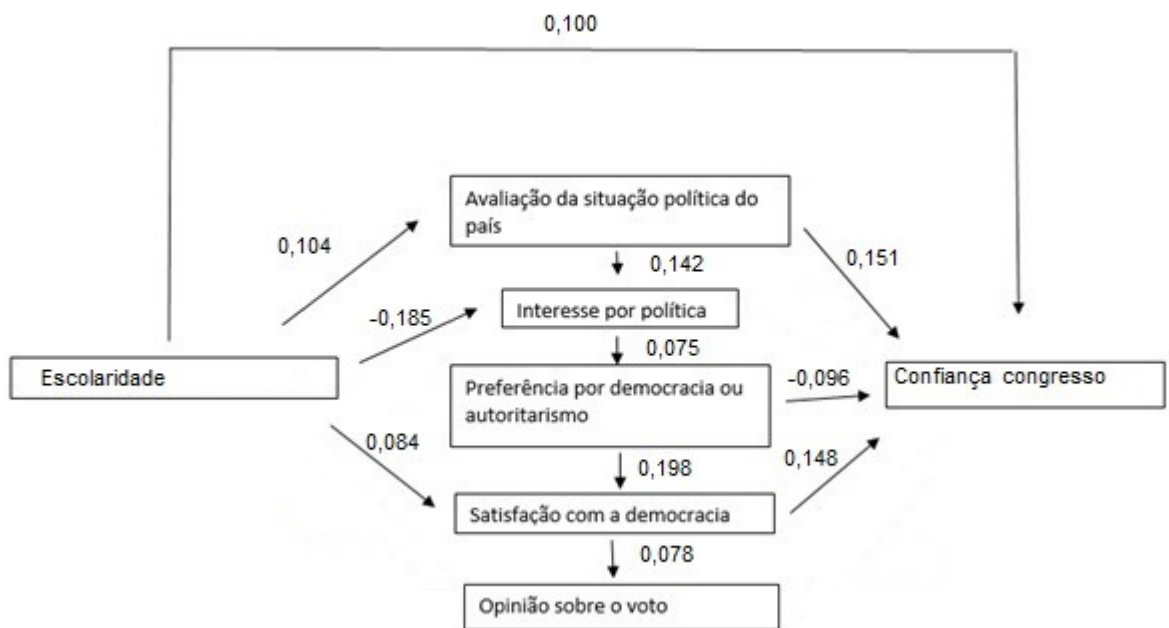


Fonte: elaboração própria.

Assim como a confiança nos militares, a escolaridade também possui potencial estatisticamente significativo para explicar a confiança no parlamento brasileiro. Entretanto, os valores são reduzidos se comparados com os da variável anterior. O efeito direto possui valor de 0,100, enquanto o efeito total é de 0,122. Desse modo, a escolaridade no modelo teórico possui significância estatística na explicação da confiança no Congresso brasileiro, mas possui menos peso do que a

variável de confiança nas Forças Armadas do país. E quando reduzimos o modelo considerando somente os coeficientes dos efeitos significativos do modelo, como fica o valor do efeito total? A seguir, apresenta-se o modelo de trajetória empírico da relação entre escolaridade e confiança nos militares do Brasil.

Figura 16a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No que tange ao modelo empírico, a escolaridade também possui efeito não mais do que moderado, no valor de -0,086. Nesses termos, apesar de também ser estatisticamente significativo, o enlace da escolaridade com a confiança no Congresso brasileiro surge como um elemento explicativo mais fraco do que a confiança que os cidadãos possuem nas Forças Armadas do país. A Tabela 15 traz os efeitos diretos e indiretos implicados no modelo.

Tabela 15- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Congresso no Brasil

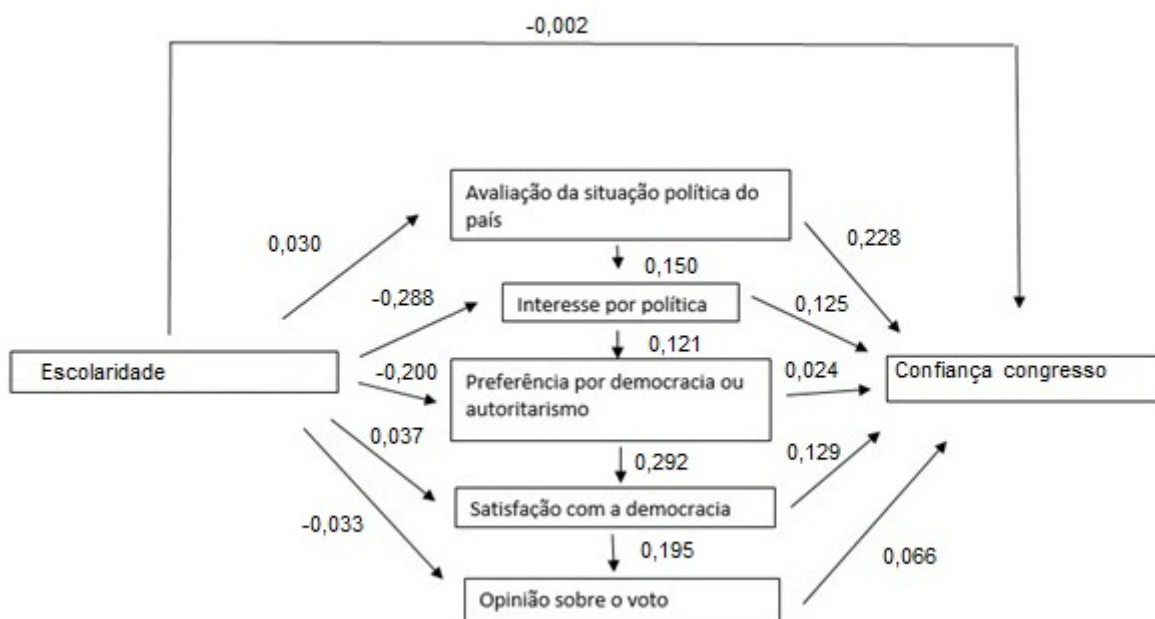
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	0,100	Avaliação da situação política	0,104	0,122	-0,086
		Interesse por política	-0,185		
		Preferência pela democracia	0,001		
		Satisfação com a democracia	0,084		
		Opinião sobre o voto	0,013		
Avaliação da situação política	0,151	Interesse por política	0,142		
Interesse por política	0,045	Preferência pela democracia	0,075		
Preferência pela democracia	-0,096	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,148	Opinião sobre o voto	0,078		
Opinião sobre o voto	0,026				

Fonte: elaboração própria.

O modelo de trajetória indica como variáveis intervenientes mais fortes para auxiliar na explicação da relação da escolaridade com a confiança no Congresso brasileiro as seguintes variáveis: avaliação da situação política do país, preferência pela democracia e satisfação com o regime. É importante sublinhar que o efeito do

modelo teórico surge com maior coeficiente do que o modelo empírico para a compreensão da percepção que os brasileiros têm dos seus parlamentares a partir da variável educação. Assim como a confiança nos militares, a escolaridade também possui potencial estatisticamente significativo para explicar a confiança no parlamento brasileiro. Todavia, os valores são menores. O efeito direto possui valor de 0,100, enquanto o efeito total do modelo completo é de 0,122 e o efeito total do modelo reduzido possui valor -0,086. Portanto, a escolaridade, no modelo teórico, não é irrelevante na explicação sobre a confiança no Congresso brasileiro, mas possui menos peso do que a variável de confiança nas Forças Armadas do país. A próxima figura apresenta os efeitos da escolaridade sobre a confiança que os argentinos possuem em seu Poder Legislativo.

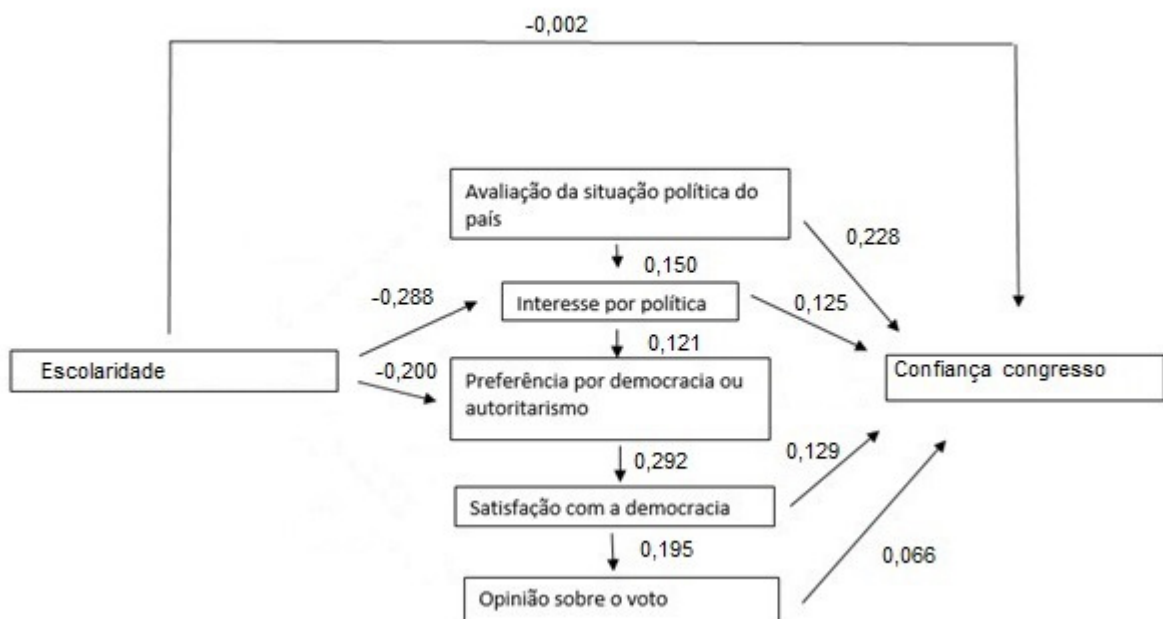
Figura 17- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No caso argentino, tanto o efeito direto quanto o efeito total não alcançam valores estatisticamente significativos. O efeito direto é bastante reduzido, $-0,002$, enquanto o efeito total é significativamente maior, $-0,043$, porém, ainda assim, não alcançando o parâmetro de $0,05$. Desse modo, ao contrário do Brasil, na Argentina a escolaridade não aparece como preditor que possua impacto sobre a confiança no Congresso, dentro do modelo de trajetória teórico. Cabe, então, interrogar se quando reduzimos o modelo a escolaridade permanece sem impactar significativamente a confiança dos argentinos em seu parlamento.

Figura 17a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No que tange ao modelo reduzido representado pela figura 17a, o seu efeito total alcança o valor $0,191$. Isso significa que nesse caso a escolaridade passa a ter significância estatística, moderada, é verdade, para a explicação da confiança nos congressistas argentinos. A tabela a seguir apresenta a síntese dos efeitos diretos e

indiretos da variável escolaridade sobre a confiança que os cidadãos da Argentina possuem em seus legisladores, de acordo com o modelo de trajetória estabelecido.

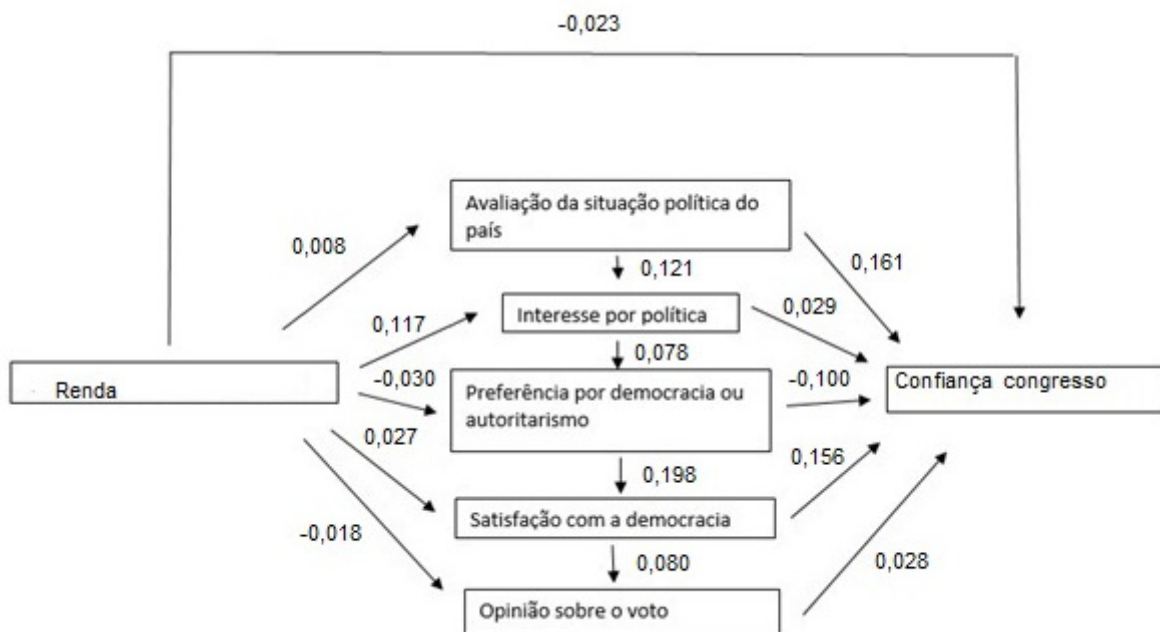
Tabela 16- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no Congresso na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	-0,002	Avaliação da situação política	0,030	-0,043	0,191
		Interesse por política	-0,288		
		Preferência pela democracia	-0,200		
		Satisfação com a democracia	0,037		
		Opinião sobre o voto	-0,033		
Avaliação da situação política	0,228	Interesse por política	0,150		
Interesse por política	0,125	Preferência pela democracia	0,121		
Preferência pela democracia	0,024	Satisfação com a democracia	0,292		
Satisfação com a democracia	0,129	Opinião sobre o voto	0,195		
Opinião sobre o voto	0,066				

Fonte: elaboração própria.

Entre as variáveis intervenientes, aquelas que se destacam para ajudar a compreender a confiança dos argentinos no Congresso do país são as de avaliação da situação política, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. Elas contribuem de forma substantiva para que o modelo reduzido ganhe significância estatística e passe a conferir capacidade explicativa para a variável de escolaridade. A outra variável de comparação utilizada refere-se à renda, e portanto a figura abaixo apresenta os efeitos dessa variável sobre a confiança no parlamento para o Brasil.

Figura 18- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil

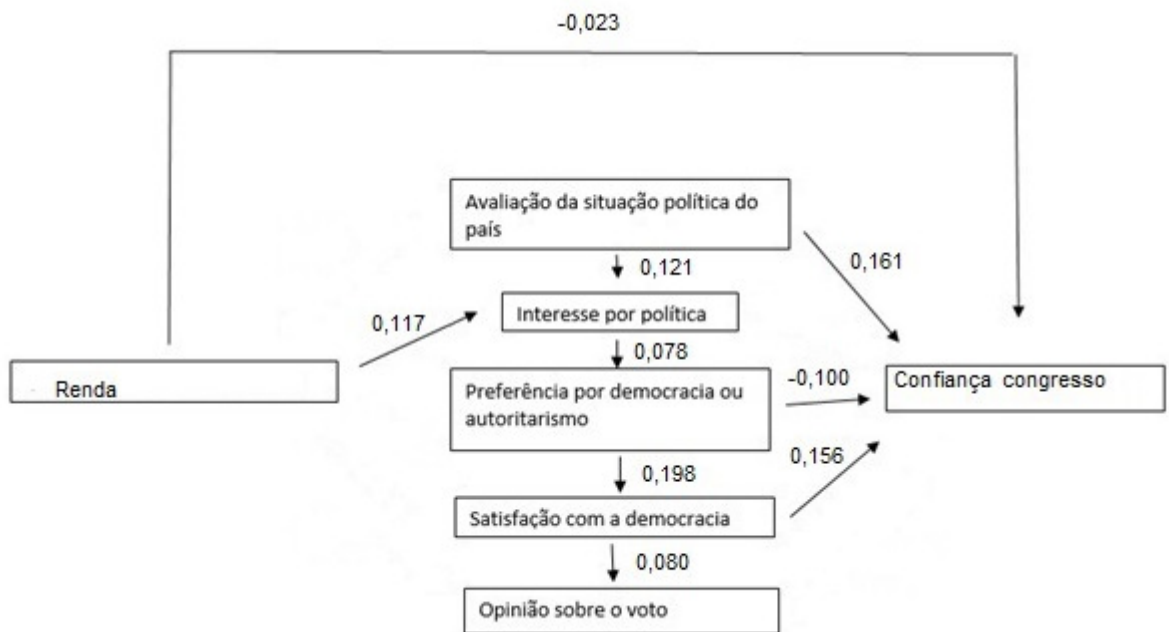


Fonte: elaboração própria.

Nem no coeficiente direto, nem no coeficiente total a renda aparece como estatisticamente significativa para a explicação da confiança no Congresso para o caso brasileiro. O efeito direto possui valor $-0,023$, ao passo que o efeito total do

modelo fica em -0,015. E o modelo reduzido, a renda passa a adquirir significância para explicar a confiança no Congresso brasileiro? Segue o modelo a seguir.

Figura 18a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Se por um lado o modelo teórico não possui coeficiente estatisticamente significativo, por outro, quando se vislumbra o modelo empírico, contando apenas com os valores dotados de significância, a tendência é outra. O modelo reduzido indica a renda com um impacto robusto sobre a confiança dos brasileiros em seus parlamentares, de valor 0,557. O detalhamento dos coeficientes do modelo de trajetória que relaciona a renda à confiança no Congresso Nacional brasileiro é mostrado pela Tabela 17.

Tabela 17- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Congresso no Brasil

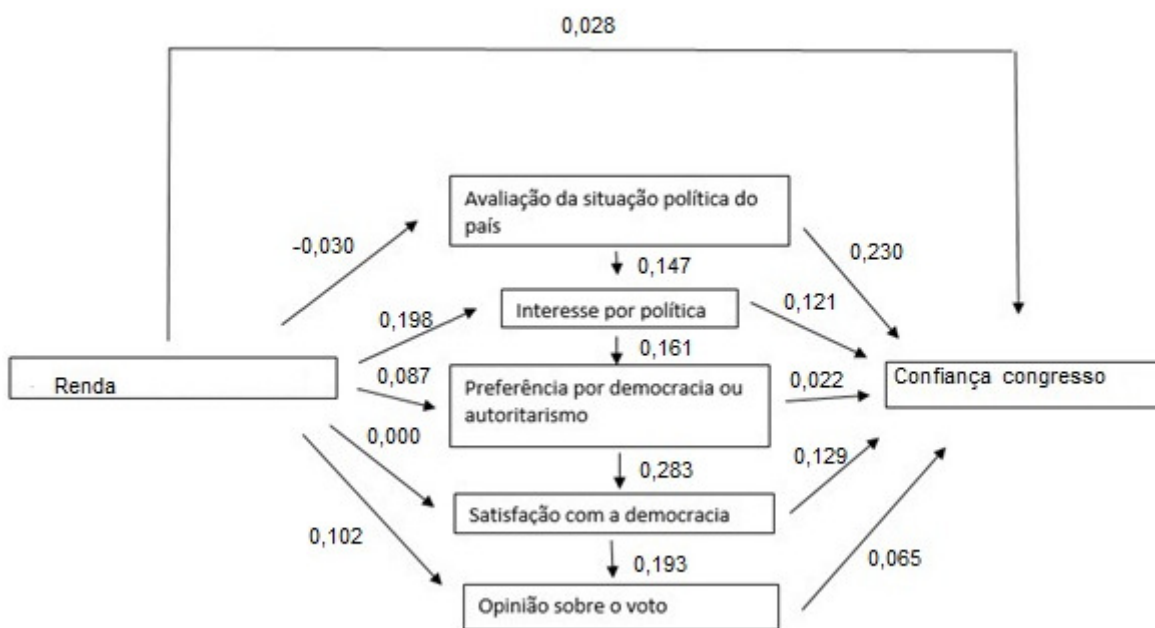
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	-0,023	Avaliação da situação política	0,008	-0,015	0,557
		Interesse por política	0,117		
		Preferência pela democracia	-0,030		
		Satisfação com a democracia	0,027		
		Opinião sobre o voto	-0,018		
Avaliação da situação política	0,161	Interesse por política	0,121		
Interesse por política	0,029	Preferência pela democracia	0,078		
Preferência pela democracia	-0,100	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,156	Opinião sobre o voto	0,080		
Opinião sobre o voto	0,028				

Fonte: elaboração própria.

Neste modelo, é possível perceber que as variáveis que melhor auxiliam para que a renda adquira significância estatística na trajetória reduzida são aquelas referentes a avaliação da situação política do país, e preferência e satisfação com a

democracia. O aspecto avaliativo e também o apoio difuso ao regime podem, desse modo, contribuir para que a variável renda ganhe poder explicativa da confiança dos cidadãos do Brasil em seus congressistas. Assim, se a confiança nos militares e a renda ajudam na compreensão da confiança nos parlamentares brasileiros, a renda também apresenta certa capacidade de explicação, desde que considerada em seu modelo reduzido, já que no modelo total, o efeito não alcança o valor parâmetro de 0,05. A próxima figura apresenta a mesma relação, mas agora para a Argentina.

Figura 19- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina

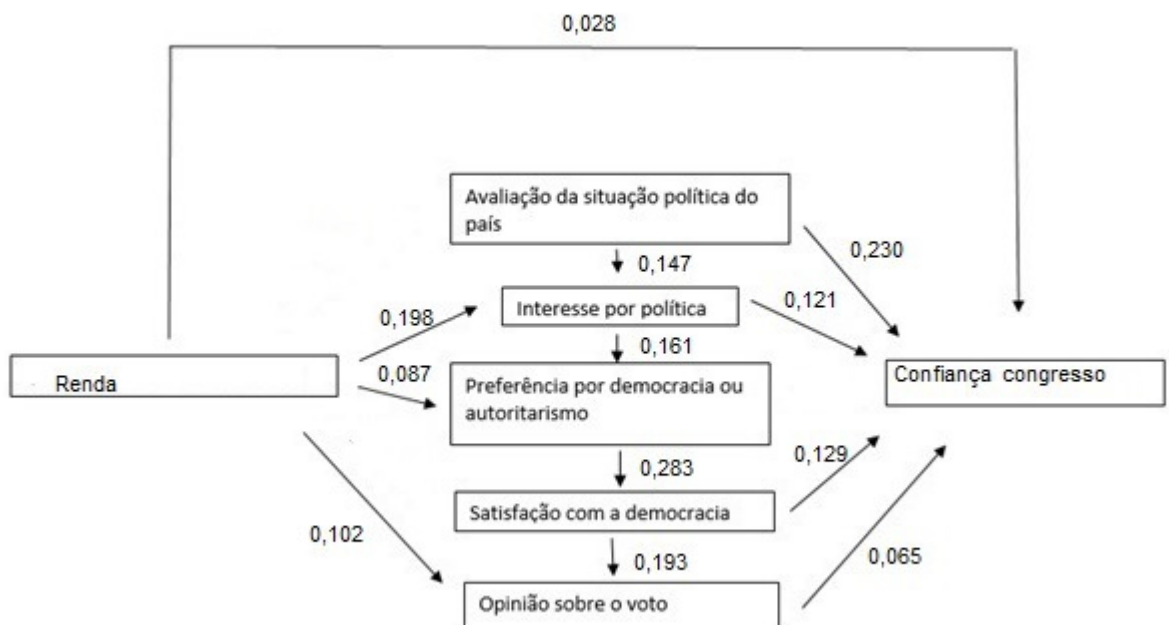


Fonte: elaboração própria.

No que se refere à Argentina, a renda não possui efeito direto com significância estatística: este valor fica em 0,028. Porém, o valor do efeito total possui, por sua vez, significância, ainda que reduzida: o valor do coeficiente para o somatório do modelo fica em 0,058. Desse modo, ainda que de maneira modesta, o modelo de trajetória calculada indica que a diferença de renda possui certo poder

explicativo para a compreensão da confiança que os argentinos possuem em relação ao seu parlamento. A seguir, verifica-se o mesmo modelo em sua forma reduzida.

Figura 19a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido dos impactos da renda sobre a confiança que os argentinos possuem em seu Congresso apresenta valor 0,597. Sob essas condições, passa a possuir um efeito robusto para estabelecer a relação postulada. A tabela a seguir detalha os coeficientes deste modelo de trajetória.

Tabela 18- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no Congresso na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,028	Avaliação da situação política	-0,030	0,058	0,597
		Interesse por política	0,198		
		Preferência pela democracia	0,087		
		Satisfação com a democracia	0,000		
		Opinião sobre o voto	0,102		
Avaliação da situação política	0,230	Interesse por política	0,147		
Interesse por política	0,121	Preferência pela democracia	0,161		
Preferência pela democracia	0,022	Satisfação com a democracia	0,283		
Satisfação com a democracia	0,129	Opinião sobre o voto	0,193		
Opinião sobre o voto	0,065				

Fonte: elaboração própria.

As variáveis intervenientes que apresentam impactos estatisticamente significativos sobre a confiança dos argentinos em seus parlamentares, e portanto, contribuem de modo relevante para a robustez do modelo que parte da renda como

variável independente, são a avaliação da situação política, o interesse por política, a satisfação com a democracia e a opinião que os entrevistados possuem em relação ao voto. Apesar de a renda não apresentar efeito direto com significância estatística, ambos os modelos, teórico e empírico, possuem efeitos estatisticamente relevantes. Vistos estes dados referentes aos impactos sobre a confiança nos legisladores dos dois países, o quadro abaixo resume os resultados aqui encontrados.

Quadro 4- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no Congresso no Brasil e na Argentina

	Brasil			Argentina		
	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,353	0,376	0,327	0,27	0,253	0,81
Escolaridade	0,1	0,122	-0,086	-0,002	-0,043	0,191
Renda	-0,023	-0,015	0,557	0,028	0,058	0,597

Fonte: elaboração própria.

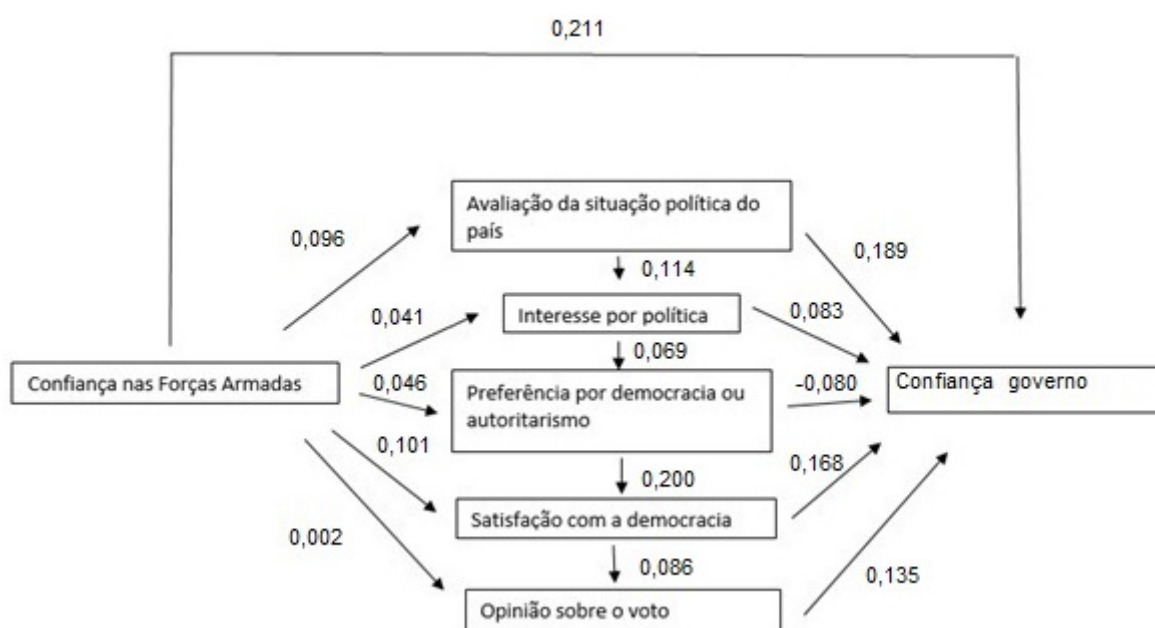
Na Argentina, a confiança que os sujeitos possuem nas Forças Armadas apresenta coeficientes superiores às variáveis de escolaridade e renda para explicar a confiança no Congresso. Já no caso brasileiro, esse predomínio se dá nos efeitos

diretos e dos modelos teóricos, mas no que tange aos modelos reduzidos, o coeficiente mais forte é o da renda (que em efeitos diretos e do modelo teórico, não apresenta significância estatística), o que não elimina a importância explicativa da variável de confiança nas Forças Armadas. A escolaridade também possui certa significância estatística, tanto em efeito direto como em efeito total. Na Argentina, por sua vez, a renda possui valor estatisticamente significativo somente quando colocada no modelo: quando no seu formato completo, o coeficiente é reduzido, mas no formato empírico, ganha bastante robustez para a compreensão da confiança no Congresso. Outra dimensão fundamental para que se faça a análise da confiança institucional refere-se ao governo, o Poder Executivo principal dos dois países. É o que se busca examinar na seção seguinte.

4.4. Impactos estatísticos sobre confiança no governo

Quando se fala em confiança institucional, é praticamente inevitável abordar a questão da confiança que os cidadãos possuem em relação ao Poder Executivo. É nele que a maioria das pessoas deposita as maiores expectativas, especialmente quando tratamos de países presidencialistas. Em função disso, nesta seção trata-se de examinar os impactos que a confiança nas Forças Armadas possui sobre tal confiança, sempre fazendo o controle com variáveis de escolaridade e renda, colocadas em substituição no modelo. Iniciamos com a figura que mostra os coeficientes da confiança nos militares sobre a confiança no governo no Brasil.

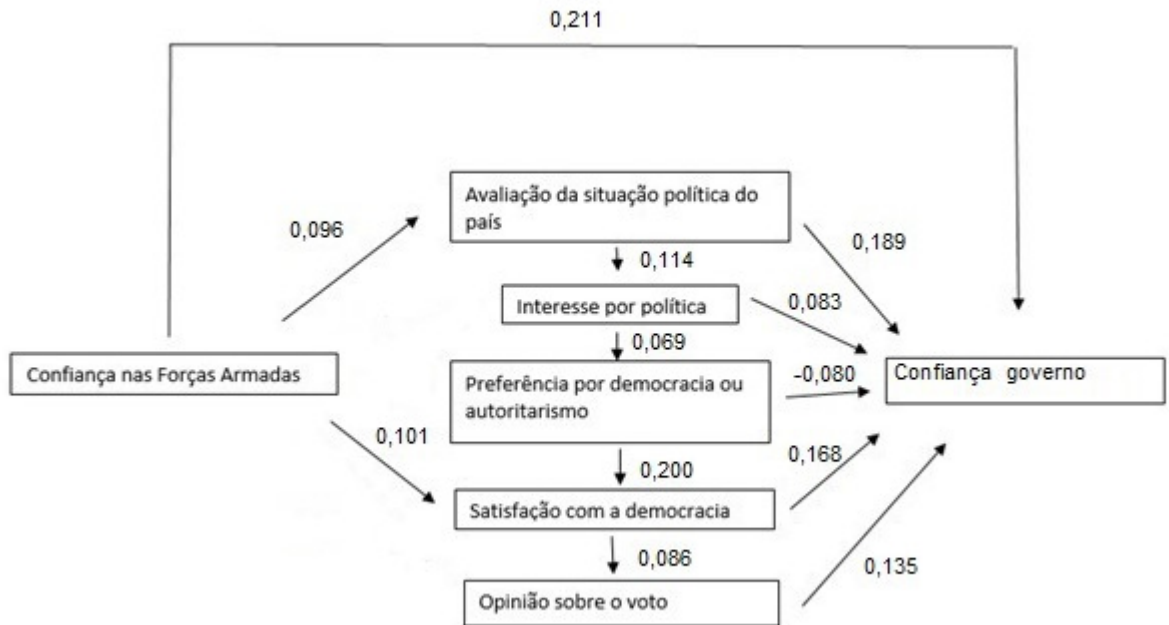
Figura 20- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil



Fonte: elaboração própria.

A confiança nas Forças Armadas mais uma vez aparece como relevante elemento de explicação sobre a confiança institucional, nesse caso, o governo brasileiro. Ambos os coeficientes possuem significância estatística. O efeito direto é de 0,211 enquanto o efeito total possui valor 0,249. Novamente, a relação é positiva: ter maior confiança nos militares tende a vir junto com maior confiança sobre o governo do país. Na figura 20a verificamos como fica o modelo quando considerados somente os valores estatisticamente significativos.

Figura 20a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido relacionando confiança nas Forças Armadas à confiança no governo brasileiro apresenta um valor estatisticamente significativo que pode ser considerado robusto, de 0,418. É possível afirmar, nesse sentido, que maior confiança nos militares brasileiros anda de mãos dadas com maior confiança no governo, confirmando uma vez mais a suspeita sobre a existência de uma mesma “síndrome de confiança e desconfiança institucional”, e não um contraponto entre a confiança nas instituições militares e as demais instituições. A Tabela 19 traz o resumo dos efeitos diretos e indiretos.

Tabela 19- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo no Brasil

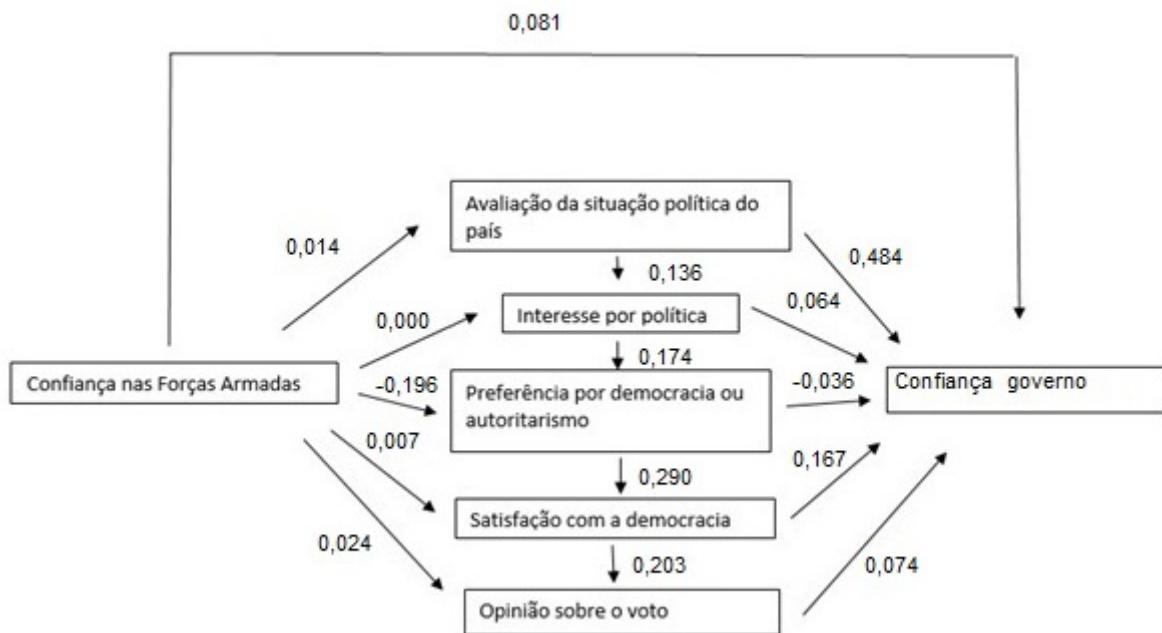
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,211	Avaliação da situação política	0,096	0,249	0,418
		Interesse por política	0,041		
		Preferência pela democracia	0,046		
		Satisfação com a democracia	0,101		
		Opinião sobre o voto	0,002		
Avaliação da situação política	0,189	Interesse por política	0,114		
Interesse por política	0,083	Preferência pela democracia	0,069		
Preferência pela democracia	-0,080	Satisfação com a democracia	0,200		
Satisfação com a democracia	0,168	Opinião sobre o voto	0,086		
Opinião sobre o voto	0,135				

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 19 mostra que todas as variáveis intervenientes possuem efeitos significativos do ponto de vista estatístico sobre a confiança no governo do Brasil. Ou seja, a incorporação das variáveis culturais de avaliação da situação política do

país, interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto contribui de maneira relevante para que o impacto da variável confiança nos militares sobre a confiança no executivo ganhe mais força do que já tem quando considerada isoladamente. A Figura 21, em seguida, apresenta tais efeitos para a Argentina.

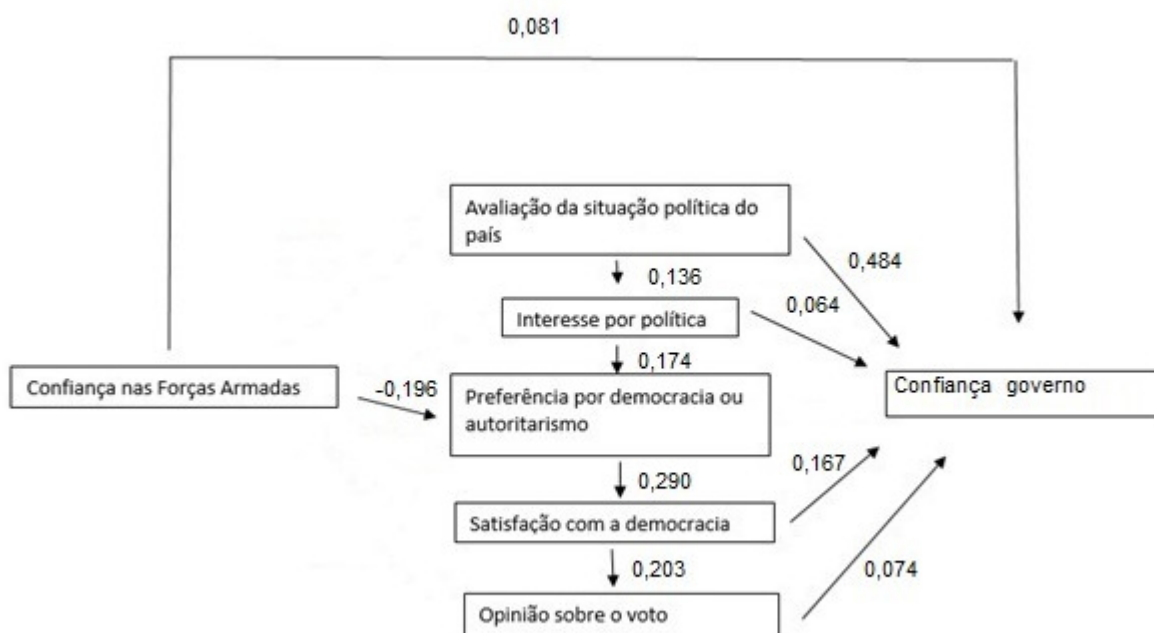
Figura 21- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No caso argentino, a confiança nas Forças Armadas também possui coeficientes estatisticamente significativos para a explicação da confiança no governo, porém com valores um pouco menores do que no Brasil. O efeito direto é de 0,081, enquanto o efeito total do modelo alcança 0,088. Existe, portanto, algum poder preditivo, mas modesto se comparado com o caso brasileiro, no qual os coeficientes superam 0,2. E no modelo reduzido, será que o modelo ganha poder explicativo substancialmente?

Figura 21a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Quando considerados apenas os coeficientes significativos estatisticamente, o modelo ganha muito em termos de poder explicativo. Sob essas condições, a confiança nas Forças Armadas passa a obter um coeficiente de 0,896, constituindo-se como um elemento explicativo forte para a confiança que os argentinos possuem no governo de seu país. Novamente, encontramos uma relação positiva, ou seja, confiar nos militares leva a confiar também no governo, não se trata de um contraponto. Surge, então, mais um indício de que a confiança institucional está incluída toda num mesmo pacote, mesmo considerando as Forças Armadas dos países. Em seguida, examina-se a tabela dos efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas argentinas sobre a confiança no governo do país.

Tabela 20- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança no governo na Argentina

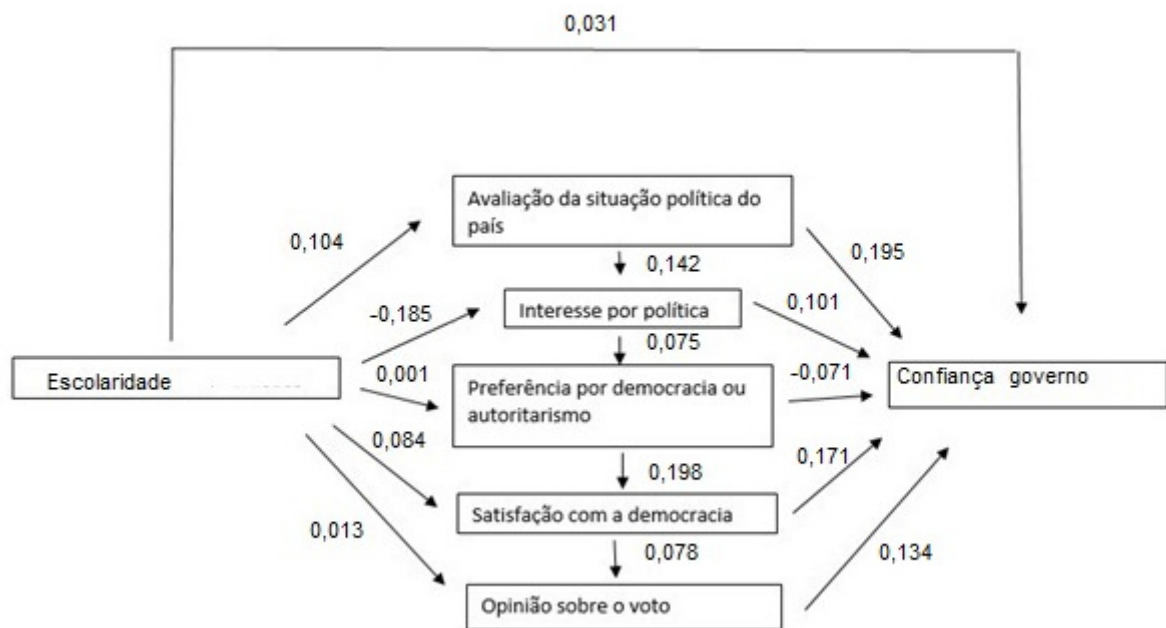
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,081	Avaliação da situação política	0,014	0,088	0,896
		Interesse por política	0,000		
		Preferência pela democracia	-0,196		
		Satisfação com a democracia	0,007		
		Opinião sobre o voto	0,024		
Avaliação da situação política	0,484	Interesse por política	0,136		
Interesse por política	0,064	Preferência pela democracia	0,174		
Preferência pela democracia	-0,036	Satisfação com a democracia	0,290		
Satisfação com a democracia	0,167	Opinião sobre o voto	0,203		
Opinião sobre o voto	0,074				

Fonte: elaboração própria.

As variáveis endógenas que possuem poder explicativo estatisticamente significativo, e que portanto colaboram para a compreensão dos impactos da confiança nos militares sobre a confiança no governo na Argentina são as referentes

a avaliação da situação política do país, interesse por política, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. A confiança nos militares possui significância estatística na explicação da confiança no executivo argentino tanto em seu efeito direto como nos efeitos dos modelos postulados. Porém, destaca-se substantivamente o modelo reduzido, ou empírico, que eleva os impactos de valores moderados para um valor forte de seu coeficiente. Se a confiança nos militares possui poder explicativo, cabe agora perguntar-se se escolaridade e renda possuem também tal poder, e em que medida. A próxima figura relaciona escolaridade com confiança no governo no Brasil.

Figura 22- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil

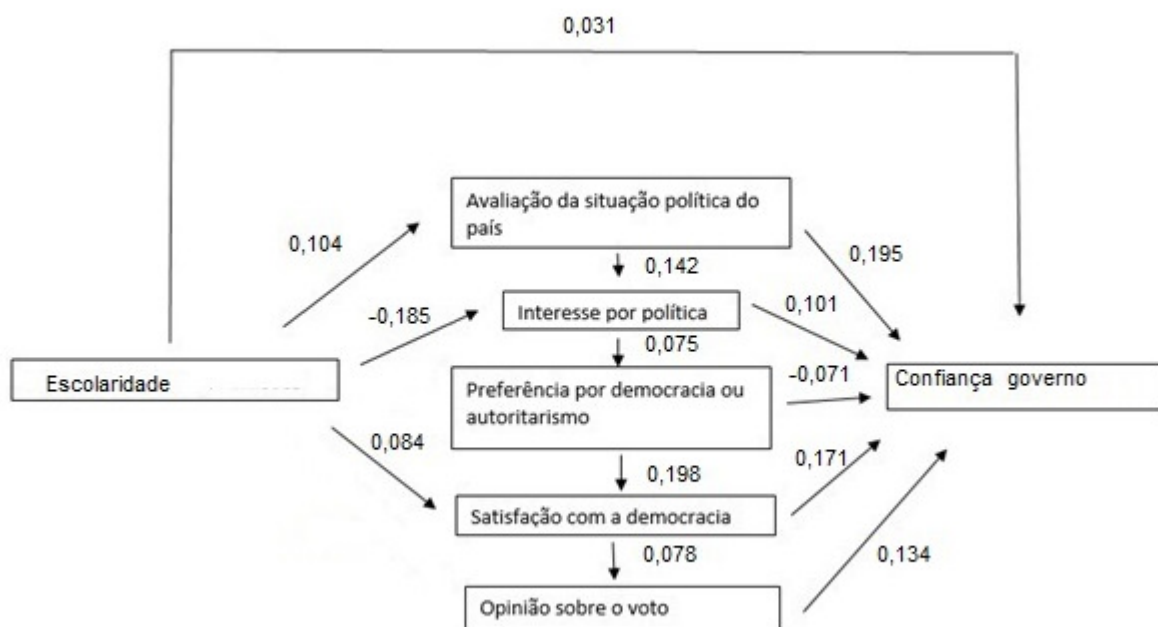


Fonte: elaboração própria.

A escolaridade não possui significância estatística para a explicação da confiança no governo brasileiro: este valor é de 0,031. Entretanto, combinada ao modelo de trajetória aqui adotado, ela ganha força, e passa a ser estatisticamente

significativa, pois o coeficiente do efeito total é de 0,051. Trata-se de um impacto baixo, situado no limite da significância (0,05), mas que não pode ser desconsiderado: a escolaridade combinada com as demais variáveis pode colaborar para que se entenda a confiança que os cidadãos possuem em relação ao Poder Executivo no Brasil. Na figura 22a é possível verificar como este modelo fica quando considerado em sua versão reduzida.

Figura 22a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando considerado o modelo reduzido, o impacto da escolaridade sobre a confiança no governo brasileiro ganha significância estatística moderada. O valor do coeficiente sob essas condições passa a ser de 0,148. Na sequência, apresenta-se a tabela que resume os efeitos do modelo que relaciona a escolaridade com a confiança que os brasileiros possuem em seu Poder Executivo.

Tabela 21- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no governo no Brasil

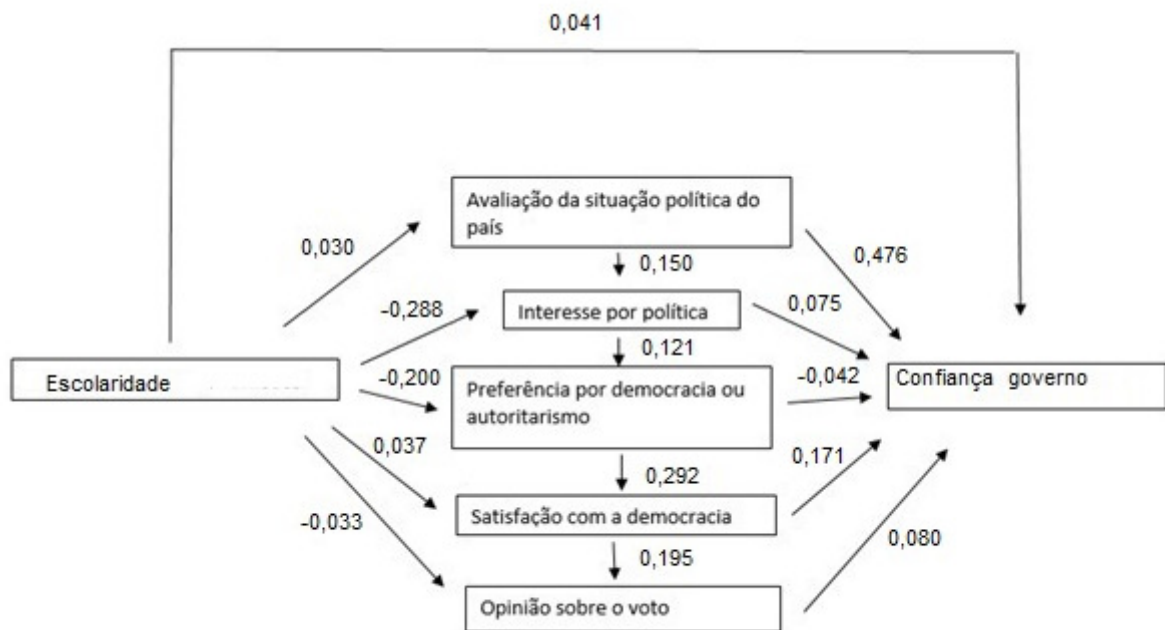
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	0,031	Avaliação da situação política	0,104	0,051	0,148
		Interesse por política	-0,185		
		Preferência pela democracia	0,001		
		Satisfação com a democracia	0,084		
		Opinião sobre o voto	0,013		
Avaliação da situação política	0,195	Interesse por política	0,142		
Interesse por política	0,101	Preferência pela democracia	0,075		
Preferência pela democracia	-0,071	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,171	Opinião sobre o voto	0,078		
Opinião sobre o voto	0,134				

Fonte: elaboração própria.

No caso aqui verificado, todas as variáveis intervenientes possuem efeitos com valores significativos sobre a confiança no governo brasileiro. O efeito direto não possui significância estatística, mas, quando envolvida no modelo proposto, a escolaridade passa a apresentar poder preditivo moderado, nas duas versões,

completa e reduzida. A seguir, examinam-se os efeitos da escolaridade sobre a confiança no governo argentino.

Figura 23- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Se no Brasil o efeito do modelo de trajetória da escolaridade sobre a confiança no governo apresentava impacto estatístico, na Argentina nem o efeito direto, nem o efeito total apresentam coeficientes com significância estatística. O efeito direto é de 0,041, enquanto o efeito total do modelo é de 0,035. Desse modo, para o caso argentino a escolaridade não apresenta efeitos estatísticos sobre a confiança que os cidadãos possuem no Poder Executivo, de acordo com o modelo completo. Cabe, porém, examinar se a tendência se repete quando verificado o modelo em sua versão reduzida.

Figura 23a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Se do ponto de vista do modelo completo a escolaridade não surge como um bom preditor da confiança dos argentinos em seu governo, quando verificamos o modelo reduzido, tal tendência não se repete. A trajetória somente com os efeitos estatisticamente significativos apresenta um coeficiente de 0,544. Tal valor faz com que a escolaridade passe a explicar a confiança no Executivo da Argentina de modo robusto. A Tabela 22 resume os efeitos diretos e indiretos deste modelo.

Tabela 22- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança no governo na Argentina

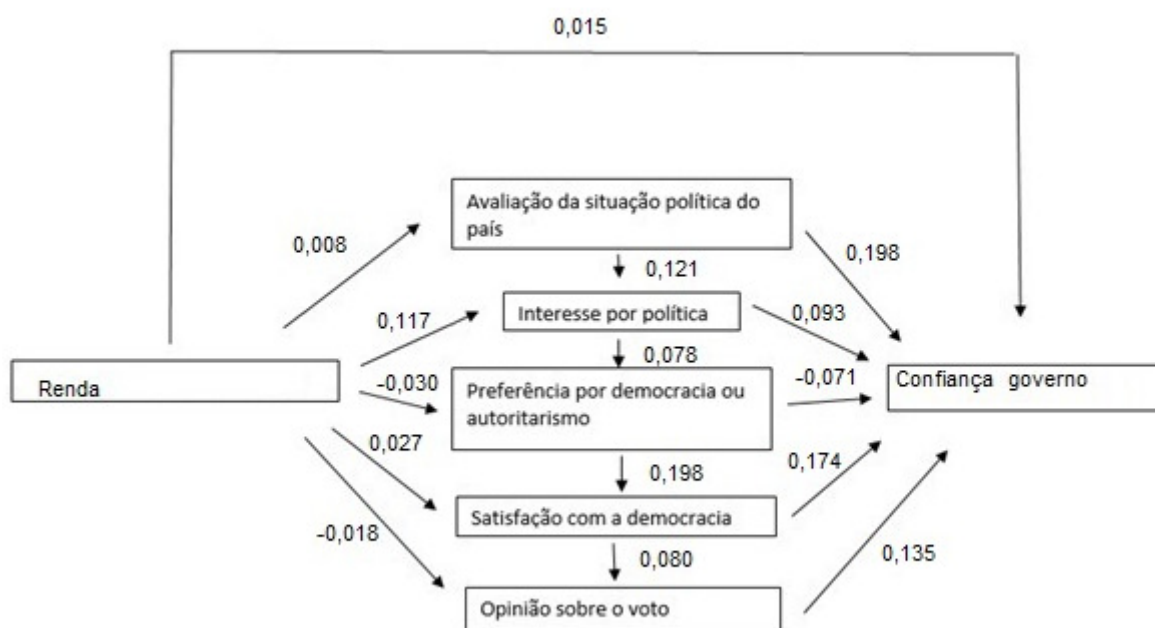
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	0,041	Avaliação da situação política	0,030	0,035	0,544
		Interesse por política	-0,288		
		Preferência pela democracia	-0,200		
		Satisfação com a democracia	0,037		
		Opinião sobre o voto	-0,033		
Avaliação da situação política	0,476	Interesse por política	0,150		
Interesse por política	0,075	Preferência pela democracia	0,121		
Preferência pela democracia	-0,042	Satisfação com a democracia	0,292		
Satisfação com a democracia	0,171	Opinião sobre o voto	0,195		
Opinião sobre o voto	0,080				

Fonte: elaboração própria.

Como já dito anteriormente, o modelo que relaciona escolaridade com confiança no governo na Argentina não apresenta significância estatística em termos de efeito direto da variável e efeito total da trajetória postulada. No entanto, quando considerado o modelo empírico, somente com os efeitos superiores a 0,05 (exceto o

da escolaridade, por esta ser a variável independente) o modelo ganha robustez. As variáveis intervenientes que colaboram para isso, apresentando impactos estatisticamente significativos sobre a variável dependente, são as de avaliação da situação política do país, interesse por política, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. O nível de escolaridade, combinado a estas variáveis culturais pode, desse modo, ser visto como um potencial elemento de compreensão das atitudes dos cidadãos argentinos no que concerne à confiança que os mesmos possuem sobre o governo de seu país. Vistos os efeitos da escolaridade, agora passa-se a verificar os impactos que a renda possui sobre a confiança nos governos de Brasil e Argentina. Inicia-se com o Brasil.

Figura 24- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no governo no Brasil

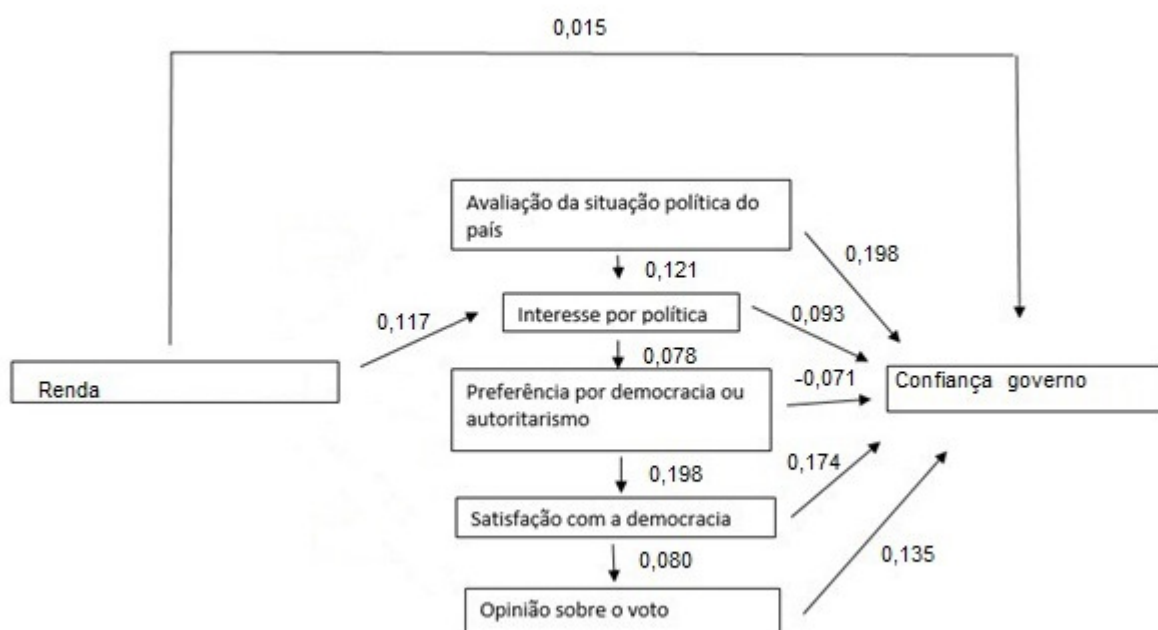


Fonte: elaboração própria.

Os coeficientes de impacto da renda sobre a confiança no governo no Brasil não apresentam significância estatística. O efeito direto da variável exógena é de

0,015, ao passo que o efeito total possui valor 0,03. Desse modo, a renda não parece um bom elemento de explicação da confiança que os brasileiros possam ter em relação ao seu governo, de acordo com o modelo apresentado. Agora, examina-se se reduzindo tal modelo, a tendência segue a mesma.

Figura 24a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no governo no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando reduzimos o modelo levando em consideração somente os efeitos significativos do ponto de vista estatístico, encontramos um valor que muda a perspectiva da questão da renda relacionada à confiança no governo do Brasil. De não significativa no modelo completo, ela passa a ser um preditor robusto para a variável dependente, com um coeficiente de 0,518. Em seguida, apresenta-se a tabela que detalha os efeitos do modelo.

Tabela 23- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no governo no Brasil

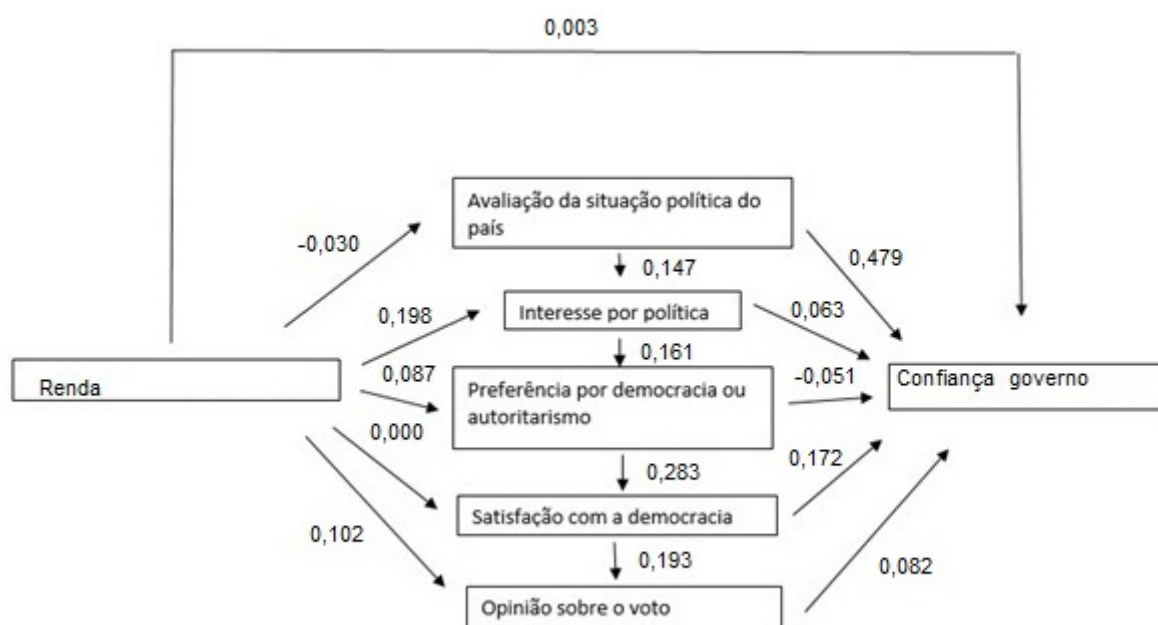
Variável causal	Efeito direto	Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,015	Avaliação da situação política	0,008	0,03
		Interesse por política	0,117	
		Preferência pela democracia	-0,030	
		Satisfação com a democracia	0,027	
		Opinião sobre o voto	-0,018	
Avaliação da situação política	0,198	Interesse por política	0,121	
Interesse por política	0,093	Preferência pela democracia	0,078	
Preferência pela democracia	-0,071	Satisfação com a democracia	0,198	
Satisfação com a democracia	0,174	Opinião sobre o voto	0,080	
Opinião sobre o voto	0,135			

Fonte: elaboração própria.

A renda não possui efeito estatístico significativo sobre a confiança que os brasileiros possuem no seu Poder Executivo quando examinado isoladamente. Dentro do modelo teórico, permanece sem possuir um poder explicativo relevante.

Porém, quando o modelo empírico entra em jogo, a renda, combinada com as variáveis culturais, passa a ser um preditor robusto da confiança dos entrevistados no governo do país. Nesse sentido, é possível perceber a partir da Tabela 23 que todas as variáveis intervenientes auxiliam de maneira consistente na compreensão da relação da renda com a confiança no governo do Brasil. Na sequência, examina-se o mesmo modelo para o caso argentino.

Figura 25- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança no governo na Argentina

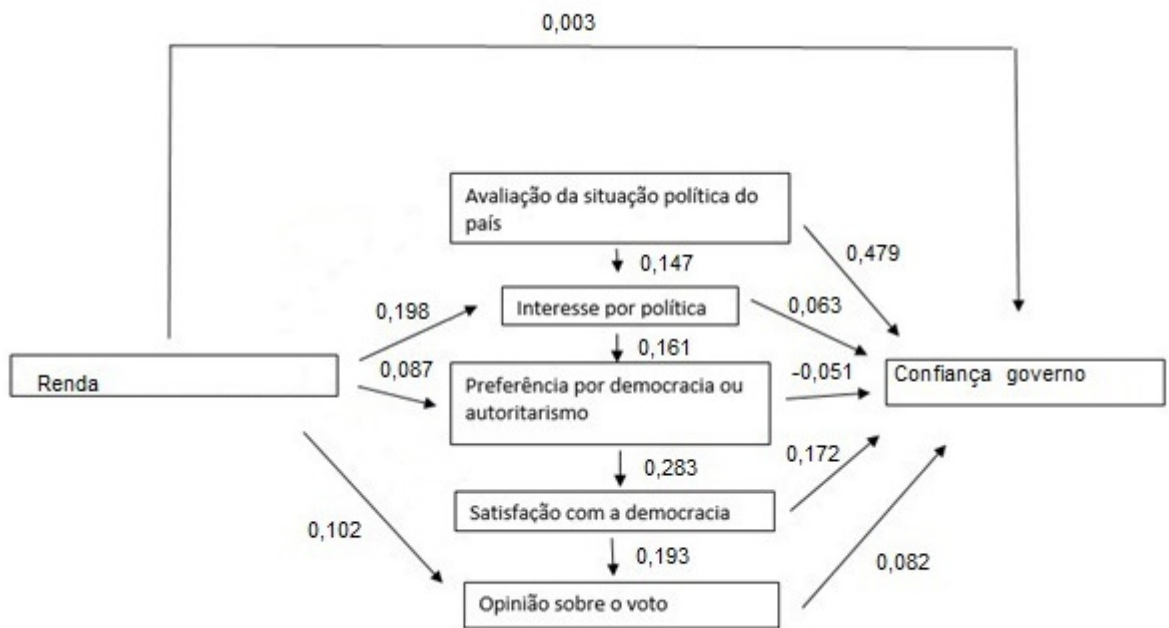


Fonte: elaboração própria.

No caso argentino, não existem impactos significativos da renda sobre a confiança no governo. O coeficiente do efeito direto é de 0,003, enquanto o valor do efeito total do modelo alcança apenas 0,009. Entretanto, o caso brasileiro já nos mostrou que a verificação dos modelos reduzidos pode servir para reverter

tendências apresentadas pelos modelos completos. Exatamente por isso, é necessário que se verifique o que aponta o modelo em sua versão empírica.

Figura 25a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança no governo na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Novamente, verifica-se uma reversão de expectativa. Se a renda não apresenta poder explicativo no modelo completo, quando considerado o modelo reduzido, essa variável passa a apresentar não só um efeito estatisticamente significativo, mas um efeito significativo e robusto, de 0,699. Segue a Tabela 24, detalhando os efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no governo argentino.

Tabela 24- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança no governo na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,003	Avaliação da situação política	-0,030	0,009	0,699
		Interesse por política	0,198		
		Preferência pela democracia	0,087		
		Satisfação com a democracia	0,000		
		Opinião sobre o voto	0,102		
Avaliação da situação política	0,479	Interesse por política	0,147		
Interesse por política	0,063	Preferência pela democracia	0,161		
Preferência pela democracia	-0,051	Satisfação com a democracia	0,283		
Satisfação com a democracia	0,172	Opinião sobre o voto	0,193		
Opinião sobre o voto	0,082				

Fonte: elaboração própria.

Assim como no Brasil, a renda não apresenta efeitos significativos nem quando vista isoladamente, nem quando colocada dentro do modelo completo

postulado por esta tese. Contudo, quando considerada dentro do modelo empírico, levando em conta tão somente os efeitos com significância estatística, a variável ganha bastante poder explicativo, alcançando um valor robusto, de 0,699. Todas as variáveis intervenientes do modelo impactam com valores acima de 0,05 sobre a confiança no governo brasileiro, ou seja, a renda combinada com os aspectos culturais de avaliação da situação política, interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto, pode contribuir de forma relevante para o entendimento da confiança que os brasileiros possuem em seu Poder Executivo, desde que considerados somente os efeitos significativos do modelo proposto. Abaixo, temos o quadro-resumo dos efeitos sobre a confiança no governo no Brasil e na Argentina.

Quadro 5- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança no governo no Brasil e na Argentina

	Brasil			Argentina		
	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,211	0,249	0,418	0,081	0,088	0,896
Escolaridade	0,031	0,051	0,148	0,041	0,035	0,544
Renda	0,015	0,03	0,518	0,003	0,009	0,699

Fonte: elaboração própria.

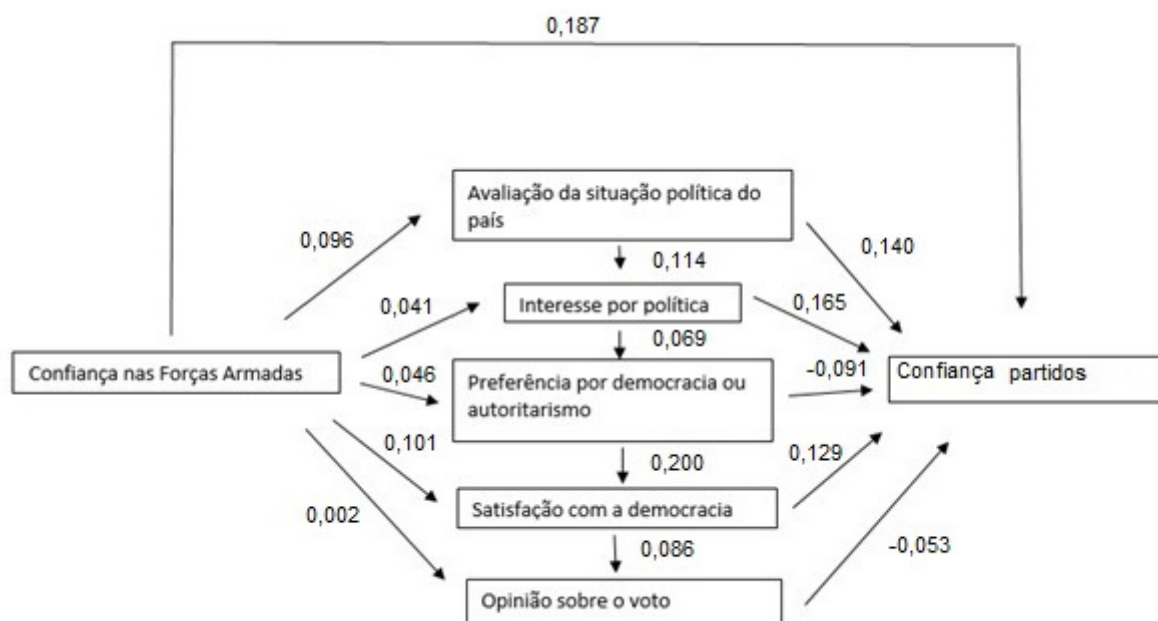
Como é possível observar no quadro acima, mais uma vez a variável de confiança nas Forças Armadas possui maior potencial explicativo para a confiança institucional, agora no governo, do que escolaridade e renda, excetuando-se nos modelos reduzidos para o Brasil. No caso brasileiro, essa variável surge como mais poderosa em termos de efeito direto e efeito do modelo completo, uma vez que o valor dos seus coeficientes supera 0,2; no modelo reduzido, o seu valor de 0,418 é superado pelo 0,518 da renda: ainda assim, é significativo e pode ser considerado robusto. Já na Argentina os coeficientes do efeito direto e do modelo completo ficam na casa de 0,08, pulando para 0,896 no modelo reduzido, valor que indica um forte poder preditivo da confiança nas Forças Armadas sobre o governo do país quando levados em consideração apenas os coeficientes estatisticamente significativos do modelo proposto. Cabe sublinhar que todos os valores dos coeficientes relativos à confiança nos militares, nos dois países, possuem significância estatística, o que mais uma vez indica a força desta variável independente. A escolaridade possui coeficientes significativos apenas nos modelos completo e reduzido, para o Brasil, e apenas no modelo reduzido, com um impacto robusto, para a Argentina. Já a renda, nem em termos de efeitos diretos, nem em termos de efeitos totais do modelo, possui valores que possam ser considerados relevantes do ponto de vista da estatística. Entretanto, quando considerado o modelo reduzido, ou empírico, no qual apenas se incluem os efeitos com significância estatística, ganha robustez explicativa para os dois países, inclusive superando a confiança nos militares quando verificamos o caso brasileiro. Por fim, passamos a examinar na próxima seção os impactos estatísticos do modelo sobre as instituições que são vistas como as principais mediadoras formais dos cidadãos com a esfera política: os partidos.

4.5. Impactos estatísticos sobre confiança nos partidos

A partir de agora, passa-se a verificar os impactos da confiança nas Forças Armadas- comparados aos da escolaridade e da renda- sobre a confiança que os indivíduos do Brasil e da Argentina têm em relação aos partidos políticos que os representam- ou pelo menos teriam o papel de representar. A figura abaixo

apresenta os efeitos da confiança nos militares sobre essas instituições para o caso brasileiro.

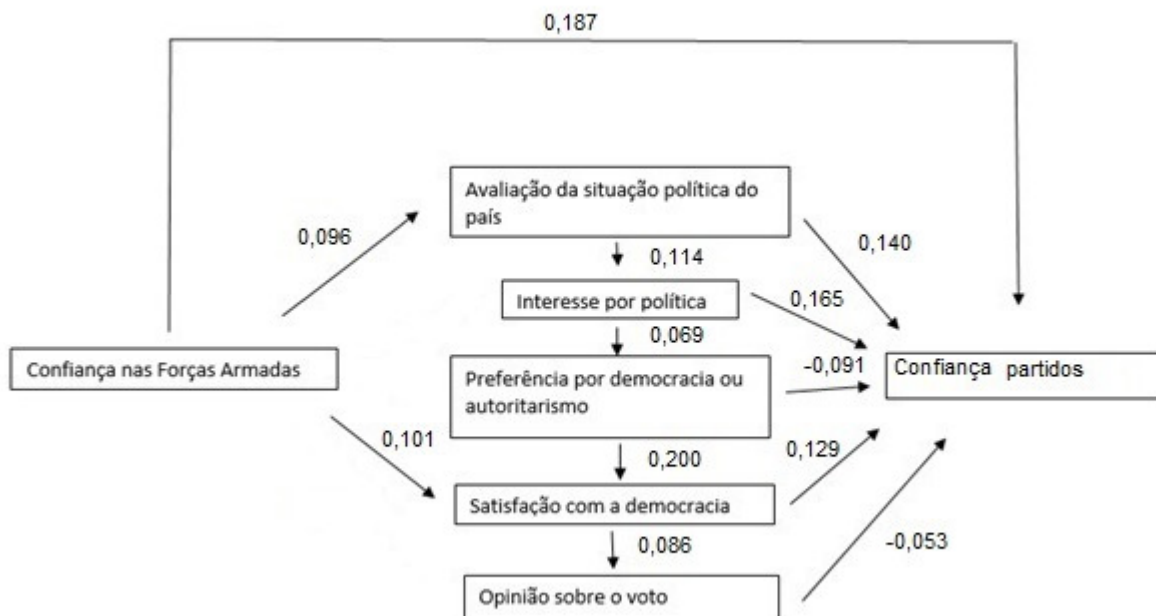
Figura 26- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Mais uma vez, a confiança nas Forças Armadas aparece como elemento de impactos consideráveis sobre a confiança institucional, dessa vez representada pela confiança nos partidos políticos. Tanto o efeito direto quanto o efeito total são estatisticamente significativos. O primeiro apresenta valor de 0,187, e o segundo alcança 0,219. Em boa medida, portanto, a confiança partidária apresenta relações com a confiança dos cidadãos brasileiros nos militares, especialmente quando considerado o modelo. E na versão reduzida do modelo? Como se dá essa relação? É o que se examina a partir da Figura 26a.

Figura 26a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando são considerados apenas os efeitos estatisticamente significativos no modelo, o coeficiente total da trajetória alcança um valor de $0,257$. Encontramos, portanto, novamente um efeito significativo moderado para a relação entre a confiança nos militares e a confiança nos partidos por parte dos brasileiros. A tabela a seguir apresenta os efeitos diretos e indiretos do modelo.

Tabela 25- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos no Brasil

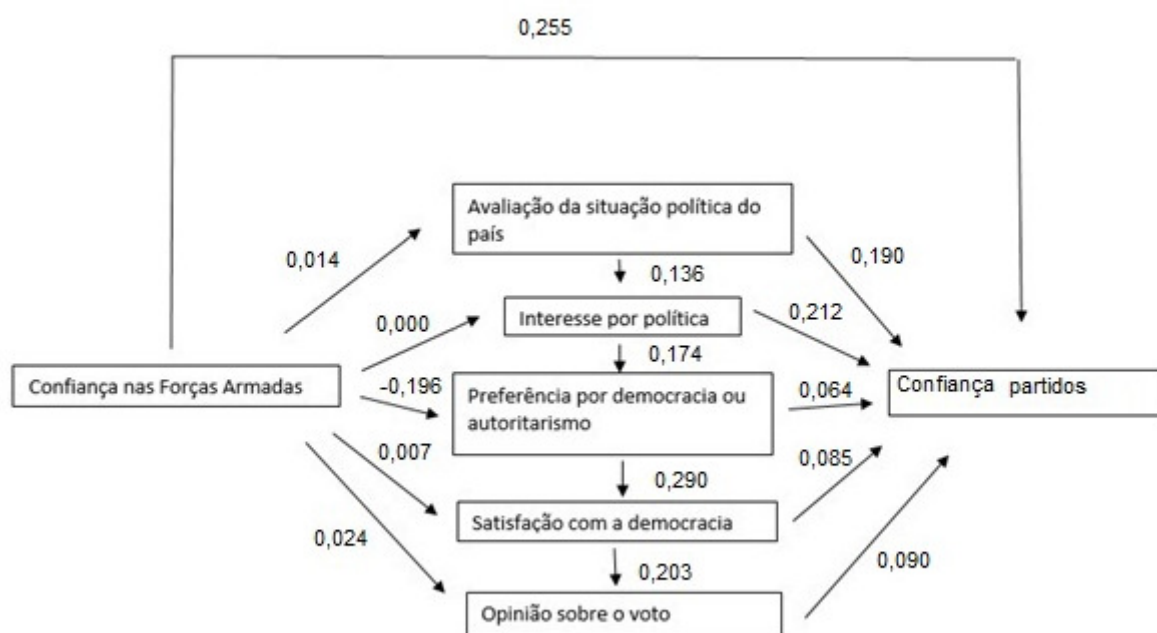
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,187	Avaliação da situação política	0,096	0,219	0,257
		Interesse por política	0,041		
		Preferência pela democracia	0,046		
		Satisfação com a democracia	0,101		
		Opinião sobre o voto	0,002		
Avaliação da situação política	0,140	Interesse por política	0,114		
Interesse por política	0,165	Preferência pela democracia	0,069		
Preferência pela democracia	-0,091	Satisfação com a democracia	0,200		
Satisfação com a democracia	0,129	Opinião sobre o voto	0,086		
Opinião sobre o voto	-0,053				

Fonte: elaboração própria.

A Tabela 25 mostra que todas as variáveis intervenientes possuem efeitos estatisticamente significativos sobre a confiança nos partidos brasileiros, indicando, assim, que o conjunto de variáveis composto por avaliação da situação política do

país, interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com o regime democrático e opinião sobre o voto auxiliam para que cheguemos a uma compreensão de como a confiança nas Forças Armadas impactam sobre a variável dependente em questão. A confiança nos militares brasileiros apresenta valores significativos tanto em termos diretos quanto no modelo em suas versões completa e reduzida, e mais uma vez aponta para a existência de uma síndrome de confiança institucional, indicando que a confiança nas Forças Armadas anda no mesmo sentido da confiança nas demais instituições componentes da democracia no país. Se no Brasil existe um impacto que não deve ser menosprezado, cabe agora analisar como isso se dá na Argentina. É o que se busca examinar a partir dos dados fornecidos pela próxima figura.

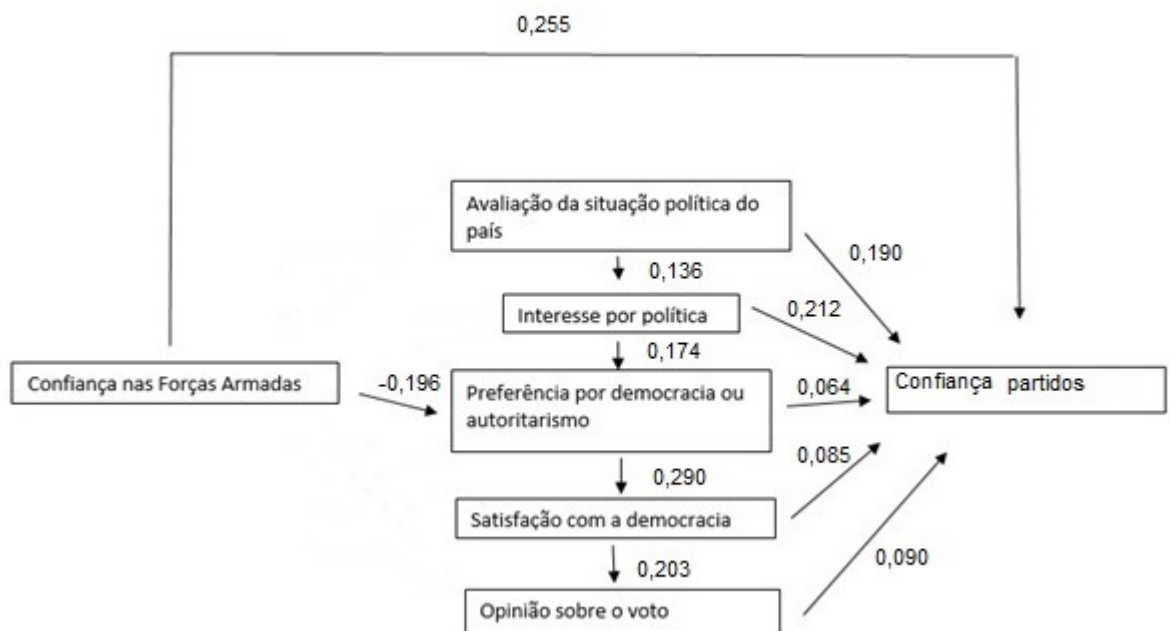
Figura 27- Modelo de trajetória do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No caso argentino, os efeitos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos políticos aparece como um preditor ainda mais forte do que no caso brasileiro. O efeito direto é de 0,255, ao passo que o efeito total do modelo apresenta valor 0,242. Ambos são estatisticamente significativos e possuem valores bastante consideráveis para a explicação da confiança que os argentinos possuem sobre seus partidos. Assim, mais confiança nas instituições militares representa também possuir mais confiança no governo. É importante, para dar mais consistência a tal constatação, como fica o modelo em sua versão reduzida.

Figura 27a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina



Fonte: elaboração própria.

Como já vimos, no modelo total a confiança nas Forças Armadas apresenta efeitos significativos sobre a confiança nos partidos na Argentina. No modelo reduzido, essa tendência se confirma, e a trajetória passa a apresentar um valor de

0,879, que pode ser considerado um efeito bastante forte. Mais uma vez, é possível notar que a confiança nos militares anda junto com a confiança nas demais instituições, e com um nível de relação substantivo. A tabela a seguir traz o resumo dos efeitos diretos e indiretos da confiança que os argentinos possuem nas suas instituições militares sobre a confiança na dimensão partidária.

Tabela 26- Efeitos diretos e indiretos da confiança nas Forças Armadas sobre a confiança nos partidos na Argentina

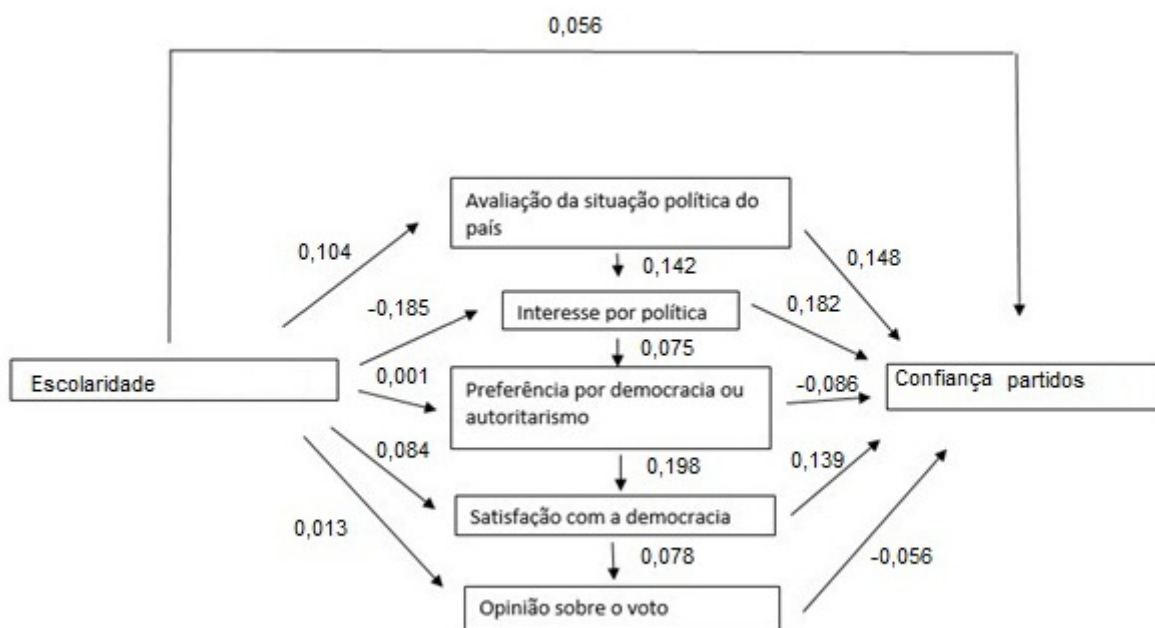
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,255	Avaliação da situação política	0,014	0,242	0,879
		Interesse por política	0,000		
		Preferência pela democracia	-0,196		
		Satisfação com a democracia	0,007		
		Opinião sobre o voto	0,024		
Avaliação da situação política	0,190	Interesse por política	0,136		
Interesse por política	0,212	Preferência pela democracia	0,174		
Preferência pela democracia	0,064	Satisfação com a democracia	0,290		
Satisfação com a democracia	0,085	Opinião sobre o voto	0,203		
Opinião sobre o voto	0,090				

Fonte: elaboração própria.

Todas as variáveis intervenientes apresentam coeficientes significativos em sua relação com a confiança nos partidos na Argentina, e desse modo contribuem para a compreensão da variável dependente, especialmente quando combinadas à

variável independente, de confiança nas Forças Armadas do país. A confiança nos militares apresenta coeficientes significativos tanto em termos de efeito direto como nos dois modelos, teórico e empírico; nos dois primeiros efeitos, encontra-se uma relação moderada, ao passo que no modelo empírico a relação encontrada é forte. Se a confiança que brasileiros e argentinos possuem sobre os militares dos dois países aparece como um elemento relativamente consistente para explicar a confiança nas instituições partidárias, agora é importante verificar em perspectiva como ficam os valores quando se coloca a escolaridade variável exógena do modelo. Iniciamos pelo Brasil.

Figura 28- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil

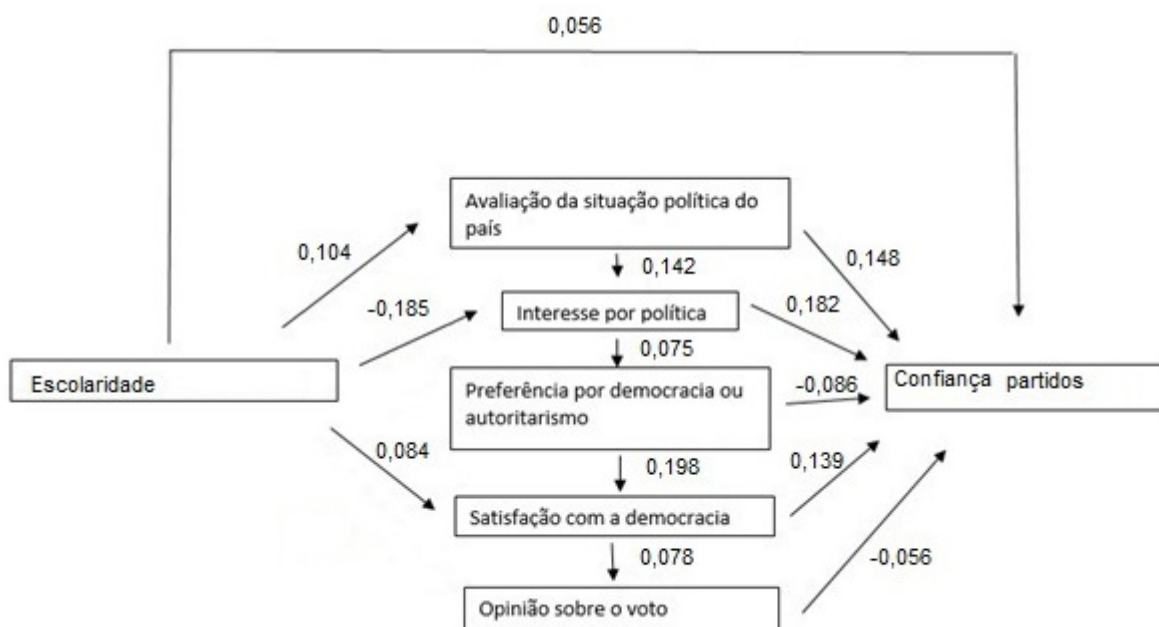


Fonte: elaboração própria.

A escolaridade apresenta coeficientes que remetem à significância estatística em ambos os efeitos sobre confiança nos partidos brasileiros. No que diz respeito ao efeito direto, o valor é de 0,056. Já o efeito total do modelo fica em 0,052.

Entretanto, cabe sublinhar que, apesar de existir impacto estatisticamente considerável, este fica praticamente no limite da significância, que é, para lembrar uma vez mais, de 0,05. A variável de escolaridade, portanto, pode ajudar a compreender a confiança partidária no Brasil, mas ainda assim com efeitos mais fracos do que a confiança nas Forças Armadas, pelo menos quando a consideramos no modelo completo. A seguir, examina-se o modelo reduzido.

Figura 28a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Quando se examina o modelo em sua versão reduzida, o impacto também possui significância estatística, num nível moderado. Cabe ressaltar, porém, que para o caso do Brasil, o efeito da escolaridade é menor do que o da confiança nas Forças Armadas para explicar a confiança dos cidadãos nos partidos políticos do país. A Tabela 27 apresenta os efeitos diretos e indiretos verificados no modelo.

Tabela 27- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança nos partidos no Brasil

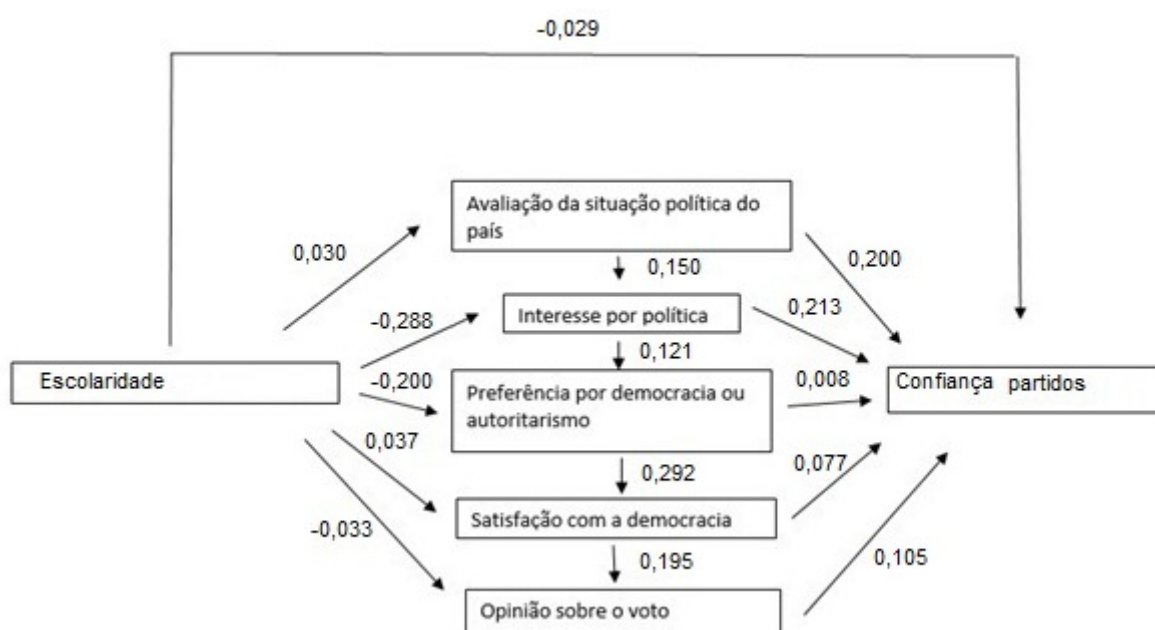
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	0,056	Avaliação da situação política	0,104	0,052	-0,062
		Interesse por política	-0,185		
		Preferência pela democracia	0,001		
		Satisfação com a democracia	0,084		
		Opinião sobre o voto	0,013		
Avaliação da situação política	0,148	Interesse por política	0,142		
Interesse por política	0,182	Preferência pela democracia	0,075		
Preferência pela democracia	-0,086	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,139	Opinião sobre o voto	0,078		
Opinião sobre o voto	-0,056				

Fonte: elaboração própria.

Em todas as dimensões examinadas, tanto em termos de efeito direto quanto nos modelos completo e reduzido, a escolaridade apresenta significância estatística

para que se possa explicar a confiança nos partidos políticos do Brasil. Todas as variáveis intervenientes impactam significativamente sobre a variável dependente, ou seja, dentro do modelo proposto a avaliação da situação política, o interesse por política, a preferência e a satisfação com a democracia, além da opinião sobre o voto, desempenham papel importante para complementar a análise da relação entre a variável de escolaridade com a da confiança que os brasileiros possuem em seus partidos. A próxima figura apresenta os efeitos da escolaridade sobre a confiança nos partidos argentinos.

Figura 29- Modelo de trajetória do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina

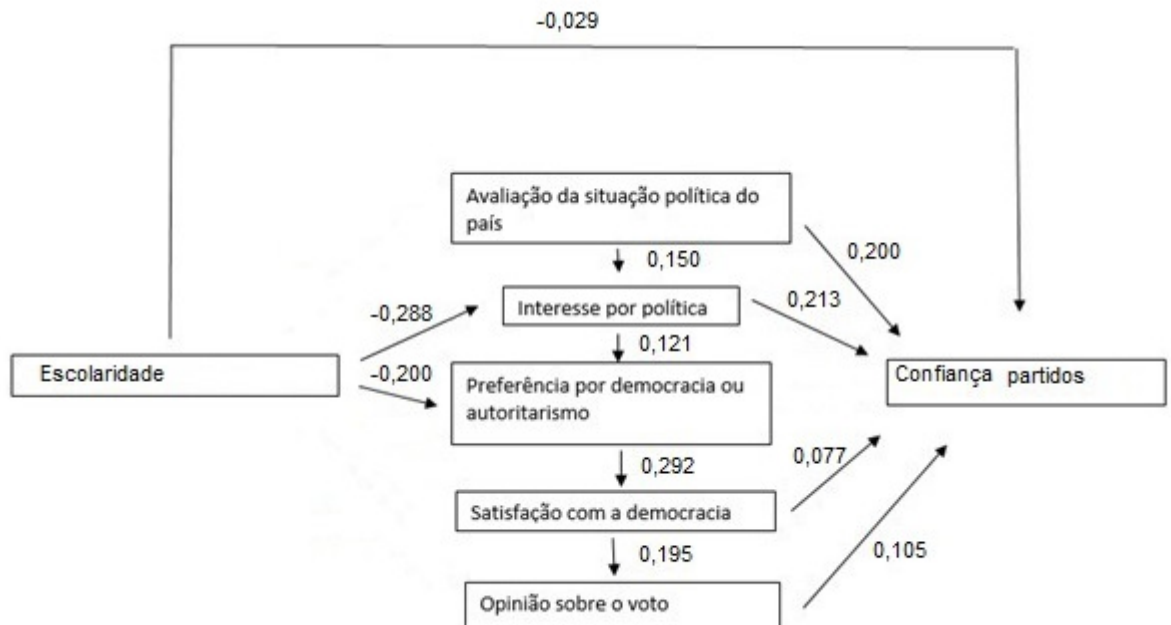


Fonte: elaboração própria.

Quando considerada em seu efeito direto, a escolaridade não apresenta poder explicativo para confiança nos partidos argentinos com significância estatística. O valor do efeito direto é de -0,029. Já no que concerne ao efeito total do modelo, a variável exógena em questão alcança o coeficiente de -0,09,

estatisticamente significativo, portanto, mostrando que a combinação da escolaridade com as variáveis examinadas pode ajudar na explicação da confiança nos partidos argentinos, quando consideramos os efeitos do modelo teórico. E no modelo empírico, considerando somente os coeficientes estatisticamente significativos da trajetória, que nível de impacto podemos encontrar? É o que se verifica a partir da Figura 29a.

Figura 29a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina



Fonte: elaboração própria.

O modelo reduzido apresenta um valor de efeito significativo estatisticamente, porém moderado, de $0,121$. Assim como no Brasil, no caso argentino existe uma relação entre escolaridade e confiança nos partidos políticos mas menor quando comparada com o que se encontra quando o modelo inclui confiança nos militares como variável independente. A seguir, apresenta-se a tabela que resume os efeitos

diretos e indiretos do modelo que estabelece o vínculo entre escolaridade e confiança nos partidos para a Argentina.

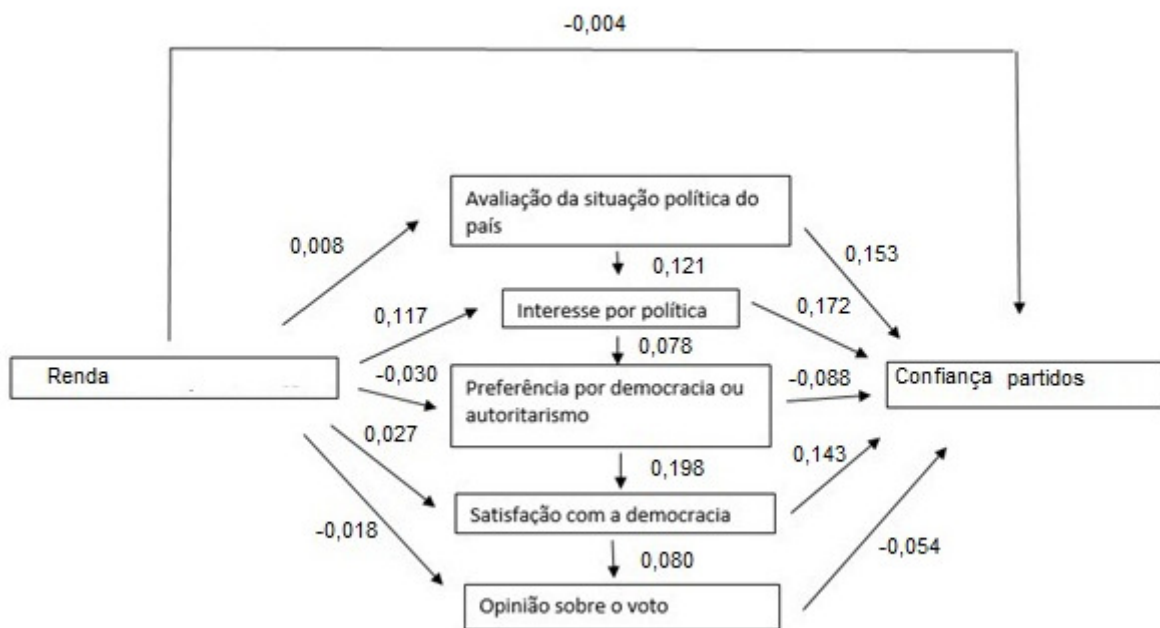
Tabela 28- Efeitos diretos e indiretos da escolaridade sobre a confiança nos partidos na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Escolaridade	-0,029	Avaliação da situação política	0,030	-0,09	0,121
		Interesse por política	-0,288		
		Preferência pela democracia	-0,200		
		Satisfação com a democracia	0,037		
		Opinião sobre o voto	-0,033		
Avaliação da situação política	0,200	Interesse por política	0,150		
Interesse por política	0,213	Preferência pela democracia	0,121		
Preferência pela democracia	0,008	Satisfação com a democracia	0,292		
Satisfação com a democracia	0,077	Opinião sobre o voto	0,195		
Opinião sobre o voto	0,105				

Fonte: elaboração própria.

Em termos de efeito direto, a escolaridade não impacta de forma significativa sobre a confiança nos partidos políticos argentinos. Porém, dentro dos modelos, tanto completo quanto reduzido, o efeito passa a ser estatisticamente significativo em nível moderado. As variáveis intervenientes que impactam com significância sobre a dependente e, desse modo, auxiliam no entendimento da relação entre escolaridade e confiança partidária, são as seguintes: avaliação da situação política, interesse por política, satisfação com a democracia e opinião sobre o voto. Na sequência, são examinados os efeitos da renda sobre a confiança partidária nos dois países, iniciando pelo Brasil.

Figura 30- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil

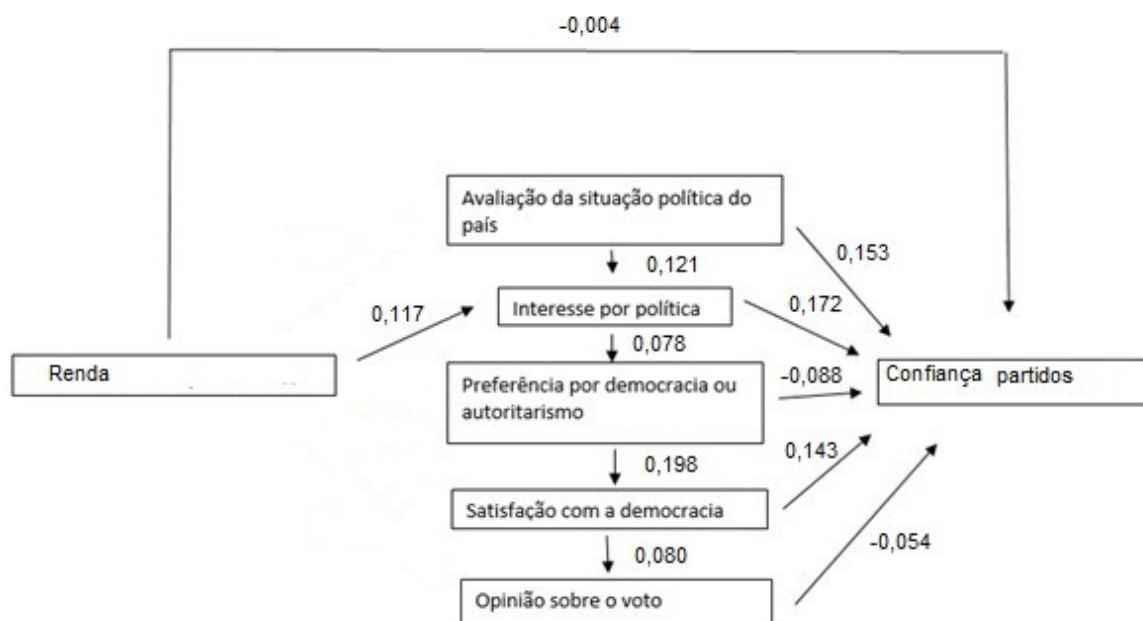


Fonte: elaboração própria.

No Brasil, a renda não aparece como elemento estatisticamente relevante para a explicação da confiança nos partidos do país. O efeito direto possui valor -

0,004, ao mesmo tempo em que o efeito total do modelo é de 0,023. Em ambos os casos, ficam abaixo dos 0,05 que representam existência de relação com significância estatística. Dentre as três variáveis exógenas testadas no modelo, a renda foi a única que não apresentou representatividade para a compreensão da confiança nos partidos políticos, pelo menos no que tange sua versão empírica. Entretanto, é fundamental verificar como isso se dá quando consideramos apenas os efeitos significativos estatisticamente, na versão reduzida do modelo. É isso que se busca examinar a partir da Figura 30a.

Figura 30a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil



Fonte: elaboração própria.

Se no modelo teórico não existe significância estatística da trajetória entre renda e confiança nos partidos brasileiros, o mesmo não se repete quando considerado o modelo empírico, que apresenta um valor estatisticamente

significativo moderado, de 0,212. Desse modo, a variável renda ganha poder explicativo quando o modelo é reduzido ao incluir-se somente os efeitos que possuem relevância estatística, a partir de 0,05. Na sequência, apresenta-se um resumo de tais efeitos.

Tabela 29- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança nos partidos no Brasil

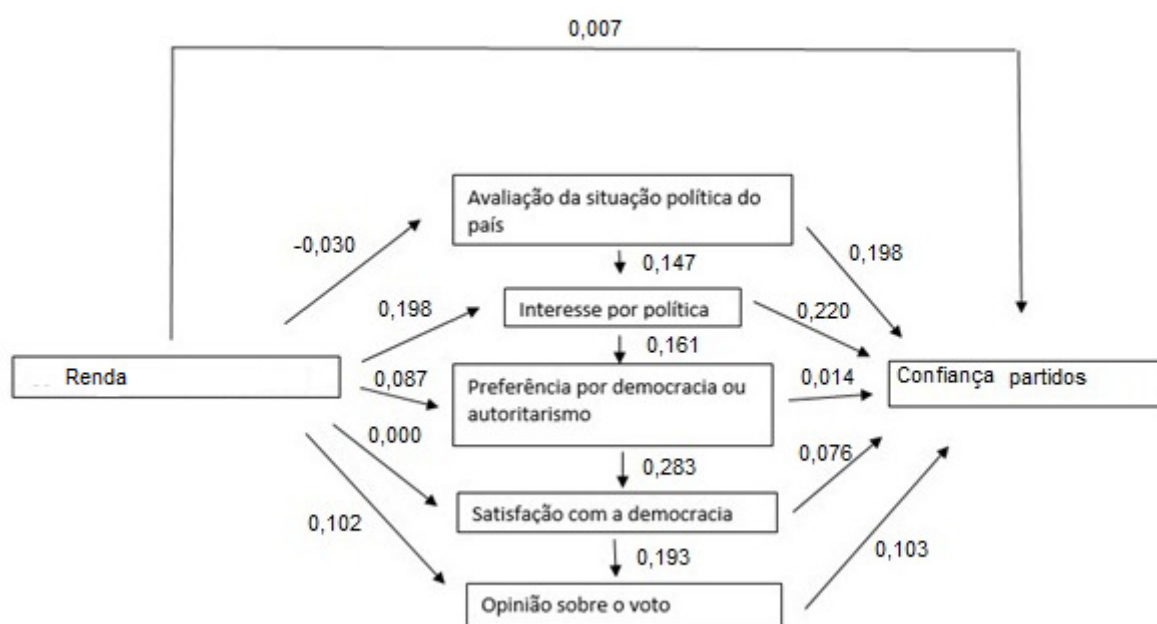
Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	-0,004	Avaliação da situação política	0,008	0,023	0,212
		Interesse por política	0,117		
		Preferência pela democracia	-0,030		
		Satisfação com a democracia	0,027		
		Opinião sobre o voto	-0,018		
Avaliação da situação política	0,153	Interesse por política	0,121		
Interesse por política	0,172	Preferência pela democracia	0,078		
Preferência pela democracia	-0,088	Satisfação com a democracia	0,198		
Satisfação com a democracia	0,143	Opinião sobre o voto	0,080		
Opinião sobre o voto	-0,054				

Fonte: elaboração própria.

A renda não apresenta coeficientes significativos em seus impactos sobre a confiança nos partidos brasileiros nem em termos de efeito direto, nem em termos do modelo completo. Contudo, quando este modelo é reduzido, levando-se em

consideração somente os efeitos com significância estatística, a variável independente passa a impactar de maneira moderada sobre a dependente. Nesse sentido, todas as variáveis intervenientes possuem coeficientes de significância estatisticamente relevantes na explicação da confiança partidária no Brasil. Deste modo, avaliação da situação política, interesse por política, preferência pela democracia, satisfação com o regime e opinião sobre o voto contribuem para que o modelo ganhe força preditiva. A próxima figura traz os impactos estatísticos da renda sobre a confiança nos partidos argentinos.

Figura 31- Modelo de trajetória do impacto da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina

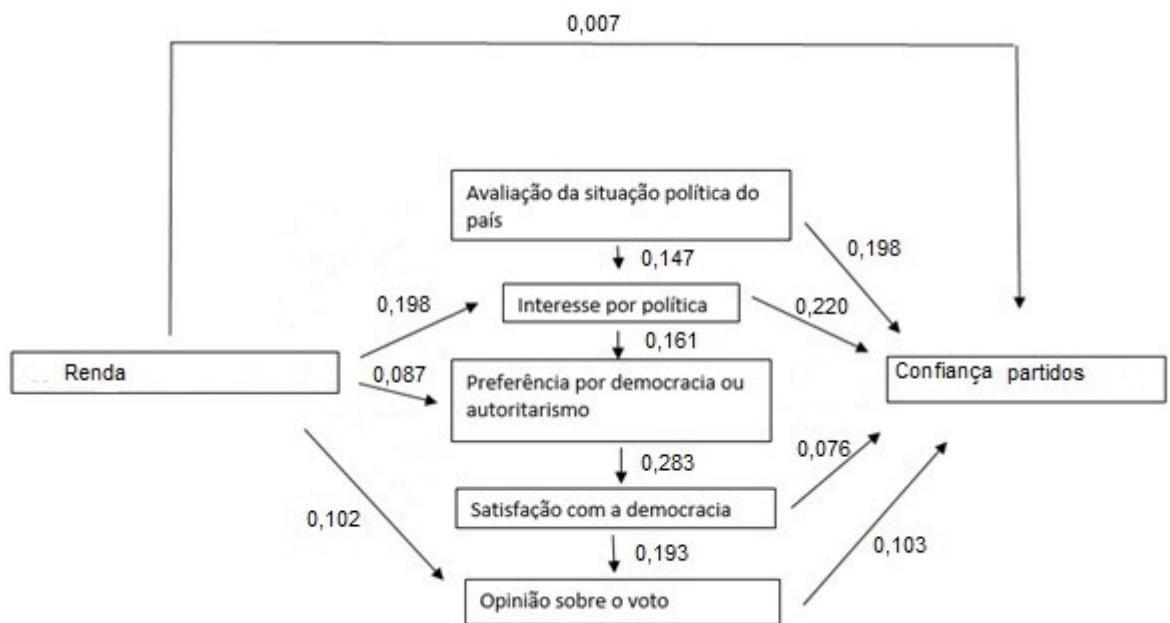


Fonte: elaboração própria.

Quando visualizamos a relação da renda com a confiança nos partidos na Argentina, é possível perceber que o efeito direto fica abaixo da significância estatística, com um valor 0,007. Entretanto, quando o efeito é calculado dentro do

modelo, o valor alcança 0,059. Número moderado, porém estatisticamente significativo. A seguir examina-se o modelo reduzido dessa mesma relação.

Figura 31a- Modelo de trajetória reduzido do impacto da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina



Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito ao modelo reduzido, considerando apenas os coeficientes com significância estatística, a trajetória ganha poder explicativo, alcançando o robusto valor de 0,535. A renda, sob essas condições, ganha considerável poder explicativo sobre a confiança nos partidos da Argentina. A tabela a seguir detalha os efeitos diretos e indiretos implicados no modelo.

Tabela 30- Efeitos diretos e indiretos da renda sobre a confiança nos partidos na Argentina

Variável causal	Efeito direto		Efeito na variável interveniente	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Renda	0,007	Avaliação da situação política	-0,030	0,059	0,535
		Interesse por política	0,198		
		Preferência pela democracia	0,087		
		Satisfação com a democracia	0,000		
		Opinião sobre o voto	0,102		
Avaliação da situação política	0,198	Interesse por política	0,147		
Interesse por política	0,220	Preferência pela democracia	0,161		
Preferência pela democracia	0,014	Satisfação com a democracia	0,283		
Satisfação com a democracia	0,076	Opinião sobre o voto	0,193		
Opinião sobre o voto	0,103				

Fonte: elaboração própria.

A renda, isoladamente, não possui poder explicativo significativo em relação à confiança nos partidos argentinos. Porém, os valores alcançam significância quando considerados os modelos completo e reduzido: no modelo completo, a relação surge

com efeito moderado, ao passo que no modelo reduzido tal efeito torna-se robusto. As variáveis intervenientes que colaboram para que o modelo ganhe força, impactando significativamente sobre a confiança partidária são a avaliação da situação política, o interesse por política, a satisfação com a democracia e a opinião sobre o voto. Assim como no Brasil (onde a relação aparece significativa apenas no modelo reduzido, contudo), no caso argentino a renda possui certa relevância para explicar uma maior ou menor confiança dos cidadãos sobre suas instituições partidárias. Abaixo, apresenta-se o quadro resumo dos efeitos sobre a confiança nos partidos de Brasil e Argentina.

Quadro 6- Resumo dos impactos do modelo de trajetória sobre confiança nos partidos no Brasil e na Argentina

	Brasil			Argentina		
	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido	Efeito direto	Efeito total do modelo	Efeito total do modelo reduzido
Confiança nas Forças Armadas	0,187	0,219	0,257	0,255	0,242	0,879
Escolaridade	0,056	0,052	-0,062	-0,029	-0,09	0,121
Renda	-0,004	0,023	0,212	0,007	0,059	0,535

Fonte: elaboração própria.

Em ambos os casos, a variável que apresenta coeficientes mais elevados na explicação da confiança nos partidos políticos é a da confiança nas Forças Armadas. Trata-se de valores consideráveis, especialmente na Argentina, onde tal impacto supera o Brasil tanto em efeito direto quanto em efeitos totais de ambos os modelos, teórico e empírico. A escolaridade também apresenta significância estatística, porém reduzida se comparada com a confiança nos militares. No Brasil, os valores ficam perto do limite que define tal significância; já na Argentina, o efeito direto não possui significância, mas a variável inserida no modelo completo alcança valor -0,09 e chega a 0,121 no modelo reduzido. Por fim, a renda apresenta valores estatisticamente significativos para a explicação da confiança nos partidos no Brasil somente na versão reduzida do modelo, e na Argentina possui tal significância somente quando considerados os efeitos totais, encontrando-se um valor moderado para o modelo teórico (0,059) e robusto para o modelo empírico (0,535).

Neste capítulo, foi possível observar que a confiança nas Forças Armadas possui, sim, impactos estatísticos importantes sobre o capital social, especialmente em sua dimensão institucional, uma vez que quando consideramos o âmbito da confiança interpessoal, confiança nos militares, escolaridade e renda apresentaram significância estatística somente nos modelos reduzidos para o caso do Brasil, ao passo que na Argentina encontrou-se significância, direta e total, em todas as três, mas com predomínio da escolaridade nos efeitos direto e do modelo completo, e da renda no modelo reduzido. No entanto, os dois países apresentam tendências parecidas, sempre com a confiança nas Forças Armadas apresentando significância estatística sobre as variáveis dependentes, apresentando domínio em termos de efeitos diretos, do modelo completo e do modelo reduzido nas variáveis de confiança no Judiciário e nos partidos políticos. Na Argentina, inclusive, no que tange à dimensão institucional, a confiança nas Forças Armadas aparece sempre como fator explicativo mais forte do que escolaridade e renda; já no Brasil, a renda aparece com mais força no que diz respeito aos modelos reduzidos relativos à confiança no Congresso e no governo nacional, mas também sempre superada pela confiança nos militares quando considerados efeitos diretos e do modelo completo. Desse modo, não parece haver um impacto direto dos diferentes modelos de transição sobre a configuração dos padrões de confiança no Brasil e na Argentina. O que

parece existir, isso sim, é uma “síndrome de confiança institucional”, que inclui as Forças Armadas junto das demais instituições, sem que isso signifique um conflito. O sujeitos que confiam nos militares parecem confiar também nas demais instituições; e os que desconfiam, desconfiam de todas elas. Assim, vistos estes dados, seguimos para as considerações finais.

5. Considerações finais

Esta tese objetivou compreender se as transições políticas, por meio de padrões distintos de confiança sobre as Forças Armadas de Brasil e Argentina, impactam a cultura política dos países, especialmente no que concerne ao capital social. Tal questionamento originou-se pelo fato de uma vasta bibliografia enfatizar a diferença nas transições políticas dos dois países, rumo à democracia. Enquanto no caso argentino ocorreu uma transição em que os incumbentes autoritários saíram do poder desmoralizados diante dos cidadãos e de maneira abrupta, no Brasil o caminho para a democracia foi pavimentado com muita negociação, num cenário em que os militares tiveram significativos poder de barganha e controle sobre o processo.

Inicialmente, apresentou-se uma revisão abordando os conceitos centrais trabalhados na tese, cultura política e capital social, além de revisar a questão das transições políticas ocorridas nos dois países de uma perspectiva histórica, trazendo ao destaque as formas como se configuraram as ditaduras militares de Brasil e Argentina e os desdobramentos posteriores, com a retomada e desenvolvimento de suas democracias. A partir disso, buscou-se examinar, descritiva e inferencialmente, se diferentes modelos transicionais repercutiram nas culturas políticas dos dois países.

No eixo descritivo, examinou-se, ao longo dos anos, a evolução das variáveis de confiança nas Forças Armadas, avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência entre democracia e autoritarismo, satisfação com a democracia, opinião/sentimento sobre o voto e confiança interpessoal, no Judiciário, no Congresso, no governo e nos partidos políticos dos respectivos países. Estes dados indicaram que a Argentina apresentou percentuais mais “democráticos” se considerarmos avaliação da situação política, satisfação e preferência pela democracia e opinião sobre o voto. No que concerne à confiança institucional, somente em relação ao Judiciário os brasileiros apresentaram percentuais constantemente maiores de confiança. Nas demais variáveis, existem flutuações percentuais entre os dois países, com o caso brasileiro apresentando um momento

de claro otimismo em 2010. Nessa esteira, é importante sublinhar ainda a discrepância entre confiança em duas dimensões distintas: enquanto no que tange às Forças Armadas, o Brasil possui percentuais bastante superiores, no que diz respeito à confiança interpessoal, os brasileiros são muito mais desconfiados do que os argentinos. A depender da natureza da confiança nas Forças Armadas, essa combinação com alta hostilidade e desconfiança poderia trazer consequências preocupantes, mas esse aspecto torna-se um tanto mais ameno a partir dos dados verificados na sequência, referentes aos cruzamentos da confiança nas Forças Armadas com as demais variáveis no Brasil e na Argentina no ano de 2010. Nesse ponto, alguns dos elementos que pareciam muito distintos na análise longitudinal, se diluíram, especialmente quando tratamos da confiança em sua dimensão institucional. Nos cruzamentos mais gerais de cultura política e apego à democracia, os dados não apresentam clareza para os dois países. Já no que concerne ao capital social, principalmente no que se relaciona à confiança nas instituições brasileiras e argentinas, configura-se uma tendência bastante clara para os dois casos: os cidadãos que mais manifestam confiança nos militares são também os que mais confiam nas outras instituições, o que contradiz as hipóteses postuladas, que propunham uma relação inversa, um conflito. Os cruzamentos indicaram haver, isso sim, uma síndrome generalizada de confiança e desconfiança institucional nos países estudados. Os testes do qui quadrado vão ao encontro desta afirmação, indicando a existência de associação entre a confiança nas Forças Armadas e os demais padrões de confiança no Brasil e na Argentina. Nesse sentido, as Forças Armadas talvez sejam interpretadas pelos sujeitos apenas como mais um componente no cenário institucional de Brasil e Argentina, o que parece retirar um pouco do papel do peso histórico representado por aquilo que os militares quando governantes puseram em prática nesses países.

Já no eixo de análises de impactos estatísticos inferenciais, foi utilizado um modelo de trajetória, visando detectar os efeitos diretos e totais da confiança nos militares sobre o capital social, em termos de confiança interpessoal e institucional nos dois países aqui estudados. Neste modelo, a confiança nas Forças Armadas apareceu como variável exógena, mediada pelas variáveis de avaliação da situação política do país, interesse por política, preferência entre democracia e autoritarismo,

satisfação com a democracia e percepção sobre o voto, desembocando nas variáveis de confiança interpessoal e institucional. Ao mesmo tempo, como modo de ter estes impactos em perspectiva, substituiu-se nos modelos a variável exógena de confiança nos militares por variáveis de escolaridade e renda. Assim, os valores poderiam ser comparados com elementos que são tradicionalmente considerados importantes para controlar variações nas pesquisas de opinião pública.

No âmbito da confiança interpessoal, confiança nos militares, escolaridade e renda apresentaram significância estatística somente nos modelos reduzidos para o caso do Brasil, ao passo que na Argentina encontrou-se significância, direta e total, em todas as três, mas com predomínio da escolaridade nos efeitos direto e do modelo completo, e da renda no modelo reduzido. Já as demais tendências encontradas vieram ao encontro do que foi visto nos cruzamentos: principalmente a confiança institucional é impactada pela confiança nas Forças Armadas, e geralmente com efeitos mais significativos do que os de escolaridade e renda (exceto nos modelos reduzidos do Brasil para confiança no Congresso e no governo; nestes casos, a renda apresentou efeitos maiores). Nesse sentido, as confianças parecem estar incluídas num mesmo pacote. Confiar mais nos militares não significa, desse modo, confiar menos nas demais instituições no Brasil e na Argentina. As variáveis andam de braços dados, confirmando uma síndrome de confiança institucional já vislumbrada nos cruzamentos, da qual a confiança nas Forças Armadas faz parte, sem representar elemento de atrito. Assim, existe, de fato, uma relação da confiança nos militares com a confiança nas instituições brasileiras e argentinas. Porém, a tese não se confirma: a confiança nos militares impacta de forma considerável sobre o capital social, especialmente em seu nível institucional, mas de maneira positiva, e não da forma postulada, de uma relação negativa.

Esta tese contribuiu para a Ciência Política ao realizar um esforço para relacionar transições políticas, através da confiança nas Forças Armadas, e capital social nos níveis interpessoal e institucional. A partir dela, foi possível notar que o peso das transições, apesar de existente, deve ser considerado de maneira complementar a como as democracias respondem às demandas da população, de

que modo ela consegue trazer resultados que levem os cidadãos a confiarem nas instituições do regime. Mais do que preocupar-se com o modelo transicional que gerou uma ou outra democracia, parece fundamental, para os países que venham a levar a cabo regimes ditatoriais e implementar democracias, institucionalizar uma governança que possa corresponder às expectativas por ela geradas. Uma democracia nascente deve, desse modo, mostrar que ela merece confiança e adesão dos sujeitos. É o estabelecimento dessa confiança que gerará e fortalecerá a já mencionada síndrome de confiança institucional. A partir desse círculo virtuoso entre instituições responsivas e sujeitos confiantes, a própria confiança nos militares, antes vista como potencial ameaça, torna-se mais um elemento de fortalecimento democrático, com as Forças Armadas sendo vistas não como um possível adversário da democracia, mas sim como uma instituição pertencente à mesma.

Os dados aqui apresentados não se esgotam em si. Posteriormente, poderão ser desenvolvidos estudos que verifiquem se houve ou não alterações de panorama no Brasil e na Argentina. Para conferir importância ao caso brasileiro, pesam elementos como o atual processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff que tramitava no Senado até o fechamento desta tese, pequenos grupos que clamam por intervenção militar neste cenário, e a grande crise política e econômica na qual o país está envolvido. Já no caso argentino, a vitória do conservador Macri, rompendo com um considerável tempo de kirchnerismo no país, também pode trazer à tona questões importantes relacionadas ao modo como os cidadãos estão se relacionando com as instituições, podendo repercutir nos dados de opinião pública. Há ainda a possibilidade de estabelecer uma comparação com outros países e seus distintos modelos transicionais, para verificar se neles também pode-se encontrar esse mesmo pacote de confiança institucional, ou se em algum lugar isso propiciou uma situação conflitiva entre confiança nas forças militares e nas demais instituições. E mesmo o modelo adotado não é um modelo que esgota possibilidades: futuramente outras direções causais de impactos podem ser verificadas, e mesmo outras variáveis ainda podem ser agregadas ao modelo, com a finalidade de verificar se o comportamento dos efeitos do modelo se mantêm.

De todo modo, esta tese serviu para que haja uma reflexão maior sobre os indícios de que talvez os modelos transicionais não possuam tanto impacto do ponto de vista cultural nos países. Claro que, como visto, os percentuais brutos variam em diferentes cenários originados de distintas transições. Mas o significado de confiar ou não nas instituições militares não se altera em relação às demais. Ele se encontra positivamente relacionado com a confiança que os cidadãos possuem nas outras instituições. No atual panorama de Brasil e Argentina, as Forças Armadas podem ganhar prestígio em um cenário institucional favorável, mas tal prestígio pode ser estéril. Por outro lado, em cenários conturbados e marcados pela desconfiança, talvez nem os militares se salvem da insatisfação popular nos dois países. Não parecem ser, portanto, portadores de qualquer bandeira de mudança na percepção de brasileiros e argentinos, e estão, para o bem ou para o mal, inseridos como mais uma peça de um mesmo contexto institucional.

6. Referências Bibliográficas

ACUÑA, C. H.; SMULOVITZ, C. O ajuste das Forças Armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambigüidades no Cone Sul. In: JELIN, E.; HERSHBERG, E. (Org.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP / NEV, 2006.

ALMEIDA, A. C. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

ALMEIDA, J. Lugar de fala, polissemia e paráfrase nos discursos de FHC e Lula sobre o Plano Real. *Ícone*, I (4), 1999. p. 168-202.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Borwn and Company (Inc.), 1965.

ALVARENGA, D.; CARDILLI, J. 10 pontos para entender a crise na Argentina. *g1.globo.com*, 27 de junho de 2014. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

AMARAL, O.; RIBEIRO, P. F. Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, n. 56, dezembro, 2015. p. 107-123.

ARGENTINA. *Memoria y dictadura: um espacio para la reflexión desde los derechos humanos*. Buenos Aires, 2011.

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Rev. Sociol. Pol.*, n. 17. Curitiba, Novembro, 2001.

BABBIE, E. *Métodos de Pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BAQUERO, M. *Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BAQUERO, M. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011. p. 13-23.

BAQUERO, M. *Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BAQUERO, M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, 2007. p. 231-259.

BAQUERO, M. Globalização e democracia inercial: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.) *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, novembro 2008. p. 380-413.

BAQUERO, M.; SOUZA, B. M.; RIQUINHO, C. L. Apatia e corrupção: duas nuances da cidadania brasileira. *V Seminário Nacional de Ciência Política da UFRGS*. 2013.

BARBETTA, P. A. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

BENEDICTO, J. Cultural structures and political life: the cultural matrix of democracy in Spain. *European Journal of Political Research*, 43, 2004. p. 287-307.

BORON, A. Néstor Kirchner e as desventuras da “centro-esquerda” na Argentina. *Lutas Sociais*, 17/18, 2006. p. 9-22.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, vol. 31, n. 1, p. 2-3, 1980.

BRAGA, M. S.; RIBEIRO, P.; AMARAL, O. El sistema de partidos em Brasil: estabilidad e institucionalización. *Cd do 6º Congresso Latino-Americano de Ciência Política da Alacip*. 2012.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

CAROTHERS, T. The end of the transition paradigm. *Journal of Democracy*, 13:1, 2002.

- CARVALHO, J.M. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, n. 18, 1996. p. 338-359.
- CASTRO, H. C. O. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. In: GONZÁLEZ, R. S (org.). *Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. p. 29-54.
- CATTERBERG, G.; PALANZA, V. Argentina: dispersión de la oposición y el auge de Cristina Fernández de Kirchner. *Revista de Ciencia Política*, v. 13, n. 1, 2012. p. 3-30.
- CAVAROZZI, M. *Autoritarismo y democracia (1955-1983)*. Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996.
- CHERESKY, I. Las elecciones nacionales de 1999 y 2001: fluctuación del voto, debilitamiento de la cohesión partidaria y crisis de representación. In: CHERESKY, I.; BLANQUER, J.M. (comp.). *De la ilusión reformista al descontento ciudadano: las elecciones en Argentina, 1999 y 2001*. Rosario: Homo Sapiens, 2003. p. 19-51.
- COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 94, n. 1, p. 95-121, jan. 1988.
- DE LA CRUZ, J. La transición política y la España constitucional. *Proyecto Clio*, n. 36, 2010.
- DE RIZ, L. Política y partidos: ejercicio de análisis comparado: Argentina, Chile, Brasil y Uruguay. *Desarrollo Económico*, v. 25, n. 100, jan-mar 1986. p. 659-682.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. The quality of democracy. *CDDRL Working Papers*, Stanford, n. 20, september 2004.
- DURLAUF S. N. e FAFCHAMPS, M. *Social capital*. Disponível em: <<http://www.economics.ox.ac.uk/Members/marcel.fafchamps/homepage/soccapandbook.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

DURSTON, J. Capital social: parte del problema, parte de la solución. *Conferencia En Busca de un Nuevo Paradigma: capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile, 24-26 de septiembre de 2001.

FALCÃO, J. O Judiciário segundo os brasileiros. In: GUERRA, S. (Org.). *Transformações do Estado e do Direito: novos rumos para o Poder Judiciário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 13-29.

FERNÁNDEZ, J. C. Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, E. S. (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.

FREIDENBERG, F. *Análisis de las elecciones en América Latina: septiembre 2005 a diciembre 2006*. Disponível em: http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/elecciones_Freidenberg06.pdf. Acesso em: 17 dez 2014.

FUKUYAMA, F. Social capital, civil society and development. *Third World Quarterly*, v. 22, n. 1, p. 7-20, 2001.

GALLO, C. A.; SOUZA, B. M. Legados culturais do autoritarismo na Argentina e no Brasil. *VI Seminario Internacional Políticas de la Memoria*. 2013.

GARCÍA, C. S. La transición política en España: una sociedad desmovilizada. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 80, 1997. p. 33-68.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 47-68.

GONZÁLEZ, R. S.; LENTZ, R. Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 48, n. 2, maio/agosto 2012. p. 130-138.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

GUGLIANO, A.; JEREZ, A. Las elecciones brasileñas de 1994: ¿continuidad o cambio?. *América Latina Hoy*, 13, 1996. p. 73-79.

GUINAND, S. Notas sobre Perón y el populismo. *Cuadernos Unimetanos*, 16, 2008. p. 28-31.

HANIFAN, L. The rural school community center. *Annals of the american academy of political and social science*, v. 67, september 1976. p. 130-138.

HERNÁNDEZ, A. M. La inconstitucionalidad del “corralito” financiero y bancario. *Ius et Praxis*, v. 8, n. 2, 2002. p. 141-175.

IAZZETTA, O. Democracia y Estado entres décadas (1983-2013): entre la estatalidad lograda y la necesaria. *Estudios*, n. 30, julio-diciembre 2013. p. 257-280.

HUNTINGTON, S. *The third wave: democratization in the Twentieth Century*. Norman: University Oklahoma Press, 1991.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

LA NACIÓN. Mauricio Macri es el nuevo presidente de los argentinos. 22 de noviembre de 2015.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

MALAMUD, A. ¿Por qué los partidos argentinos sobreviven a sus catástrofes? *Iberoamericana América Latina- España- Portugal*, v. 8, n. 32, 2008. p. 158-165.

MARENCO DOS SANTOS, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. (Orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

MARTINS, J.M.L. *Política para eleitor ver: imaginários sociais e performances de Serra e Dilma no horário eleitoral de 2010*. Dissertação de mestrado, Fortaleza, UFC, 2012.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (Org.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.

MARTINS, P.H. Cultura autoritária e aventura da brasilidade. In BURITY, J. *Cultura e identidade: perspectivas multidisciplinares*. Rio de Janeiro, XX Editora, 2002. p. 65-104.

MIGUEL, L. F. Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo. *Dados*, v. 42, n. 2, 1999.

MILANI, C. Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). *IV Conferencia Regional ISTR-LAC*, San José, Costa Rica, outubro 2003.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*. Vol. XI, n1. 2005, pp.33-63.

MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A.; MENEGHELLLO, R. Introdução. In: MOISÉS, J. A.; MENEGHELLLO, R. (Orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.

MONTERO, J.R.; TORCAL, M.; GUNTHER, R. Actitudes hacia la democracia en España: legitimidad, descontento y desafección, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 83, 1998. p. 9-49.

MORLINO, L. Explicar la realidad democrática: que tan relevantes son lastradiciones autoritarias. *Revista de Ciencia Política*, v. 27, n. 2, 2007.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2001.

O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1986.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

OLLIER, M. M. La institucionalización democrática en el callejón: la inestabilidad presidencial en Argentina (1999-2003). *América Latina Hoy*, n. 49, 2008. Salamanca. p. 73-103.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, novembro 2011. p. 304-332.

PÉREZ-LIÑÁN, A.; MAINWARING, S. La supervivencia de la democracia en América Latina (1945-2005). *América Latina Hoy*, n. 68, 2014. p. 139-168.

PORTES, A. Social capital: it's origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, n. 24, p. 1-24, 1998.

PORTO, M. P.; GUAZINA, L. A política na tv: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. *Revista Contracampo*, v. III, 1999.

POWER, T. J. e JAMISON, G. D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião pública*, v. XI, n1., 2005.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

QUIROGA, H. Democracia y legitimidad de la moneda: la experiencia argentina. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 41, novembro 2002.

QUIROGA, H. La reconstrucción de la democracia argentina (1983-2003). In: SURIANO, J. (dir.). *Nueva historia argentina: dictadura y democracia (1976-2001)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

RECH, C. M.; PASE, H. L. O Território Zona Sul do Estado/RS: um campo fértil à democracia. *Anais I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade*. Natal, novembro de 2010.

RENNÓ, L.; SMITH, A.; LLOYD, M.; PEREIRA, F. *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania*. São Paulo: Intermeios, 2011.

RIEDL, M.; VOGT, O. P. Associativismo e desenvolvimento: considerações sobre a existência de capital social. In: CORREA, S. M. S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

RUSTOW, D. Transitions to democracy: toward a dynamic model. *Comparative Politics*, v. 2, n. 3, april 1970. p. 337-363.

SANTOS, E. R. Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra. *Sociedade e Estado*, v. 22, n. 1, jan-abr 2007. p. 153-185.

SANTOS, E. R. *Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1971-1989)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85, nov. 2009. p. 83-102.

STEPAN, A. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: STEPAN, A. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. C. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TORCAL, M. El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España: la construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias. *Revista Española de Ciencia Política*, n. 18, abril 2008. p. 29-65.

TORRE, J. C. Los huérfanos de la política de partidos: sobre los alcances y naturaleza de la crisis de representación partidaria. *Desarrollo económico- Revista de Ciencias Sociales*, v. 42, n. 168, enero-marzo 2003. p. 647-665.

VITULLO, G. *Além da transitologia e da consolidologia: um estudo da democracia argentina realmente existente*. Tese de doutorado, Porto Alegre, UFRGS, 2005.

VITULLO, G. E. *Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

WEFFORT, F. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.

WEFFORT, F. Incertezas da transição na América Latina. *Lua Nova*, n. 86, São Paulo, Março, 1989.

WOOLCOCK, M. e NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research and policy. *World Bank Research Observer*, vol. 15 (2), 2000.

ZAVERUCHA, J. *FHC, Forças Armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia, 1999> 2002*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

ZAVERUCHA, J. Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n.19, 1992.

ZAVERUCHA, J. *Rumor de sabres*. São Paulo: Ática, 1994.

7. Anexos

Anexo I- Questionário do Latinobarômetro de 2010

1

P1ST. En términos generales, ¿diría Ud. que está satisfecho con su vida? ¿Diría Ud. que está....? **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

Muy satisfecho 1
Bastante satisfecho 2
No muy satisfecho 3
Para nada satisfecho 4 _____
NS/NR 0 **NO LEER**

P2ST. En su opinión, ¿Cuál considera Ud. que es el problema más importante en el país? **(ANOTE TEXTUAL LO**

QUE DIGAN; SÓLO UNA RESPUESTA)

Ninguno..97 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

P3ST.A ¿Cómo calificaría en general la situación económica actual del país? Diría Ud. que es... **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P3ST.A) P3ST.B ¿Y cómo calificaría la situación política del país? Diría Ud. que es... **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN**

P3ST.B)

P3ST.A P3ST.B

Muy buena 1 1
Buena 2 2
Regular 3 3
Mala 4 4
Muy mala 5 5 _____
No sabe 8 8 **NO LEER**
No responde 0 0

P4ST. ¿Considera Ud. que la situación económica actual

del país está mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o mucho peor que hace doce meses?(**ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Mucho mejor 1
- Un poco mejor 2
- Igual 3
- Un poco peor 4
- Mucho peor 5 _____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

P5ST.A. ¿Y en los próximos doce meses cree Ud. que, en general, la situación económica del país será mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o mucho peor que ahora? (**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN**

P5ST.A). **P5ST.B** Y en los próximos doce meses, ¿cree Ud. que la situación política de (país) será mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor o mucho peor que ahora? (**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN**

P5ST.B)

P5ST A P5ST.B

- Mucho mejor 1 1
- Un poco mejor 2 2
- Igual 3 3
- Un poco peor 4 4
- Mucho peor 5 5 _____
- No sabe 8 8 **NO LEER**
- No responde 0 0

P6ST. ¿Cómo calificaría en general su situación económica actual y la de su familia? ¿Diría Ud. que es...(**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

- Muy buena 1
- Buena 2
- Regular 3

- Mala 4
- Muy mala 5_____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

P7ST. ¿Considera Ud. que su situación económica y la de su familia está mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o mucho peor que hace doce meses?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Mucho mejor 1
- Un poco mejor 2
- Igual 3
- Un poco peor 4
- Mucho peor 5_____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

P8ST. ¿Y en los próximos doce meses, cree que su situación económica y la de su familia será mucho mejor, un poco mejor, igual, un poco peor, o mucho peor que la que tiene hoy? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE**

UNA SOLA)

- Mucho mejor 1
- Un poco mejor 2
- Igual 3
- Un poco peor 4
- Mucho peor 5_____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

P9ST. ¿Diría Ud. que este país...? **(LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA)

- Está progresando 1
- Está estancado 2
- Está en retroceso 3_____
- No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P10ST. ¿Con cuál de las siguientes frases está Ud. más

de acuerdo? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

La democracia es preferible a cualquier

otra forma de gobierno 1

En algunas circunstancias, un gobierno

autoritario puede ser preferible a uno

democrático. 2

A la gente como uno, nos da lo mismo un

régimen democrático que uno no democrático .. 3_____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P11ST.A En general, diría Ud. que está muy satisfecho,

más bien satisfecho, no muy satisfecho o nada

satisfecho con el funcionamiento de la democracia en

(país)? **(MARQUE UNA SOLA EN P11ST.A) P11ST.B** ¿Y con el

funcionamiento de la economía?**(MARQUE UNA SOLA EN**

P11ST.B)

P11ST.A P11ST.B

DEMOCRACIA ECONOMÍA

Muy satisfecho 1 1

Más bien satisfecho 2 2

No muy satisfecho 3 3

Nada satisfecho 4 4_____

No sabe 8 8 **NO LEER**

No responde 0 0

P12ST. ¿Cuán justa cree Ud. que es la distribución del

ingreso en (país)?**(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Muy justa 1

Justa 2

Injusta 3

Muy injusta 4_____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P13ST. (MOSTRAR TARJETA 1) Imagínese una escala de 10 peldaños, en que en el "1" se ubican las personas más pobres y en el "10" se ubican las personas "más ricas", ¿dónde se ubicaría Ud.? **(MUESTRE ESCALA, ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P13ST.A)** ¿Dónde se ubicarían sus padres? **(MUESTRE ESCALA, ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P13ST.B)** ¿Y dónde cree Ud. que se encontrarán sus hijos? **(MUESTRE ESCALA, ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA EN P13ST.C)**

1-10 NS NR

P13ST.A Personal 98 00

P13ST.B Padres 98 00

P13ST.C Hijos 98 00

P14ST/N (MOSTRAR TARJETA 2) ¿Está Ud. muy de acuerdo (1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con las siguientes afirmaciones? **(LEA CADA AFIRMACIÓN Y MARQUE UNA RESPUESTA PARA CADA UNA)**

MA DA ED MD NS/NR

P14ST.A La democracia puede tener problemas, pero es el mejor sistema de gobierno 1 2 3 4 0

P14ST.B Cuando hay una situación difícil en (país), esta bien que el gobierno pase por encima de las leyes, el parlamento y/o las instituciones con el objeto de resolver los problemas 1 2 3 4 0

P14ST.C Los medios de comunicación deben poder publicar noticias sin temer a ser cerrados 1 2 3 4 0

P14ST.D Las decisiones del gobierno buscan privilegiar a algunos pocos 1 2 3 4 0

P14ST.E Que el presidente controle los
medios de comunicación 1 2 3 4 0

P14NCC.F Algunas personas y/o grupos tienen
tanta influencia que los
intereses de la mayoría son ignorados . 1 2 3 4 0

P14NG El matrimonio entre homosexuales 1 2 3 4 0

P14N.H Que los presidentes de la
República puedan ser reelegidos 1 2 3 4 0

P15N. ¿Cuál es su opinión sobre el último gobierno
militar en (país), diría Ud. que fue Muy bueno, bueno,
regular, malo o muy malo?(**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE**

UNA SOLA)

Muy bueno 1
Bueno 2
Regular 3
Malo 4
Muy malo 5 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No aplicable 9
No responde 0

2

P16STM. ¿Apoyaría Ud. a un gobierno militar en
reemplazo del gobierno democrático si las cosas se
ponen muy difíciles, o no apoyaría Ud. en ninguna
circunstancia un gobierno militar? (**ESPERE RESPUESTA Y**

MARQUE UNA SOLA)

Apoyaría a un gobierno militar en reemplazo
del gobierno democrático, si las cosas se
ponen muy difíciles 1
En ninguna circunstancia apoyaría a un
gobierno militar 2 _____
No sabe 8 **NO LEER**
No responde 0

P17ST. En términos generales ¿diría usted que (país) está gobernado por unos cuantos grupos poderosos en su propio beneficio, o que está gobernado para el bien de todo el pueblo? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

Grupos poderosos en su propio beneficio 1

Para el bien de todo el pueblo 2_____

NS/NR 0 **NO LEER**

P18ST. (MOSTRAR TARJETA 3) Por favor, mire esta tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos, instituciones o personas mencionadas en la lista ¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha(1), algo(2), poca(3) o ninguna(4) confianza en...?**(LEA CADA ÍTEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)**

MUCHA ALGO POCA NINGUNA NS NR

- P18ST.A** El gobierno 1 2 3 4 8 0
- P18ST.B** Los bancos 1 2 3 4 8 0
- P18ST.C** La policía 1 2 3 4 8 0
- P18ST.D** Los diarios 1 2 3 4 8 0
- P18ST.E** La televisión 1 2 3 4 8 0
- P18ST.F** Las radios 1 2 3 4 8 0
- P18ST.G** Los sindicatos 1 2 3 4 8 0
- P18ST.H** La empresa privada 1 2 3 4 8 0

P19ST. (MOSTRAR TARJETA 4) ¿Cuáles de las siguientes cosas cree Ud. que una persona no puede dejar de hacer si quiere ser considerado ciudadano? **(ESPERE RESPUESTA**

Y MARQUE TODAS LAS QUE LE MENCIONE)

- Votar 1
- Pagar impuestos 2
- Obedecer todas las leyes siempre 3
- Participar en organizaciones sociales 4
- Participar en organizaciones políticas 5
- Elegir productos medioambientalmente responsables 6

Ayudar a los (nacionales) que están peor
que uno 7
Cumplir con el servicio militar 8 _____
No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P20ST. (MOSTRAR TARJETA 3) Por favor, mire esta
tarjeta y dígame, para cada uno de los grupos,
instituciones o personas mencionadas en la lista
¿cuánta confianza tiene usted en ellas: mucha(1),
algo(2), poca(3) o ninguna(4) confianza en...?(**LEA
CADA ÍTEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO**)

MUCHA ALGO POCA NINGUNA NS NR

P20ST.A El Congreso

Nacional/Parlamento 1 2 3 4 8 0

P20ST.B El Poder Judicial . 1 2 3 4 8 0

P20ST.C Los partidos

políticos 1 2 3 4 8 0

P20ST.D Fuerzas Armadas. .. 1 2 3 4 8 0

P20ST.E La administración

pública 1 2 3 4 8 0

P20ST.F Los Municipios/

gobierno local 1 2 3 4 8 0

P20ST.G La Iglesia 1 2 3 4 8 0

P20ST.H Tribunal Electoral 1 2 3 4 8 0

P20ST.I El Estado 1 2 3 4 8 0

P21ST. Hay gente que dice que sin Congreso Nacional no
puede haber democracia, mientras que hay otra gente
que dice que la democracia puede funcionar sin
Congreso Nacional. ¿Cuál frase está más cerca de su
manera de pensar?(**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA**)

Sin Congreso Nacional no puede haber
democracia 1

La democracia puede funcionar sin Congreso
Nacional 2 _____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P22ST ¿Cuán probable cree Ud. que es, que pueda haber un golpe de Estado en (país) o no sabe Ud. lo suficiente para opinar? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA RESPUESTA**)

Muy probable 1

Bastante probable 2

Poco probable 3

Nada probable 4_____

No sabe lo suficiente 5_ **NO LEER**

No responde 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS SOBRE POLÍTICA NACIONAL

P23ST. ¿Cuán interesado está Ud. en la política? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA**)

Muy interesado 1

Algo interesado 2

Poco interesado 3

Nada interesado 4_____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P24NCC. (MOSTRAR TARJETA 5) Imagine un tema que es muy importante para Ud. pero no lo entiende por completo. ¿Qué haría para encontrar más información acerca de ese tema? (**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE TODAS LAS QUE LE**

DIGA) CONTINUE ¿Algo más? (**MARQUE LO QUE LE DIGAN**)

Hablar con la gente, amigos vecinos 1

Hablar o escribir al Gobierno o partido

Político, representante etc. 2

Hablar o escribir a especialistas,

Expertos fuera del gobierno o partido 3

Leer acerca de eso 4

Escuchar la radio y/o televisión 5

- Escuchar a un comentarista de radio/TV en
 Particular 6
 Buscar en Internet 7
 Asistir a reuniones específicas 8_____
- No haría nada 9 **NO LEER**
 No sabe/ No responde 0

P25NCC. (MOSTRAR TARJETA 6). Aquí hay una lista de cosas que una persona puede hacer para influir en una decisión del gobierno. ¿Cuál de estos métodos piensa Ud. que sería el más efectivo? **(ESPERE RESPUESTA Y**

MARQUE LO QUE LE DIGAN).

- Trabajar a través de conexiones personales y familiares con funcionarios del gobierno 1
 Escribir a los funcionarios de gobierno explicando su punto de vista. 2
 Atraer personas interesadas en el problema y formar un grupo 3
 Trabajar a través de su partido 4
 Organizar una protesta 5_____
- Otro 6 **NO LEER**
 Ninguno 7
 No sabe o No responde 0

P26ST. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar? Hay gente que dice que la política es tan complicada que con frecuencia la gente como uno no puede entender lo que pasa. Otros opinan que la política no es tan complicada y se puede entender lo que pasa **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

- La política es tan complicada que no se entiende 1
 La política no es tan complicada y se entiende 2_____
- No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P27ST/N. (MOSTRAR TARJETA 7) En todos los países hay diferencias o incluso conflictos entre diferentes grupos sociales. ¿En su opinión, cuán fuerte es el conflicto entre los diferentes grupos que le voy a mencionar, o no existe conflicto?, ¿Diría Ud. que el conflicto entre ricos y pobres, es muy fuerte(1), fuerte(2), débil(3), o no existe conflicto (4)? **(LEA CADA ÍTEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)**

MF F D NC NS/NR

P27ST.A Ricos y pobres 1 2 3 4 0

P27ST.B Empresarios y trabajadores . 1 2 3 4 0

P27ST.C Gente joven y la sociedad .. 1 2 3 4 0

P27ST.D Gente vieja y la sociedad .. 1 2 3 4 0

P27ST.E Hombres y mujeres 1 2 3 4 0

P27ST.F Personas de distinta raza blancos y negros, indígenas y no indígenas 1 2 3 4 0

P27ST.G(Nacionales) y extranjeros .. 1 2 3 4 0

P27N.H Entre ideología de izquierda y derecha 1 2 3 4 0

P28N ¿Cuánto cree Ud. que las políticas públicas que lleva a cabo el gobierno mejoran las condiciones de vida de los (nacionales)? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE**

UNA SOLA)

Mucho 1

Algo 2

Poco 3

Nada 4_____

No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P29ST. Si este domingo hubiera elecciones, ¿Por qué partido votaría Ud.?(**ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN**)

Vota Nulo/blanco.....95 No vota/ninguno.....96 **NO LEER**

No inscrito...97 No sabe...98 No responde...00

3

P30WVS (MOSTRAR TARJETA 8) Pensando en las cualidades que se pueden alentar en los niños en el hogar, si tuviera que escoger, ¿cuál considera usted que es especialmente importante de enseñar a un niño? Por favor escoja hasta cinco alternativas. **(ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE HASTA 5 ALTERNATIVAS) NO IMPORTANTE MENCIONO

- Buenos modales 1 2
- Obediencia 1 2
- Trabajo duro 1 2
- Tolerancia y respeto por los demás 1 2
- Economizar, ahorrar dinero y cosas 1 2
- Determinación y perseverancia 1 2
- Creencias religiosas, Fe 1 2

P31NCC. En algunas escuelas los niños son alentados a discutir y debatir temas políticos y sociales y a forjarse un criterio propio. Cuando Ud iba a la escuela, antes de su educación secundaria ¿Qué tanta oportunidad tenían los niños de expresar sus opiniones en debates o discusiones? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE**

UNA SOLA)

- Mucho 1
- Algo 2
- Poco 3
- Nada 4_____
- No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P32N ¿Hay algún partido político hacia el cual se sienta usted más cercano que hacia el resto de los partidos? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA ALTERNATIVA)**

- Sí 1

No 2_____

No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P32N.A (SI CONTESTA SI EN P32N) ¿Hacia cuál partido político se siente usted más cercano?

(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN)

No sabe..98 No aplica..99 No responde..00

P33N ¿Cuán partidario es Ud. de ese partido político, diría que es muy partidario, algo partidario o no muy partidario?**(ESPERE RESPUESTA Y**

MARQUE UNA ALTERNATIVA)

Muy partidario 1

Algo partidario 2

No muy partidario 3_____

No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P34ST ¿Cree Ud. que el sector político que Ud. apoya tiene iguales oportunidades de llegar al poder que los demás, o cree que no tiene las mismas oportunidades?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA ALTERNATIVA)

Tiene las mismas oportunidades.....1

No tiene las mismas oportunidades.....2_____

NS/NR.....0 **NO LEER**

P35ST. Hay gente que dice que sin partidos políticos no puede haber democracia, mientras que hay otra gente que dice que la democracia puede funcionar sin partidos. ¿Cuál frase está más cerca de su manera de pensar?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Sin partidos políticos no puede haber democracia 1

La democracia puede funcionar sin partidos .. 2_____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P36N Los partidos necesitan financiamiento para cumplir su función según la constitución política del

estado. ¿Cómo cree Ud. que se deben financiar los partidos? Con un aporte del estado o con aportes o donaciones de privados/particulares y empresas?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Con aportes del Estado 1
- Con donaciones de privados/particulares y empresas 2_____
- Ambos 3 **NO LEER**
- No Sabe/ No Responde 0

P37NCC ¿Cuál de éstas frases esta más cerca de sus sentimientos cuando va a las urnas a votar? **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

- Tengo un sentimiento de satisfacción 1
- Lo hago sólo porque es mi deber 2
- Me siento molesto, es un desperdicio de tiempo 3
- No siento nada en particular 4_____
- No voto 5 **NO LEER**
- No sabe o No responde 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS POR ASUNTOS INTERNACIONALES

P38ST. ¿Cuál es el país de América Latina que tiene más liderazgo en la región? **(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE**

DIGAN)

- Ninguno..97 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

P39ST/N (MOSTRAR TARJETA 9) Me gustaría conocer su opinión sobre los siguientes países que le voy a leer ¿Tiene Ud. una muy buena(1), buena(2), mala(3) o muy mala(4) opinión sobre?**(LEA CADA PAÍS Y MARQUE UNA**

ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MB B M MM NS NR

P39ST.A EEUU, Estados Unidos 1 2 3 4 8 0

P39ST.B Unión Europea 1 2 3 4 8 0

P39ST.C Japón 1 2 3 4 8 0

P39ST.D China 1 2 3 4 8 0

P39ST.E España 1 2 3 4 8 0

P39ST.F Canadá 1 2 3 4 8 0

P39ST.G Cuba 1 2 3 4 8 0

P39NIA.H Venezuela 1 2 3 4 8 0

P40STIA.A (MOSTRAR TARJETA 10) Me gustaría hablarle de líderes extranjeros, tiene Ud. una opinión muy favorable(1), algo favorable(2), algo desfavorable(3), o muy desfavorable(4) del Presidente de los Estados Unidos, Barack Obama, o no ha oído Ud. lo suficiente como para opinar(5)?**(MARQUE UNA SOLA EN P40STIA.A)**

P40STIA.B ¿Y del presidente de Brasil, Lula da Silva?

(MARQUE UNA SOLA EN P40STIA.B) P40STIA.C Y del presidente de Venezuela Hugo Chávez? **(MARQUE UNA SOLA EN P40STIA.C)**

MF AF AD MD NO OÍDO NS NR

P40STIA.A Barack Obama..1 2 3 4 5 8 0

P40STIA.B Lula da Silva.1 2 3 4 5 8 0

P40STIA.C Hugo Chávez...1 2 3 4 5 8 0

P41STIA.A Ahora, pensando en el rol que juega EEUU en América Latina, y todo lo que hace, en general diría Ud. que los Estados Unidos tienen una influencia positiva o una influencia negativa. ¿Cree Ud. que es muy positiva, algo positiva, algo negativa o muy negativa? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN**

P41STIA.A) P41STIA.B ¿Y Venezuela, qué influencia tiene? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN**

P41STIA.B) P41NIA.C ¿Y Brasil, qué influencia tiene? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN P41NIA.C)**

P41 P41P41

STIA.A STIA.B NIA.C

Muy positiva 1 1 1

Algo positiva 2 2 2
 Algo negativa 3 3 3
 Muy negativa 4 4 4 _____
 Ni negativa ni positiva 5 5 5 **NO LEER**
 No tiene influencia 6 6 6
 No sabe 8 8 8
 No responde 0 0 0

P42ST/NIA (MOSTRAR TARJETA 11) ¿Y cómo calificaría Ud.

las relaciones entre (país) y los Estados Unidos?

¿Diría Ud. que son....? **(MARQUE UNA SOLA EN P42ST.A)**

P42ST.B ¿Y entre (país) y la Unión Europea? ¿Diría que

son...?**(MARQUE UNA SOLA EN P42ST.B)** **P42ST.C** ¿Y entre

(país) y España? ¿Diría que son...?**(MARQUE UNA SOLA EN**

P42ST.C) **P42NIA.D** ¿Y entre (país) y Venezuela? ¿Diría

que son..? **(MARQUE UNA SOLA EN P42NIA.D)**

P42ST.A P42ST.B P42ST.C P42NIA.D

UNIÓN

EE.UU. EUROPEA ESPAÑA VENEZUELA

Muy buenas 1 1 1 1
 Más bien buenas 2 2 2 2
 Más bien malas 3 3 3 3
 Muy malas 4 4 4 4 _____
 No sabe 8 8 8 8 **NO LEER**
 No responde 0 0 0 0

P43ST.A En general, ¿Está Ud. muy a favor, algo a

favor, algo en contra o muy en contra de la

integración económica entre los países de América

Latina? **(MARQUE UNA SOLA EN P43ST.A)** **P43ST.B** ¿Y de que

exista una mayor cooperación política entre los países

de América Latina? **(MARQUE UNA SOLA EN P43ST.B)**

P43ST.A INTEGRACIÓN P43ST.B COOPERACIÓN

ECONÓMICA POLÍTICA

Muy a favor 1 1

Algo a favor 2 2
Algo en contra 3 3
Muy en contra 4 4 _____
No sabe 8 8 **NO LEER**
No responde 0 0

AHORA LE HAREMOS UNAS PREGUNTAS SOBRE OTROS PAISES

P44ST. (MOSTRAR TARJETA 12) Con una escala de 1 a 10,
le pedimos evaluar cuán democrático es (país). El
"1" quiere decir que "(país) no es democrático" y el
"10" quiere decir que "(país) es totalmente
democrático" ¿Dónde pondría Ud. a (país)? **(ANOTE UNA
RESPUESTA EN P44ST.A)** ¿Y a EEUU? **(ANOTE UNA RESPUESTA
EN P44ST.B)** ¿Y a Venezuela? **(ANOTE UNA RESPUESTA EN
P44ST.C)** ¿Y a Honduras? **(ANOTE UNA RESPUESTA EN
P44ST.D)** ¿Y a Cuba? **(ANOTE UNA RESPUESTA EN P44ST.E)** ¿Y
a España? **(ANOTE UNA RESPUESTA EN P44ST.F)** ¿Y Canadá?
(ANOTE UNA RESPUESTA EN P44N.G)

NO ES

DEMOCRÁTICO

TOTALMENTE

DEMOCRÁTICO

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

Otras respuestas..96 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

P44ST.A (país) _____

P44ST.B EEUU _____

P44ST.C Venezuela _____

4

P44ST.D Honduras _____

P44ST.E Cuba _____

P44ST.F España _____

P44N.G Canadá _____

P45ST. ¿Está Ud. a favor de que se mantenga el embargo

que EE.UU tiene contra Cuba o es Ud. partidario de
terminar con el embargo de EE.UU contra Cuba? **(LEA**

ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

- A favor del embargo 1
- Terminar con el embargo 2 _____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

P46ST/N. (MOSTRAR TARJETA 13) De la lista de
instituciones que están en la tarjeta dígame
(mencione) todas las que conoce y póngale nota de 1 a
10, siendo 1 muy malo y 10 muy bueno **(MARQUE SI CONOCE**

O NO CONOCE Y MARQUE LA NOTA A LOS QUE CONOCE)

P46.A P46.B

CONOCE NO CONOCE NOTA NA

P46ST.A FMI Fondo

Monetario Internacional 1 0 ____ 99

P46ST.B Banco Mundial 1 0 ____ 99

P46ST.C ONU Naciones Unidas .. 1 0 ____ 99

P46ST.D OEA, Organización de

Estados Americanos 1 0 ____ 99

P46ST.E BID, Banco

Interamericano de Desarrollo . 1 0 ____ 99

P46N.F CAF Corporación Andina

De Fomento 1 0 ____ 99

P46ST.G UNASUR 1 0 99

P47STMIA ¿Ha escuchado o leído sobre el calentamiento
global o el cambio climático, la idea de que aumenta
la temperatura de la tierra? **(LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA)

- Mucho 1
- Algo 2
- Poco 3
- Nada 4 _____

NS/NR 0 **NO LEER**

P48NIA ¿Cuánto cree Ud. que el cambio climático global
afecta a su país? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA EN**

P48ST.A) ¿Y cuánto lo afecta a Ud. y a su familia?

(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA EN P48M.IA.B)

P48ST.A P48M.IA.B

Mucho..... . 1 1

Algo 2 2

Poco 3 3

Nada 4 4_____

NS/NR 0 0 **NO LEER**

P49NIA. Una pregunta más sobre cambio climático ¿Cuál

de estas tres afirmaciones están más cerca de su

manera de pensar? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Todos los países, incluyendo el mío,

necesitan trabajar juntos en el cambio

climático 1

Los que más causan el cambio climático

deberían encontrar una solución 2

El cambio climático no es un problema

tan grande 3_____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS SOBRE EL (NACIONAL) Y EL ESTADO

P50ST. (MOSTRAR TARJETA 14) ¿Diría Ud. que los

(nacionalidad)...**(LEA CADA ÍTEM Y MARQUE UNA**

ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MUCHO BASTANTE POCO NADA NS/NR

P50ST.A Cumplen las leyes 1 2 3 4 0

P50ST.B Son exigentes de

sus derechos 1 2 3 4 0

P50ST.C Son conscientes de

sus obligaciones y deberes ... 1 2 3 4 0

P51NCC Si Ud. tiene algún problema con la policía, una violación de tráfico tal vez, o es acusado de una ofensa menor ¿Ud. piensa que le dará trato igualitario, es decir, que será tratado como cualquier otra persona? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA ESPUESTA)**

- Sí 1
- Depende 2
- No 3 _____
- Otro 4 **NO LEER**
- No sabe o No responde 0

P52ST ¿Se describiría Ud. como parte de un grupo que es discriminado en (país) o no? **(ESPERE RESPUESTA Y**

MARQUE UNA SOLA)

Si.....1 No.....2 NS/NR.....0 **NO LEER**

P53ST Imagínesse que el total de (nacionalidad) son 100. ¿Cuántos de esos 100 cree Ud. que son discriminadas o no hay nadie discriminado? **(ANOTE UN**

NUMERO ENTRE 0 Y 100)

_____ **NO LEER** No hay nadie...998 NS/NR...999

P54NCC. (MOSTRAR TARJETA 15) ¿Cuáles son las cosas acerca de este país que lo hacen más orgulloso como (nacionalidad)? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE TODAS LAS**

QUE MENCIONE)

- El sistema político legal 01
- Legislación social 02
- Fortaleza nacional e independencia 03
- Sistema económico, crecimiento económico ... 04
- Características de la gente 05
- Virtudes espirituales, religión 06
- Contribuciones a las artes 07
- Contribuciones a la ciencia 08
- Atributos físicos del país 09
- Deportes 10

Lengua materna 11_____

Otro 12 **NO LEER**

No sabe o No responde 0

P55ST. Hablando en general, ¿Diría Ud. que se puede confiar en la mayoría de las personas o que uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

Se puede confiar en la mayoría de las personas.....1

Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás.....2_____

NS/NR.....0 **NO LEER**

P56ST Podría decirme si, recientemente, ¿sabe Ud. de alguna persona, o ha oído Ud. comentar a algún familiar o conocido sobre alguien que se las arregló para pagar menos impuesto del que debía? **(ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Si.....1 No.....2 NS/NR.....0 **NO LEER**

P57ST. (MOSTRAR TARJETA 16) En una escala de 1 a 10, donde 1 es "para nada justificable" y 10 es "totalmente justificable", ¿cuán justificable cree Ud. que es evadir impuestos? **(ANOTE RESPUESTA EN P57ST.A)**

¿Y simular estar enfermo para no ir a trabajar? **(ANOTE**

RESPUESTA EN P57ST.B) ¿Y comprar algo que sabía que era robado? **(ANOTE RESPUESTA EN P57ST.C)**

PARA NADA

JUSTIFICABLE

TOTALMENTE

JUSTIFICABLE

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

No sabe....98 No responde....00 **NO LEER**

P57ST.A Evadir impuestos _____

P57ST.B Simular estar enfermo

para no ir a trabajar _____

P57ST.C Comprar algo que sabía

que era robado _____

P58ST. (MOSTRAR TARJETA 17) Por lo que Ud. sabe o ha oído, en una escala de 1 a 100, donde "1" es "ninguno" y "100" es "todos", ¿Cuántos son los (nacionalidad) que teniendo que pagar impuestos, los pagan debidamente? **(ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UN NÚMERO DEL 1**

AL 100)

_____ **NO LEER** No sabe..998 No responde.....000

P59ST.A ¿Ud. aprueba o no aprueba la gestión del gobierno que encabeza el presidente (nombre)...?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN P59ST.A) P59N.B

Y ¿aprueba o no aprueba la manera como el gobierno maneja el tema de la seguridad y el crimen? **(ESPERE**

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN P59N.B)

P59ST.A P59N.B

Aprueba 1 1

No aprueba 2 2 _____

NS/NR 0 0 **NO LEER**

P60ST. (MOSTRAR TARJETA 18) En política se habla normalmente de "izquierda" y "derecha". En una escala dónde "0" es la "izquierda" y "10" la "derecha", ¿dónde se ubicaría Ud.? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA**

SOLA)

IZQUIERDA DERECHA

00 01 02 03 04 05 06 07 08 09 10

Ninguno...97 No sabe...98 No responde...99 **NO LEER**

P61ST. (MOSTRAR TARJETA 19) ¿Quién cree Ud. que tiene más poder en (país)? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE HASTA**

TRES)

Las grandes empresas	1
Los militares	2
Los sindicatos	3
Los medios de comunicación	4
Los bancos	5
Los partidos políticos	6
El Gobierno	7
El Parlamento/Congreso	8_____
No sabe o No responde	0 NO LEER

5

P62N. ¿Cree Ud. que el Estado tiene los medios para resolver los problemas de nuestra sociedad o cree Ud. que el Estado no tiene los medios para resolverlos?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)**

Tiene los medios	1
No tiene los medios	2_____
No sabe o No responde	0 NO LEER

P63ST. Se dice que el Estado puede resolver los problemas de nuestra sociedad porque tiene los medios para ellos. ¿Diría Ud. que el Estado puede resolver...? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)**

Todos los problemas	1
La mayoría de los problemas	2
Bastantes problemas	3
Sólo algunos problemas	4
El Estado no puede resolver ningún problema .	5_____
NS/NR	0 NO LEER

P64N. (MOSTRAR TARJETA 20) ¿Cuál diría Ud. que es el nivel mínimo de seguridad social que espera que el Estado garantice. De la siguiente lista nombre hasta tres. **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE SÓLO TRES)**

Protección a la propiedad privada	1
Protección contra el crimen	2

Protección del medio ambiente	3
Educación	4
Salud	5
Jubilación / Pensiones	6
Seguro de desempleo	7
Oportunidad de conseguir trabajo	8
Subvención para los más pobres	9
No sabe o No responde	0

P65ST (MOSTRAR TARJETA 21) ¿Diría Ud. que se encuentra muy satisfecho(1), más bien satisfecho(2), no muy satisfecho(3) o nada satisfecho(4), con la manera como funcionan...(LEA CADA ITEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA

PARA CADA UNO)

MS MBS NMS NS NS/NR

P65ST.A Los hospitales públicos 1 2 3 4 0

P65ST.B La educación pública ... 1 2 3 4 0

P65ST.C La policía 1 2 3 4 0

P65ST.D El sistema judicial 1 2 3 4 0

P65ST.E El lugar donde saca el documento de identidad 1 2 3 4 0

P66ST. (MOSTRAR TARJETA 22) ¿Diría Ud. que se encuentra muy satisfecho(1), más bien satisfecho(2), no muy satisfecho(3) o nada satisfecho(4), con... **(ITEM)** o no cuenta Ud. con estos servicios donde vive(9)?

(LEA CADA ITEM Y MARQUE UNA ALTERNATIVA PARA CADA UNO)

MS MBS NMS NS NC NS/NR

P66ST.A La disponibilidad de áreas verdes y espacios públicos en su municipio 1 2 3 4 9 0

P66ST.B Los servicios municipales en general 1 2 3 4 9 0

P66ST.C Los caminos y la pavimentación 1 2 3 4 9 0

P66ST.D El transporte

público 1 2 3 4 9 0

P66ST.E La recolección de

basura 1 2 3 4 9 0

P66ST.F El alcantarillado ... 1 2 3 4 9 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS POR SEGURIDAD CIUDADANA

P67N ¿Cómo calificaría la seguridad ciudadana en el país? Diría Ud. que es... **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE**

UNA SOLA RESPUESTA)

Muy buena 1

Buena 2

Regular 3

Mala 4

Muy mala 5 _____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P68ST. ¿Cuánto cree Ud. que se ha progresado en reducir la corrupción en las instituciones del Estado en estos últimos 2 años? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE**

UNA SOLA)

Mucho 1

Algo 2

Poco 3

Nada 4 _____

No sabe 8 **NO LEER**

No responde 0

P69ST. (MOSTRAR TARJETA 23) ¿Cuál cree Ud. es el impacto que tienen los ciudadanos de otros países que vienen a vivir a (país)? De las siguientes frases que le voy a mencionar, por favor dígame si usted está muy de acuerdo(1), de acuerdo(2), ni acuerdo ni en desacuerdo(3), en desacuerdo(4) o muy en desacuerdo(5)

(LEA CADA ALTERNATIVA Y MARQUE UNA SOLA PARA CADA UNA)

MA DA NAND ED MD NS/NR

P69ST.A Vienen a competir por
nuestros puestos de trabajo .. 1 2 3 4 5 0

P69ST.B Los países ricos tienen
la responsabilidad de aceptar
a inmigrantes provenientes
de los países pobres 1 2 3 4 5 0

P70ST.A ¿Ha sido Ud.(1) o algún pariente (2) asaltado,
agredido, o víctima de un delito en los últimos doce
meses? **(ESPERE RESPUESTA, SI DICE SI PREGUNTAR ¿UD.UN
PARIENTE o Ambos? MARQUE UNA SOLA EN P70ST.A)**

UD.PAR.AMB NO NS NR

P70ST.A Asaltado/ agredido/
víctima de delito1 2 3 4 8 0

P70NC.B (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 o 3 EN

P70ST.A) ¿Qué tipo de delito sufrió? **(ANOTE
TEXTUAL LO QUE DIGAN)**

No sabe..98 No aplica..99 No responde..00 **NO LEER**

P70ST.C ¿Ha sabido Ud. de algún amigo o pariente que
haya consumido drogas en los últimos doce
meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN P70ST.C)**

P70ST.D ¿Ha sabido Ud., de alguien que haya
participado en una compra o venta de drogas en los
últimos doce meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN**

P70ST.D) P70ST.E ¿Ha sabido Ud., o algún pariente de
algún acto de corrupción en los últimos doce
meses?**(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA EN P70ST.E)**

SI NO NS NR

P70ST.C Consumo de drogas 1 2 8 0

P70ST.D Narcotráfico (compra)/
venta de drogas 1 2 8 0

P70ST.E Acto de corrupción 1 2 8 0

P71ST.A En general, ¿puede Ud. decir que vivir en (país) es cada día más seguro, igual de seguro o más inseguro? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN**

P71ST.A) P71ST.B ¿Y en su barrio diría Ud. que es? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA EN P72ST.B)**

P71ST.A P71ST.B

PAIS BARRIO

- Más seguro 1 1
- Igual de seguro 2 2
- Más inseguro 3 3_____
- No sabe 8 8 **NO LEER**
- No responde 0 0

P72ST. ¿Cuán frecuentemente se preocupa Ud. de que pueda llegar a ser víctima de un delito con violencia?

(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA)

- Todo o casi todo el tiempo 1
- Algunas veces 2
- Ocasionalmente 3
- Nunca 4_____
- NS/NR 0 **NO LEER**

P73NC. ¿Cuál considera Ud. que es el principal problema que enfrenta la policía para combatir la delincuencia? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA SOLA**

RESPUESTA)

- Poco personal 1
- Baja capacitación 2
- Equipos obsoletos 3
- Pocos recursos 4
- Baja cooperación ciudadana 5
- Corrupción 6_____
- No sabe o No responde 0 **NO LEER**

P74NC. (MOSTRAR TARJETA 24) Según su criterio, ¿cuáles son las políticas de seguridad ciudadana más

efectivas? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE TODAS LAS QUE LE**

MENCIONE)

- Aumentar el número de efectivos policiales
en la calle 1
- Ofrecer nuevas oportunidades a los jóvenes .. 2
- Ampliar las políticas sociales 3
- Mejorar el sistema educativo 4
- Aumentar la participación ciudadana 5
- Fortalecer las instituciones
encargadas de la seguridad 6
- Fortalecer el Sistema Judicial 7
- Mejorar el sistema de prisiones/cárceles 8
- Aumentar las penas por delitos 9_____
- Otra 10 **NO LEER**
- No sabe o No responde 0

AHORA LE PREGUNTAREMOS POR LA ECONOMÍA

P75ST. (MOSTRAR TARJETA 25) Está Ud. muy de acuerdo(1), de acuerdo (2), en desacuerdo (3) o muy en desacuerdo (4) con cada una de las frases que le voy a leer **(LEA CADA AFIRMACIÓN Y MARQUE UNA ALTERNATIVA**

PARA CADA UNA)

MA A ED MD NS NR NA

P75ST.A La empresa privada es indispensable para el desarrollo del país 1 2 3 4 8 0

P75ST.B La economía de mercado es el único sistema con el que (país) puede llegar a ser desarrollado..... 1 2 3 4 8 0

P75ST.C Las privatizaciones de las empresas estatales han sido beneficiosas para el país 1 2 3 4 8 0 9

P76STM. Los servicios públicos estatales que se han

privatizado (de agua, luz etc). Tomando en cuenta el precio y la calidad ¿está Ud. hoy día mucho más

6

satisfecho, más satisfecho, menos satisfecho o mucho menos satisfecho con los servicios privatizados?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

- Mucho más satisfecho 1
- Más satisfecho 2
- Menos satisfecho 3
- Mucho menos satisfecho 4 _____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No aplicable 9
- No responde 0

AHORA SEGUIREMOS CON LOS MEDIOS DE COMUNICACIÓN

P77ST. (MOSTRAR TARJETA 26) ¿Cómo se informa Ud. de los asuntos políticos? **(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA**

ALTERNATIVA PARA CADA UNA)

MENCIONA NO MENCIONA

- P77ST.A** Con la familia 1 0
- P77ST.B** Los amigos 1 0
- P77ST.C** Compañeros de trabajo 1 0
- P77ST.D** Mis compañeros de estudio 1 0
- P77ST.E** Por la radio 1 0
- P77ST.F** Por los diarios/revistas 1 0
- P77ST.G** Por Internet 1 0
- P77ST.H** Por la televisión 1 0 _____
- P77ST.I** Otros 1 0 **NO LEER**
- P77ST.J** Ninguno 1 0

P78ST/N. ¿Cuántos días en la semana pasada miró Ud. las noticias políticas en televisión? **(ESPERE**

RESPUESTA, ANOTE EL NUMERO DE DIAS EN P78ST.A)

¿Cuántos días leyó Ud. noticias políticas en un

periódico/diario? **(ESPERE RESPUESTA, ANOTE EL NUMERO**

DE DIAS EN P78ST.B) ¿Cuántos días oyó Ud. noticias

políticas en la radio? **(ESPERE RESPUESTA, ANOTE EL**

NÚMERO DE DIAS EN P78ST.C) ¿Cuántos días leyó Ud.

noticias políticas en Internet? **(ESPERE RESPUESTA,**

ANOTE EL NUMERO DE DIAS EN P78N.D)

DÍAS NING NS NR

P78ST.A. Televisión _____ **96 98 0**

P78ST.B. Diario _____ **96 98 0**

P78ST.C. Radio _____ **96 98 0**

P78N.D. Internet **96 98 0**

P79.A ¿Cuál es su idioma materno? **(LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA EN P79.A) P79.B (PARA SER CONTESTADA

POR EL ENCUESTADOR) Idioma en que fue aplicado este

questionario **P79A P79B**

Idioma materno Idioma aplicación

Español 1 1

Portugués 2 2

Lengua autóctona/Indígena 3 3

Otra 4 4

P80ST. (MOSTRAR TARJETA 27) A continuación le nombraré

una serie de líderes y presidentes. Quiero que los

evalúe en una escala de 0 a 10, en la que "0"

significa que su valoración es "muy mala" y "10" que

es "muy buena". ¿O no los conoce suficiente para

opinar? **(LEA CADA NOMBRE, Y ANOTE EN EL CASILLERO EL**

NUMERO QUE RESPONDAN) NO

CONOCE NS NR

P80N.1 Juan Manuel Santos **96 98 99**

P80N.2 José Mujica **96 98 99**

P80ST.3 Fidel Castro **96 98 99**

P80ST.4 Luiz Ignacio Lula

da Silva

96 98 99

P80ST.5 Hugo Chávez 96 98 99

P80N.6 Sebastián Piñera 96 98 99

P80ST.7 Evo Morales 96 98 99

P80ST.8 Cristina Fernández

de Kirchner

96 98 99

P80ST.9 Alan García 96 98 99

P80ST.10 Barack Obama 96 98 99

P80ST.11 Felipe Calderón 96 98 99

P80ST.12 Rey Juan Carlos 96 98 99

P80ST.13 José Luís

Rodríguez Zapatero 96 98 99

P80ST.14 Rafael Correa 96 98 99

P80ST.15 Fernando Lugo 96 98 99

P80ST.16 Daniel Ortega 96 98 99

P80N.17 Laura Chinchilla 96 98 99

P80N.18 Mauricio Funes 96 98 99

SOCIODEMOGRÁFICAS

S1NCC ¿Dónde nació Ud? (**ESPERE RESPUESTA Y ANOTE**

TEXTUAL LO QUE LE DIGAN) (pueblo/ ciudad/ país)

No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

S2NCC ¿Cuál es/era el tamaño del lugar donde nació

Ud?(en cantidad de habitantes) (**ESPERE RESPUESTA Y**

ANOTE TEXTUAL EL TAMAÑO EN CANTIDAD DE HABITANTES)

Ninguno..97 No sabe..98 No responde..00 **NO LEER**

S3. ¿Cuán preocupado diría Ud. que está de quedar sin

trabajo o de estar desempleado durante los próximos

doce meses o no tiene Ud. trabajo? (**LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA)

Muy preocupado..... 1

Preocupado..... 2
Poco preocupado..... 3
No está preocupado.. 4 _____
No tiene trabajo.....5 (**CESANTES, ESTUDIANTES,**

DUEÑAS DE CASA, JUBILADOS)

NS/NR..... 0 **NO LEER**

S4. El salario o sueldo que Ud. percibe y el total del ingreso familiar, ¿Le permite cubrir satisfactoriamente sus necesidades? ¿En cuál de estas situaciones se encuentra Ud.?(**LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA)

Les alcanza bien, pueden ahorrar.....1
Les alcanza justo, sin grandes dificultades..2
No les alcanza, tienen dificultades.....3
No les alcanza, tienen grandes dificultades..4 _____
No sabe.....8 **NO**
No responde.....0 **LEER**

S5. ¿Cuál es su estado civil? (**LEA ALTERNATIVAS Y**

MARQUE UNA SOLA)

1 2 3 0

Casado/
Conviviente
Soltero Separado/Divorciado/
Viudo
NS/NR

S6. Ha tenido Ud. y su familia dificultades en los últimos 12 meses para pagar las cuentas de agua, luz/electricidad? (**ESPERE RESPUESTA, MARQUE UNA SOLA EN**

S6A Y SIGA) ¿Y se ha quedado sin dinero para comprar la comida?(**ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA EN S6B)**

SI NO NS/NR

S6A. Agua, Luz/Electricidad . 1 2 0
S6B. Comida 1 2 0

S7. Sexo del entrevistado (SOLO ANOTAR NO PREGUNTAR)

Masculino.....1 Femenino.....2

S8. ¿Cuál es su edad?

(ANOTE EL NÚMERO DE AÑOS CUMPLIDOS)

S9. ¿Cuál es su religión? (ESPERE RESPUESTA Y ANOTE LO QUE LE DIGAN)

Ninguna...97 No sabe...98 No responde...00 **NO LEER**

SI CONTESTA QUE TIENE UNA RELIGION

S10. ¿Y cómo se considera Ud.?(LEA ALTERNATIVAS

Y MARQUE UNA SOLA)

Muy practicante.....1

Practicante.....2

No muy practicante...3

No practicante.....4_____

No sabe.....8 **NO LEER**

No responde.....0

No aplicable.....9 **(SIN RELIGIÓN)**

S11. ¿Es Ud. en la casa el que más contribuye al ingreso familiar? ¿Es Ud. el jefe de familia? (ESPERE

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Sí.....1 **(ES JEFE DE FAMILIA)**

No.....2

SI NO ES JEFE DE FAMILIA NO OLVIDAR APLICAR EDUCACIÓN

Y OCUPACIÓN DE JEFE DE FAMILIA: S22;S23;S24A;S24B;S25

S12M. ¿Cómo cubre generalmente usted sus gastos de salud? (ESPERE RESPUESTA Y ANOTE UNA SOLA) (NOTA:

ADAPTAR SEGÚN CADA PAÍS)

Seguro Privado 1

Seguro Público 2

Ambos 3

No tiene Seguro 4_____

NS/NR 0 **NO LEER**

S13. ¿A qué edad terminó Ud. su educación (educación de tiempo completo)? **(ANOTE TEXTUAL EL NÚMERO QUE LE DIGAN)**

No estudió...96 Está estudiando... 97 **NO LEER**

No sabe/no recuerda...98 No responde...00

S14. ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado? **(ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...)** ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.? **(ANOTAR AÑO)**

S15. Y sus padres, ¿qué estudios han realizado? **(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y PRUEBE...)** ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.? **(ANOTAR AÑO)(CODIFICAR SEGÚN PADRE QUE TENGA MAYOR NIVEL EDUCACIONAL)**

NOTA: EN S14 Y S15 SE REQUIERE ANOTAR AÑOS DE ESTUDIO

EJ: 1º AÑO DE INSTITUTO SUPERIOR, 3º AÑO ARQUITECTURA

NO SIRVE COLOCAR EJ: ARQUITECTURA/ INSTITUTO SUPERIOR

7

S16A. ¿Cuál es su situación ocupacional actual? **(LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA RESPUESTA. SIGA LAS FLECHAS PARA SEGUIR PREGUNTANDO)**

Independiente/cuenta propia...1 **PASE A S17**

Asalariado en emp. pública...2 **PASE A S17**

Asalariado en emp. privada...3 **PASE A S17**

Temporalmente no trabaja.....4 **PASE A S16B**

Retirado/pensionado.....5 **PASE A S16B**

No trabaja/ responsable

de las compras

y el cuidado de la casa.....6 **PASE A S18**

Estudiante.....7 **PASE A S18**

S16B. (PARA LOS QUE CONTESTAN 4 O 5 EN S16A)

¿Cuál era su situación ocupacional

anteriormente? **(ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y**

MARQUE BAJO "PAS" LO QUE CORRESPONDA)

S17. (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 O 3 EN S16A)

¿Qué tipo de trabajo hace Ud.?(**ANOTE TEXTUAL LO**

**QUE LE DIGAN Y MARQUE BAJO "ACT" LO QUE
CORRESPONDA, DE ACUERDO A SI ES TRABAJADOR
DEPENDIENTE O INDEPENDIENTE)**

_____ **S17 S16B**

"A". INDEPENDIENTE-CUENTA PROPIA ACT. PAS.

.Profesional (doctor, abogado,
contador, arquitecto).....1 1
.Dueño de negocio.....2 2
.Agricultor/Pescador.....3 3
.Trabajador por cuenta propia,
ambulante.....4 4

"B". ASALARIADO, EMPLEADO

.Profesional.....5 5
.Alto ejecutivo (Gerente, Director)...6 6
.Ejecutivo de mando medio7 7
.Otro empleado.....8 8
.No aplicable.....9 9

S18. ¿Es Ud. ciudadano (nacionalidad)? (ESPERE

RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

1 2 0

Si No NO/NR

**S19. ¿Ud. y su familia han pensado en la posibilidad
concreta de ir a vivir a otro país? (ESPERE RESPUESTA**

Y MARQUE UNA SOLA)

1 2 0

Si No NS/NR

S20. ¿A qué raza se considera perteneciente Ud.?

(ESPERE RESPUESTA Y MARQUE UNA SOLA)

Asiático(a) 1
Negro(a) 2

- Indígena 3
- Mestizo(a) 4
- Mulato(a) 5
- Blanco(a) 6
- Otra raza 7_____
- No sabe 8 **NO LEER**
- No responde 0

S21. ¿Ud. o algún miembro de su hogar posee alguno de los siguientes bienes?(**LEA CADA UNO DE LOS BIENES Y MARQUE UNA RESPUESTA PARA CADA UNO**)

SI NO NR

- A. Una vivienda donde los padres tienen una habitación distinta de los hijos .. 1 2 0
- B. Al menos una comida al día 1 2 0
- C. Televisor a color 1 2 0
- D. Heladera/ refrigerador 1 2 0
- E. Casa propia 1 2 0
- F. Computador/a 1 2 0
- G. Lavarropas/Lavadora 1 2 0
- H. Teléfono red fija 1 2 0
- I. Teléfono celular/móvil 1 2 0
- J. Auto 1 2 0
- K. Una segunda vivienda 1 2 0
- L. Agua potable (cañerías, entubada) .. 1 2 0
- M. Agua caliente de cañería 1 2 0
- N. Alcantarillado/Cloacas 1 2 0
- O. Baño con ducha 1 2 0
- P. Electricidad 1 2 0

PREGUNTAS APLICADAS SÓLO SI EL ENTREVISTADO NO ES EL JEFE DE FAMILIA (CUANDO ENTREVISTADO NO ES QUIEN CONTRIBUYE MÁS AL INGRESO EN EL HOGAR).

S22. ¿A qué edad terminó su educación el Jefe de familia (educación de tiempo completo)?(**ANOTE TEXTUAL**)

EL NÚMERO QUE LE DIGAN)

No estudió... 96 Está estudiando... 97 **NO LEER**

No sabe/recuerda...98 No responde...00 No aplicable...99

S23. Y el jefe de la familia, ¿Qué estudios ha realizado? ¿Cuál es el último año cursado?

(ENTREVISTADOR, ANOTE TODO LO QUE LE DIGAN Y

PRUEBE...) ¿Escuela técnica de qué, instituto de qué..., etc.?(**ANOTAR AÑO**)

No estudió...96 No sabe/ No recuerda...98 **NO LEER**

No Aplicable...99

NOTA: En S23 SE REQUIERE ANOTAR AÑOS DE ESTUDIO EJ:

1º AÑO DE INSTITUTO SUPERIOR, 3º AÑO ARQUITECTURA

NO SIRVE COLOCAR EJ: ARQUITECTURA/ INSTITUTO SUPERIOR

S24A. ¿Cuál es la situación ocupacional del Jefe de Familia? (**LEA ALTERNATIVAS Y MARQUE UNA RESPUESTA.**

SIGA LAS FLECHAS PARA SEGUIR PREGUNTANDO)

Independiente/cuenta propia1 **PASE A S25**

Asalariado en emp. pública.....2 **PASE A S25**

Asalariado en emp. privada.....3 **PASE A S25**

Temporalmente no trabaja.....4 **PASE A S24B**

Retirado/pensionado.....5 **PASE A S24B**

No trabaja/ responsable de las compras y el cuidado de la casa....6 **PASE A S26**

Estudiante.....7 **PASE A S26**

No aplicable.....9

S24B. (PARA LOS QUE CONTESTAN 4 O 5 EN S24A) ¿Cuál era la situación ocupacional del jefe de familia anteriormente? (**ANOTE TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y**

MARQUE BAJO "PAS" LO QUE CORRESPONDA)

S25. (PARA LOS QUE CONTESTAN 1,2 O 3 EN S24A) ¿Qué tipo de trabajo hace el Jefe de familia? (**ANOTE**

TEXTUAL LO QUE LE DIGAN Y MARQUE BAJO "ACT" LO QUE

**CORRESPONDA DE ACUERDO A SI ES TRABAJOR
DEPENDIENTE O INDEPENDIENTE)**

S25 S24B

"A". INDEPENDIENTE-CUENTA PROPIA ACT. PAS.

.Profesional (doctor, abogado,
contador, arquitecto).....1 1
.Dueño de negocio.....2 2
.Agricultor/Pescador.....3 3
.Trabajador por cuenta propia,
ambulante.....4 4

"B". ASALARIADO, EMPLEADO

.Profesional.....5 5
.Alto ejecutivo (Gerente, Director)...6 6
.Ejecutivo de mando medio7 7
.Otro empleado.....8 8
.No aplicable.....9 9
.No responde/sin dato.....0 0

A TODOS

S26ST ¿Alguna vez en su vida ha usado Ud. correo
electrónico o se ha conectado a Internet?(**LEA**

ALTERNATIVAS, MARQUE UNA SOLA Y SIGA)

Sí, todos los días.....1 **PASE A S26ST.A Y S26ST.B**
Sí, ocasionalmente.....2 **PASE A S26ST.A Y S26ST.B**
Sí, casi nunca.....3 **PASE A S26ST.A Y S26ST.B**
No, nunca.....4 **PASE A S28ST**
NS/NR..... 0 **PASE A S28ST**

S26ST.A. (SÓLO PARA QUIENES USAN INTERNET)

Independientemente del lugar donde accede a
Internet, ¿Para qué lo usa Ud.?(**LEA ALTERNATIVAS**

Y MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE)

Para usar el correo electrónico/
e-mail/ Messenger 1
Para buscar información 2

Para entretenerse	3
Para trabajar	4
Para estudiar	5
Hacer trámites	6
Hacer compras	7_____
Otro	8 NO LEER
NS/NR	0
No Aplicable	9

S26ST.B. ¿Dónde se conecta Ud. a Internet?

(MARQUE TODAS LAS QUE MENCIONE)

Lugar de estudio/trabajo.....	1
En su hogar.....	2
En una casa particular.....	3
En un Internet café/lugar pagado...4	
En un acceso gratis/público.....	5_____
NS/NR.....	0 NO LEER
No Aplicable.....	9

S27M (MOSTRAR TARJETA 28) ¿Usa Ud. alguno de los siguientes servicios de redes sociales si es que Ud.

usa alguno? **(MARQUE TODOS LOS QUE MENCIONE)**

Facebook	01	Hi5	06
MySpace	02	Windows Live Space ...	07
Youtube	03	Sonico	08
Orkut	04	Friendster.....	09
Twitter	05_____		
Otro 96 No usa 97 No Responde 00			

S28. APRECIACION DEL NIVEL SOCIOECONOMICO DEL ENTREVISTADO. Tomar como punto de referencia: CALIDAD

8

DE LA VIVIENDA, CALIDAD DE AMUEBLADO Y APARIENCIA GENERAL DEL ENTREVISTADO.

Muy bueno.....	1	Malo.....	4
Bueno.....	2	Muy malo.....	5

Regular..... 3

PARA SER CONTESTADA POR ENCUESTADOR

Q1. ¿Los entrevistados encontraron alguna de las preguntas ofensivas, íntimas o indiscretas para ser respondidas? **(ANOTE LAS QUE RECUERDE)**

P_____ P_____ P_____ P_____ P_____

Q2. ¿Qué sección de las preguntas fueron para Ud. incómodas o difíciles de preguntar? **(ANOTE**

LAS QUE RECUERDE)

P_____ P_____ P_____ P_____ P_____

CODIFIQUE. SI NO

- A. Preg. económicas.....1 0
- B. Preg. políticas.....1 0
- C. Preg. sobre democracia.....1 0
- D. Preg. Relaciones internacionales.1 0
- E. Preg. Sociodemográficas.....1 0

Q3. Pensando en la entrevista en general, ¿Cómo encontraron los entrevistados la duración de la entrevista?

Muy larga.....1

Un poco larga.....2

No hubo reacción en cuanto a la duración....3

SOLO PARA CODIFICAR. NO MARQUE CODIGOS

RESUMEN EDUCACION

REEDUC 1

REEDUC 2

REEDUC 3

RESUMEN EDAD

REEDAD

DECLARO QUE ESTA ENTREVISTA ESTÁ REALIZADA DE ACUERDO

A LAS INSTRUCCIONES DE LA MUESTRA ENTREGADA Y SON

AUTÉNTICAS

OBSERVACIONES VOLUNTARIAS ADICIONALES

FIRMA DEL ENCUESTADOR

OBSERVACIONES DE LA SUPERVISION

FIRMA DEL SUPERVISOR

Anexo II- Cálculos dos modelos de trajetória completos

Cálculo 1: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança interpessoal (Brasil)

Efeito direto= -0,040

Efeito total= -0,040 + (0,096 x -0,012) + (0,096 x 0,114 x 0,136) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,073) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,128) + (0,036 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,088) + (0,041 x 0,136) + (0,041 x 0,069 x -0,073) + (0,041 x 0,069 x 0,200 x 0,128) + (0,041 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,088) + (0,046 x -0,073) + (0,046 x 0,200 x 0,128) + (0,046 x 0,200 x 0,086 x 0,088) + (0,101 x 0,128) + (0,101 x 0,086 x 0,088) + (0,002 x 0,088)= **-0,023**

Cálculo 2: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança interpessoal (Argentina)

Efeito direto= -0,075

Efeito total= -0,075 + (0,014 x 0,123) + (0,014 x 0,136 x 0,117) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,059) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,037) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,082) + (0,000 x 0,117) + (0,000 x 0,174 x 0,059) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,037) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,082) + (-0,196 x 0,059) + (-0,196

$$\times 0,290 \times 0,037) + (-0,196 \times 0,290 \times 0,203 \times 0,082) + (0,007 \times 0,037) + (0,007 \times 0,203 \times 0,082) + (0,024 \times 0,082) = \mathbf{-0,086}$$

Cálculo 3: impactos da escolaridade sobre confiança interpessoal (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = -0,032$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & -0,032 + (0,104 \times -0,009) + (0,104 \times 0,142 \times 0,131) + (0,104 \times 0,142 \times \\ & 0,075 \times -0,074) + (0,104 \times 0,142 \times 0,075 \times 0,198 \times 0,128) + (0,104 \times 0,142 \times 0,075 \times \\ & 0,198 \times 0,078 \times 0,089) + (-0,185 \times 0,131) + (-0,185 \times 0,075 \times -0,074) + (-0,185 \times \\ & 0,075 \times 0,198 \times 0,128) + (-0,185 \times 0,075 \times 0,198 \times 0,078 \times 0,089) + (0,001 \times -0,074) \\ & + (0,001 \times 0,198 \times 0,128) + (0,001 \times 0,198 \times 0,078 \times 0,089) + (0,084 \times 0,128) + \\ & (0,084 \times 0,078 \times 0,089) + (0,013 \times 0,089) = \mathbf{-0,041} \end{aligned}$$

Cálculo 4: impactos da escolaridade sobre confiança interpessoal (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = -0,123$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & -0,123 + (0,030 \times 0,130) + (0,030 \times 0,150 \times 0,085) + (0,030 \times 0,150 \times \\ & 0,121 \times 0,047) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,040) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times \\ & 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (-0,288 \times 0,085) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,047) + (-0,288 \times 0,121 \\ & \times 0,292 \times 0,040) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (-0,200 \times 0,047) + (- \\ & 0,200 \times 0,292 \times 0,040) + (-0,200 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (0,037 \times 0,040) + (0,037 \\ & \times 0,195 \times 0,088) + (-0,033 \times 0,088) = \mathbf{-0,158} \end{aligned}$$

Cálculo 5: impactos da renda sobre confiança interpessoal (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,007$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,007 + (0,008 \times -0,012) + (0,008 \times 0,121 \times 0,136) + (0,008 \times 0,121 \times \\ & 0,078 \times -0,073) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,125) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times \end{aligned}$$

$$0,196 \times 0,080 \times 0,088) + (0,117 \times 0,136) + (0,117 \times 0,078 \times -0,073) + (0,117 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,125) + (0,117 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,080 \times 0,088) + (-0,030 \times -0,073) + (-0,030 \times 0,196 \times 0,125) + (-0,030 \times 0,196 \times 0,080 \times 0,088) + (0,027 \times 0,125) + (0,027 \times 0,080 \times 0,088) + (-0,018 \times 0,088) = \mathbf{0,024}$$

Cálculo 6: impactos da renda sobre confiança interpessoal (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,058$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,058 + (-0,030 \times 0,126) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,109) + (-0,030 \times 0,147 \times \\ & 0,161 \times 0,069) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,036) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times \\ & 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + (0,198 \times 0,109) + (0,198 \times 0,161 \times 0,069) + (0,198 \times 0,161 \times \\ & 0,283 \times 0,036) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + (0,087 \times 0,069) + (0,087 \times \\ & 0,283 \times 0,036) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + (0,000 \times 0,036) + (0,000 \times 0,193 \times \\ & 0,078) + (0,102 \times 0,078) = \mathbf{0,093} \end{aligned}$$

Cálculo 7: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Judiciário (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,387$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,387 + (0,096 \times 0,040) + (0,096 \times 0,114 \times 0,059) + (0,096 \times 0,114 \times \\ & 0,069 \times -0,101) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,144) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times \\ & 0,200 \times 0,086 \times 0,042) + (0,041 \times 0,059) + (0,041 \times 0,069 \times -0,101) + (0,041 \times 0,069 \\ & \times 0,200 \times 0,144) + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,042) + (0,046 \times -0,101) + \\ & (0,046 \times 0,200 \times 0,144) + (0,046 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,042) + (0,101 \times 0,144) + (0,101 \\ & \times 0,086 \times 0,042) + (0,002 \times 0,042) = \mathbf{0,405} \end{aligned}$$

Cálculo 8: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= 0,332

Efeito total= 0,332 + (0,014 x 0,174) + (0,014 x 0,136 x 0,112) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,063) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,101) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (0,000 x 0,112) + (0,000 x 0,174 x 0,063) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,101) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (-0,196 x 0,063) + (-0,196 x 0,290 x 0,101) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (0,007 x 0,101) + (0,007 x 0,203 x 0,053) + (0,024 x 0,053)= **0,372**

Cálculo 9: impactos da escolaridade sobre confiança no Judiciário (Brasil)

Efeito direto= 0,032

Efeito total= 0,032 + (0,104 x 0,067) + (0,104 x 0,142 x 0,074) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,087) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,167) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,039) + (-0,185 x 0,074) + (-0,185 x 0,075 x 0,087) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,167) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,039) + (0,001 x 0,087) + (0,001 x 0,198 x 0,167) + (0,001 x 0,198 x 0,078 x 0,039) + (0,084 x 0,167) + (0,084 x 0,078 x 0,039) + (0,013 x 0,039)= **0,04**

Cálculo 10: impactos da escolaridade sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= -0,041

Efeito total= -0,041 + (0,030 x 0,189) + (0,030 x 0,150 x 0,114) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x -0,010) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,093) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (-0,288 x 0,114) + (-0,288 x 0,121 x -0,010) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,093) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (-0,200 x -0,010) + (-0,200 x 0,292 x 0,093) + (-0,200 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (0,037 x 0,093) + (0,037 x 0,195 x 0,069) + (-0,033 x 0,069)= **-0,071**

Cálculo 11: impactos da renda sobre confiança no Judiciário (Brasil)

Efeito direto= 0,016

Efeito total= $0,016 + (0,008 \times 0,070) + (0,008 \times 0,121 \times 0,066) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times -0,087) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,169) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,040) + (0,117 \times 0,066) + (0,117 \times 0,078 \times -0,087) + (0,117 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,169) + (0,117 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,040) + (-0,030 \times -0,087) + (-0,030 \times 0,198 \times 0,169) + (-0,030 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,040) + (0,027 \times 0,169) + (0,027 \times 0,080 \times 0,040) + (-0,018 \times 0,040) = \mathbf{0,03}$

Cálculo 12: impactos da renda sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= 0,005

Efeito total= $0,005 + (-0,030 \times 0,187) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,124) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times -0,002) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,091) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,066) + (0,198 \times 0,124) + (0,198 \times 0,161 \times -0,002) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,091) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,066) + (0,087 \times -0,002) + (0,087 \times 0,283 \times 0,091) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,066) + (0,000 \times 0,091) + (0,000 \times 0,193 \times 0,066) + (0,102 \times 0,066) = \mathbf{0,033}$

Cálculo 13: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Congresso (Brasil)

Efeito direto= 0,353

Efeito total= $0,353 + (0,096 \times 0,138) + (0,096 \times 0,114 \times 0,010) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times -0,112) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,137) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,029) + (0,041 \times 0,010) + (0,041 \times 0,069 \times -0,112) + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,137) + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,029) + (0,046 \times -0,112) +$

$$(0,046 \times 0,200 \times 0,137) + (0,046 \times 0,200 \times 0,086 \times 0,029) + (0,101 \times 0,137) + (0,101 \times 0,086 \times 0,029) + (0,002 \times 0,029) = \mathbf{0,376}$$

Cálculo 14: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Congresso (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,270$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,270 + (0,014 \times 0,229) + (0,114 \times 0,136 \times 0,125) + (0,014 \times 0,136 \times \\ & 0,174 \times 0,083) + (0,014 \times 0,136 \times 0,174 \times 0,290 \times 0,119) + (0,014 \times 0,136 \times 0,174 \times \\ & 0,290 \times 0,203 \times 0,054) + (0,000 \times 0,125) + (0,000 \times 0,174 \times 0,083) + (0,000 \times 0,174 \times \\ & 0,290 \times 0,119) + (0,000 \times 0,174 \times 0,290 \times 0,203 \times 0,054) + (-0,196 \times 0,083) + (-0,196 \\ & \times 0,290 \times 0,119) + (-0,196 \times 0,290 \times 0,203 \times 0,054) + (0,007 \times 0,119) + (0,007 \times \\ & 0,203 \times 0,054) + (0,024 \times 0,054) = \mathbf{0,253} \end{aligned}$$

Cálculo 15: impactos da escolaridade sobre confiança no Congresso (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,100$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,100 + (0,104 \times 0,151) + (0,104 \times 0,142 \times 0,045) + (0,104 \times 0,142 \times \\ & 0,075 \times -0,096) + (0,104 \times 0,142 \times 0,075 \times 0,198 \times 0,148) + (0,104 \times 0,142 \times 0,075 \times \\ & 0,198 \times 0,078 \times 0,026) + (-0,185 \times 0,045) + (-0,185 \times 0,075 \times -0,096) + (-0,185 \times \\ & 0,075 \times 0,198 \times 0,148) + (-0,185 \times 0,075 \times 0,198 \times 0,078 \times 0,026) + (0,001 \times -0,096) \\ & + (0,001 \times 0,198 \times 0,148) + (0,001 \times 0,198 \times 0,078 \times 0,026) + (0,084 \times 0,148) + \\ & (0,084 \times 0,078 \times 0,026) + (0,013 \times 0,026) = \mathbf{0,122} \end{aligned}$$

Cálculo 16: impactos da escolaridade sobre confiança no Congresso (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = -0,002$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & -0,002 + (0,030 \times 0,228) + (0,030 \times 0,150 \times 0,125) + (0,030 \times 0,150 \times \\ & 0,121 \times 0,024) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,129) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times \\ & 0,292 \times 0,195 \times 0,066) + (-0,288 \times 0,125) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,024) + (-0,288 \times 0,121 \\ & \times 0,292 \times 0,129) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,066) + (-0,200 \times 0,024) + (- \\ & 0,200 \times 0,292 \times 0,129) + (-0,200 \times 0,252 \times 0,195 \times 0,066) + (0,037 \times 0,129) + (0,037 \\ & \times 0,195 \times 0,066) + (-0,033 \times 0,066) = \mathbf{-0,043} \end{aligned}$$

Cálculo 17: impactos da renda sobre confiança no Congresso (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = -0,023$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & -0,023 + (0,008 \times 0,161) + (0,008 \times 0,121 \times 0,029) + (0,008 \times 0,121 \times \\ & 0,078 \times -0,100) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,156) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times \\ & 0,198 \times 0,080 \times 0,028) + (0,117 \times 0,029) + (0,117 \times 0,078 \times -0,100) + (0,117 \times 0,078 \\ & \times 0,198 \times 0,156) + (0,117 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,028) + (-0,030 \times -0,100) + (- \\ & 0,030 \times 0,198 \times 0,156) + (-0,030 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,028) + (0,027 \times 0,156) + (0,027 \\ & \times 0,080 \times 0,028) + (-0,018 \times 0,028) = \mathbf{-0,015} \end{aligned}$$

Cálculo 18: impactos da renda sobre confiança no Congresso (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,028$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,028 + (-0,030 \times 0,230) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,121) + (-0,030 \times 0,147 \times \\ & 0,161 \times 0,022) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,129) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times \\ & 0,283 \times 0,193 \times 0,065) + (0,198 \times 0,121) + (0,198 \times 0,161 \times 0,022) + (0,198 \times 0,161 \times \\ & 0,283 \times 0,129) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,065) + (0,087 \times 0,022) + (0,087 \times \\ & 0,283 \times 0,129) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,065) + (0,000 \times 0,129) + (0,000 \times 0,193 \times \\ & 0,065) + (0,102 \times 0,065) = \mathbf{0,058} \end{aligned}$$

Cálculo 19: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no governo (Brasil)

Efeito direto= 0,211

Efeito total= 0,211 + (0,096 x 0,189) + (0,096 x 0,114 x 0,083) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,080) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,168) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,135) + (0,041 x 0,083) + (0,041 x 0,069 x -0,080) + (0,041 x 0,069 x 0,200 x 0,168) + (0,041 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,135) + (0,046 x -0,080) + (0,046 x 0,200 x 0,168) + (0,046 x 0,200 x 0,086 x 0,135) + (0,101 x 0,168) + (0,101 x 0,086 x 0,135) + (0,002 x 0,135)= **0,249**

Cálculo 20: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no governo (Argentina)

Efeito direto= 0,081

Efeito total= 0,081 + (0,014 x 0,484) + (0,014 x 0,136 x 0,064) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x -0,036) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,167) + (0,014 x 0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (0,000 x 0,064) + (0,000 x 0,174 x -0,036) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,167) + (0,000 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (-0,196 x -0,036) + (-0,196 x 0,290 x 0,167) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (0,007 x 0,167) + (0,007 x 0,203 x 0,074) + (0,024 x 0,074)= **0,088**

Cálculo 21: impactos da escolaridade sobre confiança no governo (Brasil)

Efeito direto= 0,031

Efeito total= 0,031 + (0,104 x 0,195) + (0,104 x 0,142 x 0,101) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,071) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,171) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,134) + (-0,185 x 0,101) + (-0,185 x 0,075 x -0,071) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,171) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,134) + (0,001 x -0,071)

$$+ (0,001 \times 0,198 \times 0,171) + (0,001 \times 0,198 \times 0,078 \times 0,134) + (0,084 \times 0,171) + (0,084 \times 0,078 \times 0,134) + (0,013 \times 0,134) = \mathbf{0,051}$$

Cálculo 22: impactos da escolaridade sobre confiança no governo (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,041$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,041 + (0,030 \times 0,476) + (0,030 \times 0,150 \times 0,075) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times -0,042) \\ & + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,171) + (0,030 \times 0,150 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,080) \\ & + (-0,288 \times 0,075) + (-0,288 \times 0,121 \times -0,042) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,171) \\ & + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,080) + (-0,200 \times -0,042) \\ & + (-0,200 \times 0,292 \times 0,171) + (-0,200 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,080) + (0,037 \times 0,171) \\ & + (0,037 \times 0,195 \times 0,080) + (-0,033 \times 0,080) = \mathbf{0,035} \end{aligned}$$

Cálculo 23: impactos da renda sobre confiança no governo (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,015$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,015 + (0,008 \times 0,198) + (0,008 \times 0,121 \times 0,093) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times -0,071) \\ & + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,174) + (0,008 \times 0,121 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,135) \\ & + (0,117 \times 0,093) + (0,117 \times 0,078 \times -0,071) + (0,117 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,174) \\ & + (0,117 \times 0,078 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,135) + (-0,030 \times -0,071) + (-0,030 \times 0,198 \times 0,174) \\ & + (-0,030 \times 0,198 \times 0,080 \times 0,135) + (0,027 \times 0,174) + (0,027 \times 0,080 \times 0,135) \\ & + (-0,018 \times 0,135) = \mathbf{0,03} \end{aligned}$$

Cálculo 24: impactos da renda sobre confiança no governo (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,003$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,003 + (-0,030 \times 0,479) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,063) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times -0,051) \\ & + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,172) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 & \times 0,283 \times 0,193 \times 0,082) + (0,198 \times 0,063) + (0,198 \times 0,161 \times -0,051) + (0,198 \times \\
 & 0,161 \times 0,283 \times 0,172) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,082) + (0,087 \times -0,051) + \\
 & (0,087 \times 0,283 \times 0,172) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,082) + (0,000 \times 0,172) + (0,000 \\
 & \times 0,193 \times 0,082) + (0,102 \times 0,082) = \mathbf{0,009}
 \end{aligned}$$

Cálculo 25: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança nos partidos (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,187$$

$$\begin{aligned}
 \text{Efeito total} = & 0,187 + (0,096 \times 0,140) + (0,096 \times 0,114 \times 0,165) + (0,096 \times 0,114 \times \\
 & 0,069 \times -0,091) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,129) + (0,096 \times 0,114 \times 0,069 \times \\
 & 0,200 \times 0,086 \times -0,053) + (0,041 \times 0,165) + (0,041 \times 0,069 \times -0,091) + (0,041 \times 0,069 \\
 & \times 0,200 \times 0,129) + (0,041 \times 0,069 \times 0,200 \times 0,086 \times -0,053) + (0,046 \times -0,091) + \\
 & (0,046 \times 0,200 \times 0,129) + (0,046 \times 0,200 \times 0,086 \times -0,053) + (0,101 \times 0,129) + (0,101 \\
 & \times 0,086 \times -0,053) + (0,002 \times -0,053) = \mathbf{0,219}
 \end{aligned}$$

Cálculo 26: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança nos partidos (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,255$$

$$\begin{aligned}
 \text{Efeito total} = & 0,255 + (0,014 \times 0,190) + (0,014 \times 0,136 \times 0,212) + (0,014 \times 0,136 \times \\
 & 0,174 \times 0,064) + (0,014 \times 0,136 \times 0,174 \times 0,290 \times 0,085) + (0,014 \times 0,136 \times 0,174 \times \\
 & 0,290 \times 0,203 \times 0,090) + (0,000 \times 0,212) + (0,000 \times 0,174 \times 0,064) + (0,000 \times 0,174 \times \\
 & 0,290 \times 0,085) + (0,000 \times 0,174 \times 0,290 \times 0,203 \times 0,090) + (-0,196 \times 0,064) + (-0,196 \\
 & \times 0,290 \times 0,085) + (-0,196 \times 0,290 \times 0,203 \times 0,090) + (0,007 \times 0,085) + (0,007 \times \\
 & 0,203 \times 0,090) + (0,024 \times 0,090) = \mathbf{0,242}
 \end{aligned}$$

Cálculo 27: impactos da escolaridade sobre confiança nos partidos (Brasil)

Efeito direto= 0,056

Efeito total= 0,056 + (0,104 x 0,148) + (0,104 x 0,142 x 0,182) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,086) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,139) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x -0,056) + (-0,185 x 0,182) + (-0,185 x 0,075 x -0,086) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,139) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x -0,056) + (0,001 x -0,086) + (0,001 x 0,198 x 0,139) + (0,001 x 0,198 x 0,078 x -0,056) + (0,084 x 0,139) + (0,084 x 0,078 x -0,056) + (0,013 x -0,056)= **0,052**

Cálculo 28: impactos da escolaridade sobre confiança nos partidos (Argentina)

Efeito direto= -0,029

Efeito total= -0,029 + (0,030 x 0,200) + (0,030 x 0,150 x 0,213) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x 0,008) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,077) + (0,030 x 0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (-0,288 x 0,213) + (-0,288 x 0,121 x 0,008) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,077) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (-0,200 x 0,008) + (-0,200 x 0,292 x 0,077) + (-0,200 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (0,037 x 0,077) + (0,037 x 0,195 x 0,105) + (-0,033 x 0,105)= **-0,09**

Cálculo 29: impactos da renda sobre confiança nos partidos (Brasil)

Efeito direto= -0,004

Efeito total= -0,004 + (0,008 x 0,153) + (0,008 x 0,121 x 0,172) + (0,008 x 0,121 x 0,078 x -0,088) + (0,008 x 0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,143) + (0,008 x 0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x -0,054) + (0,117 x 0,172) + (0,117 x 0,078 x -0,088) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,143) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x -0,054) + (-0,030 x -0,088) + (-0,030 x 0,198 x 0,143) + (-0,030 x 0,198 x 0,080 x -0,054) + (0,027 x 0,143) + (0,027 x 0,080 x -0,054) + (-0,018 x -0,054)= **0,023**

Cálculo 30: impactos da renda sobre confiança nos partidos (Argentina)

Efeito direto= 0,007

Efeito total= $0,007 + (-0,030 \times 0,198) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,220) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,014) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,076) + (-0,030 \times 0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,103) + (0,198 \times 0,220) + (0,198 \times 0,161 \times 0,014) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,076) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,103) + (0,087 \times 0,014) + (0,087 \times 0,283 \times 0,076) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,103) + (0,000 \times 0,076) + (0,000 \times 0,193 \times 0,103) + (0,102 \times 0,103) = 0,059$

Anexo III – Testes do qui quadrado

País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Situación política actual

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23 ,486 ^a	12	,024
Likelihood Ratio	24 ,873	12	,015
Linear-by-Linear Association	10 ,188	1	,001
N of Valid Cases	11 17		

a. 3 cells (15,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,13.

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	23 ,486 ^a	12	,024
Likelihood Ratio	24 ,873	12	,015
Linear-by-Linear Association	10 ,188	1	,001
N of Valid Cases	11 17		

a. 3 cells (15,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,13.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Interés en política

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	35 ,457 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	35 ,178	9	,000
Linear-by-Linear Association	4, 525	1	,033

N of Valid Cases	11	
	53	

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 12,95.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Apoyo a la democracia

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14 ,496 ^a	6	,025
Likelihood Ratio	14 ,567	6	,024
Linear-by-Linear Association	2, 876	1	,090
N of Valid Cases	10 45		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 22,77.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Satisfacción con la democracia

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	31 ,048 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	29 ,468	9	,001
Linear-by-Linear Association	11 ,050	1	,001
N of Valid Cases	11 04		

a. 1 cells (6,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,75.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Sentimiento cuando va a las urnas a votar

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	33 ,640 ^a	12	,001
Likelihood Ratio	29 ,853	12	,003
Linear-by-Linear Association	,2 82	1	,595
N of Valid Cases	11 43		

a. 1 cells (5,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,58.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Confianza Interpersonal

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	9,048 ^a	3	,029
Likelihood Ratio	9,524	3	,023
Linear-by-Linear Association	,184	1	,668
N of Valid Cases	1147		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 15,04.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Confianza en el Poder Judicial

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
--	-------	----	-----------------------

Pearson Chi-Square	42 4,454 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	36 8,896	9	,000
Linear-by-Linear Association	19 6,875	1	,000
N of Valid Cases	11 46		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 17,97.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Confianza en Congreso

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	36 8,054 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	32 7,178	9	,000
Linear-by-Linear Association	16 8,385	1	,000
N of Valid Cases	11 41		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 11,49.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Confianza en el Gobierno

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,6806 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	11,6087	9	,000
Linear-by-Linear Association	62,136	1	,000
N of Valid Cases	1143		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 19,84.

b. País del estudio = Brazil

Confianza en las FFAA * Confianza en los Partidos Políticos

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	16,2297 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	17,1502	9	,000

Linear-by-Linear Association	57,928	1	,000
N of Valid Cases	1152		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,48.

b. País del estudio = Brazil

País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Situación política actual

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14,611 ^a	12	,263
Likelihood Ratio	14,511	12	,269
Linear-by-Linear Association	,145	1	,703
N of Valid Cases	1136		

a. 1 cells (5,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 1,36.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Interés en política

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	14 ,080 ^a	9	,120
Likelihood Ratio	14 ,249	9	,114
Linear-by-Linear Association	,0 02	1	,962
N of Valid Cases	11 58		

a. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 6,89.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Apoyo a la democracia

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	50 ,423 ^a	6	,000
Likelihood Ratio	51 ,502	6	,000
Linear-by-Linear Association	43 ,606	1	,000

N of Valid Cases	11		
	39		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 9,94.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Satisfacción con la democracia

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	31 ,375 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	32 ,538	9	,000
Linear-by-Linear Association	1, 766	1	,184
N of Valid Cases	11 51		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 8,36.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Sentimiento cuando va a las urnas a votar

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	13 ,088 ^a	12	,363
Likelihood Ratio	13 ,182	12	,356
Linear-by-Linear Association	,5 23	1	,470
N of Valid Cases	11 51		

a. 1 cells (5,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,15.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Confianza Interpersonal

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	18 ,946 ^a	3	,000
Likelihood Ratio	19 ,675	3	,000
Linear-by-Linear Association	7, 822	1	,005
N of Valid Cases	11 49		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 18,70.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Confianza en el Poder Judicial

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	21 3,307 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	18 7,006	9	,000
Linear-by-Linear Association	12 2,017	1	,000
N of Valid Cases	11 47		

a. 1 cells (6,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 2,86.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Confianza en Congreso

Chi-Square Tests^b

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
--	-------	----	-----------------------

Pearson Chi-Square	19 3,140 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	16 0,617	9	,000
Linear-by-Linear Association	78, 789	1	,000
N of Valid Cases	11 44		

a. 1 cells (6,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 3,52.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Confianza en el Gobierno

Chi-Square Tests^b

	V alue	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	37 ,240 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	33 ,381	9	,000
Linear-by-Linear Association	10 ,092	1	,001
N of Valid Cases	11 57		

a. 0 cells (,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 5,80.

b. País del estudio = Argentina

Confianza en las FFAA * Confianza en los Partidos Políticos

Chi-Square Tests^b

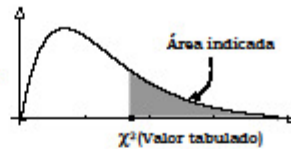
	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	12,141 ^a	9	,000
Likelihood Ratio	10,897	9	,000
Linear-by-Linear Association	66,849	1	,000
N of Valid Cases	115		

a. 4 cells (25,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,89.

b. País del estudio = Argentina

Anexo IV- Tabela da distribuição do Qui quadrado

Tabela 6 Distribuição qui-quadrado.



gl	Área na cauda superior									
	0,25	0,10	0,05	0,025	0,01	0,005	0,0025	0,001	0,0005	
1	1,32	2,71	3,84	5,02	6,63	7,88	9,14	10,83	12,12	
2	2,77	4,61	5,99	7,38	9,21	10,60	11,98	13,82	15,20	
3	4,11	6,25	7,81	9,35	11,34	12,84	14,32	16,27	17,73	
4	5,39	7,78	9,49	11,14	13,28	14,86	16,42	18,47	20,00	
5	6,63	9,24	11,07	12,83	15,09	16,75	18,39	20,51	22,11	
6	7,84	10,64	12,59	14,45	16,81	18,55	20,25	22,46	24,10	
7	9,04	12,02	14,07	16,01	18,48	20,28	22,04	24,32	26,02	
8	10,22	13,36	15,51	17,53	20,09	21,95	23,77	26,12	27,87	
9	11,39	14,68	16,92	19,02	21,67	23,59	25,46	27,88	29,67	
10	12,55	15,99	18,31	20,48	23,21	25,19	27,11	29,59	31,42	
11	13,70	17,28	19,68	21,92	24,73	26,76	28,73	31,26	33,14	
12	14,85	18,55	21,03	23,34	26,22	28,30	30,32	32,91	34,82	
13	15,98	19,81	22,36	24,74	27,69	29,82	31,88	34,53	36,48	
14	17,12	21,06	23,68	26,12	29,14	31,32	33,43	36,12	38,11	
15	18,25	22,31	25,00	27,49	30,58	32,80	34,95	37,70	39,72	
16	19,37	23,54	26,30	28,85	32,00	34,27	36,46	39,25	41,31	
17	20,49	24,77	27,59	30,19	33,41	35,72	37,95	40,79	42,88	
18	21,60	25,99	28,87	31,53	34,81	37,16	39,42	42,31	44,43	
19	22,72	27,20	30,14	32,85	36,19	38,58	40,88	43,82	45,97	
20	23,83	28,41	31,41	34,17	37,57	40,00	42,34	45,31	47,50	
21	24,93	29,62	32,67	35,48	38,93	41,40	43,77	46,80	49,01	
22	26,04	30,81	33,92	36,78	40,29	42,80	45,20	48,27	50,51	
23	27,14	32,01	35,17	38,08	41,64	44,18	46,62	49,73	52,00	
24	28,24	33,20	36,42	39,36	42,98	45,56	48,03	51,18	53,48	
25	29,34	34,38	37,65	40,65	44,31	46,93	49,44	52,62	54,95	
26	30,43	35,56	38,89	41,92	45,64	48,29	50,83	54,05	56,41	
27	31,53	36,74	40,11	43,19	46,96	49,65	52,22	55,48	57,86	
28	32,62	37,92	41,34	44,46	48,28	50,99	53,59	56,89	59,30	
29	33,71	39,09	42,56	45,72	49,59	52,34	54,97	58,30	60,73	
30	34,80	40,26	43,77	46,98	50,89	53,67	56,33	59,70	62,16	
35	40,22	46,06	49,80	53,20	57,34	60,27	63,08	66,62	69,20	
40	45,62	51,81	55,76	59,34	63,69	66,77	69,70	73,40	76,10	
45	50,98	57,51	61,66	65,41	69,96	73,17	76,22	80,08	82,87	
50	56,33	63,17	67,50	71,42	76,15	79,49	82,66	86,66	89,56	
100	109,1	118,5	124,3	129,6	135,8	140,2	144,3	149,4	153,2	

Nota: A coluna em destaque é a mais usada.

Anexo V- Cálculos dos modelos de trajetória reduzidos

Cálculo 1a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança interpessoal (Brasil)

Efeito direto= -0,040

Efeito total= -0,040 + (0,096) + (0,096 x 0,114 x 0,136) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,073) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,128) + (0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,088) + (0,136) + (0,069 x -0,073) + (0,069 x 0,200 x 0,128) + (0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,088) + (-0,073) + (0,200 x 0,128) + (0,200 x 0,086 x 0,088) + (0,101 x 0,128) + (0,101 x 0,086 x 0,088) + (0,088)= **0,247**

Cálculo 2a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança interpessoal (Argentina)

Efeito direto= -0,075

Efeito total= -0,075 + (0,123) + (0,136 x 0,117) + (0,136 x 0,174 x 0,059) + (0,136 x 0,174 x 0,290) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,082) + (0,117) + (0,174 x 0,059) + (0,174 x 0,290) + (0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,082) + (-0,196 x 0,059) + (-0,196 x 0,290) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,082) + (0,203 x 0,082) + (0,082)= **0,279**

Cálculo 3a: impactos da escolaridade sobre confiança interpessoal (Brasil)

Efeito direto= -0,032

Efeito total= -0,032 + (0,104) + (0,104 x 0,142 x 0,131) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,074) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,128) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,089) + (-0,185 x 0,131) + (-0,185 x 0,075 x -0,074) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,128) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,089) + (-0,074) + (0,198 x 0,128)

$$+ (0,198 \times 0,078 \times 0,089) + (0,084 \times 0,128) + (0,084 \times 0,078 \times 0,089) + (0,089) = \mathbf{0,104}$$

Cálculo 4a: impactos da escolaridade sobre confiança interpessoal (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = -0,123$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & -0,123 + (0,130) + (0,150 \times 0,085) + (0,150 \times 0,121) + (0,150 \times 0,121 \times \\ & 0,292) + (0,150 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (-0,288 \times 0,085) + (-0,288 \times 0,121) \\ & + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292) + (-0,288 \times 0,121 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (-0,200) + (- \\ & 0,200 \times 0,292) + (-0,200 \times 0,292 \times 0,195 \times 0,088) + (0,195 \times 0,088) + (0,088) = -0,18 \end{aligned}$$

Cálculo 5a: impactos da renda sobre confiança interpessoal (Brasil)

$$\text{Efeito direto} = 0,007$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,007 + (0,121 \times 0,136) + (0,121 \times 0,078 \times -0,073) + (0,121 \times 0,078 \times \\ & 0,196 \times 0,125) + (0,121 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,080 \times 0,088) + (0,117 \times 0,136) + (0,117 \times \\ & 0,078 \times -0,073) + (0,117 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,125) + (0,117 \times 0,078 \times 0,196 \times 0,080 \times \\ & 0,088) + (-0,073) + (0,196 \times 0,125) + (0,196 \times 0,080 \times 0,088) + (0,125) + (0,080 \times \\ & 0,088) + (0,088) = \mathbf{0,21} \end{aligned}$$

Cálculo 6a: impactos da renda sobre confiança interpessoal (Argentina)

$$\text{Efeito direto} = 0,058$$

$$\begin{aligned} \text{Efeito total} = & 0,058 + (0,126) + (0,147 \times 0,109) + (0,147 \times 0,161 \times 0,069) + (0,147 \times \\ & 0,161 \times 0,283) + (0,147 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + (0,198 \times 0,109) + (0,198 \times \\ & 0,161 \times 0,069) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283) + (0,198 \times 0,161 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + \\ & (0,087 \times 0,069) + (0,087 \times 0,283) + (0,087 \times 0,283 \times 0,193 \times 0,078) + (0,193 \times 0,078) \\ & + (0,102 \times 0,078) = \mathbf{0,296} \end{aligned}$$

Cálculo 7a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Judiciário (Brasil)

Efeito direto= 0,387

Efeito total= 0,387 + (0,096) + (0,096 x 0,114 x 0,059) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,101) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,144) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086) + (0,059) + (0,069 x -0,101) + (0,069 x 0,200 x 0,144) + (0,069 x 0,200 x 0,086) + (-0,101) + (0,200 x 0,144) + (0,200 x 0,086) + (0,101 x 0,144) + (0,101 x 0,086)= **0,508**

Cálculo 8a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= 0,332

Efeito total= 0,332 + (0,174) + (0,136 x 0,112) + (0,136 x 0,174 x 0,063) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,101) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (0,112) + (0,174 x 0,063) + (0,174 x 0,290 x 0,101) + (0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (-0,196 x 0,063) + (-0,196 x 0,290 x 0,101) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,053) + (0,101) + (0,203 x 0,053) + (0,053)= **0,798**

Cálculo 9a: impactos da escolaridade sobre confiança no Judiciário (Brasil)

Efeito direto= 0,032

Efeito total= 0,032 + (0,104 x 0,067) + (0,104 x 0,142 x 0,074) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,087) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,167) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078) + (-0,185 x 0,074) + (-0,185 x 0,075 x 0,087) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,167) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078) + (0,087) + (0,198 x 0,167) + (0,198 x 0,078) + (0,084 x 0,167) + (0,084 x 0,078)= **0,181**

Cálculo 10a: impactos da escolaridade sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= -0,041

Efeito total= -0,041 + (0,189) + (0,150 x 0,114) + (0,150 x 0,121) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,093) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (-0,288 x 0,114) + (-0,288 x 0,121) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,093) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (-0,200) + (-0,200 x 0,292 x 0,093) + (-0,200 x 0,292 x 0,195 x 0,069) + (0,093) + (0,195 x 0,069) + (0,069)= **0,083**

Cálculo 11a: impactos da renda sobre confiança no Judiciário (Brasil)

Efeito direto= 0,016

Efeito total= 0,016 + (0,070) + (0,121 x 0,066) + (0,121 x 0,078 x -0,087) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,169) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,080) + (0,117 x 0,066) + (0,117 x 0,078 x -0,087) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,169) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,080) + (-0,087) + (0,198 x 0,169) + (0,198 x 0,080) + (0,169) + (0,080)= **0,311**

Cálculo 12a: impactos da renda sobre confiança no Judiciário (Argentina)

Efeito direto= 0,005

Efeito total= 0,005 + (0,187) + (0,147 x 0,124) + (0,147 x 0,161) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,091) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,066) + (0,198 x 0,124) + (0,198 x 0,161) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,091) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,066) + (0,087) + (0,087 x 0,283 x 0,091) + (0,087 x 0,283 x 0,193 x 0,066) + (0,091) + (0,193 x 0,066) + (0,102 x 0,066)= **0,493**

Cálculo 13a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Congresso (Brasil)

Efeito direto= 0,353

Efeito total= 0,353 + (0,096 x 0,138) + (0,096 x 0,114) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,112) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,137) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086) + (0,069 x -0,112) + (0,069 x 0,200 x 0,137) + (0,069 x 0,200 x 0,086) + (-0,112) + (0,200 x 0,137) + (0,200 x 0,086) + (0,101 x 0,137) + (0,101 x 0,086)= **0,327**

Cálculo 14a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no Congresso (Argentina)

Efeito direto= 0,270

Efeito total= 0,270 + (0,229) + (0,114 x 0,136 x 0,125) + (0,136 x 0,174 x 0,083) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,119) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,054) + (0,125) + (0,174 x 0,083) + (0,174 x 0,290 x 0,119) + (0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,054) + (-0,196 x 0,083) + (-0,196 x 0,290 x 0,119) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,054) + (0,119) + (0,203 x 0,054) + (0,054)= **0,81**

Cálculo 15a: impactos da escolaridade sobre confiança no Congresso (Brasil)

Efeito direto= 0,100

Efeito total= 0,100 + (0,104 x 0,151) + (0,104 x 0,142) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,096) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,148) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078) + (-0,185) + (-0,185 x 0,075 x -0,096) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,148) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078) + (-0,096) + (0,198 x 0,148) + (0,198 x 0,078) + (0,084 x 0,148) + (0,084 x 0,078)= **-0,086**

Cálculo 16a: impactos da escolaridade sobre confiança no Congresso (Argentina)

Efeito direto= -0,002

Efeito total= -0,002 + (0,228) + (0,150 x 0,125) + (0,150 x 0,121) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,129) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,066) + (-0,288 x 0,125) + (-0,288 x 0,121) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,129) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,066) + (-0,200) + (-0,200 x 0,292 x 0,129) + (-0,200 x 0,252 x 0,195 x 0,066) + (0,129) + (0,195 x 0,066) + (0,066)= **0,191**

Cálculo 17a: impactos da renda sobre confiança no Congresso (Brasil)

Efeito direto= -0,023

Efeito total= -0,023 + (0,161) + (0,121) + (0,121 x 0,078 x -0,100) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,156) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,080) + (0,117) + (0,117 x 0,078 x -0,100) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,156) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,080) + (-0,100) + (0,198 x 0,156) + (0,198 x 0,080) + (0,156) + (0,080) = **0,557**

Cálculo 18a: impactos da renda sobre confiança no Congresso (Argentina)

Efeito direto= 0,028

Efeito total= 0,028 + (0,230) + (0,147 x 0,121) + (0,147 x 0,161) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,129) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,065) + (0,198 x 0,121) + (0,198 x 0,161) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,129) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,065) + (0,087) + (0,087 x 0,283 x 0,129) + (0,087 x 0,283 x 0,193 x 0,065) + (0,129) + (0,193 x 0,065) + (0,102 x 0,065)= **0,597**

Cálculo 19a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no governo (Brasil)

Efeito direto= 0,211

Efeito total= 0,211 + (0,096 x 0,189) + (0,096 x 0,114 x 0,083) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,080) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,168) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,135) + (0,083) + (0,069 x -0,080) + (0,069 x 0,200 x 0,168) + (0,069 x 0,200 x 0,086 x 0,135) + (-0,080) + (0,200 x 0,168) + (0,200 x 0,086 x 0,135) + (0,101 x 0,168) + (0,101 x 0,086 x 0,135) + (0,135)= **0,418**

Cálculo 20a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança no governo (Argentina)

Efeito direto= 0,081

Efeito total= 0,081 + (0,484) + (0,136 x 0,064) + (0,136 x 0,174) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,167) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (0,064) + (0,174) + (0,174 x 0,290 x 0,167) + (0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (-0,196) + (-0,196 x 0,290 x 0,167) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,074) + (0,167) + (0,203 x 0,074) + (0,074)= **0,896**

Cálculo 21a: impactos da escolaridade sobre confiança no governo (Brasil)

Efeito direto= 0,031

Efeito total= 0,031 + (0,104 x 0,195) + (0,104 x 0,142 x 0,101) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,071) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,171) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,134) + (-0,185 x 0,101) + (-0,185 x 0,075 x -0,071) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,171) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x 0,134) + (-0,071) + (0,198 x 0,171) + (0,198 x 0,078 x 0,134) + (0,084 x 0,171) + (0,084 x 0,078 x 0,134) + (0,134)= **0,148**

Cálculo 22a: impactos da escolaridade sobre confiança no governo (Argentina)

Efeito direto= 0,041

Efeito total= 0,041 + (0,476) + (0,150 x 0,075) + (0,150 x 0,121) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,171) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,080) + (-0,288 x 0,075) + (-0,288 x 0,121) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,171) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,080) + (-0,200) + (-0,200 x 0,292 x 0,171) + (-0,200 x 0,292 x 0,195 x 0,080) + (0,171) + (0,195 x 0,080) + (0,080)= **0,544**

Cálculo 23a: impactos da renda sobre confiança no governo (Brasil)

Efeito direto= 0,015

Efeito total= 0,015 + (0,198) + (0,121 x 0,093) + (0,121 x 0,078 x -0,071) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,174) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x 0,135) + (0,117 x 0,093) + (0,117 x 0,078 x -0,071) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,174) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x 0,135) + (-0,071) + (0,198 x 0,174) + (0,198 x 0,080 x 0,135) + (0,174) + (0,080 x 0,135) + (0,135)= **0,518**

Cálculo 24a: impactos da renda sobre confiança no governo (Argentina)

Efeito direto= 0,003

Efeito total= 0,003 + (0,479) + (0,147 x 0,063) + (0,147 x 0,161 x -0,051) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,172) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,082) + (0,198 x 0,063) + (0,198 x 0,161 x -0,051) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,172) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,082) + (0,087 x -0,051) + (0,087 x 0,283 x 0,172) + (0,087 x 0,283 x 0,193 x 0,082) + (0,172) + (0,193 x 0,082) + (0,102 x 0,082)= **0,699**

Cálculo 25a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança nos partidos (Brasil)

Efeito direto= 0,187

Efeito total= 0,187 + (0,096 x 0,140) + (0,096 x 0,114 x 0,165) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x -0,091) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,129) + (0,096 x 0,114 x 0,069 x 0,200 x 0,086 x -0,053) + (0,165) + (0,069 x -0,091) + (0,069 x 0,200 x 0,129) + (0,069 x 0,200 x 0,086 x -0,053) + (-0,091) + (0,200 x 0,129) + (0,200 x 0,086 x -0,053) + (0,101 x 0,129) + (0,101 x 0,086 x -0,053) + (-0,053)= **0,257**

Cálculo 26a: impactos da confiança nas Forças Armadas sobre confiança nos partidos (Argentina)

Efeito direto= 0,255

Efeito total= 0,255 + (0,190) + (0,136 x 0,212) + (0,136 x 0,174 x 0,064) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,085) + (0,136 x 0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,090) + (0,212) + (0,174 x 0,064) + (0,174 x 0,290 x 0,085) + (0,174 x 0,290 x 0,203 x 0,090) + (-0,196 x 0,064) + (-0,196 x 0,290 x 0,085) + (-0,196 x 0,290 x 0,203 x 0,090) + (0,085) + (0,203 x 0,090) + (0,090)= **0,879**

Cálculo 27a: impactos da escolaridade sobre confiança nos partidos (Brasil)

Efeito direto= 0,056

Efeito total= 0,056 + (0,104 x 0,148) + (0,104 x 0,142 x 0,182) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x -0,086) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,139) + (0,104 x 0,142 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x -0,056) + (-0,185 x 0,182) + (-0,185 x 0,075 x -0,086) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,139) + (-0,185 x 0,075 x 0,198 x 0,078 x -0,056) + (-0,086) + (0,198 x 0,139) + (0,198 x 0,078 x -0,056) + (0,084 x 0,139) + (0,084 x 0,078 x -0,056) + (-0,056)= **-0,062**

Cálculo 28a: impactos da escolaridade sobre confiança nos partidos (Argentina)

Efeito direto= -0,029

Efeito total= -0,029 + (0,200) + (0,150 x 0,213) + (0,150 x 0,121) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,077) + (0,150 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (-0,288 x 0,213) + (-0,288 x 0,121) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,077) + (-0,288 x 0,121 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (-0,200) + (-0,200 x 0,292 x 0,077) + (-0,200 x 0,292 x 0,195 x 0,105) + (0,077) + (0,195 x 0,105) + (0,105)= **0,121**

Cálculo 29a: impactos da renda sobre confiança nos partidos (Brasil)

Efeito direto= -0,004

Efeito total= -0,004 + (0,153) + (0,121 x 0,172) + (0,121 x 0,078 x -0,088) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,143) + (0,121 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x -0,054) + (0,117 x 0,172) + (0,117 x 0,078 x -0,088) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,143) + (0,117 x 0,078 x 0,198 x 0,080 x -0,054) + (-0,088) + (0,198 x 0,143) + (0,198 x 0,080 x -0,054) + (0,143) + (0,080 x -0,054) + (-0,054)= **0,212**

Cálculo 30a: impactos da renda sobre confiança nos partidos (Argentina)

Efeito direto= 0,007

Efeito total= 0,007 + (0,198) + (0,147 x 0,220) + (0,147 x 0,161) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,076) + (0,147 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,103) + (0,198 x 0,220) + (0,198 x 0,161) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,076) + (0,198 x 0,161 x 0,283 x 0,193 x 0,103) + (0,087) + (0,087 x 0,283 x 0,076) + (0,087 x 0,283 x 0,193 x 0,103) + (0,076) + (0,193 x 0,103) + (0,102 x 0,103)= **0,535**